

ISSN 1516-344x

**REVISTA DO INSTITUTO  
GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA  
BAHIA**

# **INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA BAHIA**

**Biênio 2014-2015**

**Presidente de Honra**  
Roberto Figueira Santos

**Presidente**  
Consuelo Pondé de Sena

**1º Vice – Presidente**  
Eduardo Moraes de Castro

**2º Vice – Presidente**  
José Nilton Carvalho Pereira

**3º Vice – Presidente**  
Joaci Góes

**Secretário Geral**  
Newton Cleyde Alves Peixoto

**Secretário Adjunto**  
Alberto Nunes Vaz da Silva

**Diretor Financeiro**  
Wilson Thomé Sardinha Martins

**Diretor Financeiro Adjunto**  
Fernando Antônio de Souza

**Orador Oficial**  
Edivaldo Boaventura

**Diretor de Publicações**  
Sérgio Mattos

**Diretor da Biblioteca**  
Carlos Eugênio T. Junqueira Ayres

**Diretora do Arquivo Histórico**  
Zita Magalhães Alves

**Diretores Suplentes**  
Guarani Valença de Araripe  
Luiz Américo Lisboa Jr.  
Pedro F. Souza Pondé

**Conselho Fiscal**  
Luís Fischer  
Soane Nazaré de Andrade  
Helen Sabrina Gledhill

**Suplentes**  
Ellen Melo dos Santos Ribeiro  
Manoel Antonio dos Santos Neto  
Romário Gomes



## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA

### MESA DIRETORA

PRESIDÊNCIA

**Marcelo Nilo**

1ª VICE-PRESIDÊNCIA

**Yulo Oiticica**

2ª VICE-PRESIDÊNCIA

**Sandro Régis**

3ª VICE-PRESIDÊNCIA

**Nelson Leal**

1ª SECRETARIA

**Paulo Azi**

2ª SECRETARIA

**Rogério Andrade**

3ª SECRETARIA

**Fabício Falcão**

4ª SECRETARIA

**Fátima Nunes**

SUPLENTE

**Aderbal Caldas**

**Maria Luiza Laudano**

**Bira Corôa**

**Carlos Geilson**

**Leur Lomanto Júnior**

Chefe da Assessoria de Comunicação Social

**PAULO BINA**

Assessor para Assuntos de Cultura

**DÉLIO PINHEIRO**



**REVISTA DO INSTITUTO  
GEOGRÁFICO E HISTÓRICO  
DA BAHIA**

Salvador, v. 109, p. 1-300, jan. /dez. 2014

### **Conselho Editorial Nacional**

<b>Consuelo Pondé de Sena</b> Instituto Geográfico e Histórico da Bahia	<b>Luis Henrique Dias Tavares</b> Universidade Federal da Bahia
<b>Cybelle Moreira de Ipanema</b> Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro	<b>Maria Nadja Nunes Bittencourt</b> Universidade do Estado da Bahia
<b>Edivaldo Machado Boaventura</b> Instituto Geográfico e Histórico da Bahia	<b>Maria Tereza Navarro Britto Matos</b> Universidade Federal da Bahia
<b>José Ibarê Dantas</b> Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe	<b>Sérgio Augusto Soares Mattos</b> Univ. Federal do Recôncavo da Bahia
	<b>Zilma Parente de Barros</b> Universidade Federal da Bahia

### **Conselho Editorial Internacional**

<b>Miguel Monteiro</b> Academia Portuguesa da História e Universidade de Lisboa – Portugal	<b>Edmundo Aníbal Herédia</b> Universidade Nacional de Córdoba – Argentina
<b>Antonella Rita Roscilli</b> Escritora e Jornalista – Itália	<b>Glória Kaiser</b> Escritora – Áustria
<b>Berthold Zilly</b> Instituto Latinoamericano da Freie Universitat Berlin – Alemanha	<b>Hendrik Kraay</b> Universidade de Calgary – Canadá
<b>Carlos Tasso Saxe-Coburgo e Bragança</b> Academia Portuguesa da História – Portugal	<b>Marcos Noronha da Costa</b> Academia Portuguesa da História – Portugal
	<b>Stuart Schwartz</b> Yale University – Estados Unidos

### **Comitê Científico responsável por este número**

Esmeralda Maria de Aragão  
José Carlos B. Sant Anna  
Maria Augusta Cardozo  
Sérgio Mattos  
Consuelo Pondé de Sena

Revista do  
Instituto  
Geográfico e  
Histórico da  
Bahia

© 2013 Instituto Geográfico e Histórico da Bahia – IGHB

É permitida a reprodução total ou parcial por qualquer meio de impressão, em forma idêntica, resumida ou modificada, em Língua Portuguesa ou qualquer outro idioma, desde que seja indicada a fonte.

### Ficha técnica

**Coordenação Editorial** | Sérgio Mattos | **Projeto Gráfico** | Sidney Santos Silva |  
**Editoração** | Quarteto Editora | **Diagramação** | Quarteto Editora | **Bibliotecárias** |  
Esmeralda Maria de Aragão e Roberto Pinheiro Ferraz | **Revisão de Linguagem** |  
Sérgio Mattos, Consuelo Pondé de Sena e José Carlos Sant Anna |

### Ficha Catalográfica

**Bibliotecária Responsável:** Maria Augusta M. Cardozo CRB 5 599

Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Ano 1-2 (set. /dez. , 1894), –  
Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 1894 –

v.: il

Anual

ISSN 1516-344X.

1. Bahia – História. 2. Instituto Geográfico e Histórico da Bahia – Discursos,  
ensaios e palestras.

CDU: 94(813. 8)



**IGHB**  
Instituto Geográfico  
e Histórico da Bahia

**FOMENTO À CULTURA**  
Fundo de Cultura



REVISTA DO INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA  
BAHIA – IGHB

Av. Sete de Setembro, 94 A, Piedade  
40060-001 – Salvador – BA – Brasil  
Telefone: (71) 3329-4463  
Fax: (71) 3329-6336

ighb@ighb.org.br – revista@ighb.org.br

Revista do  
Instituto  
Geográfico e  
Histórico da  
Bahia



# Sumário

## APRESENTAÇÃO

<b>Preservando a memória institucional e de baianos ilustres</b>	17
Sérgio Augusto Soares Mattos	

## COMEMORAÇÕES DOS 120 ANOS DO IGHB (13/5/2014)

<b>Festa dos 120 anos do IGHB</b>	23
Carlos Eugênio Junqueira Ayres	
<b>Pronunciamento da Presidente do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia – 120 anos de Fundação</b>	33
Consuelo Pondé de Sena	
<b>Pronunciamento na comemoração dos 120 anos da Fundação do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia</b>	37
Roberto Figueira Santos	
<b>Discurso proferido na Sessão Magna comemorativa do 120º aniversário do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia</b>	41
Victorino Chermont de Miranda	

<b>O Instituto Geográfico e Histórico da Bahia em 2014</b>	45
Edivaldo M. Boaventura	

## **CENTENÁRIO DE PERSONALIDADES**

<b>Diógenes Rebouças, um humanista temporão</b>	61
Paulo Ormino de Azevedo	
<b>Rômulo Almeida: mentor da modernização do Brasil, do Nordeste e da Bahia</b>	85
Fernando Alcoforado	
<b>Dorival Caymmi - referência da MPB</b>	107
Luiz Américo Lisboa Junior	

## **MEMÓRIA**

<b>Recortes de lembranças</b>	145
Consuelo Pondé de Sena	
<b>Anna Amélia Vieira Nascimento: a história social e o sistema estadual de arquivos da Bahia</b>	159
Edivaldo M. Boaventura	

## **ARTIGOS**

<b>A prática da censura como herança do golpe de 1964</b>	173
Sérgio Mattos	
<b>Bahia British Club – 140 Anos do Clube Inglês da Bahia</b>	187
Lamartine Lima	
<b>Brasão de Armas da Universidade Federal da Bahia: a obra de arte, a imagem e o tema representado</b>	201
Paulo Veiga	
<b>A paixão da Bahia pelo bacalhau salgado inglês: dos</b>	

<b>mares de Terra Nova às lojas portuguesas da Cidade Baixa de Salvador, 1822-1914</b>	219
Marc W. Herold	
<b>A cidade de Salvador, no século XIX. Comércio de escravos</b>	257
Maria Luíza Marcílio	
<b>ESPAÇO ABERTO MEMORIAL DOIS DE JULHO</b>	
<b>No Dois de Julho de 2014</b>	281
Consuelo Pondé de Sena	
<b>Política partidária e festa popular: o “Incidente Frias Villar” e o Dois de Julho de 1875</b>	285
Hendrik Kraay	
<b>RESENHA</b>	
<b>Onde estaria o retrato de Silva Serva?</b>	307
Luís Guilherme Pontes Tavares	
<b>RELATÓRIO</b>	
<b>Relatório da Biblioteca Ruy Barbosa</b>	313
<b>SÓCIOS</b>	
<b>Sócios do IGH</b>	319
<b>NORMAS DE PUBLICAÇÃO</b>	331



# Apresentação



# Preservando a memória institucional e de baianos ilustres

Sérgio Augusto Soares Mattos  
Diretor de Publicações e Editor da Revista do IGHB  
e-mail: [sasmattos@gmail.com](mailto:sasmattos@gmail.com)

O ano de 2014 marca os 120 anos de atividades ininterruptas do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia em benefício da preservação da história, do patrimônio e dos valores culturais da Bahia. O IGHB comemorou, no dia 13 de maio de 2014, a data com uma festa que está registrada neste número especial de nossa Revista. Neste ano também se comemora os 91 anos da construção de nossa sede.

A Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, cuja circulação atinge o número 109 com esta edição, apresenta um total de 17 contribuições, distribuídas entre seis sessões: Registros e discursos da festa dos 120 anos; Comemorações de centenários de personalidades baianas; Memória, Artigos, Memorial do Dois de Julho e Resenha, além do conteúdo de outras sessões tradicionais.

O registro da **Festa dos 120 anos** é aberto com um artigo de Carlos Eugênio Junqueira Ayres, diretor da Biblioteca Ruy Barbosa, que descreve o que ocorreu durante a solenidade em detalhes. A esse

artigo seguem-se os pronunciamentos da presidente IGHB, professora Consuelo Pondé de Sena; o do presidente de honra da Instituto, professor Roberto Figueira Santos; o discurso do 1º Vice-Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Victorino Chermont de Miranda; o discurso do orador oficial do IGHB, professor Edivaldo Boaventura.

Da sessão **Centenário de Personalidades** os homenageados são: Diógenes Rebouças, Rômulo Almeida e Dorival Caymmi. Coube ao arquiteto, professor e membro da Academia de Letras da Bahia, Paulo Ormino de Azevedo escrever sobre a importância da obra de Diógenes Rebouças, que se destacou como pintor, engenheiro, agrimensor, topógrafo, arquiteto-urbanista e professor, deixando sua marca em tudo a que se dedicou. Ao professor Fernando Alcoforado coube a responsabilidade de escrever sobre a vida e a contribuição de Rômulo Almeida ao desenvolvimento do Brasil no século XX. Fechando a sessão, coube ao historiador da MPB, Luiz Américo Lisboa Junior, relatar a trajetória de Dorival Caymmi na música brasileira, destacando o pioneirismo dele como autor de canções praieiras.

A sessão **Memória** é composta por dois artigos. O primeiro, de autoria de Consuelo Pondé de Sena que, baseando-se em suas lembranças pessoais, escreve sobre personalidades que ela conheceu e que hoje fazem parte da história da Antropologia no Brasil, a exemplo de Álvaro Fróes da Fonseca, Darcy Ribeiro Egon Schaden, Herbert Baldus, Luiz de Castro Farias, Manuel Diégues Júnior, René Ribeiro, Charles Wagley e Melville Herskovitz. Sobre cada um deles ela apresenta características individuais e suas respectivas contribuições na área. O segundo artigo é de autoria de Edivaldo Boaventura, abordando a trajetória de vida, produção intelectual e contribuições da historiadora Anna Amélia Vieira Nascimento.

A sessão **Artigos** é composta por cinco ensaios. No primeiro, o professor Sérgio Mattos disserta sobre a prática da censura como herança do Golpe de 1964. Na sequência, Lamartine Lima escreve sobre os 140 anos do Clube Inglês na Bahia e Paulo Veiga escreve sobre o brasão de armas da Universidade Federal da Bahia, apresentando a obra de arte, a imagem e o tema representado. O quarto artigo, escrito por

Marc W. Herold, relata a história do bacalhau salgado inglês na Bahia. Fechando a sessão, o leitor encontrará o artigo da pesquisadora Maria Luiza Marcilio sobre o comércio de escravos na cidade do Salvador durante o século XIX.

**No Espaço Memorial Dois Julho** estão dois artigos, o primeiro, escrito pela presidente do IGHB, Consuelo Pondé de Sena, aborda a festa do Dois de Julho de 2014, destacando elementos da história das comemorações e do valor simbólico do Dois de Julho. O segundo, de autoria do professor Hendrik Kraay, sócio correspondente do IGHB, trata da política partidária e a festa popular do Dois de Julho. Na sessão **Resenha**, o professor Luis Guilherme Pontes Tavares escreve sobre o livro *Um tipógrafo na Colônia*, do jornalista Leão Serva. Trata-se da primeira biografia do empresário Manoel Antônio da Silva Serva, pioneiro da indústria gráfico-editorial privada brasileira.

O número 109 da *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia* apresenta ainda as seguintes sessões: **Relatório da Biblioteca Ruy Barbosa, Relação dos Sócios do IGHB e Normas de Publicação**.

Este número da *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia* apresenta como característica principal a quantidade de contribuições destinadas a preservar a memória do IGHB e a memória de várias personalidades baianas que foram responsáveis por contribuições valiosas em suas respectivas áreas de atuação, contribuindo, direta e indiretamente, para o desenvolvimento da Bahia e do Brasil. É, na verdade, um número que pode ser considerado como **especial**, devido a originalidade dos conteúdos apresentados que, com toda certeza, vão ajudar na ampliação do conhecimento dos nossos leitores.

Tenham uma boa leitura!



Revista do Instituto  
do Instituto  
stido para  
Geográfico e Histórico  
do IGHB  
(13/5/2014)



# Festa dos 120 anos do IGHB

**Carlos Eugênio Junqueira Ayres**  
Diretor da Biblioteca Ruy Barbosa do IGHB

No dia 13 de maio de 2014, o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia comemorou os seus 120 anos de fundação. Uma belíssima festa reuniu cerca de 300 associados e convidados na sede da instituição, a Casa da Bahia, que completa 91 anos de construção. A solenidade, realizada no Salão Nobre, foi conduzida pela professora Consuelo Pondé de Sena, presidente da Casa. Participaram também da Mesa o Dr. Roberto Figueira Santos, ex-governador da Bahia e presidente de honra do IGHB; Albino Rubim, secretário de Cultura do Estado, representando o governador Jaques Wagner; Waldir Pires, ex-governador da Bahia e vereador; Victorino Coutinho Chermont de Miranda, vice-presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil e representando o presidente, Arno Wehlig; o professor Edivaldo Machado Boaventura, orador oficial do Instituto; a desembargadora Nélia Neves, representante do presidente do Tribunal Regional do Trabalho, 5ª Região, Valtércio Oliveira; professor Aramis Ribeiro Costa, presidente da Academia de Letras da Bahia; Fernando Guerreiro, presidente da Fundação Gregório de Mattos; Walter Pinheiro, presidente da Associação Baiana de Imprensa; e José Emanuel Lomba, cônsul-geral de Portugal na Bahia.

Compareceram também à solenidade sócios do IGHB, professores universitários, intelectuais, personalidades e autoridades do es-

tado, e mais: professor Augusto César Zeferino, presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina; procurador de Justiça Lidivaldo Raimundo Britto; Maria José Sales Pereira, da Associação dos Magistrados; Roberto Sá Meneses, presidente da Santa Casa da Misericórdia; Ivan Barroso, presidente da Associação Cultural Brasil-Portugal; Myriam Fraga, diretora da Fundação Casa de Jorge Amado; Marcelo Oliveira, da Conam – Consultoria da Administração Municipal; Jorge Cerqueira, presidente do Instituto de História da Medicina; capital-de-coveta Brandão, representante do comandante do II Distrito Naval; professor Ronaldo Montenegro, reitor em exercício da UFBA; professor Francisco Senna, representante do presidente do Tribunal de Contas dos Municípios; conselheiro Francisco Andrade de Souza Neto, também do TCM; Celso Cotrim Filho, chefe-de-gabinete da Universidade Católica de Salvador; Jacira Primo, representante da diretoria da Fundação Pedro Calmon; Irmão Anselmo, representante do arquibade beneditino Emanuel d'Able do Amaral; e Marcos Meireles Fonseca, presidente da Associação Comercial da Bahia.

Em sua oração de abertura, Consuelo Pondé de Sena se disse bastante emocionada e honrada em presidir a sessão comemorativa: “Para mim, é um privilégio estar na companhia de ex-presidentes, personalidades marcantes do mundo cultural da minha terra que, no passado, assumiram a honrosa função com a consciência da magnitude da tarefa imposta pelas teias do destino”.

Em seguida, a presidente fez um passeio pela história, pondo em relevo alguns dos acontecimentos mais significativos da trajetória do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, desde a sua fundação, em 13 de maio de 1894, quando um grupo de intelectuais baianos se reuniu para dotar Salvador de uma instituição voltada para o estudo da geografia, da história e de ciências afins do nosso estado. Em março daquele ano, esse grupo havia publicado na imprensa da cidade uma carta-convite, uma verdadeira conclamação pública para a criação da instituição, que se concretizou dois meses depois e agora completa 120 anos de ininterrupto funcionamento. Consuelo Pondé de Sena também analisou as condições sociais, econômicas e políticas da Bahia e do País ao longo desse tempo, para caracterizar e marcar a presença do IGHB nesses fatos e acontecimentos históricos.

A Casa da Bahia, sede do IGHB, repositório das relíquias históricas do 2 de Julho de 1823, data da Independência do Brasil na Bahia, completa também este ano 91 anos de erigida, mediante subscrição pública, de empresários e dos governos estadual e federal. Na sua inauguração, em 2 de julho de 1923, foi fixada a lápide inaugural com texto de Bernardino José de Souza, então secretário perpétuo do IGHB, que assim a definiu em seu início: “Esta Casa é uma árvore de remotas raízes, amplas ramagens e inesgotáveis frutos (...)”.

A presidente também lembrou as atividades culturais organizadas pelo IGHB, como os seminários, cursos e os cinco Congressos de História da Bahia, tendo dado notícia de um sexto conclave, patrocinado pelo Governo do Estado, a ser realizado em setembro de 2014.

Após a fala da presidente, o violonista de origem costarriquenha Mário Ulhoa apresentou três peças de seu repertório, sendo as duas primeiras do compositor Dorival Caymmi, cujo centenário também foi comemorado este ano. O músico foi amplamente ovacionado pela sua excelente performance.

Em seguida, professor Roberto Figueira Santos, como presidente de honra do IGHB, fez um discurso elogiando o excelente trabalho de Consuelo Pondé de Sena à frente do Instituto e ressaltou a importância da entidade para a vida cultural da Bahia: “Membros titulares desta Casa têm realizado e têm fomentado estudos e pesquisas reconhecidos como da máxima importância para a compreensão da nossa realidade passada, atual e futura. E têm patrocinado eventos que revelam inequivocamente o sentido construtivo da nossa entidade.” Em decorrência, lembrou o valioso acervo bibliográfico, documental e cartográfico do Instituto à disposição dos pesquisadores.

O professor Edivaldo Machado Boaventura, orador oficial da Casa, após saudar “especialmente os funcionários da Casa, que prepararam esta bela festa”, disse que “os objetivos desta instituição estão nos seus atos constitutivos, mas o desempenho dos seus papéis se efetiva no cotidiano. Academia histórica, aberta e democrática, que seleciona pela eleição como sócios efetivos, honorários e correspondentes personalidades diferenciadas pelo currículo, pelas obras escritas, pelas obras de pedra e cal e pelas lideranças profissionais.”

Ainda qualificando o papel acadêmico do IGHB, o orador oficial especificou: “Com o incremento da pós-graduação, aumentou a procura do nosso acervo para a elaboração de monografias, dissertações e teses. Pelo emprego das metodologias bibliográficas e documentais, vem aumentando a procura de fontes tanto por alunos como por professores.”

Ao dar ênfase à data de aniversário do IGHB, ele continuou: “Todo 13 de maio é dia de festa no Instituto, e hoje é uma festa excepcional, a dos 120 anos. Na data aniversária, o Instituto reúne a comunidade acadêmica dos sócios, amigos, frequentadores, até de futuros candidatos. É quando damos adeus aos companheiros que partiram e abraçamos calorosamente os que ingressam.”

Sobre os companheiros e companheiras que se foram em 2013 e 2014, Edivaldo Boaventura nomeou e elogiou *in memoriam* os sócios Consuelo Novaes Sampaio e Ana Amélia Vieira do Nascimento, “distinguidas pela contribuição ao conhecimento da história”; Vítor Hugo Carneiro Lopes, cultor da heráldica, que concebeu o desenho da Medalha Bernardino José de Souza; Luiz de Pinho Pedreira da Silva e Gerson Pereira dos Santos, juristas notáveis; e os sócios-correspondentes portugueses Justino Mendes de Almeida e Antônio Celestino. E registrou o transcurso do centenário, este ano, de importantes personalidades baianas como Rômulo Almeida, Dorival Caymmi, Olga Pereira Mettig e Diógenes Rebouças.

Ao fim de sua locução, o diretor orador oficial do IGHB listou as principais atividades culturais da Casa no ano de 2014 e saudou os novos sócios hoje diplomados: “Aos que hoje ingressam, abraçamos fraternalmente com os melhores desejos de salutar vida societária.”

No prosseguimento da solenidade, foi realizada a diplomação dos 34 novos sócios efetivos e correspondentes do IGHB. Na oportunidade, o professor Augusto César Zeferino, presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, também diplomado como sócio correspondente, fez a entrega ao Instituto Geográfico e Histórico, através da sua presidente, Consuelo Pondé de Sena, da “Medalha do Contestado”, criada há dois anos por aquela instituição em comemoração aos 100 anos do conflito que abalou o Oeste de Santa Catarina e que teve como consequência a definição das atuais fronteiras daquele estado.

A seguir, procedeu-se a entrega da Medalha do Mérito Bernardino José de Souza a cinco personalidades com relevantes serviços prestados à preservação dos valores cívicos da Bahia e do seu povo. Foram homenageados este ano o deputado federal Antônio Imbassahy; o acadêmico e orador da Casa Edivaldo M. Boaventura; o advogado e professor universitário João Maurício Otoni Wanderley de Araújo Pinho; e os empresários Victor Gradin Bulhosa e Geraldo Dannemman.

O professor Victorino Coutinho Chermont de Miranda, vice-presidente e representante do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, fez uma saudação ao IGHB pelos “120 anos de laboriosa semeadura em prol da identidade e da memória da Bahia. Nascido de genuína reivindicação patriótica, quando outras províncias já haviam se lançado à busca de sua história, esta Casa soube responder à altura aos desafios que os seus fundadores se propuseram a arrostar. E pode hoje, com justo orgulho, constatar que se cumpriu o vaticínio com que a imprensa soteropolitana saudou o seu surgimento.” E completou: “O Instituto Geográfico e Histórico da Bahia é a satisfação de um compromisso da Bahia para com o resto do país e para com o mundo culto.”

Em seguida, o secretário de Cultura do Estado da Bahia, professor Albino Rubim, representante do governador Jaques Wagner, saudou os 120 anos do IGHB e confirmou “o compromisso do Governo do Estado com a sustentabilidade e manutenção deste Instituto.” E anunciou a parceria do governo com a instituição para a realização do VI Congresso de História da Bahia, que será realizado em setembro deste ano.

Ao encerrar a sessão comemorativa, a presidente Consuelo Pondé de Sena agradeceu a presença e convidou a todos para um coquetel, durante o qual seria descerrada a placa alusiva à festa aniversária e o relançamento do livro “Instituto Geográfico e Histórico da Bahia — Origem e Estratégias de Consolidação Institucional”, de autoria do professor Aldo José Moraes, editado pela Universidade Estadual de Feira de Santana. Foi então entoado o Hino da Bahia, pondo-se fim à solenidade.

No recinto do panteão da Casa, todos se confraternizaram em um belíssimo coquetel, cuja *pièce de résistance* foi um enorme bolo oferecido ao Instituto por iniciativa do sócio e acadêmico Luiz Antonio

Cajazeiras Ramos, que mobilizou sócios e amigos da Casa da Bahia no sentido de colaborar para a beleza do acontecimento.



**Foto A:** Mesa da sessão comemorativa dos 120 anos do IGHB foi composta por (da esquerda para a direita): José Emanuel Lomba, cônsul-geral de Portugal na Bahia; Walter Pinheiro, presidente da ABI; desembargadora Nélia Neves, representando o presidente do Tribunal Regional do Trabalho; Victorino Chermont de Miranda, vice-presidente do IHGB; Albino Rubim, secretário de Cultura do Estado da Bahia; Consuelo Pondé de Sena, presidente do IGHB; ex-governador Dr. Roberto Figueira Santos, presidente de honra do IGHB; ex-governador Dr. Waldir Pires, vereador de Salvador; Edivaldo Boaventura, diretor orador do IGHB; e Aramis Ribeiro Costa, presidente da Academia de Letras da Bahia.



**Foto B:** Sócios, familiares e convidados lotaram o salão nobre da Casa para assistirem à cerimônia solene dos 120 anos do IGHB e ouvirem a apresentação do violonista costariquenho Mário Ulhoa.



**Foto D:** Geraldo Dannemann, empresário e sócio benfeitor da Casa, também foi agraciado com a Medalha Bernardino José de Souza.



**Foto E:** Um enorme bolo, oferecido por sócios e amigos do IGHB, foi a peça principal do coquetel oferecido aos presentes após a cerimônia solene.



**Foto G:** Edivaldo Boaventura, Augusto César Zeferino; Consuelo Pondé de Sena e Victorino Chermont de Miranda.



**Foto H:** Festa de confraternização dos sócios e convidados no panteão da Casa.

# **Pronunciamento da Presidente do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia 120 anos de Fundação**

**Consuelo Pondé de Sena**  
Presidente do IGHB

Não sei como proceder à leitura deste texto, pois me encontro tão emocionada por ocupar a presidência da Casa da Bahia no ano em que a instituição completa 120 anos, que não sei se o farei a contento.

Sinto-me vergada pela responsabilidade dessa condição em que, anteriormente, se envolveram marcantes personalidades do mundo cultural da minha terra. Refiro-me aos ex-presidentes que, no passado, assumiram a onerosa função, tendo consciência da magnitude da tarefa que lhes era imposta pelas teias do destino.

Trabalho acadêmico da autoria de Aldo José Morais Silva, para obtenção do título de Doutor em História pela Ufba, “Instituto Geográfico e Histórico da Bahia” – Origem e Estratégias de Consolidação Institucional – 1894-1930” é a tese publicada, sob a forma de livro, pela Universidade de Feira de Santana, em 2013, que estará à disposição de tantos quantos se interessarem por adquiri-la.

Trata-se de estudo minucioso que insere o IGHB no contexto da Primeira República, na busca generalizada dos brasileiros pela aspirada modernidade. Outro trabalho foi escrito por Reinaldo César Nascimento Leite, de 2011, cujo título é “Memória e Identidade do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (1894-1923): Origens da Casa da Bahia e Celebração do 2 de Julho”.

Como instituição cultural, o IGHB passou a preencher os interesses dos letrados desta Cidade de pouco mais de dois mil habitantes, em meio a uma imensa população analfabeta, que nela não poderia inserir-se porque a agremiação tinha por fundamento princípios que requeriam certa ilustração e relevante interesse pela pesquisa e pelo conhecimento.

A criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1838, no Rio de Janeiro, inspirada no modelo do Instituto Histórico de Paris, constitui-se em modelo para todas as instituições congêneres do país, com vistas a semelhantes objetivos. Embora o Instituto Brasileiro tenha sido o inspirador dos demais Institutos brasileiros, cada um imprimiu feição própria à sua agremiação, com ênfase na construção da identidade regional.

O IGHB, criado em 13 de maio de 1894, substituiu a fundação anterior, o Instituto Provincial, também chamado Instituto Histórico da Bahia, que teve vida efêmera. Fundada em 1855, pelo Prof. Manuel Correia Garcia, foi instalada no ano seguinte, a 3 de maio de 1856, e extinta treze anos depois, sem cumprir o almejado papel histórico.

Ficou, assim, a Cidade da Bahia desfalcada de uma instituição cultural do gênero, que pudesse atender aos reclamos da sociedade. Mais tarde, quando se projetou fundar o novo Instituto, quis o beneditino Francisco da Natividade Carneiro da Cunha que não se mencionasse o termo fundação, por entender que a nova sociedade era uma “restauração, uma ressurreição da primeira”, sugestão combatida por Dr. Sátiro de Oliveira Dias e pelos demais membros da novel instituição.

A implantação do regime republicano, em 1889, embora houvesse trazido algumas melhorias para a Bahia, nas primeiras décadas do século XX, ainda vivia momento de manutenção de muitas deficiências do período imperial. Embora a Bahia fosse um dos estados mais

populosos do Brasil, seu desenvolvimento econômico era deficiente em relação ao Distrito Federal e à capital paulista. Ainda assim, mantinha posição de destaque no seio da constelação republicana.

De acordo com o Recenseamento de 1900 viviam, no Estado, 2.117.959 almas, enquanto a capital baiana possuía cerca de 174.412 habitantes. Hoje, segundo dados oficiais, a população da Bahia é estimada em 14.080.654 habitantes, divididos nos 417 municípios. Nesta fala vou tentar por em relevo os acontecimentos mais significativos da trajetória desta instituição, deixando de lado outros tantos relevantes que aqui não podem ser arrolados, dada à premência de tempo que me retira esta possibilidade. Em hora de celebração, como a que hoje nos reúne, outras manifestações deverão ocorrer para abrilhantar a noite de aniversário da antiga instituição.

Assim, darei início a essas considerações, lembrando a data da inauguração deste belo edifício, ocorrida a 2 de Julho de 1923, quando o povo baiano conheceu o prédio monumental edificado por Bernardino José de Souza, na sua decidida intenção de dar ao povo da Bahia um espaço destinado às pesquisas históricas, ao encontro de intelectuais e à celebrações das nossas tradições. Mais ainda, para ser o monumento arquitetônico destinado ao culto da nossa data magna.

Não foi sem razão, portanto, que Rinaldo César Nascimento Leite escreve sobre “Memória e Identidade do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (1894-1923): Origens da Casa da Bahia e Celebração do 2 de Julho”. O estudo em pauta inclui os termos da lápide inaugural vazados nos seguintes termos: “Esta casa é uma árvore de remotas raízes, amplas ramagens e inesgotáveis frutos. Fê-la medrar a própria alma da pátria que há de tê-la imperecível. À sua sombra sentir-se-ão unidos, indissoluvelmente, o passado, o presente e o futuro. Templo votivo e tenda creadora, relicário de tradições e abrigo de esperanças, com ela se celebram os primeiros 100 anos de emancipação e comemoram os feitos que asseguraram a independência do Brasil, consumada e cimentada pelo sangue dos baianos.

Por imprescindível, vale referir a guarda dos carros emblemáticos do Dois de Julho à Casa da Bahia, transferida, em 1917, em nome do povo, pelo Major Cosme de Farias, para o IGHB, que passou a ser a

guardiã das referidos símbolos patrióticos, tendo para esse fim construído o Pavilhão da Lapinha, mediante abertura de subscrição popular para proceder a demolição do antigo barracão, cujas obras têm início a 13 de maio de 1918, com data prevista para inauguração.

Cabe-me, por oportuno, mencionar também que a data simbólica da fundação da Cidade do Salvador foi definida nesta Casa, depois de renhidas polêmicas, tendo cabido ao Professor Frederico Edelweiss elaborar o parecer definitivo, solicitado pela Prefeitura do Salvador, que fixou o 29 de março como data símbolo da fundação da velha urbe de Tomé de Sousa.

Em incontáveis episódios estive o IGHB envolvido com as questões da Cidade e do Estado, em seu âmbito sido tomadas posições importantes, como a defesa da Igreja da Sé e as questões de limites com outros estados da federação, cujas interlocuções foram feitas pelo historiador Braz do Amaral.

Por outro lado, a realização de cinco Congressos de História da Bahia e um Simpósio Internacional sobre A Família Real na Bahia –1808 -2008, realizado em Salvador, em 1908, traduzem o amor e a devoção pelas tradições da nossa terra e pela trajetória histórica da Bahia

Muito mais teria a acrescentar se a limitação de tempo não me impusesse finalizar estas palavras de abertura, que será seguida de outros pronunciamentos importantes e do discurso anual do orador oficial da Casa.

Antes de concluir essas breves palavras, desejo manifestar o meu mais profundo reconhecimento aos que ajudam a manter a sobrevivência da Casa da Bahia. Refiro-me, primeiramente, ao Governo do Estado da Bahia que, por intermédio do Fundo de Cultura, contribui para o pagamento das despesas de manutenção da entidade. Agradeço, em seguida, aos membros da atual diretoria do biênio 2014-2015, os funcionários da Casa, que se irmanam aos dirigentes nas ingentes tarefas do dia a dia, aos associados do IGHB, especialmente aqueles que, num gesto de compreensão e generosidade, atenderam às solicitações desta presidência, a fim de que fosse possível realizar alguns trabalhos emergenciais de restauração da Casa da Bahia. A todos, enfim, ficamos a dever a grande lição generosidade.

# **Pronunciamento na comemoração dos 120 anos da Fundação do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**

**Roberto Figueira Santos**

Presidente de honra do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia

Estudiosos das Ciências Humanas têm se dedicado a pesquisar os motivos pelos quais os habitantes de algumas nações do mundo usufruem de boa qualidade de vida individual e coletiva, enquanto as populações de outras cidades e países, não beneficiados pelo progresso científico e tecnológico, enfrentam precárias condições ao conviverem em sociedade. Pesquisas adicionais sobre o mesmo assunto têm também revelado que existem instituições estáveis e duradouras na prestação de serviços comunitários essenciais, entre os demais fatores que caracterizam os ambientes onde é assegurada a superior qualidade de vida. Enquanto isso, as populações com mais baixos padrões de subsistência não conseguiram nem conseguem organizar-se para criar e manter instituições dessa natureza.

A população baiana tem sido favorecida pelo brilhante desempenho do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB), entidade que vem conquistando o aplauso e o respeito das cidadãs e dos cidadãos da nossa terra, ao longo dos últimos 120 anos. Membros titulares desta Casa têm realizado e têm fomentado estudos e pesquisas reconhecidos como da máxima importância para a compreensão da nossa realidade passada, atual e futura. E têm patrocinado eventos que revelam, inequivocamente, o sentido construtivo da contribuição institucional à nossa identidade. É o que ocorre com o IGHB, quando somado aos demais fatores que contribuem para a boa qualidade de vida dos nossos conterrâneos.

Também assim se entende a motivação pela qual, em sucessivas cerimônias, tem se manifestado a admiração dos baianos em favor dos nossos antepassados que, com visão extraordinariamente lúcida, souberam plantar as raízes desta benemérita instituição. Entre os que participaram da criação do Instituto, já decorridos mais de 120 anos, cumpre citar, mais uma vez, os nomes de Tranquilino Leovigildo Torres, do cônego Ludgero dos Humildes Pacheco, de Antonio Calmon du Pin e Almeida, Braz Hermenegildo do Amaral, Manuel Pedro de Rezende, Olavo Freitas Martins e Luiz Antonio Filgueiras, signatários da carta-convite dirigida a numerosas personalidades baianas, anunciando o propósito da criação do IGHB. A ampla resposta a essa carta resultou em sessão solene, presidida pelo eminente professor da Faculdade de Medicina Braz do Amaral, realizada ao meio-dia de 13 de Maio de 1894, a fim de marcar o início dos trabalhos da nova agremiação. Nasceu então, auspiciosamente, a instituição que hoje completa 120 anos de serviços brilhante e ininterruptamente prestados, sendo esta permanência de duração raríssima entre as entidades culturais no nosso meio.

Em solenidade realizada com grande brilho ha exatos 20 anos da data de hoje, a 13 de Maio de 1994, entre as manifestações de júbilo pelas comemorações do primeiro centenário do funcionamento ininterrupto desta Instituição, incluiu-se o erudito pronunciamento do então Presidente de Honra, o Professor Emérito Jorge Calmon. Desse pronunciamento transcrevemos, a seguir, a referência a alguns dos membros mais ilustres desta Casa ao longo de toda a sua existência, cujos nomes não devem jamais ser esquecidos, a exemplo de Teodoro Sampaio, Braz do Amaral, Alfredo de Carvalho, Borges dos Reis, Damasceno Vieira, Gonçalo de Athayde Pereira, Manoel Querino, Francisco Vicente Viana, Homero Pires, Pinto de Carvalho, Antonio Viana, Afonso Costa, Afrânio Peixoto, Borges de Barros, padre Camilo Torrend, Pirajá da Silva, Alberto Silva, Magalhães Neto, Pedro Calmon, Frederico Edelweiss, Wanderley Pinho, Aloysio de Carvalho Filho, Conceição Menezes, Padre Manoel Barbosa, Hermann Neeser, Luiz Viana Filho. Devo acrescentar ainda o nome de Bernardino José de Souza, com especial destaque justificado pelo seu extraordinário desempenho na liderança desta instituição. Entre as muitas outras consequências da atividade de Bernardino à frente do Instituto, resultou a construção do imponente

edifício onde estamos agora situados, magnificamente localizado, concebido e construído, inaugurado a 2 de Julho de 1923. Até agora e por muito mais tempo ainda, tem servido e continuará servindo este edifício de sede ao Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.

Nos últimos 16 anos, beneficia-se o IGHB da competente liderança da Professora Consuelo Pondé de Sena, sempre reconvocada para o exercício de sucessivos mandatos na Presidência. Graças à sua competência como historiadora e como tupinóloga, essencial para o merítimo desempenho de excelente gestora, assim como à capacidade por ela revelada na luta pela busca de recursos, nem sempre respondida com a generosidade que a causa merece, e que têm sido indispensáveis ao financiamento do vigoroso programa de pesquisas e de divulgação de conhecimentos sobre a Bahia, a nossa Presidente tem conquistado o repetido aplauso da comunidade baiana. Em especial, tem estado presente este aplauso entre os que têm a responsabilidade pela escolha dos dirigentes do Instituto. A liderança da Presidente Consuelo permanece essencial à concepção e à implementação dos vários e vultosos compromissos que a Casa mantém e manterá acesos junto à população da nossa terra. Fazem parte do riquíssimo e bem conservado acervo documental aqui reunido: a mais completa coleção de periódicos da nossa terra, o importante acúmulo de relíquias oriundas de personalidades baianas e o valiosíssimo arquivo consultado por inúmeros pesquisadores que aqui encontram excepcional campo para a preparação de trabalhos acadêmicos originais destinados a múltiplas finalidades; a valiosíssima biblioteca, cuja designação constitui merecida homenagem ao talento impar de Ruy Barbosa, possui mais de 30.000 volumes, com ênfase especial em assuntos baianos. Está a Biblioteca, igualmente, à disposição dos estudiosos que a frequentam em números sempre crescentes. Ciosa, constantemente, do seu dever de homenagear os benfeitores desta Casa, a Professora Consuelo criou a medalha Bernardino de Souza e decidiu que, na data de hoje, por um dever de justiça, fosse atribuído este galardão às seguintes personalidades baianas, sempre prontas a contribuírem para as realizações do Instituto: empresários Geraldo Dannemann e Vítor Gradin, professor Edivaldo Machado Boaventura, advogado João Maurício de Araujo Pinho e deputado Antonio Imbassahy. A participação do IGHB nas comemorações da Independência da Bahia, com

os reconhecidos reflexos sobre a independência de todo o Brasil, tem incluído a tarefa de manter o pequeno pavilhão situado no bairro da Lapinha, em Salvador, onde estão abrigadas as figuras do indígena e da indígena festejados popularmente pela sua presença nas lutas vitoriosas a 2 de Julho de 1823.

Em meio às figuras dos membros titulares que vêm acompanhando a nossa Presidente na condução dos destinos desta Casa, destaca-se a do Professor Emérito Edivaldo Machado Boaventura. Entre os encargos da função de orador da Casa, por ele exercida repetidamente, figura a referência, em discursos elaborados após cuidadosa pesquisa a cada ano realizada, aos membros titulares recém-escolhidos, assim como aos falecidos no ano mais recente. Os pronunciamentos do professor Edivaldo têm representado contribuição de valor inigualável para a divulgação perante toda a comunidade baiana, do elevado mérito dos que acabaram de ingressar, bem como dos que pertenceram aos quadros deste Instituto e faleceram ao longo do ano que se encerra.

Em reconhecimento ao seu magnífico desempenho na Presidência, somado à brilhante trajetória de vida como intelectual e como universitária, encerro estas palavras, representativas do júbilo com que comemoramos os primeiros 120 anos do absoluto sucesso do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, pedindo a todos os presentes uma vibrante salva de palmas em homenagem à Presidenta Professora Consuelo Pondé de Sena.

Bahia, 13 de Maio de 2014

# **Discurso proferido na Sessão Magna comemorativa do 120º aniversário do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**

**Victorino Chermont de Miranda**  
(1º Vice-Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro)

Sejam estas primeiras palavras de saudação pela efeméride que hoje celebrais: 120 anos de laboriosa semeadura em prol da identidade e da memória da Bahia.

Nascido de genuína reivindicação patriótica, quando outras províncias já haviam se lançado à busca de sua história, esta Casa soube responder à altura aos desafios que seus fundadores se propuseram arrostar e pode hoje, com justo orgulho, constatar que se cumpriu o vaticínio com que a imprensa soteropolitana saudou seu surgimento: o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia é a “satisfação de um compromisso da Bahia para com o resto do país e para com o mundo culto.”

Vice-presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – a instituição *mater* de quantas, por este Brasil, dedicam-se a reunir,

estudar e divulgar documentos referentes à nossa história e a trabalhar pela preservação da identidade brasileira – aqui representando seu presidente, e membro, com muita honra, do vosso quadro de correspondentes, trago-vos também, nesta noite, uma palavra de aplauso e conclamação.

Aplauso pelos esforços que vindes empreendendo, sob a esclarecida direção da presidente Consuelo Pondé de Sena, para responder aos desafios da hora presente, seja na interminável sequência das atividades voltadas para o conhecimento de vossa realidade, através de seminários, cursos e debates sobre temas que falam diretamente ao presente e ao futuro da Bahia, seja, ainda, pelo revisitar de vultos e fastos, à luz de novos estudos e pesquisas.

Aplauso também pelo empenho com que buscais a adaptação dos serviços deste Instituto às exigências da modernidade, pela realização de parcerias públicas e privadas, pelo aprimoramento da revista, pela valorização de vosso quadro social, por meio de criterioso recrutamento de “personalidades com efetiva contribuição para a cultura brasileira”, sejam elas, como bem exprimiu o prof. Arno Wehling, presidente do IHGB, “cientistas ou pensadores, ensaístas ou pesquisadores, polígrafos ou especialistas, clássicos ou modernos”, e, sobretudo, pela permanente valorização de vossa identidade como centro de produção de conhecimento, *locus* de convivência e sociabilidade, e “Casa da Bahia”, com tudo o que isto significa de memória para os filhos desta terra.

Aqui – podeis orgulhar-vos – passado e presente, servem à construção do futuro. Cuidais do passado, mas não viveis para ele. Lançais vossas vistas para o futuro, sem esquecer o presente, pois, no “eterno efêmero em que tudo é começo e recomeço”, como diria Paes Loureiro, o inspirado vate paraense, é que se constrói o amanhã e, por isto, estais à altura de vosso tempo.

O que é frágil, na torre de marfim, escreveu um dia Gustavo Capanema, “não é ser uma torre; é estar fora do mundo e longe dele. A torre deve ser semelhante a uma árvore, a uma cruz. Deve estar em perpétua comunicação com o mundo, com o tumulto e a angústia dos homens”. E vós estais!

Os Institutos Históricos vivem hoje, em nosso país, um momento singular. Embora carentes de meios, como as demais instituições da área da Cultura, em razão do que, já em 1894, o cônego Ludgero apodava de “indiferença culposa dos que só lhe bitolam os recursos pelo provento imediato nas exigências materiais”, têm feito o possível e impossível para se organizarem com vistas à implantação de um Sistema Nacional de Institutos Históricos, que lhes permita não apenas desenvolver projetos comuns, nas áreas de sua atuação, como também ganhar em representatividade junto ao governo, nas diferentes esferas, de forma a poderem participar, de modo mais orgânico, da discussão das políticas públicas para o setor.

Nesse sentido, Colóquios vários têm se realizado, desde 1998, na esteira das recomendações do I Encontro Nacional patrocinado pelo IHGB, em estados do Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul, com a participação, vez por outra, de representações de instituições congêneres, como a Academia Portuguesa da História e as de países do Mercosul. Em outubro próximo, encerrando as comemorações de seu 175º aniversário, espera o IHGB realizar o seu VI Colóquio, voltado para o tema Patrimônio e Memória.

Desde 2001, por outro lado, buscou-se incentivar, nos estados em que se faz possível, a criação de institutos históricos municipais, de modo a fortalecer a estrutura do próprio sistema, abrindo frentes avançadas de pesquisa e divulgação de temas históricos, preservação de memória e defesa do patrimônio em âmbito local, as quais já ultrapassam hoje a casa de 50.

O Sistema Nacional de Institutos Históricos precisa, pois, do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. E o IHGB, com a responsabilidade da coordenação do processo, está aqui para dizê-lo.

Os desafios que nos esperam, por outro lado, são muitos e urgentes. E em tempos de globalização, nenhum supera o da preservação de nossa identidade como povo. Cultura e História formam, pois, o binômio inafastável de nossa afirmação política. O espaço maior, único talvez, num mundo que se redesenha, no qual nos poderemos sempre ver como fomos, como somos e como queiramos continuar a ser. Preservá-la, pois, é antes de tudo um imperativo de sobrevivência.

E é esta, justamente, a conclamação que vos trago, nesta noite, em nome do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e de seu presidente.

Muito obrigado.

# O Instituto Geográfico e Histórico da Bahia em 2014

**Edivaldo M. Boaventura**

Sócio-benemérito e orador oficial do IGHBA

Fundado o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHBA), em 1894, foi a partir de 2 de julho de 1923 que Bernardino José de Souza, secretário perpétuo, o sediou neste edifício-monumento em comemoração à Independência do Brasil na Bahia. Somamos 120 anos de serviço à Bahia e à história.

A situação presente do Instituto tem sido encarada com vigor e determinação pela presidente Consuelo Pondé de Sena como se expressou em recente entrevista que integra este pronunciamento. Na relação de realizações significativas, projeta o desejo de criação do Memorial do Dois de Julho com os caboclos, símbolos patrióticos e indianistas, misticamente consagrados. Nada representa tanto a Bahia do que o caboclo, consta do seu brasão e mais ainda do sentimento religioso popular. O caboclo é a ressignificação do índio. E o Dois de Julho é a chave de entrada no Instituto, a Casa da Bahia. Concordamos plenamente com a presidente que todo povo tem direito à sua história e à tradição que o identifica (ANEXO – A).

Anterior ao IGHBA houve um antecedente: o Instituto Histórico da Bahia, criado em 3 de maio de 1856, que perdurou até 1877. Uma

tentativa provincial, não provinciana, de abraçar o exemplo dado pela criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Informa Aldo José Morais Silva (2012, p. 99), em sua tese sobre origens e estratégias de consolidação institucional, que esse antecedente, matizado de cores monárquicas, teve funcionamento incerto com atividades exíguas. O Instituto Histórico Provincial, assim chamado, estava ligado ao poderoso e polêmico arcebispo primaz, Dom Romualdo Antônio de Seixas.

Os objetivos da instituição estão nos seus atos constitutivos. Mas o desempenho dos seus papéis se efetiva no cotidiano. Casa democrática, que seleciona pela eleição as personalidades diferenciadas pelo currículo, pelas obras escritas, pelas obras de pedra e cal e pelas lideranças profissionais. O Instituto recebe, igualmente, os jovens assinalados de talento. Não se estruturou pelos cabalísticos *numerus clausus* e pela imponência das cadeiras patrocinadas. É uma academia de história aberta e democrática que atende as peculiaridades da vida social baiana: oralidade, música, gastronomia e espírito festivo. Complexa organização baiana, graças ao Senhor do Bonfim, que nos veio lá de Setúbal.

O Instituto é uma das mais antigas casas de cultura da Bahia em funcionamento. Presidido, honorificamente, pelo governador Roberto Santos, o maior baiano vivo, desde o início conta com poucos beneméritos, alguns honorários, com efetivos e correspondentes. Os associados correspondentes nos aproximam de outros brasileiros, dos irmãos portugueses e dos estrangeiros.

É salutar que o incremento da pós-graduação tenha aumentado a procura ao nosso acervo. Para a elaboração de monografias, dissertações e teses, alunos e professores utilizam as fontes pela exigência das metodologias bibliográfica e documental. Por esses e outros motivos, é um núcleo de pesquisa, um lugar de memória, de convivência, de buscas e de comemorações.

## O adeus do Instituto

Todo 13 de maio é de festa no Instituto. Na comemoração dos 120 anos são dobrados os festejos. Na data aniversária, o Instituto reúne

a comunidade de associados, amigos e frequentadores, quando damos adeus aos companheiros que partiram e abraçamos os que ingressam. Saudade e confraternização.

Começemos pelo elogio a duas historiadoras admiráveis pela convivência e distinguidas pela contribuição à História: Consuelo Novais Sampaio e Anna Amélia Vieira Nascimento.

Ao tomar posse na Academia de Letras da Bahia, **Consuelo Novais Sampaio** recordou a sua trajetória pessoal e profissional: “Nasci nos sertões de Jequié e ali cresci, alimentada com leite de cabra, carne de sol e pirão de leite, saboreando suculentos umbus, ao tempo que corria, livre e solta, por entre a vegetação rasteira do agreste” (SAMPAIO, 2000, p. 2-3).

Teve uma adolescência itinerante entre Salvador e Rio de Janeiro. Concluiu a graduação, em História, na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. Retornando à Bahia, fez o mestrado em Ciências Sociais e História, da Universidade Federal, quando se reencontrou com o seu antigo professor de colégio, Luís Henrique Dias Tavares, nosso decano. Conheceu, então, José Calasans Brandão da Silva e Antônio Luiz Machado Neto. Todos três associados do Instituto, doutores e docentes livres, que iniciaram, pioneiramente, a pós-graduação com o programa de mestrado em Ciências Sociais e História na Ufba. Concluiu-o com a dissertação: *Os partidos políticos da Bahia na Primeira República: uma política de acomodação* (SAMPAIO, 2014). Continuou o estudo do tema da história política republicana, na primeira metade do século XX, no doutorado, na The Johns Hopkins University, nos Estados Unidos, com a tese: *Crise no sistema oligárquico brasileiro: um estudo de caso na Bahia, 1889-1937* (OLIVEIRA, 2000, p. 351). Seguiu-se o pós-doutorado na Universidade da Califórnia, em Los Angeles, decantando o tema da história política.

O seu contributo maior é o estudo da história política republicana na Bahia. É uma referência. Publicou as cartas do Barão de Jeremoabo sobre Canudos e ganhou o prêmio da Fundação Odebrecht com a obra *50 anos de urbanização: Salvador da Bahia no século XIX*. Um dos seus últimos trabalhos foi a biografia de Manuel Pinto de Aguiar, seu antecessor na cadeira de número 40 da Academia de Letras da

Bahia (SAMPAIO, 2014). Para João Eurico Matta (2013), no elogio à sua memória: “[... ] o grande ser humano, que foi e é Consuelo Novais Sampaio, com seu espírito gregário e convivial, com sua profunda inteligência da vida social, sua sensibilidade para as artes (especialmente as musicais) [... ].”

Já a contribuição de **Anna Amélia Vieira Nascimento** (1930-2014) foi para a história social e preservação do patrimônio documental e arquivístico. Optando pela história social, escolheu como campo empírico de investigação o Convento do Desterro, a primeira casa monacal feminina instituída na Bahia. Assim, deu à estampa *Patriarcado e religião: as enclausuradas clarissas do Convento de Santa Clara da Bahia 1677-1890* (NASCIMENTO, 1994). É a vida de uma instituição religiosa intimamente ligada à sociedade patriarcal. Trata-se, na origem, de estudo que apresentou como tema de mestrado na Universidade da Picardie, em Amiens, na França. Em *Dez freguesias da cidade do Salvador* (NASCIMENTO, 1986), estudou a vida social e urbana da capital baiana. Ainda pesquisou a Quinta do Tanque, a memória da Fecundação das Indústrias do Estado da Bahia e legou outras contribuições.

Anna Amélia, conhecedora dos acervos, foi a nona diretora do Arquivo Público da Bahia (Apeb) e a primeira mulher a ocupar a direção. Exerceu o cargo por quase 20 anos. Tivemos a satisfação de trabalhar diretamente com ela, quando da segunda gestão na Secretaria de Educação e Cultura (1983-1987). Por sua sugestão, tomamos a iniciativa da lei de proteção aos arquivos públicos e privados, criação do sistema estadual de arquivos e classificação dos arquivos em correntes, intermediários e permanentes (BAHIA, 1984). É importante assinalar o seu apoio ao programa dos arquivos municipais, dentre muitas outras iniciativas atinentes ao patrimônio documental.

A heráldica ocupou a vida de **Vítor Hugo Carneiro Lopes**. Aprendeu com o beneditino Irmão Paulo Lacheumayer, OSB (VEIGA, 2012), a arte do desenho de brasões e símbolos, aprofundando-se nos estudos heráldicos e de genealogia. Vítor Hugo propôs uma alternativa para as armas baianas centradas na cruz, como se encontra no escudo da Polícia Civil da Bahia. Desenhou a Ordem do Mérito da Bahia, os brasões da Universidade Estadual do Sudoeste (Uesb) e da Universidade

do Estado da Bahia (Uneb). Mais recentemente, concebeu as medalhas Arlindo Fragoso, fundador da Academia de Letras da Bahia, Isaías Alves, da Academia Baiana de Educação, e Bernardino José de Souza, do Instituto Geográfico e Histórico. O brasão da Academia de Ciências da Bahia é de sua autoria como vários *ex-libris*.

Dois associados se distinguiram na contribuição jurídica: Luiz de Pinho Pedreira da Silva e Gérson Pereira dos Santos.

O jurista **Pinho Pedreira** era doutor e livre docente do Direito do Trabalho com a tese *A gorjeta*, além de estudo sobre *Principiologia jurídica* e outros trabalhos. Como procurador do Ministério Público do Trabalho deixou substanciosos pareceres. Ascendeu a desembargador federal do Tribunal Regional do Trabalho, 5ª Região. Como doutor em Direito, colaborou no ensino desse ramo jurídico no mestrado e doutorado em Direito, da Universidade Federal da Bahia.

O acadêmico, escritor e jurista **Gérson Pereira dos Santos** (1932-2014) presidiu o Tribunal de Justiça da Bahia, dirigiu a Faculdade de Direito da Ufba, ensinou Direito Penal e Criminologia e integrou as academias de Letras e de Letras Jurídicas da Bahia. O Parlamento Alemão o homenageou pela divulgação das letras jurídicas europeias. Legou uma larga contribuição na área criminal e literária como ensaísta e tradutor (ANUÁRIO DA ACADEMIA DE LETRAS DA BAHIA, 2014 p. 153-155).

Homenageamos dois correspondentes portugueses: Justino Mendes de Almeida e Antônio Celestino.

O professor **Justino Mendes de Almeida** (1924-2012) era vice-presidente da Academia Portuguesa da História, membro da Academia de Ciências e da Sociedade de Geografia de Lisboa e de muitas outras associações portuguesas e estrangeiras, como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Dedicou-se aos estudos literários clássicos. Era latinista e gozava do maior prestígio intelectual.

O confrade **Antônio Celestino** esteve sempre muito próximo de todos nós. Viveu boa parte da sua vida ativa na Bahia, constituiu família e teve três filhas: Virgínia Maria, Maria do Carmo e Maria da Luz, que vivem em Salvador. Participou intensamente da vida cultural baiana,

integrado ao grupo dos amigos de Jorge Amado. Como colaborador assíduo de *A Tarde*, escreveu crônicas sobre artes plásticas. É autor, dentre outras obras, de *Gente da terra*, painel de entrada da pintura figurativa baiana do pós-guerra. Publicou poesias, memórias e escreveu a história de sua terra natal, São João de Rei, na verde região do Minho. Volveu à sua Casa do Ribeiro, em Póvoa do Lanhoso, e nos deixou em 21 de abril de 2013. O professor José Abílio Coelho (2014) organizou uma recente e bem-fotografada polianteia.

Fechemos o livro das ausências, assinalando os centenários de 2014. O Instituto se solidariza com as famílias e as organizações na homenagem a **Rômulo Almeida, Dorival Caymmi, Olga Pereira Mettig e Diógenes Rebouças**, quando completam 100 anos. Termino o adeus aos confrades e homenageados com São Paulo: “A cada um é dada a manifestação do espírito para proveito comum” (Coríntios, 12; 7).

## A recepção aos novos sócios

Aos que hoje ingressam, abraçamos fraternalmente, com os melhores desejos de salutar convivência na vida societária. Os novos sócios renovarão a mensagem e os serviços do Instituto. Sejam bem-vindos: 1 – Alberto Nunes Vaz da Silva, economista e administrador de empresa; 2 – Alex Schramm da Rocha, juiz federal; 3 – Ana Cláudia Gomes de Souza, professora, antropóloga; 4 – Augusto César Zeferino, geógrafo, confrade presidente do IHGSC; 5 – Dante Augusto Galeffi, professor universitário; 6 – Edilece Souza Couto, professora e historiadora; 7 – Eduardo Guimarães Pereira das Neves, engenheiro civil; 8 – Getúlio Marcos Pereira Neves, juiz de direito e confrade presidente do IHGES; 9 – Ildo Fucs, advogado; 10 – Isaías de Carvalho Santos Neto, arquiteto; 11 – Jaira Capistrano da Cruz Soares, advogada e professora; 12 – José Antônio Santos, professor universitário; 13 – José Andrade Mendonça, empresário; 14 – Joselito Barreto Abreu, advogado; 15 – Lídia Boaventura Pimenta, administradora, doutora em educação; 16 – Livaldo Reaiche Raimundo Britto, procurador de justiça; 17 – Lucas de Faria Junqueira, historiador; 18 – Marcos Antônio Rodrigues Vasconcelos Filho, cientista social; 19 – Márcio César de

Mello Brandão, médico; 20 – Maria de Fátima Silva Carvalho, juíza de direito; 21 – Maria Inês Corrêa Marques, professora; 22 – Miguel Beirão de Almeida Metelo de Seixas, professor e pesquisador; 23 – Miguel Calmon Teixeira de Carvalho Dantas, procurador do estado da Bahia, doutor em direito; 24 – Pablo Antônio Iglesias Magalhães, historiador e professor de história; 25 – Paulo Coelho Veiga, arquiteto, mestre em artes plásticas e designer; 26 – Raimundo Luiz de Andrade, professor universitário e procurador do estado; 27 – Renato de Mello Guimarães Lôbo, servidor público federal; 28 – Swarts Alves Torres Sobral Bentes, administrador; 29 – Ubirajara Dantas Lemos, arquiteto; 30 – Vera Lúcia Príncipe Costa, médica veterinária e professora de filosofia; e 31 – Vivaldo do Amaral Adães, advogado criminalista.

## **A Medalha Bernardino de Souza, secretário do IGHBA**

Pela segunda vez, é outorgada a *Medalha Bernardino de Souza*, concepção do saudoso Vítor Hugo Carneiro Lopes. A presidente Consuelo Pondé de Sena, em reconhecimento ao trabalho, concede a insígnia corporativa ao benemérito Victor Calixto Gradin Boulousa. A homenagem envolve nossa querida Grace Gradin; o constante apoio de Geraldo Danneman; o prefeito que trabalhou e trabalha pelo Instituto, deputado federal Antônio Imbassahy, tão atavicamente ligado ao Instituto pelo seu tio Osvaldo Imbassahy; o advogado, empresário e nosso colaborador João Maurício Ottoni Wanderley de Araújo Pinho, que recorda o seu tio Wanderley Pinho, um dos grandes desta Casa; e este agradecido orador oficial quase perpétuo.

## **Ao arredondar dos 120 anos**

Começamos cedo os festejos dos 120 anos. A abertura dos trabalhos coube ao professor Luiz Antônio de Souza com a exposição: *Salvador, valorização histórica e social das praias*. Seguiu-se o lançamento do *Catálogo de obras raras* e do livro *Portugal, um denso país*, de nossa autoria (BOAVENTURA, 2013), em 20 de março de 2014. Um detalhe para registrar o evento. Assinalamos que foi a primeira vez

que fizemos a abertura do ano acadêmico, como procedem as instituições culturais e universitárias.

O geólogo Rubens Antônio Filho ministrou um curso sobre *Salvador, dos seus terrenos à escarpa da falha e o avanço sobre a planície litorânea*. A escarpa é de suma importância para a constituição geológica da cidade do Salvador. Por sua vez, o professor Luiz Américo Lisboa Júnior, pesquisador da música popular brasileira, encarregou-se de dois cursos: a) *Regime militar e a música popular brasileira*, e b) *Vida e obra de Dorival Caymmi*. Como neto de Arnold Wildberger, Luiz Américo Júnior mantém a tradição do autor da monumental história dos presidentes da Província da Bahia. A presidente Consuelo Pondé de Sena e o arquiteto Francisco Sena discutiram *História e destinação do Palácio Arquiepiscopal da Sé*, construção de Dom Sebastião Monteiro da Vide. A restauração desse importante monumento tombado continua em debate.

A diretoria passou a contar com a participação do administrador e empresário Eduardo Moraes de Castro, como primeiro vice-presidente. Contamos com o bacharel e ex-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil/Bahia, Newton Cleyde Alves Peixoto, como secretário-geral; e Alberto Nunes Vaz da Silva, no posto de secretário-adjunto.

Ao encerrar, saudamos os confrades Victorino Chermont de Miranda, vice-presidente do IHGB, e Augusto César Zeferino, presidente do IHG de Santa Catarina.

Para participar dos 120 anos, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro está bem presente com o vice-presidente, doutor **Victorino Coutinho Chermont de Miranda**, amigo da Bahia. A sua significativa presença tonifica os laços societários de nosso estimado sócio-correspondente. Em várias oportunidades, Victorino tem trabalhado em prol da nossa cultura. Recordemos a classificação da valiosa louça brasenada da coleção Jorge Calmon, doada à Academia de Letras da Bahia, trabalho em colaboração com a confreira Sylvia Athayde, diretora do Museu de Arte da Bahia (MAB). Compondo o quadro de inúmeras entidades culturais, conhecedor notório da genealogia, tem elaborado trabalhos sobre famílias e memória. É uma satisfação termos Victorino Chermont de Miranda conosco nesta festa. Bem haja, prezado amigo e confrade. Grato pela presença.

Agradecemos, igualmente, a presença do presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, professor **Augusto César Zeferino**, que se tornou, a partir de hoje, nosso sócio-correspondente. Mestre e doutor em geografia, planejamento regional e urbano pela Universidade de Wisconsin-Milwaukee, professor da Universidade Federal de Santa Catarina, atua em vários órgãos públicos e é autor de dezenas de publicações e relatórios técnicos. É membro da Academia Portuguesa da História e de outras entidades. Pelo vínculo de associado-correspondente, alcançamos a horizontalidade da estadualização da cultura, incrementando a interação entre os institutos congêneres. Com o ingresso do confrade Augusto César, o Instituto catarinense se aproxima da Casa da Bahia. Seja bem-vindo prezado colega e confrade. Agradecemos a Medalha do Centenário da Guerra do Contestado.

Cumprimentamos os parentes e amigos dos sócios falecidos, abraçamos fraternalmente os novos associados, os distinguidos com a insígnia corporativa, confradeiras e confrades, servidoras e servidores da Casa e todos os presentes.

Finalizando a fala oficial, solicito ao presidente de honra, professor Roberto Santos, que faça entrega à nossa presidente da placa comemorativa: *À presidente Consuelo Pondé de Sena, na comemoração dos 120 anos do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, o reconhecimento da comunidade acadêmica.*

Agradeço a presença de todos e, mais ainda, a atenção.

Salvador, 13 de maio de 2014.

## Referências

ACADEMIA DE LETRAS DA BAHIA. Anuário da Academia de Letras da Bahia 02. In: \_\_\_\_\_. **Cadeira nº 40. Ocupante Consuelo Novais Sampaio.** Salvador: Quarteto, 2014. p. 186-189.

ACADEMIA DE LETRAS DA BAHIA. Anuário da Academia de Letras da Bahia 02. In: \_\_\_\_\_. **Cadeira nº 32, Gerson Pereira dos Santos.** Salvador: Quarteto, 2014. p. 153-155.

BAHIA. Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Bahia. Lei Delegada n° 51, 31 mar. 1983. Dispõe sobre a proteção dos arquivos públicos e privados e dá outras providências. **Estrutura legal da educação baiana**. Salvador: ASSED, 1984. p. 21-24. (Caderno Educação para todos).

BOAVENTURA, Edivaldo M. **Portugal, um denso país**. Salvador: Quarteto, 2013.

COELHO, José Abílio (Cord. ). **Andar na vida vivendo**: itinerários celestínianos. Braga: Costeira, 2014.

MATTA, João Eurico. À memória de Consuelo Novais Sampaio. **Pro-nunciamento na Academia de Letras da Bahia**, em 12 dez. 2013. Inédito.

NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. **O convento do Desterro da Bahia**. Salvador: Ed. Gráfica Indústria e Comunicações Ltda, s/d [1973] 128 p.

NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. Le Couvent de Sainte Claire au Desert de la Baie de Tousles Saints: histoire d'une fondation religieuseau XVII è. Siècle. Salvador, 1976 (mimeo).

NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. **“Letras de Risco” e “Carregações” no comércio colonial da Bahia. 1660-1730**. Salvador: Centro de Estudos Baianos da UFBA. n° 78, 1977. 43 p.

NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. **A Quinta do Tanque: um monumento a serviço da cultura da Bahia**. Bahia: Governo do Estado, Secretaria de Educação e Cultura/ Arquivo do Estado da Bahia, 1980. 56 p.

NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. **Dez freguesias da cidade do Salvador. Aspectos sociais e urbanos do século XIX**. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1986. 204 p.

NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. **A postura escravocrata no convento de religiosas**. Salvador: Centro de Estudos Baianos da Ufba, n° 172, 1990. 449 p.

NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. **Patriarcado e Religião: as enclausuradas clarissas do Convento do Desterro da Bahia 1677-**

1890. Salvador: Conselho Estadual de Cultura, 1994. 492 p.

NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. **Memória da Federação das Indústrias do Estado da Bahia**. Salvador: Fieb, 1997. 269p.

OLIVEIRA, Waldir F. Saudação a Consuelo Novais Sampaio. **R. ALB**, Salvador, n. 44, p. 353, 2000.

SAMPAIO. Consuelo N. Discurso de Posse. **R. ALB**, Salvador, n. 44, p. 330-333, 2000.

SILVA, Aldo José Morais. **Instituto Geográfico e Histórico da Bahia: origem e estratégias da consolidação institucional**. Feira de Santana, BA: Uefs Editora, 2012.

VEIGA< Paulo. Irmão Paulo Lechenmayer, OSB: a arte germânica na Bahia. **R. IGHB**, v. 108, p. 165-176, 2013.

## ANEXO-A

RAMOS, Cleidiana. Entrevista com Consuelo Pondé de Sena. **A TARDE**, Salvador, p. A7, 21 mar. 2014.

### Todo povo tem que ter a sua história

#### Entrevista com Consuelo Pondé de Sena

*O Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB) é também chamado a “Casa do Povo” pela estreita ligação com as comemorações da Independência e de outras importantes datas. A instituição guarda as imagens do caboclo, assim como sediou o congresso que comemorou os 400 anos da fundação de Salvador, em 1949. O IGHB já iniciou as comemorações dos seus 120 anos, programadas para durar o ano inteiro, como conta Consuelo Pondé, nessa entrevista.*

### **O IGHB está completando 120 anos. Como a senhora define essa instituição nos tempos de hoje?**

Essa instituição passou por várias etapas. Foi fundada em 1894 e teve um período de hesitação, mas as pessoas foram chegando. Essa casa é um marco. Ela passou por várias sedes e em 2 de julho de 1923 foi inaugurada para comemorar o centenário da Independência da Bahia. Bernardino José de Souza, secretário perpétuo do IGHB, sonhou fazer uma sede que seria um monumento à independência do Brasil na Bahia. Essa casa sempre esteve ligada à ideia do 2 de Julho. Os caboclos, inclusive, estão conosco.

### **O que tem programado para os 120 anos?**

Nós estamos com problemas devido à falta de dinheiro. Mas temos alguns projetos concorrendo no Faz Cultura. Precisamos qualificar o salão nobre, que tem 90 anos de uso e está com vazamento; os pombos estão invadindo a casa e falta pintura. Apostamos no projeto, mas tudo isso demora muito.

### **Também estão previstos seminários e publicações?**

Estamos tentando acertar com a Assembleia Legislativa da Bahia uma publicação de uma revista especial no dia 13 de maio, dia do aniversário. Mas o ano será todo de celebração. Queremos fazer um congresso no segundo semestre e contamos com a Prefeitura de Salvador. A temática será “Bahia, comida e festa”. Aqui temos muitos especialistas nessa área. Vivaldo Costa Lima, por exemplo, foi um grande conhecedor da antropologia sobre comida e tem seguidores na Bahia e fora dela. Nossa proposta é para o segundo semestre, pois este ano teremos Copa do Mundo, para qual estarão voltadas as atenções.

### **Que outro momento marcante a senhora destacaria?**

Em 1949, por ocasião do IV Centenário da Fundação da Cidade do Salvador, essa casa viveu outro grande momento. O IGHB era presidido pelo professor Francisco Peixoto de Magalhães Neto e o historiador Braz do Amaral foi escolhido como presidente do I Congresso de História. Braz do Amaral morreu. Aí escolheram Bernardino de Souza, que estava no Rio, mas ele morreu. Aí disseram: “Quem vai ser agora?”. Magalhães Neto que era supersticioso, disse: “Eu não quero

ser presidente. Botem outro”. Wanderley Pinho, que era prefeito de Salvador, assumiu. O congresso reuniu mais de 500 inscitos. Veio uma grande comissão de Portugal, pessoas envolvidas com documentação do período colonial. Foi um acontecimento que, inclusive, permitiu uma ampla discussão sobre a fundação da cidade.

**Diferentemente do que as pessoas, de um modo geral, imaginam, embora seja um ambiente voltado para a pesquisa, o IGHB é bastante movimentado.**

Sim. No ano passado tivemos cursos direcionados a cadeirantes. Providenciamos o deslocamento deles até aqui. Depois organizamos um curso para pessoas com deficiência visual. Eles vieram, mas se queixaram, pois não puderam acompanhar de forma mais intensa. Então o professor organizou um curso especial de geologia, que incluiu, por exemplo, uma maquete de Salvador para que eles pudessem, pelo tato, conhecer o relevo da cidade de Salvador. Não é, portanto, uma casa fechada. Ela já nasceu desse jeito. Afrânio Peixoto disse que, diferentemente de outros institutos brasileiros, o IGHB não tem cadeiras como as academias. Os primeiros anos foram difíceis, mas a instituição foi ganhando prestígio, sobretudo quando Bernardino de Souza fez campanha para construção dessa sede. Ele mobilizou o país inteiro para arranjar doações.

**Foi uma campanha de doações populares?**

Foi uma campanha de subscrição popular. Até o marechal Rondon deu dinheiro para construção dessa sede. Bernardino de Souza apelou a todos. Ele escreveu para os juizes do interior. Meu avô era juiz em Alagoinhas. Aqui tem a carta de meu avô para Bernardino dizendo que não podia mandar muito dinheiro, pois sua comunidade era pobre, mas ele mandou. Tem uma carta de minha tia-avó, que era professora em Lajes, mandando uma pequena quantia. Meu pai também contribuiu. É só uma amostra de como a construção dessa sede mobilizou os baianos e pessoas de outros estados também. A ideia é que estava sendo criada a “Casa da Bahia”.

**O IGHB tem um acervo documental considerável.**

É o maior acervo da história da Bahia. Quando Ubiratan Castro de Araújo esteve aqui no centenário do governador Antônio Balbino,

representando o governador, ele fez um discurso dizendo que essa instituição é o verdadeiro museu de história da Bahia.

**Vocês guardam os caboclos do 2 de Julho e organizam a festa. Como a senhora analisa, hoje, as comemorações populares da cidade?**

Lamentavelmente acho que não se ensina mais história da Bahia. Quando menina, eu vinha assistir ao desfile de 2 de Julho aqui e nem imaginava que um dia estaria presidindo o Instituto. Os sócios abriam a casa e ficavam aqui, e a rua sempre estava repleta de gente. Hoje, no desfile à tarde não tem ninguém. O IGHB continua ficando aberto, mas poucos políticos passam no período da tarde. A festa tem perdido muito prestígio. Lá na Lapinha continua o mesmo entusiasmo, mas a segunda etapa da tarde caiu muito. No Campo Grande é melhor, pois tem música. Mas o 2 de Julho ainda não se transformou em um carnaval, graças a Deus. De qualquer maneira, essa casa tem sido a guardiã de tradições que a gente não pode deixar morrer. Todo povo tem que ter a sua história e manter a sua tradição.

**A senhora é uma das entusiastas da ideia de implantação de um memorial sobre o 2 de Julho.**

Queria que houvesse um memorial que ficasse aberto à visitação pública. Poderíamos fazer uma réplica das estátuas dos caboclos para que desfilassem, e as estátuas antigas ficariam guardadas. Os carros estão muito desgastados. Já dei a ideia de fazer uma espécie de estrado para colocar os carros em cima, pois as rodas já estão muito estragadas. Todo ano, a Prefeitura gasta de 15 a 20 mil reais para garantir o conserto dos carros.

A Tarde, 21 de março de 2014.

Revista do In  
do Instituto  
stitit  
aráp  
Ge  
e  
ráfico e Histó  
Th

Centenário  
de  
personalidades



# Diógenes Rebouças, um humanista temporão<sup>1</sup>

**Paulo Ormino de Azevedo**

Arquiteto, professor da UFBA e membro da Academia de Letras da Bahia e do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.

## Resumo

O objetivo deste artigo é apresentar as contribuições de Diógenes Rebouças nas várias áreas em que atuou, destacando-s a figura do arquiteto-urbanista e do professor.

**Palavras-chave:** Bahia, História, Diógenes Reboças, arquitetura, urbanismo

## Abstract

The objective of this paper is to present the contributions of Diogenes Rebouças

---

<sup>1</sup> Este artigo é uma revisão e atualização do artigo que publiquei em 1997 sob o título *Diógenes Rebouças, um pioneiro modernista baiano*, In: CAR-DOSO, Luiz A. F.; OLIVEIRA, O. F. de (Orgs.). **(Re)discutindo o modernismo. Universalidade e diversidade do movimento moderno em arquitetura e urbanismo no Brasil**. Salvador: MAU-FAUFBA, 1997. As informações aqui veiculadas resultam da vivência do autor com o arquiteto, de quem foi colaborador e seu sucessor na cadeira da Teoria da Arquitetura, na UFBA. Resultam ainda de longa entrevista concedida por Rebouças ao autor, em outubro de 1988, complementada por outras de seus colaboradores: Francisco de Assis Couto dos Reis, Fernando Machado Leal, Heliodório Sampaio, Ana Maria Fontenele etc.

in various areas in which he served, especially the figure of the architect-urban planner and teacher.

**Key words:** Bahia, History, Diogenes Reboças, architecture, urbanism

O termo humanista tem muitas acepções, mas, ao que me refiro aqui, é aquele da passagem do teocentrismo para o antropocentrismo, da substituição da fé pela razão, que coincide com o término da Idade Média e inauguração da Modernidade. O Humanismo produziu na Itália o renascimento das artes, das ciências e da política e seus protagonistas eram homens com uma cultura e habilidades muito diversificadas, que iam das artes plásticas ao projeto máquinas, edifícios e cidades, como Leonardo Da Vinci, Miguel Ângelo, Barromini e Bernini.

Não pretendo comparar Diógenes Rebouças com esses gênios, senão assinalar algumas coincidências. Diógenes foi pintor, engenheiro agrimensor, topógrafo, arquiteto-urbanista e professor. Em alguma delas foi um autodidata, como arquiteto e urbanista. O contexto em que viveu também se assemelha ao do Renascimento italiano com a revolução das artes brasileiras deflagrada com a Semana de Arte Moderna de 1922 em São Paulo e da consolidação da arquitetura modernista brasileira a partir de 1937 com a visita de Le Corbusier ao Brasil. Como os colegas italianos, serviu ao estado, em especial aos governos de Landulfo Alves, Otávio Mangabeira e Juracy Magalhães e a grupos econômicos como Odebrecht, Correa Ribeiro e Euvaldo Luz.



Diógenes Rebouças (Arquivo A Tarde)

Diógenes Rebouças, órfão de pai aos onze anos, teve uma educação austera e uma juventude dedicada ao estudo e ao trabalho. Nascido no distrito de Tartaruga, em Amargosa, na zona cacauzeira, em seus anos bravios, é desterrado ainda menino e enviado para Salvador como aluno interno de um das escolas mais exigentes da capital, o Ginásio Carneiro Ribeiro, na Soledade. Ali se preparou para ingressar na conceituada Escola Agrônômica da Bahia, visando suceder o pai na administração da roça de cacau da família.

Tais vicissitudes forjaram uma personalidade tímida e introvertida com dificuldade de comunicação com seus pares. Mas não deixa de ser surpreendente como este homem que, a rigor, nunca cursou uma faculdade de arquitetura e não teve senão contactos esporádicos com arquitetos de outros estados tenha se transformado no arquiteto da Bahia durante 30 anos.

## O Pintor

Ainda aluno interno do Instituto Agrícola da Bahia, fundado em 1859<sup>2</sup>, em São Francisco do Conde, começa a desenhar a mão livre, habilidade que seria reconhecida e incentivada por um grupo de naturalistas belgas que realizavam missão científica no Rio Paraguaçu, à qual se incorporou como documentarista por indicação de seus mestres. Esta teria sido sua vocação natural.

Com a transferência em 1931 do Instituto para Monte Serrat, em Salvador, procura orientação com o retratista Vieira de Campos, que o encaminha à Escola de Belas Artes, onde o diretor, arquiteto José Allioni Filho, face à formação técnica do candidato, recomenda que ele se matriculasse também no curso de arquitetura, carreira para ele desconhecida inteiramente. O curso de pintura vivia um bom período, com excelentes professores de formação europeia, como Presciliano Silva, Alberto Valença e Mendonça Filho, pintores acadêmicos de formação europeia, mas já influenciados pelos impressionistas franceses.

<sup>2</sup> Vide *Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia*, Vol. II, Recôncavo, I parte. Salvador: Bahia, Secretaria de Indústria e Comércio, 2.ed. 1982, p. 197-198.

Rebouças que cursava concomitantemente agrimensura, pintura e arquitetura, inclina-se mais para a pintura. Diplomado precocemente Engenheiro Agrimensor em 1933, aos 19 anos, abandona a Escola de Belas Artes e retorna a Itabuna onde se ocupa demarcando fazendas, locando estradas e fazendo topografia para abertura de ruas e redes de esgoto.

De volta a Salvador, em 1937, diploma-se como Professor de Desenho e Pintura e dedica-se à aquarela e ao óleo, expondo nos salões da Escola de Belas Artes e da Ala das Letras e das Artes, em Salvador. Ganha os prêmios de Estudos Caminhoá na Bahia e Salão de Maio, da Sociedade de Artistas Brasileiros, no Rio de Janeiro. Passou então a frequentar o ateliê de seu mestre Mendonça Filho e continuou pintando, mas não retorna ao curso de arquitetura.

Sua pintura tem três fases bem definidas. A inicial, das aquarelas clássicas, miméticas, com preferência pelas marinhas, provavelmente por influência de Mendonça Filho, e de óleos de paisagens bucólicas, como o Dique do Tororó, que corresponde ao período que trabalhou no Escritório de Planejamento Urbano de Salvador, EPUCS, com a preocupação de documentar uma paisagem, que sabia, seria destruída pelo processo de urbanização. Esta é talvez a melhor fase de sua pintura. Uíama segunda, quase exclusivamente de óleos, já francamente modernista retratando cenas de costumes, muito influenciada por Di Cavalcanti e pela Geração 46, que introduziu a Arte Moderna na Bahia, constituída por Mario Cravo Jr, Carlos Bastos, Genaro de Carvalho, Jener Augusto, Caribé e Maria Célia Calmon.

Com a prática da topografia, do urbanismo e da arquitetura ele abandona gradativamente os pincéis, mas propicia o surgimento de um movimento muralista em suas obras, como o Centro Carneiro Ribeiro e Hotel da Bahia. Volta à pintura depois de fechar o escritório e se transformar num consultor de construtoras e entidades públicas para fazer uma reconstituição histórica da paisagem de Salvador que conheceu quando jovem, transformando velhas fotografias em quadros coloridos e vivenciados. Reuniu assim o maior portfólio sobre Salvador do final do século XIX e início do XX, que publicou com o apoio da Odebrecht<sup>3</sup>. Trata-se de

<sup>3</sup> Essa coleção de cerca de 80 croquis, aquarelas e acrílicos pertencentes à Fundação Odebrecht foi reunida no livro **Salvador da Bahia de Todos os Santos no século**

uma coleção de valor especialmente histórico, mais que pictórico, como a pintura da juventude. Em suma ele se iniciou como um documentarista naturalista, passando pelas marinhas e paisagens bucólicas da época do EPUCS e terminando como um documentarista urbano.

## O urbanista

Ao contrário da maioria de seus colegas, Diógenes se transforma em um urbanista antes mesmo de uma prática arquitetônica. Para isto muito contribuiu sua prática na agrimensura e topografia e, naturalmente, uma boa dose de sorte. Ainda vivendo em Itabuna, no período de 1934 a 1936, conheceu o engenheiro sanitarista Mário Leal Ferreira que se admirou com uma praça projetada por ele na cidade. Mário, baiano, mas radicado no Rio de Janeiro, tinha um grande escritório naquela cidade e estava em Itabuna fiscalizando obras financiadas pela Caixa Econômica Federal. Apesar da diferença de idades e experiências os dois se identificaram logo.

O interventor Landulfo Alves (1938-1942) havia contratado com a Cia. Construtora Nacional o projeto e a execução de um complexo esportivo na Fonte Nova. Era um estádio em ferradura, abrindo-se para o Dique do Tororó, programa e projeto de influência italiana fascista. Mário Leal Ferreira fora contratado em 1941 para fazer a urbanização e ajardinamento da área e convoca Diógenes, que já havia se transferido para Salvador, para auxiliá-lo.

No momento da locação da obra, ele comenta com Mário Leal Ferreira que a implantação do estádio no meio do vale entre Nazaré e Brotas dificultaria a circulação urbana e comprometeria a drenagem da área, já que por ali passava canalizado o Rio das Tripas. E que apoiado na encosta da Fonte Nova a obra custaria muito menos. O engenheiro transmite a observação a Landulfo, que surpreso e desapontado manda paralisar as obras e autoriza a execução de um novo projeto.

---

**XIX, pintura documental de Diógenes Rebouças, notícias e notas de Godofredo Filho.** Salvador: Odebrecht S. A, 1977, reeditado em 1985. A referida coleção se encontra hoje no Museu do Mosteiro de São Bento em Salvador em regime de comodato.

Mário Leal Ferreira encarrega Rebouças da tarefa, que se assusta com a responsabilidade e reluta em aceitar. Mas aquele acena com uma assessoria dos arquitetos Lúcio Costa e Oscar Niemeyer, consultores de seu escritório carioca. Rebouças desenvolve em Salvador um novo projeto que, embora mantendo a disposição em ferradura original, toma a forma de uma elipse, inspirada na geometria do Estádio Olímpico de Berlim, publicado em revista italiana<sup>4</sup>.

Diógenes vai ao Rio de Janeiro para submeter o projeto aos assessores de Mário Leal Ferreira. Lúcio Costa elogia a boa implantação do estádio, mas faz restrições ao tratamento plástico, recomendando que ele procurasse Oscar Niemeyer e Affonso Eduardo Reidy. Estes fazem algumas observações que não seriam incorporadas ao projeto definitivo, como a colocação de um obelisco em uma das extremidades da ferradura, para conduzir a visão do espectador para o Dique do Tororó. Esta por sua complexidade foi uma intervenção mais de engenharia e urbanismo que de arquitetura.

Dois anos amais tarde, quando Mário Leal Ferreira vencendo propostas de Coimbra Bueno e Alfred Agache, é contratado para re-alizar o Plano de Urbanismo da Cidade do Salvador, não hesitaria em convidar Rebouças como colaborador. Mário tinha uma formação e experiência profissional excepcional. Formado engenheiro-geógrafo pela Escola Politécnica da Bahia fez pós-graduação em engenharia sanitária e sociologia em Harvard e outras universidades norte-americanas com bolsas das fundações Ford e Rockefeller e estágios na Alemanha, França, Filipinas e Cone Sul, especialmente acompanhando projetos sanitários e ferroviários. Ele foi professor das escolas nacionais de Engenharia e Belas Artes, no Rio de Janeiro, e dirigiu departamentos de água e esgoto daquela cidade e de São Paulo e de geografia e estatística do governo Vargas<sup>5</sup>.

Mário romperia com as visões estreitas do higienismo e do urbanismo a “La Beaux Arts” ainda vigentes, realizando o primeiro plano

<sup>4</sup> REBOUÇAS, entrevista citada.

<sup>5</sup> CAMPOS, Osvaldo. Pensando Salvador do futuro – a cidade, seus projetos, suas histórias, seus personagens. In: [HTTP:osvaldocampos.blogspot.com/2009/04/quem-pensou-salvador-do-futuromario\\_13.html](http://osvaldocampos.blogspot.com/2009/04/quem-pensou-salvador-do-futuromario_13.html) consultado em 10/08/2014.

urbanístico verdadeiramente científico do país. O Escritório de Planejamento Urbano da Cidade do Salvador – EPUCS – foi a grande escola baiana de urbanismo, onde se formou toda uma geração de técnicos que assumiriam os principais órgãos de planejamento de Salvador e divulgariam mais tarde essa experiência como professores da Universidade Federal da Bahia.

Rebouças fora convidado inicialmente a chefiar o setor de paisagismo do EPUCS onde, além do mapeamento das espécies e projeto de recomposição vegetal, promove o registro de aspectos bucólicos e urbanos da cidade por renomados pintores locais, inclusive por ele próprio, coleção infelizmente perdida nas secretarias da Prefeitura. Pouco depois, Mário Leal Ferreira confia a Rebouças a coordenação do principal setor do escritório. Com essa mudança a estrutura do EPUCS seria constituída por Mário Leal Ferreira, coordenador geral; Diogenes Rebouças, coordenador do planejamento físico, e Admar Guimarães, consultor jurídico e sociólogo. Esta seria a trinca pensante do EPUCS.

Com uma correta interpretação da complexa geomorfologia do sítio de Salvador, não obstante a inexistência de cartografia confiável, Rebouças deu ao plano do EPUCS uma previsão poucas vezes alcançada na integração das redes viárias e de drenagem do sítio urbano criando uma base objetiva para o zoneamento da cidade<sup>6</sup>.

Depois de duas prorrogações para conclusão dos trabalhos, a equipe do EPUCS é surpreendida com a morte repentina de Mário Leal Ferreira, ficando praticamente acéfala. O prefeito de Salvador autoriza então Rebouças a coligir, no Rio de Janeiro, os estudos em fase de conclusão para publicação. Mas ninguém poderia substituir a liderança do mestre e Rebouças um temperamento introvertido não conseguiria evitar o esfacelamento da equipe. Nem mesmo a transformação do escritório privado em uma comissão de direito público, em 1948, evitaria a dispersão do grupo e o arquivamento de seus estudos<sup>7</sup>.

---

<sup>6</sup> Vide SALVADOR. Prefeitura Municipal. **EPUCS — uma experiência de planejamento urbano**. Salvador: PMS, 1976.

<sup>7</sup> Recentemente estes arquivos muito danificados foram restaurados.

À frente do novo órgão, Comissão do Escritório de Planejamento Urbano da Cidade do Salvador – CEPUCS, que dirige até 1950, Rebouças não consegue concluir os estudos realizados pelo EPUCS e concentra seus esforços em projetos setoriais solicitados pelo Governador Octávio Mangabeira, a quem fora apresentado por Mário Leal Ferreira. Desenvolve assim o projeto da Avenida Centenário, única via de Salvador fiel à ideia original de *parkway*, e planos de urbanização para os bairros de Paripe e Itapoã. Executa, também, projetos para o Plano Estadual de Edificações Escolares, concebido por Anísio Teixeira.

Coube a Admar Guimarães redigir em 1954, com a colaboração de Rebouças o decreto-lei nº 701: Ordenamento do Uso do Solo, resgatando as principais propostas do EPUCS. Esse texto conciso de lei comandaria, durante 20 anos, o desenvolvimento da cidade e possibilitaria a implantação, uma década mais tarde, do sistema de avenidas de vale, ainda que de forma parcial, numa cidade duplicada e descentralizada. Não fora isto e Salvador seria hoje uma cidade parada. Do mesmo Admar Guimarães é a explicação do ideário do EPUCS nos comentários que fez sobre a Carta de Atenas<sup>8</sup>.

Diógenes volta aos temas do urbanismo ao projetar uma alternativa para a Av. de Contorno que ameaçava desambientar o Solar do Unhão, o mesmo acontecendo com a Estrada do Côco cujo projeto original tangenciava a Casa da Torre, em Camaçari. Ou ainda uma proposta de VLT que ligaria o subúrbio ferroviário através da Calçada ao centro da cidade passando pelas encostas da Montanha e do Dique do Tororó<sup>9</sup>.

## O arquiteto

Como já dissemos Diógenes se matriculou no curso de arquitetura por indução do diretor da Escola de Belas Artes e nunca terminou

<sup>8</sup> Sobre os fundamentos teóricos do EPUCS, vide a introdução e notas de Ademar Guimarães à **Carta de Atenas, urbanismo do CIAM**. Salvador: Diretorio Acadêmico da Escola de Belas Artes da UFBA, 1955.

<sup>9</sup> Informação dada pelo casal de arquitetos Ana Maria Fontenele Brasileiro e João Cipriano Brasileiro

o curso, que contava então com apenas três professores arquitetos: os baianos José Allioni Filho, diretor, e Antônio Navarro de Andrade e o carioca Hildebrando Pellagio. O curso só viria diplomar seus primeiros alunos no final da década de 1930, voltando à inatividade durante a primeira metade dos anos 1940. Não estava também ao par com as novas correntes do pensamento arquitetônico.

Embora tenha realizado um grande número de obras de arquitetura sua visão era a do urbanista. O que ele gostava de fazer era definir o partido e a estrutura do edifício, geralmente seguindo um eixo de composição. Para ele isto assegurava a concepção do projeto, o mais era secundário. O desenvolvimento do projeto e os detalhes podiam ser resolvidos por colaboradores. Isto fez com que em sua obra sempre ficasse a marca do colaborador.

Sua trajetória como arquiteto pode ser definida em cinco fases. A primeira pode ser caracterizada como de aprendizado do ofício e busca de uma expressão. Ela vai de sua formatura como agrimensor em 1933 até 1941. Foi sua sólida formação técnica e artística que lhe permitiu se transformar em um arquiteto. Os dois primeiros trabalhos foram feitos em Itabuna: uma praça pública e a catedral da cidade. Obras que resultaram da falta absoluta de arquitetos na cidade. A catedral de Itabuna é tipicamente uma obra de engenheiro, com uma preocupação predominantemente estrutural e funcional, ainda que se possa ver uma remota influência neogótica no batistério fora do corpo da igreja e nos pilares e vigas externas que sustentam a cobertura da nave lembrando arcos-botantes. Mas já apresenta uma ausência completa de elementos decorativos própria do modernismo.

Deslocando-se para Salvador, assume no primeiro momento a tendência neocolonial, com a sede da Associação Atlética da Bahia<sup>10</sup>. Mas logo modernista, com as residências Edeládio Ribeiro, nos Barris, e Mirabeau Sampaio, na rua Afonso Celso, uma linguagem modernista. Sobre a primeira casa diz ter-se inspirado na residência de Oswald de Andrade, projetada por Oscar Niemeyer. A segunda casa denota influência de Frank Lloyd Wright, negada pelo arquiteto. Esse ciclo termina

<sup>10</sup> Projeto em coautoria com o arquiteto Jaziel, publicado sob o título: *A nova sede da Associação Atlética da Bahia*. **Thecnica**, vol. 3. Salvador, 1941.

com o projeto do estádio da Fonte Nova, de 1941, uma obra mais de engenharia, com enorme complexidade geométrica, inspirado no Estádio Olímpico de Berlim.

A segunda fase se estende de 1947 a 1951 e coincide com o governo de Octávio Mangabeira. Nessa época, Salvador carecia de muitos equipamentos públicos de qualidade, como fórum, cadeia, hotel, teatro e rede escolar. O novo governo, após a ditadura de Vargas, precisava ser legitimado com grandes obras públicas. Rebouças, por seu turno, estava imbuído da ilusão dos modernistas de transformação da sociedade a partir do urbanismo e da arquitetura. A conjugação desses dois fatores, seu conhecimento da cidade e a falta de profissionais locais com experiência fariam de Rebouças o arquiteto oficial da Bahia por quatro anos, concomitantemente com a direção da CEPUCS.

Um de seus primeiros projetos, nessa fase, não foi dos mais felizes. Embora com roupagem moderna, a Penitenciária Lemos de Brito foi concebida dentro da tradição dos cárceres panópticos oitocentistas, com celas em volta de um pátio circular e torre central de vigilância<sup>11</sup>. Consciente de sua pouca experiência e falta de título profissional, Rebouças busca a associação com colegas mais experientes do sul, chegando mesmo a renunciar a projetos maiores, como o do Centro de Artes Cênicas, idealizado por Anísio Teixeira, no Campo Grande, em favor de Lúcio Costa, que não aceita, mas sugere os nomes de José de Souza Reis e Alcides da Rocha Miranda, seus colegas de SPHAN.

No caso do Hotel da Bahia, oferece a coautoria de um anteprojeto já aprovado pelo governo ao colega Paulo Antunes Ribeiro, do Rio de Janeiro, devido a sua maior experiência em licitações e fiscalização de obras ,segundo o próprio Rebouças<sup>12</sup>. Embora o partido original de

<sup>11</sup> Este projeto teve, segundo Rebouças, a assessoria de um psicólogo. Para evitar muros circundando o presídio, usou um sistema de fossos triangulares, tendo em cada vértice uma guarita armada. Mas, no pavilhão de segurança máxima, ele adota o princípio dos cárceres *panópticos* execrados por Michael Foucault em *Violar e Punir e Microfísica do Poder*.

<sup>12</sup> Foi Rebouças quem indicou a Mangabeira o local do hotel e fez seu primeiro anteprojeto. Naquele local, ele havia projetado anteriormente um condomínio de apartamentos para Hernani e Gileno Amado, que não vingou. A divisão de autoria com Paulo Antunes se deveu à pressa do governador em licitar a obra ainda em anteprojeto. Sua

Diógenes com uma lamina a 45° com relação à rua tenha sido mantido, não se pode negar a contribuição de Antunes ao projeto desenvolvido no Rio de Janeiro, no escritório de Bina Fonyat, especialmente na parte do lobby e dos salões do primeiro andar. Mesmo a primeira versão atribuída exclusivamente a Diógenes, cuja maquete foi publicada por Antunes em revistas internacionais como de sua coautoria, apresenta paredes coleantes que não ocorrem em nenhum outro projeto de Diógenes.

No hotel contemporâneo que Diógenes projetou para a vila da CHESF em Paulo Afonso, iniciado e paralisado a meia construção, a planta é totalmente cartesiana inclusive no setor social térreo, sem nenhuma limitação espacial. Sua elevação com um telhado borboleta e rampa de articulação dos vários pisos é da mesma linha das primeiras casas modernistas de Diógenes. O Hotel da Bahia é mais semelhante ao Hotel da Amazonas, também contemporâneo, de Paulo Antunes Ribeiro, com um volume retangular sobre pilotis duplos e salões sociais por entre eles, como reconhece Nivaldo Andrade Júnior, defensor da autoria exclusiva de Diógenes<sup>13</sup>.

A organicidade de seu lobby com paredes onduladas revestidas de azulejo e vidro e seus salões avarandados debruçados sobre o jardim do Campo Grande não é encontrado em nenhum outro projeto de Diógenes. Dele deve ter sido, sim, a proposta de um grande mural de Genaro de Carvalho no restaurante, como já havia realizado no Centro Carneiro Ribeiro. Esse edifício foi em seu tempo um dos melhores exemplos de arquitetura tropical do país. Por sua relevância mereceu ser publicado duas vezes pela revista *Architecture d'Aujourd'Hui*<sup>14</sup>. Viabilizado por uma associação de capitais públicos e privados, suas

---

construção foi viabilizada mediante a formação de uma sociedade por cotas, subscritas pelo Governo do Estado, Prefeitura Municipal, que desapropriou e doou o terreno, e um grupo de empresários locais: Manoel Joaquim de Carvalho, Fernando Góes, Correa Ribeiro e Pâmphilo de Carvalho. CF. REBOUÇAS. Entrevista citada.

<sup>13</sup> ANDRADE JR, Nivaldo. **Arquitetura moderna na Bahia, 1947-1951, uma história a contrapelo**, tese de doutoramento. Salvador: PPG-AU, UFBA, 2012, p. 426-527. Perspectiva do projeto original e do condomínio que foi projetado originalmente para o mesmo terreno por Diógenes são reproduzidos em **Acervo do EPUCS**: contextos, percursos, acesso. Org. FERNANDES, Ana: Salvador: UFBA, 2014, p. 203.

<sup>14</sup> **Architecture D'Aujourd'Hui**, n. 27, dez. 1949 e n. 52, fev. 1954.

obras tiveram que ser interrompidas à altura do sétimo piso, devido à falta de recursos.

A mais importante contribuição de Diógenes à Administração Mangabeira foi o projeto do Centro Educacional Carneiro Ribeiro idealizado por Anísio Teixeira. O educador havia confiado o planejamento de um sistema de dez desses complexos de educação integral ao escritório do Eng. Paulo de Assis Ribeiro, mas a resistência dentro do próprio Governo foi grande, devido ao custo de implantação do sistema<sup>15</sup>. O profissional escolhido para elaborar o projeto arquitetônico do primeiro complexo, na Caixa D'Água, em Salvador, foi seu ex-colaborador no Rio de Janeiro, Hélio Queiroz Duarte, então residindo em Salvador<sup>16</sup>. Mas este é transferido pouco depois para São Paulo pela Cia. Brasileira Imobiliária e de Construções e não consegue concluir senão os projetos de duas escolas-classes.

Faltando alguns meses para o término da administração Mangabeira, Anísio desesperado convoca Rebouças como coordenador do CEPUCS para projetar a escola-parque do conjunto. Não havia tempo senão para construir um pavilhão, o das Artes e Atividades de Trabalho, um imenso galpão onde foram instalados 20 ateliês. A grande contribuição de Rebouças foi a integração das oficinas em um espaço contínuo qualificado pela presença de grandes murais confiados a jovens artistas como Mário Cravo Jr., Jener Augusto, Maria Célia Calmon e Caribé recém-chegado à Bahia. Esta experiência impressionaria muito Lina Bo Bardi, anos mais tarde, que a reproduziria no Museu do Unhão e depois no SESC – Pompeia, em São Paulo. Esta experiência e a do Hotel da Bahia inspiraram uma lei municipal obrigando o uso de murais em edifícios públicos e condomínios privados.

Rebouças projetaria mais uma escola-classe. Os demais pavilhões do Centro Carneiro Ribeiro só seriam projetados e construídos entre 1959 e 1963, quando Anísio Teixeira presidia o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos – INEP e firmou convênio com o Estado da Bahia para a conclusão do conjunto. O Centro Educacional Carneiro

<sup>15</sup> BASTOS, Zélia. Ideias materializadas em concreto. Salvador, **A Tarde**, 21/9/1990

<sup>16</sup> DUARTE, Hélio Queiroz. **Escola – Classe/ Escola – Parque, uma experiência educacional**, São Paulo: FAU-USP, 1973, mimeo.

Ribeiro serviria de modelo para a escola-parque de Brasília (1961), os CIEPs do Rio de Janeiro, nas duas administrações de Brizola, e os CIACs do Governo Federal na administração Collor de Melo.

A terceira fase da atuação profissional de Diógenes é a do profissional liberal trabalhando para a iniciativa privada. O término da Administração Mangabeira, em 1951, coincidiu com a reestruturação e incorporação da Escola de Belas Artes à UFBA. O diretor da escola, pintor Mendonça Filho, estava empenhado em renovar o fraco curso de arquitetura. Embora sem título, seu amigo Rebouças já era um arquiteto reconhecido e é com ele que Mendonça empreende esta tarefa.

Uma das primeiras preocupações de Mendonça Filho era regularizar a titulação do amigo. Argumentando que Diógenes tinha uma dupla formação técnica e artística, ele consegue do Ministério da Educação o título de arquiteto para seu antigo companheiro de ateliê. Rebouças seria o primeiro arquiteto diplomado pela escola recém federalizada. Assim, ele é contratado como professor servindo de conselheiro a Mendonça Filho em questões relativas ao ensino de arquitetura.

Registrado como arquiteto no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura da Bahia, Rebouças monta escritório privado com equipe formada por colaboradores de nível médio do antigo CEPUCS – Assis, o topógrafo; Newton, o desenhista; Péricles, o facilitador e motorista – ao tempo que se desvencilha de outros compromissos, como a consultoria dada à Campanha Nacional Contra a Tuberculose e ao Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN.

Nesta fase, ele se transforma no arquiteto das instituições mais prestigiosas, dos grupos econômicos locais mais fortes, como Odebrecht, Correa Ribeiro e grupo Euvaldo Luz e das famílias baianas mais caudalosas. Sintomaticamente, seu escritório ficava um andar abaixo da sede da Construtora Odebrecht, no edifício Cidade do Salvador, projetado por ele. Esta proximidade consolidaria uma grande amizade pessoal de Diógenes com o Dr. Norberto.

Sem parceiros conhecidos, projeta inicialmente o edifício Octacílio Gualberto, sede do IPASE e depois o Ginásio de Esportes Antônio Balbino, a TV Itapoã e o Clube SESC, na Av. Octávio Mangabeira. Projeta também edifícios comerciais e condomínios habitacionais para

as duas maiores imobiliárias da cidade: a Construtora Correa Ribeiro e a COMEBA, do Grupo Odebrecht. São desse período os edifícios de escritório Castro Alves, Cidade do Salvador e Ouro Preto e os blocos de apartamentos Sra. Maria e Comendador Urpia, respectivamente, na Barra e na Graça.

Para atender clientes institucionais de grande porte associava-se aos novos colegas do curso de arquitetura da Escola de Belas Artes: José Bina Fonyat, indicado por ele próprio, e Fernando Machado Leal, sugerido por Hélio Duarte à direção da escola. Com Bina Fonyat, que mantinha estreitas relações com as diretorias nacionais do Banco Lar Brasileiro e da Caixa Econômica Federal, realiza o Ed. Larbrás, no Comércio; um pequeno conjunto de casas populares, na Caixa d'Água; dois blocos de apartamentos para bancários em Itapagipe, nunca executados, e o edifício Barão de Itapoã, na Barra<sup>17</sup>.

Com Fernando Machado Leal risca, por indicação de Anísio Teixeira, os anteprojetos de um centro educacional em Maceió e uma escola normal em Aracaju (1953), projetos que seriam desenvolvidos por órgãos públicos locais. Com Fernando realiza também um bloco de apartamentos na rua Lord Cochrane<sup>18</sup>. Em parceria com os dois, projeta a Escola Politécnica da UFBA. O projeto seria desenvolvido no Rio de Janeiro, no escritório de Bina Fonyat, como já o fora o do Hotel da Bahia<sup>19</sup>.

A racionalidade da arquitetura modernista o encantava, nada além da reta e do ângulo reto. Nos edifícios comerciais e de apartamentos segue as recomendações dos CIAMs, incorporadas como norma ao Decreto-Lei 701 e ao Código de Obras de Salvador. São blocos austeros, rigorosamente modulados, suspensos sobre playgrounds, no caso de apartamentos, ou de altas galerias, tratando-se de escritórios. Em alguns desses projetos segue à risca os preceitos de Le Corbusier: pilotis, planta livre, fachada em cortina, *brise soleil*, terraço-jardim.

<sup>17</sup> Revista Acrópole, São Paulo, São Paulo, n. 233, 1957.

<sup>18</sup> LEAL, Fernando Machado. Entrevista concedida ao autor, em 25/1/95.

<sup>19</sup> BINA tinha, na época, um grande escritório com seu cunhado Tércio, no Rio de Janeiro, onde desenvolvia projetos de colegas, além dos seus.

Ao contrário de seus colegas cariocas e alguns paulistas nenhuma concessão à curva. No máximo alguns detalhes inspirados em Oscar Niemeyer, como as colunas em “V” do Ed. Comendador Urpia, da Escola Politécnica e da ampliação do Estádio Octávio Mangabeira, já demolido. Este cartesianismo seria transmitido a seus alunos transformando a arquitetura modernista baiana uma das mais monótonas do país.

A contribuição maior de Diógenes foi na arquitetura doméstica. As primeiras residências projetadas por ele, como as do Eng. Oswaldo Silva e do crítico de artes José Valadares, são casas com telhados tipo borboleta denotando influência da primeira fase de Oscar Niemeyer. Nas seguintes cria rampas internas de articulação dos dois pisos, também de origem “oscariana”, mas já começa a incorporar a essas casas elementos da arquitetura colonial rural, como telhados de duas águas com beirais, varandas e grandes muros brancos vazados por pequenas janelas, embora com uma linguagem modernista.

São exemplos dessa tendência as residências Nilson Costa, Martinho Conceição, seu sogro, e do Dr. José Rebouças, seu irmão, em Vitória do Espírito Santo, considerada por ele como sua melhor residência. Na casa do banqueiro Fernando Góes (1955) chega mesmo a utilizar um muxarabi. Infelizmente, muitas dessas casas já desapareceram. Este modelo de residência, que conciliava tradição com modernidade, se transformaria em um paradigma para a burguesia local, sendo difundido por muitos de seus alunos da primeira geração, como Álvaro Peixoto, Gilbert Chaves, Itamar Batista, Alberto Fiúza e Wilson Andrade.

Um convite, em 1958, do USIS, órgão de difusão do Governo dos EUA para visitar universidades americanas, o afastaria temporariamente de Salvador, o que afetaria sua relação com o poder local. O então governador Antônio Balbino resolve retomar a construção do Teatro Castro Alves, cujos autores do projeto haviam sido indicados por Rebouças, mas com um novo programa. Balbino entrega a obra à Construtora Odebrecht que, por sua vez, confia o projeto ao engenheiro e dublê de arquiteto Humberto Lemos Lopes e este convida Bina Fonyat para compartilhar com ele o projeto do novo teatro.

Quando soube, Rebouças explode acusando Bina Fonyat de haver aproveitado em seu teatro fundações do projeto anterior e desvirtuando o Centro de Artes Cênicas idealizado por Anísio Teixeira. A questão foi parar nos jornais e no Instituto de Arquitetos do Brasil, que deu apoio a Bina. Os autores do antigo projeto declararam que não viam falta ética na atuação de Bina. Aquela seria, na verdade, a gota d'água em uma contenda, não apenas profissional, senão pessoal de duas personalidades opostas, Diógenes, introvertido, austero e formal; Bina Fonyat, loquaz, mulherengo, detalhe importante, e descontraído.

Este episódio marcaria uma nova etapa de sua vida profissional, com a troca dos parceiros de fora por ex-alunos. Rebouças descobriria, dentro de seu próprio escritório, o substituto para Bina Fonyat e Fernando Machado Leal. Assis Reis fora funcionário do EPUCS e CPUCS e colaborador do escritório de Rebouças desde sua fundação. Foi o chefe que o estimulou a formar-se, já maduro, em arquitetura e acabara de diplomar-se.

Esta quarta fase profissional coincide com a eleição de Juracy Magalhães (1959-1963), ex-interventor contra quem Mangabeira tanto lutou. Mas é ele que o reconduz ao posto de arquiteto oficial da Bahia. Nessa condição realiza não só obras para o Estado, como para instituições e empresas estatais. Para o Estado, realiza quatro grandes obras: a Av. do Contorno, como alternativa a uma polêmica proposta do Eng. Oscar Pontes que ameaçava desambientar o solar do Unhão; a sede do BANEB; a primeira Estação Rodoviária nas Sete Portas e a sede da TELEBASA, com direito a reconhecimento no discurso de despedida do Governador. Realiza ainda para a UFBA a Faculdade de Farmácia depois transformada em Pavilhão de Aulas de Ciências Médicas; a sede do SENAC; o auditório do Centro Regional do INEP, em S. Lázaro; e a antiga Estação Marítima, para a Cia. Docas da Bahia. Com exceção da Av. Contorno, realizada com a colaboração de Paulo Ormino de Azevedo, e a Faculdade de Farmácia projetada por ele só, todos os demais projetos foram feitos em coautoria com Assis Reis.

Na área privada concentra-se em edifícios industriais e comerciais, a maioria projetada sem parceiros, como o Frigorífico FRIUSA,

a Fábrica de Ferro Ligas – SIBRA e um novo Mercado Modelo a ser construído dentro da rampa do antigo mercado, mas não executado. Os três últimos projetos foram feitos para a *holding* Melhoramentos da Bahia, dos grupos Odebrecht e Correa Ribeiro e participação minoritária de um grupo de técnicos, liderados por Rômulo Almeida.

A experiência americana e a inquietação do parceiro mais jovem explicariam uma busca de renovação formal nessa fase, observada especialmente nos projetos das antigas Estações Rodoviária e Marítima. O primeiro, desenvolvido segundo uma malha triangular, com grandes balanços de cobertura. Seu arrojo estrutural e a pouca experiência da Odebrecht nesse tipo de obra exigiriam reforços estruturais que tirariam muito de sua elegância<sup>20</sup>. No segundo, adota a pré-fabricação *in loco*, utilizando como equipamento de elevação os guindastes do porto. Sua técnica de montagem, semelhante à da carpintaria, e o desenho de alguns detalhes denotam influência da arquitetura japonesa, em pleno *boom*. Esta seria uma das poucas concessões da dupla a um modismo.

Uma quinta e última fase se inicia com um rompimento de sua parceria com Assis Reis, que busca afirmar sua identidade profissional em uma carreira-solo. Este episódio coincide com o final da Administração Juracy Magalhães. Diógenes fecha seu grande escritório no Ed. Cidade do Salvador e aluga temporariamente uma sala menor também no Comércio, depois transfere sua atividade profissional para o próprio apartamento.

Com mais tempo livre dedica mais tempo à nova Faculdade de Arquitetura selando uma aliança com o Prof. Américo Simas Filho, coordenador do Centro de Estudos da Arquitetura na Bahia, CEAB. É aberto concurso para projeto da sede definitiva da faculdade, devido ao empenho do diretor da Faculdade, Prof. Walter Gordilho. Sob alegação de incorreção no programa, mas, na verdade, uma disputa política, a dupla de professores consegue suspender temporariamente o concurso. O novo

---

<sup>20</sup> A estrutura, originalmente concebida em concreto armado simples, apresentou deformações exageradas durante sua desmoldagem e precisou ser reforçada com a colocação de tirantes protendidos externos. Alguns anos depois, o edifício seria convertido em mercado, devido a sua localização desfavorável e pequenas dimensões.

programa foi entregue ao reitor com a cópia do um anteprojeto elaborado por Diógenes<sup>21</sup>. O concurso naturalmente não seria realizado.

Alguns dos alunos que colaboraram no desenvolvimento desse projeto foram: Ana Maria Fontenelle, Ana Tereza Pontes, Analdino Lisboa e Jurandy Lira. A experiência de desenvolvimento do projeto da Faculdade de Arquitetura com o apoio de um grupo de alunos levou Rebouças a reestruturar sua atuação profissional exclusivamente com estagiários de arquitetura. Inicia-se assim sua última fase (1964-1974) como profissional liberal. Com o apoio desse mesmo grupo acrescido do estagiário João Campos realiza o projeto da Biblioteca Juracy Magalhães Jr em Itaparica e dois projetos que não seriam executados: o Jockey Club, no início da Av. Paralela, e um hotel/escritório/marina no Trapiche Adelaide.

Com outros estagiários realiza os projetos dos edifícios Visconde de Cairú, D. João VI e a Garagem Otis, no Comércio, para o grupo Correa Ribeiro, o condomínio Maria Isabel (1974), na Barra, e a sede do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento – CEPED (1970), em Camaçari. Nesse mesmo período, 1971, em parceria com Heliodório Sampaio realiza a ampliação Estádio Octávio Mangabeira.

Em 1974, aos 60 anos, Rebouças, desiludido com as novas condições de exercício profissional, cada vez mais comerciais, e tendo se conflitado com o governador Antonio Carlos Magalhães fecha o escritório e se dedica à consultoria de empresas de seus amigos, como às Construtoras Odebrecht e EBRAT, de Euvaldo Luz. Retorna também ao SPHAN/Pró-Memória, onde orienta equipes do órgão em intervenções em monumentos baianos, entre eles o Solar Berquó (1983) onde teve maior participação.

Como colaborador da SPHAN em dois períodos (1947/1952 e 1983/1991), Rebouças participou de algumas campanhas importantes deflagradas pelo seu diretor regional, Godofredo Filho, como a que resultou na revisão da proposta da Av. de Contorno, que ameaçava desam-

<sup>21</sup> Com o pedido de suspensão temporária do edital foi encaminhado os nomes da comissão que deveria rever o programa: arquitetos Diógenes Rebouças e Fernando Fonseca, e engenheiros civis Américo Simas F. e Hernani Sobral. Desses, somente Diógenes tinha prática de projeto.

bientar o Solar do União. Liderou, como membro do Conselho Estadual de Cultura (1968/71) e presidente de sua Câmara de Artes, a campanha pela modificação do traçado da Estrada do Coco, BA-099, evitando que a mesma interferisse no sítio do Castelo de Garcia d'Ávila.

Como assessor da Fundação Odebrecht, que assumiu a direção do Liceu de Artes e Ofício da Bahia, altera sem consultar os autores o projeto de restauração do Solar do Saldanha (1992), que havia sido elaborado pela equipe do Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia. Dois anos depois com a mesma função realiza intervenções em dependências do Mosteiro de São Bento. Em todos esses casos inter-vém menos com critério de restauração que de recomposição estilística.

Durante o mesmo período serve de assessor a projetos de grande porte do grupo Euvaldo Luz, como os Shoppings Piedade e Barra. Assessora também o escritório do Arq. Lourenço Valadares na polêmica complementação vertical e reforma do Hotel da Bahia (1989). Por exigência do novo operador, muito da espontaneidade e originalidade do projeto primitivo tiveram que ser sacrificadas para enquadramento nos padrões da indústria hoteleira. Recentemente o hotel sofreu uma reforma decorativa e passou a ser chamado de Sheraton Bahia.

## O professor

Sua atividade docente se desenvolve a partir de 1951 a par com a profissional. Ele começou lecionando Arquitetura Analítica, depois redirecionada para Teoria da Arquitetura, disciplina que não gostava por ser um homem mais voltado para a prática profissional. É nela que ele acolhe Lina Bo Bardi, em 1959, quando esta vem a Bahia para fazer tirocínio docente, requisito necessário ao concurso que havia se inscrito na Faculdade de Arquitetura da USP, mas que seria pouco depois suspenso.

Sua preferência sempre foi o urbanismo e a maior parte de seu tempo como professor foi dedicado à regência de Grandes Composições, mais tarde subdividida em Planejamento VII e VIII, disciplinas de desenho urbano. No ateliê, por seu temperamento tímido e introvertido, ele não ia ao aluno, mas privilegiava com sua atenção um grupo restrito de alunos com os quais se identificava. A experiência do EPUCS deu a

Rebouças um profundo conhecimento da geomorfologia de Salvador, cujos mínimos acidentes reproduzia de memória no quadro negro e em desenhos, para espanto de seus alunos.

Merece referência a experiência que realizou, em 1958, como professor visitante da Universidade de Raleigh, na Carolina do Norte, à convite do USIS, órgão de difusão do Governo dos EUA. Os americanos estavam descobrindo outras experiências modernistas menos cartesianas. Empolgavam-se com as estruturas esculturais de Eduardo Torroja, Pier Luigi Nervi, Feliz Candela, Eduardo Catalano e outros arquitetos e engenheiros latinos, que desenvolveram suas obras em países em vias de desenvolvimento, como Espanha, Itália e México. Era a época das cascas e dos plissados de concreto nos EEUU, quando Eero Saarinen e Minoru Yamasaki faziam grande sucesso. A faculdade de Raleigh havia se especializado em um ensino feito em oficinas-ateliês, com grande experimentação de formas e estruturas.

Rebouças passou o maior tempo nessa faculdade, mas conheceu também outras escolas na Flórida e no Mississipi, retornando via Europa, que não lhe causou grande impressão<sup>22</sup>. De volta a Salvador, tenta reproduzir o mesmo experimentalismo em uma Bahia com outras condições tecnológicas e culturais. Isto pode ser observado na segunda fase do Centro Educacional Carneiro Ribeiro, onde utiliza uma grande variedade de pilares e coberturas que imitam aquelas formas, mas com vãos modestos e tecnologia convencional<sup>23</sup>.

Quando do movimento estudantil de 1959 que resultou na emancipação do curso de arquitetura e formação da Faculdade de Arquitetura da UFBA, por convicção e amizade com Mendonça Filho, diretor da Escola de Belas Artes, e com o reitor Edgar Santos da UFBA, ele se alia aos professores mais conservadores da escola contrários à emancipação do curso.

<sup>22</sup> Cf. REBOUÇAS. Entrevista citada.

<sup>23</sup> Yves BRUAND se equivocara ao afirmar de que Rebouças calculava suas estruturas e que os pilares em V, que sustentam a cobertura plissada de alguns pavilhões da ampliação do Centro Carneiro Ribeiro sejam anteriores à estrutura semelhante projetada por Paulo Antunes Ribeiro para uma exposição de veículos (1952-1954) no Rio de Janeiro. BRUAND, Yves. **Arquitetura Contemporânea no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, s/d, p. 262.

De uma forma ou de outra, Rebouças formou sucessivas gerações de arquitetos baianos. Transformou seu escritório em um prolongamento da faculdade, convidando seus alunos prediletos a ali estagiarem, onde alguns permaneceram como colaboradores mesmo depois de formados, como Álvaro Peixoto, Emanuel Berbert, Jane Vilares e Paulo Ormino de Azevedo. Alguns desses ex-alunos foram convertidos em seus assistentes e depois o sucederam em suas disciplinas, como Heliódório Sampaio e Lourenço Valadares em Planejamento VI e VIII e Paulo Ormino de Azevedo em Teoria da Arquitetura. Assis Reis e Olavo Fonseca, na verdade, já eram seus colaboradores mesmo antes dele ter assumido o magistério.

Como professor, com grande experiência profissional e profundo conhecimento da cidade, contribuiu, mais que qualquer outro, para a transformação do ensino de arquitetura na Bahia, nos últimos 50 anos. Embora nunca tenha ocupado a direção da Faculdade, sempre exerceu forte influência sobre ela, conduzida por professores de outras áreas ou sem grande experiência profissional. Sua influência se fazia especialmente no momento da tomada das decisões, a exemplo da indicação de professores, na escolha de bancas de concurso e no encaminhamento surpreendente dado ao projeto da nova faculdade.

## Um artista genial e genioso

Profissional de sete instrumentos, ele se assemelha, guardadas as devidas proporções, aos artistas do Renascimento. Mas também as diferenças são evidentes. Ao contrário dos humanistas tratadistas da arte, da arquitetura e da política ele não pretendeu transformar nada e não deixou nenhuma reflexão sobre a sua obra e a profissão. Ele foi um homem muito pragmático e ligado a grupos conservadores de poder. Um dos raríssimos textos seus chama-se “Confissão necessária” e faz parte do livro **A Bahia de Todos os Santos no século XIX**. Como o título indica, trata-se de uma introdução à coleção de croquis, aquarelas e acrílicos reunidos no livro e relato de sua trajetória profissional.

Embora tendo frequentado algumas aulas de um curso de arquitetura com notórias deficiências, Rebouças superou essa deficiência

devido a sua sólida formação técnica e artística, leituras e busca de parcerias com colegas mais experientes. Condições históricas favoráveis permitiram a Rebouças conquistar a Bahia para a Arquitetura Modernista com o apoio de administrações estaduais modernizadoras, das novas construtoras locais que queriam se firmar ante às do sul, e de uma burguesia emergente ligada ao cacau, da qual ele próprio fazia parte. Sua obra teve como suporte o auge do ciclo cacaueiro e início da industrialização baiana.

Seu inegável talento e habilidade, associados à concentração do poder político e econômico local, deram-lhe o monopólio virtual do urbanismo e da arquitetura em Salvador durante três décadas. Ele foi não somente um dos arquitetos com maior obra construída no país, como um dos poucos que puderam rever algumas de suas obras, como nas ampliações do Centro Carneiro Ribeiro, Estádio Octávio Mangabeira e Hotel da Bahia. Mas isto não teria ocorrido se ele não soubesse aproveitar as oportunidades oferecidas por figuras como Mário Leal Ferreira, Octávio Mangabeira, Juracy Magalhães, Anísio Teixeira, Rômulo Almeida, Norberto Odebrecht e Euvaldo Luz, empreendedores de grandes projetos públicos e privados.

Engenheiro agrimensor de formação, ele nutria profunda admiração pela capacidade de síntese de colegas engenheiros. Suas grandes referências não foram colegas arquitetos, senão engenheiros como Mário Leal Ferreira, Paulo Assis Ribeiro, Enéas Gonçalves, Norberto Odebrecht e Américo Simas Filho. Tímido, mas vaidoso e personalista, ele teve dificuldade de relacionamento com colegas arquitetos como Walter Gordilho, no EPUCS; Bina Fonyat, na Faculdade de Arquitetura; Assis Reis, no escritório; e Lina Bo Bardi, quando ela volta à Bahia em 1986 e ele estava na Sphan/ProMemória.

Rebouças foi fundamentalmente um arquiteto racionalista, que partia do geral, do urbanismo, para o particular, a arquitetura. Ele não escondia sua aversão aos organicistas, em especial a Frank Lloyd Wright pela gratuidade de suas formas. Sua arquitetura e urbanismo se destacam pela sistematização estrutural e das funções e integração ao meio físico, mais que pela estética. Lograda uma boa estrutura, ajuste à topografia e zoneamento das funções, ele confiava o desenvolvimento do projeto a

parceiros e auxiliares. O detalhe, que é a marca de todo arquiteto, a ponto de Mies van der Rohe dizer que “Deus está no detalhe”, não o apeteceu. Por isso, todos os parceiros deixaram marcas em suas obras.

Volumetricamente sua obra se caracteriza pelo cartesianismo e austeridade, marcas que transmitiu a seus alunos a ponto de se constituir em uma das características da Arquitetura Modernista Baiana, no período de 1950 a 1970. Sua obra se insere, por um lado, no Movimento Modernista Internacional, através da Escola Carioca, com a qual manteve vínculos funcionais como colaborador do SPHAN com profissionais como Lúcio Costa, Oscar Niemeyer, José de Souza Reis e Alcides da Rocha Miranda.

Por outro lado, continua a tradição local, com o uso de materiais, técnicas e formas arquitetônicas regionais. Este fato é mais evidente na produção doméstica, que procura reproduzir modelos rurais vivenciados na infância e juventude. Esta preocupação também pode ser observada em algumas obras não-residenciais, a exemplo do antigo Mercado do Peixe, na Barra, no qual mimetizou o arrasto das muralhas do vizinho Forte de Santa Maria e na Av. de Contorno, onde reproduziu os arcos da ladeira da Conceição. Esta tentativa de conciliação da modernidade com a tradição, ainda que setorizada, constitui uma de suas maiores virtudes como arquiteto, especialmente considerando a época.

Muitos ex-alunos exibem em sua obra a influência de Rebouças, especialmente na arquitetura doméstica, mas Infelizmente ele não teve seguidores como planejadores urbanos. Naturalmente, os tempos são outros. Os arquitetos e urbanistas protagonistas do desenvolvimento urbano no país até início da década de 1960 foram alijados desse processo com a ditadura militar e permaneceram alijados com o desmonte do planejamento com a redemocratização e avanço do neoliberalismo. Diógenes foi, sem dúvida, o maior urbanista e arquiteto baiano do século XX.



# Rômulo Almeida: mentor da modernização do Brasil, do Nordeste e da Bahia

**Fernando Alcoforado**

Engenheiro e doutor em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Regional pela Universidade de Barcelona, membro da Academia Baiana de Educação

## **Resumo**

Este artigo tem por objetivo apresentar a contribuição de Rômulo Almeida ao processo de desenvolvimento do Estado da Bahia, do Nordeste e do Brasil durante o século XX.

**Palavras-chave:** desenvolvimento econômico, industrialização, urbanização.

**Rômulo Almeida: mastermind of the modernization of Brazil, the Northeast and Bahia**

## **Abstract**

This article aims to present the contribution of Rômulo Almeida to the development process of the State of Bahia, of Northeast and Brazil during the twentieth century.

**Keywords:** economic development, industrialization, urbanization

## Introdução

Este ensaio visa apresentar Rômulo Almeida como mentor da modernização do Brasil, da Bahia e do Nordeste. A grande contribuição de Rômulo Almeida ao desenvolvimento do Brasil ocorreu a partir do governo Getúlio Vargas. No período 1951/1953, durante o governo Vargas, foi realizado um grande esforço de planejamento através da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos para o Desenvolvimento Econômico que Rômulo Almeida participou integrando diversas subcomissões. Em 1951, Rômulo Almeida integrou o Gabinete Civil da Presidência da República, tendo sido encarregado de organizar a Assessoria Econômica da Presidência da República quando propôs a criação da Petrobras, Eletrobrás e outras estatais, inclusive a SUDENE, o BNB e o BNDES.

Foram inúmeras as contribuições de Rômulo Almeida ao desenvolvimento do Nordeste. O BNB e seu ETENE – que desembocariam na SUDENE – foram iniciativas comandadas por Rômulo Almeida. Seu último cargo público foi o de Diretor da Área Industrial do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), durante o Governo Sarney, quando proporcionou ao Nordeste e à Bahia importantes projetos, em especial nas áreas de celulose e siderurgia. No Ceará, por exemplo, ele sugeriu a criação do Polo Industrial de Confecções, em Alagoas, da indústria petroquímica, em Pernambuco, do Complexo Industrial de Suape, na área do Porto de Recife e, em Sergipe e Rio Grande do Norte, o avanço do turismo.

A importância de Rômulo Almeida para o desenvolvimento do Estado da Bahia reside no fato de, por seu intermédio, esta unidade da federação brasileira ter superado meio século de decadência econômica que era denominado de “enigma baiano” porque no Brasil apenas a Bahia tinha uma economia estagnada, isto é, não crescia economicamente. A contribuição de Rômulo Almeida ao desenvolvimento da Bahia teve início com a elaboração do PLANDEB – Plano de Desenvolvimento do Estado da Bahia que foi o maior projeto de planejamento econômico realizado na Bahia em sua história. Além de contribuir para o processo de industrialização da Bahia com base da elaboração do PLANDEB, Rômulo Almeida contribuiu indiretamente para urbanização da Região Metropolitana de Salvador que ganhou novo ritmo após 1950.

## A trajetória de Rômulo Almeida

Rômulo Almeida é parte de uma conjuntura histórica que produziu intelectuais como Celso Furtado, Ignacio Rangel e Jesus Soares Pereira, para mencionar apenas seus conterrâneos nordestinos, todos eles economistas formados essencialmente no e para o setor público. Personagens, também, como Darcy Ribeiro e Hélio Jaguaribe – este último, fundador com Rômulo do Grupo de Itatiaia, depois IBESP, que desembocaria no ISEB – dentre tantos outros. Seus grandes mentores intelectuais diretos foram Roberto Simonsen, San Thiago Dantas, Josué de Castro e Anísio



Teixeira, o que revela a amplitude da percepção sobre o processo de desenvolvimento. Sua contribuição particular está na organização de um sistema de planejamento orientado centralmente, cuja estratégia de “enraizamento” realizar-se-ia a partir de instituições locais adequadas à realidade brasileira.

Alexandre de Freitas Barbosa, professor da Universidade de São Paulo, e Ana Paula Koury, professora da Universidade São Judas Tadeu de São Paulo, elaboraram o artigo *Rômulo Almeida e o Brasil desenvolvimentista (1946-1964): ensaio de reinterpretação* publicado no website <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-06182012000400014&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-06182012000400014&script=sci_arttext)> no qual afirmam que Rômulo Almeida era defensor da tese de que as desigualdades sociais são provenientes de dinâmicas específicas nas regiões atrasadas que deviam ser combatidas por meio de ações também localizadas espacialmente e concebia o planejamento econômico, partindo de uma perspectiva totalizante, sem deixar de conferir especial importância à dimensão territorial do desenvolvimento, a qual se mostra profundamente diversa nas áreas rurais e urbanas e conforme a região do país.

Alexandre de Freitas Barbosa e Ana Paula Koury afirmam no artigo citado que Rômulo Almeida,

[...] sob uma forte influência positivista, tornar-se-ia nacionalista ferrenho, chegando a juntar-se às integralistas, pois as ideias do PCB lhe pareciam “importadas”. Nascido na Bahia, chega à capital federal em 1933. Zanza de um emprego a outro, sendo preso no Rio logo quando do Estado Novo. Passa os anos 1940-1941 no Acre, como Diretor do Recenseamento Geral no Território, até ser aprovado por concurso no DASP em 1944. Começa sua carreira de servidor trabalhando no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, quando redige parecer favorável ao relatório de Roberto Simonsen, propondo o planejamento estatal no país. Integra várias comissões e participa como delegado brasileiro da primeira reunião do GATT em 1947. Organiza a partir de 1948 o Departamento Econômico da CNI, quando escreve seus primeiros artigos sobre a economia brasileira.

Como assessor Econômico de Getúlio Vargas, de 1951 a 1954, Rômulo Almeida e sua equipe de “boêmios cívicos”, assim chamada pelo presidente da República porque seus integrantes trabalhavam dia e noite, criaram instituições como a Petrobras, os planos que servem de embrião para a futura Eletrobras, o Banco do Nordeste do Brasil - do qual se torna o primeiro presidente -, além de participar diretamente do Plano Nacional do Carvão, da redação do projeto da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), da Comissão Nacional de Política Agrária e Comissão de Bem-Estar Social.

Como secretário da Fazenda da Bahia, Rômulo Almeida inaugura o planejamento sistemático em nível estadual no país na segunda metade da década de 1950. Torna-se ainda defensor da integração latino-americana, em virtude de sua atuação como secretário geral da Área Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC) e como membro do Comitê dos nove sábios da OEA, cargos ocupados entre 1961 e 1966. Durante a ditadura militar, atua a partir de sua empresa de consultoria,

Consultoria e Planejamento S. A. (CLAN S/A), elaborando projetos para o desenvolvimento econômico da Bahia, funcionando como uma espécie de servidor público exilado no setor privado. O Centro Industrial de Aratu e o Polo Petroquímico de Camaçari surgiram de projetos por ele arquitetados, junto com sua equipe, ainda que tais iniciativas não tenham levado em consideração todas as recomendações.

Na década de 1970, firma-se como economista crítico do regime militar, ao mesmo tempo em que é consultado de maneira informal sobre os projetos estruturantes do II PND, já no governo Geisel. Rômulo Almeida participa do processo de redemocratização do Brasil no antigo Movimento Democrático Brasileiro (MDB) seguindo uma carreira política paralela. Seu último posto seria o de Diretor da Área Industrial do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), durante o Governo Sarney, cargo que exercia quando faleceu subitamente em 1988.

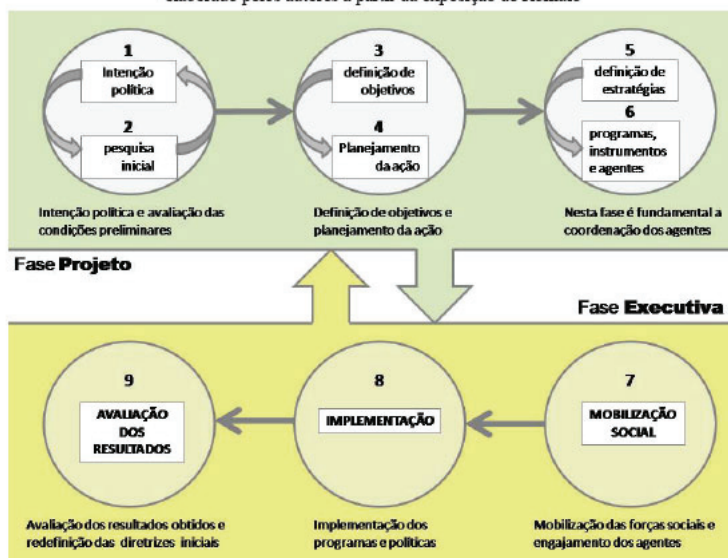
## **A concepção de planejamento econômico de Rômulo Almeida**

Alexandre de Freitas Barbosa e Ana Paula Koury afirmam no artigo *Rômulo Almeida e o Brasil desenvolvimentista (1946-1964): ensaio de reinterpretação* que Rômulo Almeida considerava a ação planejadora como um método que visa dar racionalidade ao processo de implementação de decisões políticas por meio da interferência na dinâmica de uma determinada realidade. O grau de abrangência de tal interferência determina as diferentes escalas do planejamento, desde o planejamento geral até os programas específicos. O planejamento geral é mais político do que técnico e estabelece as diretrizes do desenvolvimento econômico e social, enquanto os programas específicos são aqueles mais técnicos os quais agem localmente. A Figura 1 sintetiza a concepção de Rômulo Almeida sobre o processo de planejamento econômico.

Segundo Alexandre de Freitas Barbosa e Ana Paula Koury, o desafio colocado pela reflexão de Rômulo Almeida é o de controlar o processo por meio do qual o plano, isto é, a intenção (utopia nacional) atua na realidade. Interpretar as inter-relações existentes entre as

diversas variáveis que conformam a situação existente e definir quais as ações estratégicas necessárias para alcançar os objetivos planejados. Tais ações deveriam ser contempladas por programas específicos e conformariam as condições necessárias para alcançar uma nova realidade.

Figura 1  
Quadro-síntese da dinâmica da atividade planejadora  
elaborado pelos autores a partir da exposição de Rômulo



Fonte: Alexandre de Freitas Barbosa e Ana Paula Koury, *Rômulo Almeida e o Brasil desenvolvimentista (1946-1964): ensaio de reinterpretação* publicado no website <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-06182012000400014&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-06182012000400014&script=sci_arttext)>.

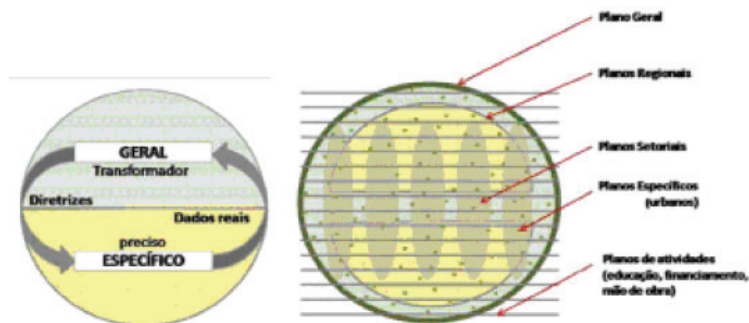
Em relação à tipologia do planejamento, Rômulo Almeida define que o planejamento pode variar em função da abrangência. Os planos podem ser mais gerais, como os planos nacionais, ou mais específicos como os planos regionais, municipais ou urbanos. Em suas palavras, uma espécie de tipologia de planejamento em termos de espaço, de extensão, o plano pode ser geral, geralmente se aplica a todo o país, a toda a economia nacional, pode ser só econômico ou social, ou pode ser

plano apenas de inversões básicas ou pode ser apenas um plano de setor público, inclusive de estímulo de transferência ao setor privado, pode ser setorial, por atividade econômica, pode ser plano regional e afinal o plano urbano. A Figura 2 sintetiza a visão de Rômulo Almeida.

Rômulo Almeida classifica também o planejamento em função do tempo. Planos de longa duração ou prospectivos, aqueles que mais se distanciam da realidade pela limitada capacidade de previsão das variáveis as quais atuam em longo prazo. Os planos de curto prazo são mais previsíveis, mas possuem uma capacidade de transformação limitada. Os planos de médio prazo, como os de governo, os plurianuais são aqueles que mais se traduzem em mudanças concretas.

Rômulo Almeida enfatiza que a eficiência dos planos depende de sua articulação com um sistema de informações, isto é, de um instrumento de coleta de dados adequado ao que se pretende conhecer para interferir e da interpretação correta de tais dados traduzidos em informações para o planejamento. Rômulo utiliza exemplos concretos para esclarecer os modelos explicativos que apresenta. Nesse caso, para exemplificar a relação entre planos gerais (nacionais), regionais e os programas setoriais, cita a instalação da usina hidrelétrica de Paulo Afonso.

Figura 2  
Quadro-síntese da tipologia do planejamento  
elaborado pelos autores a partir da exposição de Rômulo



Fonte: Alexandre de Freitas Barbosa e Ana Paula Koury, *Rômulo Almeida e o Brasil desenvolvimentista (1946-1964): ensaio de reinterpretação* publicado no website <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-06182012000400014&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-06182012000400014&script=sci_arttext)>.

## **Rômulo Almeida e o desenvolvimento da Bahia**

A contribuição de Rômulo Almeida ao desenvolvimento da Bahia teve início com a elaboração do PLANDEB – Plano de Desenvolvimento do Estado da Bahia que foi o maior projeto de planejamento econômico realizado na Bahia em sua história, elaborado pelos técnicos da Comissão de Planejamento Econômico da Bahia – CPE, no governo de Antonio Balbino de Carvalho Filho na década de 1950, sob sua liderança. O PLANDEB propunha projetos que integrariam de forma sistêmica os setores agrícola, industrial e comercial, objetivando o desenvolvimento equilibrado do Estado da Bahia, além de preconizar a industrialização da Bahia mediante sua inserção no projeto nacional de desenvolvimento posto em prática pelo governo federal.

A estratégia do PLANDEB contemplava a atração de grandes empresas produtoras de bens intermediários que atuariam como polos do desenvolvimento industrial juntamente com as empresas produtoras de bens finais que se instalariam a jusante nos centros e distritos industriais criados para abrigá-las, tanto na Região Metropolitana de Salvador quanto nas cidades do interior. No período entre 1950 e 1970, o Estado da Bahia passou por um processo sistemático de planejamento enfatizando a prioridade para a especialização das grandes empresas produtoras de bens intermediários, aproveitando alguns recursos naturais à época abundantes na região, como o petróleo.

A partir de 1970, a indústria se transforma no setor mais dinâmico da economia do Estado da Bahia graças às diretrizes estabelecidas pelo PLANDEB. No contexto da política do governo federal de substituição de importações, a Bahia foi contemplada com vários projetos industriais que tinham por objetivo a produção de bens intermediários (intensivos em capital e tecnologicamente modernos) complementar à matriz de produção já desenvolvida na região Sudeste do país. A consolidação da industrialização na Bahia fez com que ocorressem profundas transformações na estrutura econômica do Estado, com uma redução do peso da agricultura e um aumento significativo da participação do setor industrial no PIB estadual, principalmente dos segmentos químico e petroquímico e extrativo mineral. O desenvolvimento desses setores fez com que a Bahia se transformasse em

uma das principais fornecedoras nacionais de matérias-primas e bens intermediários.

Entre 1970 e 1980, com financiamentos a juros subsidiados, isenção de impostos e incentivos fiscais com o aporte de consideráveis recursos públicos a fundo perdido oriundos dos organismos de fomento ao desenvolvimento do país, foram implantados os distritos industriais do interior e da RMS (o CIA – Centro Industrial de Aratu e o COPEC – Complexo Petroquímico de Camaçari) e montado o parque produtor de bens intermediários concentrados nos segmentos da química/petroquímica e dos minerais não metálicos. De 1980 até o momento atual concretizou-se efetivamente a implantação do Complexo Petroquímico de Camaçari. Na década de 1990, o Projeto Amazon da Ford foi implantado em Camaçari na Bahia e o COPEC, passou a ser denominado Polo Industrial de Camaçari.

Além de contribuir para o processo de industrialização da Bahia com base da elaboração do PLANDEB, Rômulo Almeida contribuiu indiretamente para urbanização da Região Metropolitana de Salvador. Acompanhando o processo de industrialização da Bahia, a urbanização ganhou novo ritmo após 1950. Essa aceleração do crescimento urbano foi concentrada em Salvador e em seu entorno. Os efeitos multiplicadores dos investimentos industriais no CIA e no COPEC explicam o ritmo da urbanização na RMS. A população da Região Metropolitana de Salvador atingiu 1,8 milhão de habitantes, em 1980, dos quais quase 1,5 milhão na capital. A RMS, que alcançaria o patamar de pouco mais de 3,0 milhões de habitantes em 2000, 80% dos quais residindo na capital, constituiu-se num dos maiores mercados urbanos do Brasil.

Apesar da pobreza da maioria de sua população, e de uma elevada concentração de renda, mesmo para os altos padrões nacionais, o tamanho de Salvador permitiu, por si só, o desenvolvimento de uma pequena indústria urbana (alimentos, materiais de construção, construção residencial, mobiliário, gráficas) e assegurou a expansão de serviços pessoais, atraindo, inclusive, grupos econômicos não industriais já instalados no eixo Rio-São Paulo. Esses grupos avançaram sobre setores até então controlados pelo capital de origem regional, como comércio varejista, serviços financeiros e entretenimento, impulsionando sua já iniciada modernização.

Os investimentos da Petrobras e a montagem de plantas industriais na Bahia permitiram a expansão de empresas baianas de construção civil pesada. Essas empresas, cujo maior exemplo foi a Odebrecht, cresceram, ainda, com o incremento do gasto público com obras de infraestrutura – estradas, pontes, barragens, abastecimento de água, saneamento e avenidas –, entre o final da década de 1960 e a década de 1980. No mesmo período, em Salvador, ocorreram a expansão da construção civil residencial e a valorização da terra urbana nos novos bairros de classe média (Pituba, Caminho das Árvores e outros), ambas impulsionadas pela criação do Sistema Financeiro de Habitação do governo federal.

O desenvolvimento do transporte aéreo no país e a existência da rodovia Rio-Bahia contribuíram para o incremento do turismo em Salvador. Em 1968, a implantação de unidades de cadeias hoteleiras, nacionais e internacionais, eliminaria o gargalo que era a falta de grandes hotéis em Salvador, ressalvada a existência do Hotel da Bahia, construído pelo governo Octávio Mangabeira e inaugurado em 1949. Assim, em meados da década de 1970, estavam dadas as condições para o primeiro grande *boom* do turismo soteropolitano (1974-1979), que resultaria em novos investimentos, com destaque para a construção do Centro de Convenções da Bahia, em 1979, pelo governo Roberto Santos e na consolidação do marketing turístico local, assentado no mix praia/música/carnaval.

A educação superior, outro setor vital para a futura economia soteropolitana, também começaria a se desenvolver desde os anos de 1950-1970. Em 1946 foi criada a Universidade Federal da Bahia, que cresceu até o final da década de 1970. Nos anos 1950, surgiram as primeiras faculdades privadas, inclusive a Escola Baiana de Medicina. Em 1961, implantou-se a Universidade Católica de Salvador e, em 1972, a FACS, que daria origem, nos anos 1990, à UNIFACS, primeira universidade privada e laica do estado. A partir daí, inauguraram-se novas unidades privadas isoladas e, pouco mais tarde, entre 1983 e 1986, uma universidade pública estadual, a UNEB, com campi em várias cidades baianas, inclusive na capital, onde também se localiza sua reitoria.

Pelo exposto, pode-se afirmar que o processo de industrialização que ocorreu na Bahia a partir da década de 1950 resultou das diretrizes

apresentadas pelo PLANDEB. A implantação do COPEC – Complexo Petroquímico de Camaçari se constituiu na sua maior obra porque ela contribuiu para remover a Bahia do marasmo econômico de meio século que era denominado de “enigma baiano”. No seu início, este empreendimento era voltado para a produção petroquímica que se diversificou mais tarde abrigando inclusive montadoras de automóveis ao ponto de ter hoje a denominação de Polo Industrial de Camaçari.

O Polo Industrial de Camaçari foi um empreendimento econômico que impactou extraordinariamente sobre a economia da Bahia que foi realizado por vários governos, mas seu grande mentor foi Rômulo Almeida. Cabe observar que a maior homenagem que a Bahia poderia prestar a um dos seus filhos mais ilustres seria denominar o Polo Industrial de Camaçari como Polo Industrial Rômulo Almeida. Pode-se afirmar que Rômulo Almeida foi não apenas o mentor da industrialização da Bahia na segunda metade do século XX, mas também o grande mentor da construção da Bahia moderna resultante do processo de industrialização e de urbanização que alcançou inicialmente Salvador e seu entorno e, mais tarde, todo o Estado da Bahia.

## **Rômulo Almeida e o desenvolvimento do Nordeste e do Brasil**

A grande contribuição de Rômulo Almeida ao desenvolvimento do Nordeste e do Brasil ocorreu durante o governo de Getúlio Vargas (1951-1953). Depois da Segunda Guerra Mundial, foi realizada a primeira tentativa de planejamento por parte do governo brasileiro com a elaboração do Plano SALTE, cuja sigla significa saúde, alimentação, transportes e energia, que deveria vigorar de 1950 a 1954 que, segundo BAER,

[...] não se tratava de um plano econômico completo, mas de um plano quinquenal de dispêndio público nos quatro setores que acabamos de mencionar. Pode ser encarado como uma reação à ênfase dada pela *Missão Cooke* à necessidade de industrialização e ao surto

generalizado de desenvolvimento industrial do período de guerra, que tornava a economia cada vez mais defasada em outros setores (como nos transportes, energia, suprimento alimentar e saúde), fazendo aparecer inúmeros pontos de estrangulamento.<sup>1</sup>

O Brasil foi governado, na primeira metade da década de 1950, pelo presidente Getúlio Vargas, que galgou o poder pela via eleitoral e imprimiu a seu governo a mesma política de caráter populista e nacionalista adotada de 1930 a 1945. No dia 11 de fevereiro de 1951, Rômulo Almeida recebeu a incumbência de redigir a Mensagem Presidencial de Vargas para o Congresso Nacional. A mensagem elaborada não era apenas um documento técnico porque tinha de incorporar o nacionalismo getulista. Esta mensagem entraria para a história do pensamento econômico como o mais amplo documento de afirmação da industrialização integral até então escrito no Brasil.

Elaborada a mensagem presidencial, Rômulo Almeida é confirmado na Chefia da Assessoria Econômica do Presidente Vargas. As funções desse órgão contemplavam a administração econômica de curto prazo, feita por meio de despachos cotidianos com o Presidente e, também a atividade, mais estratégica e de longo prazo, que visava o planejamento para atacar os principais gargalos da produção. Tal planejamento, ainda que não declarado, caracterizava-se pela orientação nacionalista e preocupação com a eficiência econômica e social.

Tinha Rômulo e sua equipe liberdade propositiva. Atuavam dando concretude aos projetos presidenciais e dos ministros, muitos dos quais chegavam às mãos da Assessoria de maneira bem preliminar. O período 1945-1955 – quando Rômulo ascende na hierarquia do setor público e protagoniza as principais ações desenvolvimentistas – pode ser classificado como o de “amadurecimento do desenvolvimentismo” que, no decênio seguinte, viveria seu auge e crise, encontrando já em Celso Furtado a figura aglutinadora dos esforços dos nacionalistas.

---

<sup>1</sup> Cf. BAER, Werner. *A industrialização e o desenvolvimento econômico do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1983.

Ressalte-se que, no período 1951/1953, durante o governo Vargas, foi realizado um esforço de planejamento ambicioso e completo através da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos. Rômulo Almeida participou de diversas subcomissões da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos para o Desenvolvimento Econômico antes de ser convidado para chefiar a Assessoria Econômica do Presidente Vargas. Nessa oportunidade, a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos fez um dos mais completos levantamentos da economia brasileira, além de propor uma série de projetos de infraestrutura com seus programas de execução, abrangendo projetos de modernização de vias férreas, portos, navegação de cabotagem, geração de energia elétrica, etc.

A Comissão Mista Brasil-Estados Unidos sugeriu, também, medidas para superar as disparidades regionais de renda, isto é, para melhor integrar o Nordeste ao restante da economia nacional e para alcançar a estabilidade monetária. O plano da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos conduziu à criação do BNDES, que tinha por objetivo analisar e financiar diversos projetos de desenvolvimento. Mais do que o Plano Salte, o trabalho da Comissão incentivou a execução de projetos em setores retardatários da economia e que poderiam, em curto prazo, transformar-se em pontos de estrangulamento. No período 1953/1955, técnicos do BNDES e da CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina da ONU empenharam-se em um esforço de planejamento global.

Cabe observar que a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (CMBEU) que agrupava, em grande medida, os economistas do setor público não nacionalista, procurava avançar projetos a contarem com o financiamento norte-americano, via Eximbank ou Banco Mundial. Paralelamente, Vargas precisava de uma assessoria direta, de sua inteira confiança, para avançar soluções de longo prazo na área de infraestrutura econômica e social, que partissem de uma concepção própria de desenvolvimento e contassem com participação destacada, ainda que não exclusiva, do Estado. A Assessoria Econômica chefiada por Rômulo Almeida obedecia a uma política, e a Comissão a outra. O pessoal da Comissão Mista era um pessoal essencialmente antiestatal, privatista, enquanto a Assessoria Econômica buscava fazer um Estado atuante.

Houve muita descontinuidade entre o governo Vargas e o de JK. É como se o projeto “varguista” de Rômulo Almeida tivesse sido transformado à revelia de tal maneira que ele já não se reconhecia no Brasil de “50 anos em 5” de JK. Por um lado, vê-se que o Brasil de JK não existe sem a Petrobras, o Fundo Federal de Eletrificação, o Plano Nacional do Carvão, a Capes, o BNB e seu Etene – que desembocariam na Sudene – e a SPVEA, iniciativas comandadas por Rômulo Almeida. O conjunto de iniciativas em várias frentes – infraestrutura, regional, social, todas moldadas por uma concepção sistêmica de planejamento por Rômulo Almeida – é o que faz com que Hélio Jaguaribe considere Rômulo Almeida “o principal arquiteto do desenvolvimento brasileiro nos anos 50”.<sup>2</sup>

Depois de renunciar ao cargo de presidente do Banco do Nordeste do Brasil, após a morte de Vargas, e de ser eleito deputado federal pela Bahia, mandato que praticamente não exerce, Rômulo torna-se, em 1955, Secretário da Fazenda de seu estado. Repete a experiência da mensagem presidencial de Getúlio. Agora, ao invés das “pastas Geka” que abrigavam o conteúdo da mensagem presidencial de 1951, Rômulo Almeida e sua equipe organizam “as pastas cor-de-rosa” em referência à cor de suas capas, contendo os subsídios para a elaboração de um planejamento à economia baiana. O diagnóstico embasaria a atuação da Comissão de Planejamento Econômico (CPE), criada formalmente em maio de 1955.

A CPE cuidaria desde questões econômicas até problemas do centro histórico de Salvador e temas urbanos em geral, inclusive na área da habitação. No dizer de Rômulo Almeida, como sempre utilizando o pronome no plural, “[...] fizemos a primeira equipe multidisciplinar para planejamento governamental no Brasil”<sup>3</sup>, com engenheiros, economistas, arquitetos, gente da educação e da saúde.

---

<sup>2</sup> Cf. ALMEIDA, Aristeu Barreto. *Rômulo Almeida: construtor de sonhos*. Jornal do Brasil, 28 nov. 1988.

<sup>3</sup> Cf. ALMEIDA, Rômulo. *Rômulo: voltado para o futuro*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil / Associação dos Sociólogos do Estado da Bahia, 1986.

A CPE contava com um Conselho de Desenvolvimento como órgão superior, do qual participavam lideranças empresariais e agências de desenvolvimento e técnicas do Estado, além de conchamar a participação da sociedade para o acompanhamento da gestão e execução de projetos. A CPE funcionava, na verdade, como escritório de elaboração de projetos, cuja fundamentação era fornecida pelo Instituto de Economia e Finanças da Bahia (IEFB), compondo um verdadeiro sistema de planejamento.

Rômulo Almeida lançaria as bases para a diversificação da economia do estado que se completaria com as iniciativas do Centro Industrial de Aratu e do Polo Petroquímico de Camaçari, já no governo militar, mas sob a inspiração de Rômulo, o qual passara a atuar por meio de sua consultoria de projetos, a CLAN. Assim como no âmbito nacional, saíam de Rômulo e sua equipe as principais instituições que norteariam o desenvolvimento da Bahia. O professor Francisco de Oliveira afirmou que “[...] Rômulo criou a Bahia moderna” e o professor Carlos Lessa completa afirmando que “[...] ele foi o homem da modernização do Brasil e de todo o Nordeste em particular, o primeiro a acreditar na sua realização”.

Rômulo Almeida receberia ainda inúmeros convites do Presidente Jânio Quadros, um dos quais, para reorganizar o sistema de planejamento de seu governo. Jânio nomeou Rômulo para cargos os mais diversos possíveis, muitos sem o conhecimento deste, como para participar do grupo de análise sobre o problema agrário, organizar o serviço de assistência aos estados, dentre outros. Assim, Rômulo descobre ter sido nomeado delegado do Brasil para a Conferência Inaugural da ALALC. Ainda mais, o ministro das Relações Exteriores Afonso Arias já havia negociado com sua contraparte argentina para que o Brasil assumisse – ou melhor, Rômulo – a Secretaria Geral do mais novo organismo criado para fomentar a integração entre os países da região.

Em 1962, Rômulo Almeida passa a questionar o ritmo lento da integração latino americana, sentindo-se uma figura decorativa. A gota d’ água foi a Conferência da ALALC na cidade do México, no final do ano. Rômulo sanciona o pedido de ingresso de Cuba à nova organização, recebendo represálias de membros do Comitê Executivo. Decide sair, mas não renuncia, pois não quer que o Brasil perca a Secretaria Executiva. Coincidentemente, Celso Furtado, então ministro do Plane-

jamento, está no México para uma reunião paralela, a do Comitê Interamericano Econômico e Social (CIES). Havia sido recém-criado o Comitê dos Nove Técnicos de Alto Nível da OEA, para monitorar as atividades da Aliança para o Progresso na região. Com a renúncia de Ari Torres, o Brasil ficara sem representante. Raúl Prebisch faz convite a Rômulo Almeida para aceitar o novo cargo.

Rômulo Almeida renuncia ao Comitê dos Nove, em 1966, em repúdio à posição norte-americana cada vez mais unilateral, na “[...] ânsia de contribuir para a resistência democrática” de seu país. Voltando ao Brasil, Rômulo Almeida funda a CLAN, empresa de consultoria radicada na Bahia, que conta com um escritório no Rio, onde continua sendo acionado para dar suas opiniões e formular iniciativas e projetos de governo para a Bahia e ao governo Geisel, momento em que o país volta a curvar-se a uma diretriz retórica mais nacionalista.

Rômulo ficaria como uma espécie de reserva moral do desenvolvimentismo brasileiro, com uma folha de serviços corridos extensa, tendo trabalhado em todos os governos desde Vargas, em postos de prestígio, sendo ademais reconhecido como figura de proa no planejamento baiano e ardoroso defensor da integração latino-americana. Por mais que intransigentemente à esquerda, não desdenhava a política – filiando-se ao MDB em 1966 – e não se eximia de dar opiniões de conteúdo técnico onde quer que fosse chamado, mesmo durante a ditadura militar, sobretudo quando da luta pela redemocratização ao aproximar-se de Ulisses e Tancredo.

A partir da década de 1980, Rômulo Almeida se empenhou ao máximo na luta pela redemocratização do Brasil, inicialmente no MDB e, posteriormente, no PMDB, quando exerceu a presidência deste partido político na Bahia, inclusive com prejuízos pessoais, na época em que Ulisses Guimarães presidia o partido no Brasil. Rômulo se empenhou ao máximo na luta pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita, pelas Diretas Já para a presidência da República e, na Bahia, se empenhou também na luta pelo fim da dominação da oligarquia comandada por Antonio Carlos Magalhães.

Ao se afastar da presidência do PMDB da Bahia, Rômulo Almeida assumiu a presidência da Fundação João Mangabeira, a institui-

ção de estudos econômicos, sociais e políticos do PMDB. Na Fundação João Mangabeira, Rômulo Almeida criou em 1986 o que batizou de Projeto Bahia para, através de comissões temáticas, contando com a militância do PMDB, técnicos de reconhecida competência – professores e estudantes universitários, etc., analisar aprofundadamente os diversos setores econômicos da Bahia, avaliá-los criticamente e propor ideias para mudança, quebrando velhos paradigmas e criando novos.

A Fundação João Mangabeira tornou-se uma usina de ideias sob o comando de Rômulo Almeida e gerou o programa do candidato ao Waldir Pires ao governo da Bahia eleito em 1986. Durante o governo José Sarney, Rômulo Almeida foi guindado ao posto de diretor industrial do BNDES, cargo mais importante da instituição depois da presidência. Como diretor industrial ele proporcionou ao Nordeste e à Bahia importantes projetos, em especial nas áreas de celulose e siderurgia. No Ceará, por exemplo, ele sugeriu a criação do Polo Industrial de Confeccções, em Alagoas, da indústria petroquímica, em Pernambuco, do Complexo Industrial de Suape, na área do Porto de Recife e, em Sergipe e Rio Grande do Norte, o avanço do turismo.

Com a ascensão de Rômulo Almeida ao cargo de Diretor do BNDES, as comissões do Projeto Bahia, da Fundação João Mangabeira, ganharam um novo coordenador, Jairo Simões, economista e parceiro da caminhada de Rômulo Almeida desde a criação da Comissão de Planejamento Econômico (CPE), na década de 1950, durante o Governo Antonio Balbino. Mesmo depois de empossado na diretoria do BNDES Rômulo Almeida não esqueceu os compromissos com a Bahia, com o PMDB, com a Fundação João Mangabeira e com o Projeto Bahia.

## **As desilusões de Rômulo Almeida com os rumos do desenvolvimento do Brasil**

Em artigo sob o título *A castração*, publicado pelo jornal Folha de São Paulo em 9/2/1978, Rômulo Almeida mostra como já estava colocada a polêmica em torno da privatização e impactos negativos para a empresa nacional, causados pela generalização da presença estrangeira no mercado interno. O problema estaria no fato de que a abstenção do

Estado enfraqueceria o crescimento econômico, além de desequilibrá-lo social e espacialmente. As empresas nacionais não dispunham de recursos para certos investimentos de longa maturação, enquanto as multinacionais não estavam dispostas a correr riscos, apenas antecipando posições vantajosas em um mercado interno seguro.

Durante a ditadura militar, Rômulo Almeida se tornou um crítico dos planos nacionais de desenvolvimento. No I Plano Nacional de Desenvolvimento, Rômulo identifica, como objetivo principal, a competição internacional do país, portanto a “[...] defesa da empresa privada nacional” acentuada sem a preocupação com a concentração econômica. Em tal modelo, Rômulo aponta o retorno de uma “visão colonialista” da integração nacional por meio dos programas de transportes, com vistas à exportação, isto é, como se estivéssemos voltando ao século XIX quando a estrada de ferro não buscava o Brasil ao Brasil, mas o Brasil ao exterior; cada *hinterland* ao seu porto; e o porto a Hamburgo ou Nova York.

O II Plano Nacional de Desenvolvimento (1974-1979), na opinião de Rômulo, representou avanços em relação ao primeiro, na integração nacional, também na inserção externa na economia mundial, no desenvolvimento social e promoção das indústrias de base e insumos. Rômulo reconhece no documento relativo a este plano as bases para a reversão do processo de crescimento heterônomo conduzido pelo regime militar. Menciona o enfrentamento mais concreto do desenvolvimento tecnológico, citando: i) os programas do Fundo de Desenvolvimento de Pesquisas do Estado de São Paulo; ii) a descentralização do desenvolvimento industrial; iii) o equacionamento da questão agrária; iv) o reconhecimento da necessidade de políticas distributivas como a atualização do salário mínimo; e, v) a política de desenvolvimento urbano geral com a instituição das regiões metropolitanas.

Questiona a teoria de tendência natural ao equilíbrio espacial, isto é, que a distribuição espacial, uma vez atingido certo grau de complementaridade entre as regiões, tenderia a homogeneizar-se ao invés de continuar crescendo de modo concentrado. Para o autor, não há dúvida de que a tendência espontânea de localização das atividades econômicas leva a uma concentração espacial que só pode ser controlada a partir da interferência política do Estado.

Embora tenha consciência das consequências negativas da concentração urbana e necessidade de interferência do poder público em reação ao processo de intensa polarização, Rômulo não acredita no desenvolvimento regional em sentido oposto, isto é, a partir de uma rede urbana não concentrada composta por um conjunto articulado de cidades médias. Segundo Rômulo Almeida, uma política regional é uma política necessariamente, de concentração concentrada, uma política de desenvolvimento regional é uma política de polarização progressiva, corrigindo, entretanto, a tendência a concentração interminável. Então, aí perdura o fator político, manejado com lucidez dessa tendência de concentração do processo.

Para Rômulo, a questão mais importante é o desenvolvimento regional e a chave para isso seria a determinação das potencialidades dinâmicas em cada região. Segundo o autor, esta foi a principal dificuldade encontrada pela SUDENE durante o período militar. Ao não determinar o tipo de indústria com “maior potencial de indução” e adotar uma política industrial muito abrangente, guiada pelo mercado e isenções fiscais exclusivamente, não conseguiu garantir em um curto espaço de tempo o desenvolvimento da região nordestina.

Assim, ao vincular a questão das disparidades regionais ao mecanismo do planejamento integrado como forma de gerar novas potencialidades no território nacional, integrando-o de maneira efetiva, Rômulo Almeida foge da síndrome do desenvolvimento endógeno ou local que tomaria conta do país nos anos 1980 e 1990. Ele sabia que não pode haver solução cabal ao desajuste regional sem uma mudança político-social a nível nacional reconhecendo que, no plano econômico, não adianta atenuar o avanço da produtividade e do conteúdo tecnológico das regiões periféricas do país. Rômulo Almeida afirmava que o combate às disparidades regionais não se faria com programas sociais compensatórios, mas com um planejamento democrático e descentralizado que reconhecesse a relevância dos processos econômicos históricos, os quais não são movidos estritamente pelas forças de mercado.

Muito certamente, Rômulo Almeida seria um crítico da política econômica neoliberal que se impôs no Brasil desde 1990 a partir do governo Fernando Collor, aprofundada pelos governos Itamar Franco

e Fernando Henrique Cardoso e mantida pelos governos Lula e Dilma Rousseff que abandonaram o planejamento estatal deixando os rumos da economia nacional à mercê do mercado. Qual a solução para Rômulo Almeida? O planejamento econômico da nação sob o controle do estado nacional e o reforço das empresas estatais, submetidas a uma mais eficiente coordenação administrativa, e a um lúdimo controle social, de modo a cumprir o múltiplo papel que lhes cabe, inclusive o de apoiar o empresariado nacional.

Essa formulação de Rômulo Almeida dialoga com a noção de “capitalismo financeiro” de Ignácio Rangel – centrado no Estado, mas abrindo espaço para concessões à iniciativa privada – ao mesmo tempo em que resiste à fúria transnacionalizadora descrita por Furtado.<sup>4</sup>

Rômulo Almeida seria crítico dos governos que se sucederam no Brasil desde 1990 devido à sua política econômica antinacional. Rômulo Almeida era nacionalista nutrindo-se da vivência do ISEB. A fórmula de Rômulo Almeida: “[...] radicalidade na opção, mas flexibilidade tática no manejo”. O capital externo deve trazer aporte líquido, contribuir para o aumento da produtividade, melhorar o balanço de pagamentos, sem levar ao condicionamento e alienação do poder nacional como ocorre na atualidade. Rômulo ataca, também, de frente a questão urbana, resultado da combinação entre pobreza e especulação imobiliária. Na sua opinião, torna-se fundamental a seu projeto de desenvolvimento o controle do uso do espaço urbano que se concretizaria com a reforma urbana.

## Referências

ALCOFORADO, Fernando. *Bahia – Desenvolvimento do século XVI ao século XX e objetivos estratégicos na Era Contemporânea*. Salvador: EGBA, 2008,

<sup>4</sup> Cf. BARBOSA, Alexandre de Freitas; KOURY, Ana Paula. *Rômulo Almeida e o Brasil desenvolvimentista (1946-1964)*: ensaio de reinterpretação publicado no website <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-06182012000400014&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-06182012000400014&script=sci_arttext)>).

ALCOFORADO, Fernando. *Os condicionantes do desenvolvimento do Estado da Bahia* (Tese de doutorado. Universidade de Barcelona, <http://www.tesisenred.net/handle/10803/1944>, 2003).

ALCOFORADO, Fernando. *Globalização e desenvolvimento*. São Paulo: Nobel, 2006.

ALCOFORADO, Fernando. *Um Projeto para o Brasil*. São Paulo: Nobel, 2000.

ALMEIDA, Aristeu Barreto. *Rômulo Almeida: construtor de sonhos*. Jornal do Brasil, 28 nov. 1988.

ALMEIDA, Paulo Henrique. *A economia de Salvador e a formação de sua Região Metropolitana*. <<http://books.scielo.org/id/36d/pdf/carvalho-9788523209094-02.pdf>>.

ALMEIDA, Rômulo. *Traços da história econômica da Bahia no último século e meio*. RDE – Revista de Desenvolvimento Econômico.

BAER, Werner. *A industrialização e o desenvolvimento econômico do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1983.

BARBOSA, Alexandre de Freitas; KOURY, Ana Paula. *Rômulo Almeida e o Brasil desenvolvimentista (1946-1964): ensaio de reinterpretação* publicado no website <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-06182012000400014&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-06182012000400014&script=sci_arttext)>.

PEDRÃO, Fernando. *A urbanização voraz em Salvador*. <<http://www.veracidade.salvador.ba.gov.br/v5/pdf/artigo1.pdf>>.

SPINOLA, Noelio Dantasle. *A economia baiana: os condicionantes da dependência*. <<http://www.revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/view/106>>



# Dorival Caymmi - referência da MPB

**Luiz Américo Lisboa Junior**

Historiador, pedagogo, pesquisador da história da MPB.  
Membro do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.

## **Resumo**

Este artigo retrata e analisa a trajetória de Dorival Caymmi na música popular brasileira e seu pioneirismo como autor de canções praieiras. Destaca também sua contribuição para a consolidação da imagem da Bahia no cenário nacional e internacional, as múltiplas faces de sua obra e sua importância para a cultura brasileira no século XX.

**Palavras-chave:** História da MPB; Música popular; Bahia; Brasil.

## **Dorival Caymmi - reference of the MPB**

### **Abstract**

This article portrays and analyzes the trajectory of Dorival Caymmi in Brazilian popular music, and his pioneering work as the author of praieiras songs. This also highlights his contribution to consolidating the image of Bahia in the national and international scene, presenting the multiple faces of his work and its importance to the Brazilian culture in the twentieth century.

**Key words:** history of the MPB, Pop Music, Caymmi, Bahia, Brazil

## Introdução

O estudo da história da música popular brasileira de caráter urbano no século XX passa necessariamente pela modernização das cidades, pela migração de artistas das diversas partes do país para os principais centros urbanos, como Rio de Janeiro e São Paulo, sendo a primeira o palco mais expressivo dessas manifestações por ser a capital do país, pela indústria fonográfica que registrava em discos o repertório de compositores e intérpretes, distribuindo-o em todo o território nacional, pelo teatro de revista como elemento catalisador de sucessos do cancionário popular, pelo surgimento do cinema falado notadamente influenciado pela cinematografia norte-americana de musicais românticos, do rádio como seu instrumento unificador e propulsor, e por fim da televisão com seus espetáculos musicais e festivais, consolidando a música popular brasileira como um dos fenômenos culturais de maior relevância para a compreensão da vida brasileira.

O surgimento da indústria fonográfica no Brasil deu-se em 1900, com a instalação da Casa Edison, na cidade do Rio de Janeiro, situada à Rua do Ouvidor 107, fundada pelo comerciante tcheco-eslovaco Frederico Figner, para, entre outras atividades, produzir e comercializar cilindros fonográficos gravados no Brasil. Com a invenção do disco revolucionando o sistema de gravação, Figner faz contato com a International Zonophone Company de Berlim e, em 17 de julho de 1901, através de seu diretor gerente Frederick M. Prescott, recebeu um terço dos direitos de patente dos discos duplos (gravados nas duas faces) para o Brasil, ficando estabelecido em contrato a realização de gravações de discos com música brasileira no Rio de Janeiro, sendo que, finalmente, em 1902 as gravações são iniciadas num ritmo intenso perfazendo um total de 200 gravações em apenas três semanas. Figner representou ainda no Brasil a Odeon e seu sucesso comercial, expandindo filiais pelas principais cidades do país, estimulou a concorrência devido aos ganhos elevados, proporcionando a instalação no Brasil de outras gravadoras ou representantes destas, sendo as mais importantes Faulhaber, Favorite Record, Columbia e Victor Record. Com o advento das gravações pelo sistema elétrico em julho de 1927 que melhorava sensivelmente a qualidade da reprodução sonora, pois, através de microfones e fios,

eram levados com mais facilidade e fidelidade os impulsos sonoros até a agulha que imprimia os sulcos na cera, diga-se discos, finda-se a fase mecânica, o período das interpretações gritadas e abafadas dos conjuntos instrumentais, e se inicia um novo período da indústria fonográfica nacional, que juntamente com outros meios de divulgação irá culminar com a consolidação da canção popular como fenômeno cultural de caráter urbano e de relevância imprescindível para a compreensão da história brasileira do século XX. Sobre este assunto vejamos o que diz Luiz Tatit, no livro *O Século da canção*:

A canção brasileira, na forma que a conhecemos hoje, surgiu com o século XX e veio ao encontro do anseio de um vasto setor da população que sempre se caracterizou por desenvolver práticas ágrafas. Chegou como se fosse simplesmente uma outra forma de falar dos mesmos assuntos do dia-a-dia, com uma única diferença: as coisas ditas poderiam ser então ser reditas quase do mesmo jeito e até conservadas para a posteridade. Não é mera coincidência, portanto, que essa canção tenha se definido como forma de expressão artística no exato momento em que se tornou praticável o seu registro técnico. Ela constitui, afinal, a porção da fala que merece ser gravada. (TATIT; 2008. p. 70).

Assim, ao longo das décadas de 1920 e 1930, através também do cinema e do rádio, que iriam monopolizar ao longo do período o processo de entretenimento das camadas populares, ofuscando em certa medida o teatro de revista, apesar ainda de sua influência como divulgador de repertório e empregador de artistas, verificaremos uma expansão da atividade artística com a sua profissionalização através das diversas entidades de direitos autorais, e a consolidação do samba e da marcha como os gêneros de maior popularidade.

Desse modo, podemos constatar que o desenvolvimento da música popular urbana a partir da primeira década do século XX foi vertiginoso e sua aceitação pelas camadas médias da população resultou em um caráter de representação, tipificado por um nacionalismo

que iria ser responsável por um dos pilares básicos de sustentação de um tipo de cultura popular que se tornaria porta voz dos anseios e dos sofrimentos da população brasileira, criando a trilha sonora de nossa história. Aliado a essa crescente aceitação como símbolo de um país que se descobria e caminhava rumo a um processo de desenvolvimento, a música popular nas três primeiras décadas do século XX com seus compositores e intérpretes, teve um papel fundamental na formação do perfil do brasileiro urbano preocupado com as questões sociais, e cúmplice desse processo de crescimento que se iniciava e que seria contínuo.

## **Dorival Caymmi – primeiros passos na Bahia**

O período que se inicia em 1930 revela e consolida uma das mais notáveis gerações de artistas já vistas no país, podendo-se assinalar nomes como Noel Rosa, Ary Barroso, Carmen Miranda, Francisco Alves, Orlando Silva, Carlos Galhardo, Silvío Caldas, Lamartine Babo, João de Barro e muitos outros, responsáveis pela afirmação de uma cultura urbana que seria responsável e coadjuvante das profundas modificações sociais que se imporiam ao país. Entre estes artistas, um baiano em especial iria criar um novo modelo de canção popular e ajudar a compreender com mais precisão os mistérios e belezas de sua terra, Dorival Caymmi.

Seu nome entraria para a história como o artista que cantou as lendas, tradições e os encantos da antiga capital do Brasil, Salvador, sua terra e seu mar por onde navegam pescadores com seus amores e suas lutas pela sobrevivência. Poeta e cantor será ele o maior responsável pela internacionalização da baiana como modelo representativo da cultura nacional de exportação. Dorival Caymmi nasceu em Salvador em 30 de abril de 1914. Filho de Durval Henrique Caymmi e Aurelina Cândida Soares Caymmi, seu pai, funcionário público e um exímio instrumentista tocando violão, bandolim e piano, incentivou o filho quando este começou a aprender violão, apesar de ser da sua vontade que ele seguisse uma carreira formal e não de músico. Em sua juventude, Dorival teve um grande amigo, José Rodrigues de Oliveira, chamado de

Zezinho, juntos os dois rapazes andavam pelas ruas e becos de Salvador dividindo a paixão em comum que tinham pela música, literatura e cinema. Estavam sempre ligados aos acontecimentos culturais da cidade e acompanhavam no rádio e nas revistas os sucessos do momento na música popular. Em 1930, com apenas 16 anos e tocando razoavelmente violão, compõe sua primeira música a que deu o título *No sertão*, cujos versos transcritos no livro de Stella Caymmi, *Dorival Caymmi – o mar e o tempo*, evidenciam a influência que recebia das toadas líricas/sertanejas tão em voga na época.

Lá no sertão nasce a vida e a alegria no coração  
Lá no sertão nasce a vida e a alegria no coração  
Nosso amor nasceu pelo São João  
Na roda brejeira, na fogueira ao soluçar de um violão  
Lá no sertão nasce a vida e a alegria no coração  
Nosso amor morreu com ingratidão  
Cinzas de amor e de fogueira, tristezas no meu coração  
Lá no sertão nasce a vida e a alegria no coração  
Lá no sertão nasce a vida e a alegria no coração  
(CAYMMI, 2001. p. 58, 59. ).

A cidade de Salvador, durante os anos 1930, recebia sempre em excursões vários artistas do Rio de Janeiro que vinham se apresentar nos seus teatros, o país vivia o apogeu da música popular, as emissoras de rádio tocavam os grandes sucessos da época e esse ambiente artístico despertava muito interesse no jovem compositor baiano que, apesar de já estar trabalhando no jornal *O Imparcial*, a fim de ajudar em seu sustento, sentia que não era na carreira jornalística que estava a sua verdadeira vocação, e continuava nas horas de folga a frequentar teatros e cinemas apreciando os espetáculos, disposto a iniciar uma carreira no rádio para poder apresentar-se em festas, bailes, ou onde pudesse ser convidado para expor seu talento, tendo sempre a acompanhá-lo o inseparável amigo Zezinho.

Em meados de 1934, foram à Rádio Clube da Bahia e Dorival depois de um teste, foi aprovado pelo dono da emissora, Volney de Barros Castro, para que retornasse na semana seguinte, precisamente no domingo, e assim ele iniciou timidamente sua carreira no rádio. Sem-

pre cercado de muitos amigos que o acompanhavam em suas andanças, resolveu com seus companheiros criar um grupo musical ao estilo do Bando da Lua, criando o conjunto Três e Meio, formado por Zezinho, no cavaquinho, Deraldo, no tambor, Dorival, no violão e Luiz, no ritmo e pandeiro. Com essa formação, apresentaram-se em público inúmeras vezes e eram presença constante nas emissoras de rádio.

A esta altura sua intensa atividade artística lhe proporcionou entrar em contato com compositores e intérpretes famosos que visitavam a Bahia, como Silvio Caldas, Gilberto Martins e Léo Vilar, este futuro líder do grupo Anjos do Inferno. Essas amizades futuramente lhes seriam muito importantes nos seus primeiros tempos no Rio de Janeiro. Em 1936, participou de um concurso de músicas carnavalescas promovido pelo jornal O Imparcial e pela Rádio Comercial, sagrando-se campeão com o samba *A Bahia também dá*, em cuja letra faz diversas citações a bairros da capital baiana já prenunciando o estilo marcante de homenagear e citar a Bahia em suas canções.

Tá chegando o carnaval  
E a macacada tem  
Tem que se alistar  
Jacaré é Liberdade  
Curva Grande, Pau Miúdo  
Tá na hora de enfezar

Já formei o meu cordão  
E ta cheinho de mulata  
A cadência é violão  
E a ba...  
E a bateria é lata  
Pra formar o meu cordão  
Mandeí vir gente lá do Curuzu  
Tem morena do Japão  
E até...  
E até lá do Matatu  
Bem na frente do cordão  
Tem um nego de beijoleta a batucá  
Escrevi no estandarte:

A Ba...  
A Bahia também dá.  
(CAYMMI, 2001. *Op. cit.*, p. 96).

O seu prestígio na Bahia já estava firmado, era preciso então alcançar novos horizontes, e como todos os jovens artistas de sua geração que sonhavam com uma consagração maior, o local para a busca dessa conquista já estava determinado: era o Rio de Janeiro, capital política e cultural do país. Depois de convencer os familiares de sua decisão embarcou em 1 de abril de 1938, no navio Itapé, rumo ao seu destino.



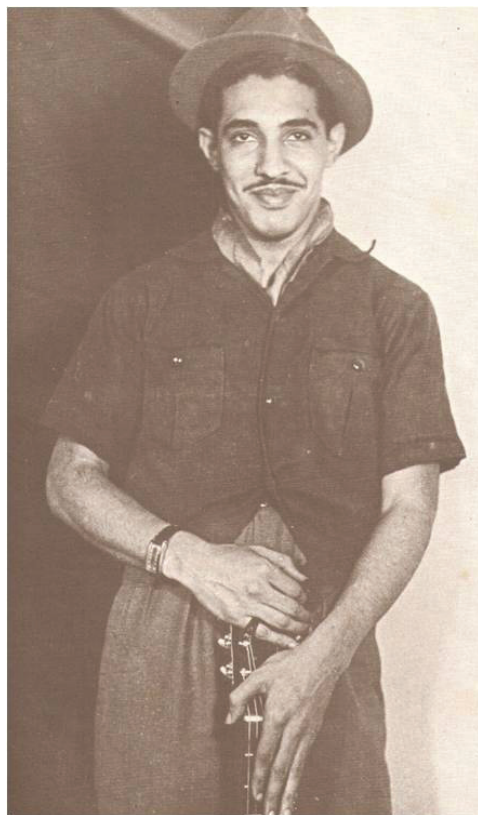
Com os amigos Antonio Maltês e Fernando Pedreira - Salvador 1935

## Chegada ao Rio – Início da trajetória de sucesso

Dorival Caymmi desembarcou no Rio de Janeiro no dia 4 e se encontrou no cais com José Brito Pitanga, seu primo e amigo da família, que tinha ido esperá-lo para acomodá-lo em uma pensão no centro da cidade. Apesar do fascínio que a capital lhe causava, os primeiros tempos foram difíceis, pois não conseguia uma colocação de emprego

e o dinheiro que havia levado já estava terminando, contudo, tinha por perto seu primo Pitanga, que estava sempre disposto a ajudá-lo e como era uma pessoa bem relacionada, principalmente no ambiente médico por causa de sua colocação numa clínica, resolveu procurar Assis Valente em seu consultório de protético para que ele, com seu prestígio pudesse dar uma carta de referência para Dorival Caymmi, o que o compositor prontamente fez, pois nunca se negou a colaborar sempre que era procurado para ir em auxílio de algum conterrâneo, enviando um bilhete de recomendação ao radialista César Ladeira na rádio Mayrink Veiga. De posse do bilhete, Pitanga levou Caymmi a rádio e depois de se avistar com César Ladeira este não se entusiasmou com os dotes artísticos do compositor baiano, deixando-o triste, mas não desanimado.

A esta altura, a situação financeira de Dorival era desesperadora e já estava inclusive disposto a retornar a Salvador, quando surge a possibilidade de ir trabalhar na revista O Cruzeiro. Antes disso, porém, o destino já estava ajudando-o. Em suas andanças no Rio frequentava o Café Nice, reduto de boêmios e nata da música popular, onde fez alguns amigos, entre eles o radialista Ubirajara Nesdan que já ouvira algumas de suas músicas. Numa noite, Nesdan estava acompanhado de Lamartine Babo, que tinha um programa na Rádio Nacional intitulado Clube dos Fantasma, e estava preocupado, pois precisava de uma atração para aquela noite, quando então o radialista lembrou-se de Caymmi e dirigiu-se com Lamartine à pensão onde o baiano estava hospedado, fazendo-lhe o convite que foi imediatamente aceito. O programa ia ao ar à zero hora e, ao chegar ao estúdio, Lamartine fez as apresentações de praxe e Dorival Caymmi cantou



**No Rio de Janeiro em 1938**

*Noite de temporal*. Estava assim inaugurada sua trajetória no rádio carioca. Indiscutivelmente, seu anjo da guarda no Rio de Janeiro era seu primo Pitanga, este o levou à redação da revista O Cruzeiro e o apresentou ao editor Edgar Pereira, que já sabia dos dotes de Caymmi e estava ali não para lhe dar um emprego de desenhista na revista, mas encaminhá-lo a Rádio Tupi. Isso, contudo, de comum acordo com Pitanga e sem o conhecimento de Dorival. Depois das primeiras conversações, Edgar Pereira convenceu Caymmi a tentar o rádio e ligou para Theófilo de Barros Filho na Tupi e agendou um encontro para dali a alguns dias.

Chegada a ocasião de sua entrevista, Dorival se apresenta para Theófilo de Barros Filho e canta mais uma vez *Noite de temporal* e *No sertão*, causando forte impacto, a ponto de o produtor convidar o próprio Assis Chateaubriant para ouvi-lo, impressionando-se também com o talento do jovem compositor e intérprete baiano. Passadas as apresentações, ficou acertado que Dorival Caymmi não seria um empregado fixo da rádio, mas receberia 30 mil réis por apresentação, realizando duas audições por semana, o que daria no fim do mês um total de 240 mil réis. O entusiasmo tomou-lhe conta do espírito e via que sua hora havia chegado, porém deveria esperar ainda alguns dias para a sua apresentação oficial que se daria no dia 24 de junho durante a festa junina da rádio que seria transmitida ao vivo. No dia da estreia, estava reunida grande parte do elenco da Rádio Tupi e quando Caymmi se apresentou foi o maior sucesso, todos se encantaram com suas músicas e os telefones da emissora receberam sucessivas ligações de ouvintes querendo informações sobre cantor de voz grave e bem pousada que havia se apresentado com suas canções praieiras.

Após a estreia, rumou para o hotel e dias depois, quando foi pagar a conta do mês, soube que seu primo havia viajado e deixado pagos seis meses antecipados, era um gesto de carinho muito grande que deixou Caymmi profundamente sensibilizado. A repercussão de sua apresentação na Rádio Tupi foi intensamente comemorada na Bahia por seus familiares que a tinham ouvido, bem como pela imprensa que lhe dedicou rasgados elogios. Enquanto isso, no Rio de Janeiro, o sucesso também foi muito grande, proporcionando-lhe um convite irrecusável da Rádio Transmissora que oferecia por mês entre salários e cachê um total de 400 mil réis.

Para quem havia saído de Salvador há apenas quatro meses sem grandes perspectivas, as conquistas alcançadas eram alvissareiras, daí por diante era só administrar as outras oportunidades que iriam surgir e seguir em frente, a fim de consolidar-se definitivamente no cenário artístico nacional.

## **O que é que a baiana tem? Cinema e Carmen Miranda**

A partir dos anos 1930, o cinema nacional vinha produzindo alguns filmes em que o enredo se misturava com números musicais, a mais importante companhia da época era a Cinédia cujo proprietário chamava-se Adhemar Gonzaga. A expansão da indústria cinematográfica era uma excelente oportunidade para quem dispunha de capital para investir e, no Brasil, com o desenvolvimento das emissoras de rádio e a popularização de seus artistas, os filmes musicais representavam um negócio extremamente lucrativo. Em 1933, sob a direção de Adhemar Gonzaga e Humberto Mauro, surge o primeiro desses filmes com proposta comercial, “A voz do Carnaval”, que contava com a participação de Carmen Miranda, acompanhada de um grande elenco onde não faltaram cenas ao vivo de carnaval e outras em estúdio, entremeadas por uma história que fazia a ligação entre os números musicais. A estreia deu-se no Cine Odeon em 6 de março e, como não poderia deixar de ser, com muito êxito.

Quem se interessou em participar do projeto cinematográfico brasileiro foi Wallace Downey, empresário do ramo fonográfico atuando como diretor da Columbia Phonograph Company, que, no Brasil, era representada por Byington e Cia. Ao perceber o potencial do negócio, associou-se a Adhemar Gonzaga, mudando o nome da sociedade para Waldow Cinédia, juntos e com capital dobrado, poderiam melhorar a qualidade dos filmes e, conseqüentemente, atrair um público cada vez maior às salas de cinema. O primeiro trabalho que realizaram foi o filme “Alô, alô, Brasil!” com argumento de João de Barro e Alberto Ribeiro, direção de Wallace Downey, Adhemar Gonzaga e Alberto Ribeiro, entre os artistas contratados destacavam-se Aurora Miranda, interpretando de André Filho a famosa marcha *Cidade maravilhosa*,

Almirante e o Bando da Lua, que interpretaram a marcha *Deixa a lua sossegada*, de João de Barro e Alberto Ribeiro, além da participação de Carmen Miranda, Francisco Alves, Dircinha Batista, Mário Reis e grande elenco, sob a direção musical de Simon Bountman, a estreia deu-se no Cine Alhambra em 4 de fevereiro de 1935.

O êxito comercial desses filmes ensejou uma série de outras produções que seguiriam o mesmo formato e, se o carnaval era o tema preferido e a época mais propícia para os lançamentos, era necessário testar outras datas a fim de diminuir o período entre uma produção e outra para não esmorecer o público. Daí a ideia de se fazer um filme para exibição no meio do ano, e o primeiro a ser produzido foi “Estudantes”, onde predominavam os mesmos esquemas dos filmes anteriores, mas sem o repertório carnavalesco. O enredo tinha como protagonista Carmen Miranda, que fazia o papel de Mimi, uma cantora de rádio que era disputada por três estudantes interpretados por Barbosa Júnior, Mário Reis e Mesquitinha. Entre os números musicais destacava-se a marcha *Linda Mimi*, de João de Barro, cantada por Mário Reis, e *Lalá*, também de João de Barro, só que com a parceria de Alberto Ribeiro e interpretada pelo Bando da Lua. Apesar do sucesso, do bom desempenho dos atores e da qualidade dos números musicais, o filme que estreou em julho não mereceu por parte da crítica muitos elogios, o que, no entanto, não seria motivo para que seus produtores desanimassem e partissem para um trabalho mais arrojado, visando o verão do ano seguinte.

Em outubro, iniciaram-se as filmagens do próximo filme que teria o título de “Alô, alô, carnaval”, ainda sob a direção de Adhemar Gonzaga e Wallace Downey e argumento de João de Barro e Alberto Ribeiro, que criaram uma história que tinha como cenário principal um cassino onde eram apresentados os números musicais. O enredo baseava-se na história de dois autores que tentavam convencer um poderoso empresário a financiar a apresentação de uma revista por eles escrita. Sem economizar recursos, os produtores se empenharam ao máximo para dar um caráter de superprodução ao filme, para tanto, contrataram uma grande quantidade de artistas que se revezavam entre a trama e participariam de vinte e três números musicais. Um elenco grandioso que contava com a participação de Almirante, Lamartine Babo, Barbosa Júnior, Jaime Costa, Heloísa Helena, Francisco Alves, Mário Reis,

Pinto Filho, Oscarito, em sua estreia no cinema, Dircinha Batista, Muraro, Bando da Lua, Joel e Gaúcho, Irmãs Pagãs e muitos outros. No acompanhamento, a orquestra dirigida por Simon Bauntman e o Regional de Benedito Lacerda. O mais importante filme musical brasileiro teve uma de suas cenas imortalizadas com Carmen e Aurora Miranda interpretando a marchinha *Cantores do rádio*, de João de Barro, Alberto Ribeiro e Lamartine Babo. A estreia deu-se no cine Alhambra em 20 de janeiro de 1936. Após a realização de “Alô, alô, carnaval”, Wallace Downey desfazia sua sociedade com Adhemar Gonzaga e faria uma nova empresa com Alberto Byington Júnior, batizada com o nome de Sonofilmes, que iria produzir o filme “Banana da terra”, transformando para sempre o destino de dois artistas, Carmen Miranda e Dorival Caymmi.

Em fins de 1938, iniciava-se a produção de “Banana da terra” com direção de João de Barro, que se ocupou também do argumento juntamente com Mário Lago e contando com a supervisão e produção de Wallace Downey. No elenco estavam Aurora Miranda, Dircinha Batista, Linda Batista, Emilinha Borba, Neyde Martins, Almirante, Orlando Silva, Oscarito, Jorge Murad, Aloysio de Oliveira, Lauro Borges, Carlos Galhardo, Carmen Miranda, Castro Barbosa, Mário Silva, Paulo Neto, Alvarenga e Bentinho, Bando da Lua e arranjos musicais a cargo das Orquestras Napoleão Tavares e Romeu Silva. Entre os diversos números musicais, destacavam-se *A jardineira*, de Humberto Porto e Benedito Lacerda, *Sei que é covardia*, de Ataulfo Alves e Claudionor Cruz, *Na Baixa do Sapateiro*, de Ary Barroso e *Boneca de piche*, de Ary Barroso e Luiz Iglesias. Na apresentação das músicas de Ary Barroso, Carmen Miranda deveria vestir-se de baiana, tendo por cenário um casario com lua cheia, um coqueiro e um lampião, interpretando *Na Baixa do Sapateiro*, e em dueto com Almirante, vestidos a caráter e pintados de preto cantariam *Boneca de piche* em outro cenário.

Estava tudo pronto para o início das filmagens, quando Ary Barroso, ao ser consultado sobre a inclusão de suas músicas no filme, exigiu como pagamento a quantia de 10 contos de réis, uma verdadeira fortuna. Diante de uma cobrança tão exorbitante, os produtores viram-se obrigados a substituir suas canções, e aí, então, Alberto Ribeiro lembrou-se do jovem compositor baiano Dorival Caymmi, pois sabia que ele tinha uma música intitulada *O que é que a baiana tem?* que se enquadrava muito

bem no quadro em que Carmen Miranda deveria apresentar-se vestida de baiana. Após consulta a Almirante e a João de Barro, estes aceitaram a sugestão, por também já conhecerem Caymmi, e foram ao seu encontro formalizar o convite. Antes, porém, de serem iniciadas as filmagens, Caymmi, a pedido de Newton Teixeira, foi à sede da Sonofilmes, situada na Avenida Venezuela, para fazer um teste de voz. Ao chegarem no estúdio, ele começou a cantar várias canções de maneira informal e João de Barro e Moacyr Fenelon gravaram tudo, depois tiraram em disco uma prova da gravação e levaram para Carmen Miranda. Dias depois, Almirante levou Caymmi para a casa de Carmen na Urca para que ela pudesse ouvi-lo pessoalmente, pois teve dificuldade para entender várias passagens das músicas que estavam na gravação, foi aí que Caymmi, tomado de surpresa verificou que o teste realizado dias antes nos estúdios da Sonofilmes tinha sido registrado. Feitas as apresentações, verificou-se logo uma perfeita sintonia entre os dois artistas e, logo após, retornaram ao estúdio, Carmen gravou *O que é que a baiana tem?* com Caymmi atuando no coro, sendo essa a gravação que foi exibida no filme.

A estreia de “Banana da terra” deu-se no cine Metro-Passeio na Cinelândia em 10 de fevereiro de 1939 e foi também um gran-



**Cartaz do filme banana da terra, com Dorival Caymmi, Carmen Miranda e o samba O que é que a baiana tem, em destaques**

de sucesso, confirmando a enorme aceitação popular pelos musicais brasileiros. Foi exibido em mais onze cinemas e em apenas três dias arrecadou a quantia de 208 contos de réis, batendo todos os recordes de bilheteria da cidade. O grande destaque do filme foi a música de Caymmi que caiu no gosto popular e recebeu inúmeros elogios da imprensa, a exemplo do comentário feito no jornal O Globo de 17 de fevereiro.

O celulóide nacional *Banana da Terra* vem obtendo êxito sem precedentes na sala do Metro-Passeio. Há duas coisas pelo menos ótimas: a dança do “pirulito” e o formidabilíssimo samba “O que é que a baiana tem?”, cujo autor o programa não determina, e que é o grande, o grandíssimo samba deste ano. Se o “Pirulito” apresentado por Almirante e Carmen é uma deliciosa invenção, o samba da baiana representa qualquer coisa de notável, novo, expressivo (CAYMMI, 2001. *Op. cit.*, p. 139).

Mesmo sem a citação do seu nome nos créditos, a população não demorou para identificar o autor da música e Caymmi passou então a ser um músico conhecido e respeitado. Em 27 de fevereiro, a Odeon, empresa na qual Carmen Miranda mantinha contrato, resolveu realizar um disco com *O que é que a baiana tem?* convidando Caymmi para participar da gravação, que tinha também outro samba de sua autoria intitulado *A preta do acarajé*. O disco, que inicia a sua gloriosa carreira fonográfica, foi lançado no suplemento de abril. Logo após, Carmen Miranda tornar-se-ia a maior estrela internacional da música popular brasileira, apresentando-se com sua vestimenta de baiana, transformando-a, juntamente com o ritmo do samba, no mais representativo produto brasileiro de exportação e símbolo maior de nossas tradições culturais.

### **Década de 1940, consagração do compositor e intérprete – o mar e a Bahia como tema.**

Após o estrondoso sucesso de *O que é que a baiana tem?* Caymmi foi convidado por César Ladeira para trabalhar na rádio

Mayrink Veiga, aceitando o convite e fazendo sua estreia no dia 14 de março ao lado de Carmen Miranda. A parceria com a Carmen iria render ainda mais uma gravação realizada em 29 de abril também na Odeon, desta vez seria a canção de roda infantil *Roda pião*, adaptada por Caymmi e lançada no suplemento de agosto. Depois das gravações com Carmen Miranda, já era hora de Dorival interpretar sozinho suas composições e sua carreira discográfica solo começa em 27 de junho de 1939 na Odeon, quando registra duas composições, *Rainha do mar* e *Promessa de pescador*. Ainda na Odeon grava em 4 de março de 1940, *Navio negreiro*, de J. Piedade, Sá Roris e Alcyr Pires Vermelho e *Noite de temporal*, de sua autoria. Em 30 de abril de 1940 casa-se com Stella Tostes, cantora da Rádio Nacional.

Passando a integrar o elenco da gravadora Columbia, gravou em 7 de novembro de 1940, um de seus maiores sucessos, a canção praieira *O mar*, que, apesar de não ser a primeira gravada neste estilo, foi com a qual se firmou no gênero. Em sua parte central, ele narra uma tragédia de pescadores e a interpreta de modo a dar-nos a impressão de que a melodia se intercala com o sussurro das ondas do mar quebrando na praia, encerrando-a melancolicamente:

O mar...  
Quando quebra na praia  
É bonito... é bonito  
O mar...  
Pescador quando sai nunca sabe se volta  
Nunca sabe se fica...  
Quanta gente perdeu seus maridos... seus filhos  
Nas ondas do mar

O mar...  
Quando quebra na praia  
É bonito... é bonito  
Pedro vivia da pesca saía no barco  
Seis horas da tarde  
Só vinha na hora do sol raiá  
Todos gostavam de Pedro  
E mais do que todos Rosinha de Chica

A mais bonitinha, a mais bem feitinha  
De todas mocinha lá do arraiaá  
Pedro saiu no seu barco seis horas da tarde  
Passou toda noite e não veio na hora do sol raiá  
Deram com o corpo de Pedro  
Jogado na praia, roído de peixe sem barco, sem nada  
Num canto bem longe lá do arraiaá  
Pobre Rosinha de Chica que era bonita  
Agora parece que endoideceu  
Vive na beira da praia olhando pras ondas  
Rodando... andando...  
Dizendo baixinho:  
Morreu... morreu... oh!

O mar...  
Quando quebra na praia  
É bonito... é bonito  
O mar...  
Pescador quando sai nunca sabe se volta  
Nunca sabe se fica...  
O mar...  
Quando quebra na praia  
É bonito... é bonito.

Ao introduzir na canção brasileira as lendas e tradições dos pescadores e tendo o mar como um de seus temas mais constantes, Dorival Caymmi torna-se um compositor único, com uma obra personalíssima. Sobre isso, vejamos o que diz Juliana Ramos Gonçalves, no artigo, Na beira do mar: uma leitura de Canções praieiras, de Dorival Caymmi, publicada na Revista Cisma, da FFLCH da USP:

Embora Caymmi não tenha sido um pescador ou canoeiro, suas canções praieiras revelam bastante intimidade com aquele universo, como se o cancionista, ao cantá-lo, dele também fizesse parte. Essa característica confirma-se e explicita-se quando nos precipitamos em seu mar sonoro, com especial atenção às letras. O

ponto de vista do narrador ou do eu lírico não é o de quem olha para essas comunidades distanciadamente, do alto da cidade grande. Não: os seus pés também estão no cais ou na areia, às vezes até mesmo numa jangada, sobre as ondas verdes do mar. É um ponto de vista de dentro, de alguém que partilha esse universo e canta suas belezas e tragédias. (GONÇALVES; 2013)



Apresentado-se com traje de pescador - Década de 1940

Em 3 de outubro de 1941 grava na Columbia, *A jangada voltou só*, e em parceria com Jorge Amado, *É doce morrer no mar*, inspirada no romance *Mar morto*, sobre a origem desta canção, é esclarecedor o que diz Stella Caymmi, *Dorival Caymmi – o mar e o tempo*.

“É doce morrer no mar”, uma parceria com Jorge Amado, nasceu em 1940, num almoço de São João – santo da devoção de seu pai, Durval, e que parece gostar de Caymmi – na casa do coronel João Amado de Faria, pai do escritor, em Vila Isabel. Uma turma boa estava ali para comemorar a data. Moacir Werneck de Castro, Otávio Malta, Clóvis Graciano, Érico Veríssimo, estavam presentes, além de Jorge e Dorival com suas esposas. “Nesse almoço, aí, estava-se lendo, brincando, recitando, fazendo coisas e tal, cantando, aí eu disse: “Tem aí no *Mar morto* uma citação de musica que eu vou musicar” – relata Caymmi (...) o baiano continua: “Então veio a idéia: Vamos fazer um concurso e todo mundo aqui vai participar. Eu comecei: “É doce morrer no mar, nas ondas verdes do mar”. Propus a eles: Para escolher, escrevam três versos, três trovas, para eu encaixar no estribilho, porque eu vou fazer a música”. Jorge então sentou-se e completou um verso que já contava do livro: “A noite que ele não veio/foi de tristeza pra mim/saveiro voltou sozinho...”. Eu acrescentei “Triste noite foi pra mim”, para fechar a quadrinha. (...) todas as ideias boas foram de Jorge, mas eu tive de consertar, completar a letra e tal” – comenta Caymmi. No livro, além de “É doce morrer no mar”, havia outros versos que foram aproveitados na canção, como “ele foi se afogar” e “nas ondas verdes do mar”. O compositor assegura: “Cada verso desse sofreu uma pequena modificação, mas dentro do espírito que Jorge escreveu, do espírito do *Mar morto* e do espírito sobretudo de “É doce morrer no mar”.

Jorge ainda fez os versos: “saveiro partiu de noite, foi/madrugada não voltou/o marinheiro bonito/sereia do mar levou”. (CAYMMI; 2001. p. 192, 193).

Em janeiro de 1945, o Trio de Ouro, formado Herivelto Martins, Dalva de Oliveira e Nilo Chagas lança *Pescaria*, e em 18 de abril de 1949, Dorival Caymmi gravaria *O vento*, fechando com brilhantismo

esta primeira parte de suas canções praieiras, fundamentais, portanto, para compreender seu universo criativo, sendo obras fundamentais da música popular brasileira.

Mas se a temática do mar com seus pescadores, sua mitologia, suas mulheres e seus dramas alimentaram a imaginação de Caymmi a partir de suas vivências na praia de Itapoã durante sua juventude, a Bahia, no caso a cidade de Salvador, com seus encantos e mistérios, também, deu-lhe a inspiração necessária para transformá-la em poesia musicada.

A Bahia sempre foi um tema recorrente na música popular brasileira, pois, desde os primeiros anos da indústria fonográfica, ela estava presente, representada em suas diversas formas, em seu universo multicultural, deste modo temos já em 1904 o lundu *O caruru*, gravado por Mário Pinheiro, um dos nossos mais expressivos intérpretes do final do século XIX e das duas primeiras décadas do século XX, e que gravou também, provavelmente em 1906 de Tito Lívio e José de Souza Aragão, ambos da cidade de Cachoeira no Recôncavo baiano, a modinha *Anjos baianos* muito popular em sua época, porém, um dos maiores sucessos deste início de século foi o lundu *Baiano dengoso*, gravado por Manuel Pedro dos Santos entre 1907 e 1913, conhecido pela alcunha de Bahiano, o mais popular cantor brasileiro das duas primeiras décadas do século XX, nascido na cidade de Santo Amaro da Purificação em 5 de dezembro de 1870 e falecido no Rio de Janeiro em 15 de julho de 1944. Nas décadas de 1920 e 1930 a Bahia, entretanto, ganha notoriedade e em muitos casos preferência entre compositores e intérpretes, e é justamente nesta época que surgem alguns clássicos da música popular brasileira exaltando-a, como, *Cristo nasceu na Bahia*, de Sebastião Cirino e Duque, *A medida do Senhor do Bonfim*, de Sinhô, *No tabuleiro da baiana*, *Na Baixa do Sapateiro*, ambas de Ary Barroso, *Quando eu penso na Bahia*, de Ary Barroso e Luiz Peixoto, *Na Bahia*, de Herivelto Martins e Humberto Porto, dentre muitas outras.

Mas se o tema Bahia já estava bastante explorado, é curioso notar que quase a totalidade das canções feitas eram de compositores não baianos cujo olhar demonstrava uma percepção do visitante, do curioso, daquele que se encanta com seu misticismo e tradições, ou simplesmente por puro interesse comercial já que o tema rendia popularidade e boas

vendas de discos e partituras, portanto, podemos concluir, neste aspecto que o olhar, a visão de fora, muitas vezes estereotipada prevalecia, o que não ocorreria com Dorival Caymmi, que retratava sua vivência, sua baianidade pura, seu amor pela terra natal, ou seja, era um olhar de dentro, um sentimento de pertencimento, nativista e orgulhoso, uma nova maneira de retratar a Bahia, não só poeticamente, mas, inclusive musicalmente, com seus sambas buliçosos e irreverentes, genuinamente baianos em forma e conteúdo.

Não é coincidência, portanto, que as músicas mais representativas deste período cuja referência à Bahia são mais fortes e contundentes são *O samba da minha terra*, gravado pelo Bando da Lua, conjunto vocal formado por Afonso Osório, Stenio Osório, Osvaldo Éboli, Hélio Jordão Pereira, Aloysio de Oliveira e Ivo Astolfi, em 19 de outubro de 1940, *Você já foi a Bahia?* gravado por outro conjunto vocal, os Anjos do Inferno, formado por Hélio Verri, Léo Vilar, Roberto Medeiros, Walter Pinheiro e Harry Vasco de Almeida, em 27 de setembro de 1941 e *Acontece que eu sou baiano*, também gravado pelos Anjos do Inferno, em 26 de dezembro de 1943. Em *O samba da minha terra* reforça a peculiaridade do samba praticado na Bahia, oriundo do samba de roda, onde se cantam estribilhos referentes ao bole, bole, requebrado, oriundos dos movimentos sensuais das negras baianas, Caymmi o identifica logo no início ao afirmar que “o samba da minha terra deixa a gente mole/quando se canta todo mundo bole”, e confirma a forte influência do samba em sua formação e, consequentemente, a força que este tinha nas ruas da Bahia por onde ele perambulava, “eu nasci com o samba/no samba me criei/do danado do samba/nunca me separei”, em seguida arremata, “quem não gosta de samba/bom sujeito não é/ é ruim da cabeça/ou doente do pé”. *Você já foi a Bahia?*, além do enfático convite é uma demonstração ardente e sentimental do amor que Dorival Caymmi tem por sua terra e sua necessidade de expressá-lo em versos e melodia, vejamos como ele o define em seu livro *Cancioneiro da Bahia*:

Os sobradões – Os sobrados baianos, com suas frentes de azulejos portugueses, sacadas de ferro batido, recordam um passado romântico, do tempo da riqueza do açúcar, quando as iaiazinhas vinham dos engenhos do recôncavo para

as festas na capital. Com suas sacadas cheias de recordações de sinhá espiando pelas frestas, nas noites de luar, os cantores das serenatas inesquecíveis. De onde viam passar as procissões, de onde viram, nos sobrados da Ladeira da Soledade, passarem vitoriosos os soldados da independência no 2 de julho de 1823. Naquele dias as sinhás enfrentaram as sacadas dos sobrados com a bandeira verde e amarela da pátria finalmente livre do jugo colonial. (CAYMMI, 1947. p. 151)

A música foi incluída no filme de Walt Disney, “The three caballeros”, exibido em 1944, cujo título brasileiro foi justamente, “Você já foi a Bahia?”, na versão instrumental e interpretada por um conjunto vocal acompanhada pelo personagem Zé Carioca.

A última canção *Acontece que eu sou baiano*, Caymmi reafirma seu pertencimento, sua afirmação de identidade, pontuando a diferença, a alteridade, numa citação (in) direta a sua esposa Stella Tostes Caymmi, e ao mesmo tempo a todas as mulheres, onde o olhar, o coração dengoso, malicioso, malemolente de um baiano foi se abrigar, “Acontece que eu sou baiano/accontece que ela não é/mas... tem um requebrado pro lado/minha Nossa Senhora, meu senhor São José/e ninguém sabe o que é”, em seguida se revela “há tanta mulher no mundo/só não casa quem não quer/porque é que eu vim de longe/pra gostar dessa mulher?/essa que tem um requebrado pro lado/Minha Nossa senhora/meu senhor São José”.

Estas três canções formam um conjunto coeso das intenções e da relação de Caymmi com a Bahia, querendo revelá-la e divulgá-la ao seu modo, do seu jeito, orgulhando-se de seu chão, e ele conseguiu, fez-se nacionalmente e internacionalmente conhecido fazendo dela seu passaporte para o sucesso. Mais tarde em épocas diferentes ele reforçaria em seu cancionário essa intenção, em *Saudade da Bahia* lançada em 1957, onde já afastado há 18 anos, apesar de algumas visitas, não a deixa sair do pensamento, já agora com uma nostalgia consolidada, “Ai, ai que saudade eu tenho da Bahia (... ) Ai esta saudade dentro do meu peito/ai se ter saudade é ter algum defeito/eu, pelo menos mereço o direito/de ter alguém com eu possa me confessar”. Já em *São Salvador*,

de 1960 confirmaria mais uma vez seu sentimento nativista ao afirmar logo no início da canção, “São Salvador, Bahia de São Salvador/pedaço de terra que é meu”. Assim, com estas e outras canções, como *A lenda do Abaeté*, *365 igrejas* e *Saudade de Itapoã* contribuiu decisivamente para a criação do imaginário baiano, tornando-a universal.

## Sentimental e urbano

Dorival Caymmi foi um homem de seu tempo, compreendeu-o integralmente, percebeu as mudanças e ajustou-se a elas, e esta percepção foi decisiva para não se deixar ser compreendido como um artista temporal, datado. Soube captar os anseios de sua época e da classe média a qual pertencia que aspirava uma vida melhor, entendeu as mudanças de rumo que a música popular brasileira estava passando, e a ela se adequou, sem, contudo perder o vento fresco da brisa do mar, nem o olhar para suas raízes, porém, se ficasse apenas nisso, seria considerado um compositor limitado, repetitivo para alguns na temática, regionalista para outros, não era, no entanto esta sua intenção e conscientemente ou subjetivamente acompanhou o rumo dos acontecimentos a sua volta, renovou-se, urbanizou-se sem perder o foco do seu tronco, e cantou as dores e alegrias do amor, modernizando-se, era agora, pode-se dizer um compositor moderno, romântico e continuava brilhante.

Em 1947 termina a trilha sonora da peça “Terras do sem fim”, baseada no livro de Jorge Amado e adaptada para o teatro por Graça Mello, cenários de Santa Rosa e, no elenco, Cacilda Becker, Maria Della Costa, Ruth de Souza, Jardel Filho e Sandro Polloni. No mesmo ano compõe *Marina*, um de seus maiores sucessos gravada por três grandes nomes da MPB, Dick Farney, Francisco Alves e Nelson Gonçalves, além dele próprio. Ainda em 1947, no dia 5 de novembro, Orlando Silva grava outro belíssimo samba canção de Caymmi, este em parceria com Fernando Lobo, intitulado *Saudade*, deste modo os maiores artistas românticos da MPB se rendem ao talento do compositor baiano e emplacam grandes sucessos em suas brilhantes carreiras.

Mas esta incursão pelo samba-canção a que se dedicou a partir do final dos anos 1940 e durante a década de 1950, não foi bem assi-

milada por parte da crítica, acostumados que estavam com seus sambas brejeiros baianos e canções praieiras, uma dessas mais contundentes críticas foi escrita pelo jornalista paulista Arnaldo Câmara Leitão, na sua coluna Rádio Show, intitulada “O outro Caymmi”, reproduzida em parte por Stella Caymmi, em *Dorival Caymmi – o mar e o tempo*.

[...] Outra particularidade, tristemente notória no atual Caymmi, são alguns de seus sambas. Parece que as aristocracias boemias, em que o compositor tem andado de tempos para cá, estão influenciando negativamente em sua produção. Dorival Caymmi esta se afastando do povo. Mormente os sambas canções tipo dos feitos em parceria com o milionário Guinle, românticos, sofisticados, burgueses, traduzem um estado mental suficiente e acomodado, completamente ao inverso daquele que gerou páginas admiráveis, já integradas em definitivo no melhor cancionário nacional, que narram a luta e o sofrimento do nordestino do mar e da cidade. Mas, claramente, esse será o tributo pago às reportagens publicitárias valorizadoras, ao champanha e whisky das mansões confortáveis, aos cruzeiros marítimos de iate, etc. ou será que um dos até agora compositores populares máximos do país atingiu o saturamento? (CAYMMI, 2001. p. 220, 221).

O crítico faz referência a Carlos Guinle, empresário carioca, amigo íntimo de Caymmi, que, entre outras afinidades, adoravam o mar e passeavam pela baía da Guanabara no iate deste, tocando violão. Juntos assinaram sete canções, mas em realidade todas são de Dorival que lhe deu as parcerias por mera amizade. Entre estas canções destacam-se, *Você não sabe amar*, gravada por Francisco Carlos em 16 de março de 1950, *Não tem solução*, gravada por Dick Farney, também em 1950 e *Sábado em Copacabana*, gravada por Lúcio Alves em 22 de agosto de 1951. Em 14 de maio de 1952 Dorival Caymmi grava, *Nem eu*, um grande sucesso.

Não fazes favor nenhum

Em gostar de alguém  
Nem eu, nem eu, nem eu  
Quem inventou o amor  
Não fui eu, não fui eu, não fui eu  
Não fui eu nem ninguém

O amor acontece na vida  
Estavas desprevenida  
E por acaso eu também  
E como o acaso é importante querida  
De nossas a vida, fez um brinquedo também.

Em 13 de outubro de 1955 Dorival Caymmi grava *Só louco*, culminando um ciclo ininterrupto de grandes canções românticas, Nana Caymmi, em 1 de dezembro de 1960, inicia a carreira e grava *Adeus*.

Adeus vivo sempre a dizer, adeus  
Adeus, pois não posso esquecer, adeus  
Inda me lembro de um lenço de longe acenando pra mim  
Talvez com indiferença, sem pena de mim

Adeus quando olho pro mar, adeus  
Adeus quando vejo o luar, adeus  
Tudo que é belo na vida recorda o amor que perdi  
Tudo recorda uma vida feliz que eu vivi

Ai adeus, ai adeus, ai adeus  
Palavra triste que recorda uma ilusão  
Uma tristeza guardo em meu coração  
E a saudade a me martirizar no meu peito já veio morar  
Só pra me ver chorar.



No Pelourinho, década de 1950



**Anos 1950**, no auge dos sambas canções

## **Musas, religiosidade, folclore**

O universo feminino de Caymmi com suas protagonistas, Marina, Rosa Morena, Adalgisa, Dora, Doralice e Maricotinha, as mulheres dos pescadores, baianas e outras não identificadas, formam um conjunto de seres ímpares na canção brasileira, Antônio Risério, em seu livro, *Caymmi: uma utopia de lugar*, assim se refere a uma porção deste universo, as mulheres de pescadores:

São mulheres curtidas, caladas, passivas ante o deslizar desafiante das jangadas. Parece mesmo que a principal preocupação dessas mulheres é ficar esperando os homens que foram à pesca. (RISÉRIO, 1993, p. 85).

Em seguida o mesmo autor define o perfil das outras mulheres:

Não há lugar para emílias ou amélias nos sambas cayminianos. São mulheres que premidas pela beleza e pela sensualidade, conhecem o poder que tem. Conhecem e usam o poder do corpo (*ibidem*, p. 87).

Realizando uma leitura, não menos interessante sobre a participação feminina na obra de Dorival Caymmi, é importante observar, inclusive, citando exemplos, o que diz Marielson Carvalho, no livro, *Acontece que eu sou baiano-identidade e memória cultural no cancioneiro de Dorival Caymmi*.

No cancioneiro cayminiano, a mulher baiana está não raro associada à comida e à dança. Em canções como *Vatapá* e *Açaçá*, a figura feminina é ao mesmo tempo a quituteira que prepara os pratos da culinária baiana, e a da sedutora, pois estimula o desejo sexual do homem. *Em requebre que eu dou um doce*, *O dengo*, *Balaio grande* e *Rosa morena*, o que chama a atenção é o modo como ela anda, se veste ou se exhibe na roda de samba. Em *A preta do acarajé*, a mulher faz e vende quitutes, mas não é representada como as baianas anteriores. (...) embora haja variação de perfis femininos em suas músicas, o discurso padrão que os delineia corresponde ao estereótipo da mulher negra ou negra mestiça (“mulata” “morena”) como figuras essencializadas, marcadas pela sensualidade, decantadas pelo sexo (CARVALHO, 2009, p. 127, 128).

É importante observar, porém, que uma das musas mais conhecidas de Caymmi, não tem ligação com a Bahia, mas com o estado de Pernambuco, trata-se de *Dora*, gravada por Dorival em 18 de junho de 1945, na Odeon, com a denominação de frevo-samba. Caymmi estava em excursão no Recife cumprindo um contrato com a Rádio Clube de Pernambuco e, ao chegar à cidade, não conseguiu de imediato uma hospedagem no Grande Hotel, dirigiu-se então a um bar com as malas a fim de aguardar uma vaga prometida pelo recepcionista. De repente surgiu na rua um cordão carnavalesco chamado Pão da Tarde, com uma

banda animada entusiasmando todos que estavam na rua, executando um animado frevo e no meio do cordão dançando destacava-se uma bela mulata que o encantou divinamente, neste instante, nasceu *Dora*, inspirada na musa do Pão da Tarde, música e letra foram feitas ali, ao mesmo tempo, na solidão confusa do bar, e assim nascia mais um grande sucesso, do baiano, agora enfeitado pela música e pela beleza da mulher pernambucana, Caymmi, não tinha, portanto, fronteiras para conter e deixar-se enlevar em sua inspiração.

Dora, rainha do frevo e do maracatu  
Dora, rainha cafuza de um maracatu  
Te conheci no Recife dos rios cortados de pontes  
Dos bairros, das fontes coloniais  
Dora, chamei  
Ó Dora!... Ó Dora!  
Eu vim à cidade pra ver você passar  
Ó Dora...  
Agora no meu pensamento eu te vejo requebrando  
Pra cá, ora prá lá, meu bem!  
Os clarins da banda militar tocam para anunciar  
Sua Dora, agora vai passar  
Venham ver o que é bom  
Ó Dora, rainha do frevo e do maracatu  
Ninguém requebra, nem dança, melhor que tu!

Com três jovens filhos talentosos, Dinahir (Nana) nascida em 1941, Dorival em 1943 e Danilo em 1948, Dorival Caymmi viu-se também envolvido com uma nova geração de artistas que o receberam de braços abertos, não somente por causa de seu já reconhecido talento, mas principalmente por sua fácil adequação aos novos rumos que a MPB estava passando, desse modo, integrou-se a turma da Bossa Nova, surgindo uma grande amizade com Tom Jobim e João Gilberto, sendo que este último em seu disco *Chega de saudade*, lançado em 1959, marco definitivo da Bossa Nova grava *Rosa morena*, de Caymmi. Na contracapa Tom Jobim, o apresenta como “o baiano bossa nova”, elogia seu talento e no final afirma que “Caymmi, também acha”, numa reverência ao veterano compositor. A amizade com Tom Jobim resulta no antológico LP Caymmi visita Tom e leva seus filhos Nana, Dori e Danilo,

lançado em outubro de 1964, contendo um dos maiores sucessos de Dorival Caymmi e certamente sua música de maior êxito no exterior, ... *Das rosas*, gravada pelo cantor Andy Williams.

A versatilidade criativa de Dorival Caymmi o transformou num representante do universo mágico, mítico e místico das coisas da Bahia, isto porque, nunca deixou de cultivar suas raízes negras africanas ou o sincretismo religioso que é uma marca inconfundível da cultura popular e religiosa baiana transitando por estes caminhos sincréticos com muita desenvoltura, pois, formado no catolicismo sem muita rigidez, pode interagir sem maiores culpas pelo universo das religiões de matriz africana, notadamente o candomblé.



Recebendo bênção de Mãe Menininha do Gantois

Esta sua percepção verifica-se num universo bem representativo de seu cancionário, como *Dois de fevereiro*, em que saúda a festa de

Iemanjá, realizada todos os anos nesta data na praia do Rio Vermelho, onde logo no início se coloca na primeira pessoa afirmando que quer ser o primeiro a salvar Iemanjá, nesse contexto Caymmi torna-se também um divulgador das festas de rua da Bahia que tanto apreciava, aliás é justamente na canção *Festa de rua*, denominada por ele de cena baiana, que retrata com fidelidade a festa de Conceição da Praia, que abre o ciclo de festejos religiosos da Bahia no dia 8 de dezembro.

Cem barquinhos brancos nas ondas do mar  
Uma galeota a Jesus levar  
Meu Senhor dos Navegantes venha me valê!  
Meu Senhor dos Navegantes venha me valê!

A Conceição da praia está embandeirada  
De tudo quanto é canto muita gente vem  
De toda parte vem um baticum de samba  
Batuque, capoeira e também candomblé  
O sol está queimando mas ninguém da fé

Meu Senhor dos Navegantes venha me valê!  
Meu Senhor dos Navegantes venha me valê!

A religiosidade, portanto, é uma característica forte do cancionário cayminiano e se tornou, no decorrer de sua vida, não apenas um objeto de inspiração, mas também de culto, já que a partir de 1970 quando passa a morar por um período em Salvador no bairro do Rio Vermelho, torna-se frequentador do candomblé, sendo nomeado obá de Xangô do Axé Ôpô Afonjá, um dos doze ministros de Xangô e batizado como obá Ônikôyi. Sua mãe de santo era Menininha do Gantois, para quem fez uma homenagem em *Oração de Mãe Menininha*, gravada em 1972.

O folclore baiano foi também um tema muito explorado por Caymmi, alguns críticos chegam a afirmar, sem razão, diga-se, que ele apropriou-se do folclore baiano para compor suas músicas, quando na realidade o que ele fez foi assimilar o discurso oral, transformando-o em fonte de criação, como bem define Marielson Carvalho, no livro *Acontece que eu sou baiano-identidade e memória cultural no cancionário de Dorival Caymmi*.

Ao registrar uma “obra vocal”, numa mensagem escrita e sob a rubrica de “motivos do folclore”, Caymmi não o fez com a intenção de “engessar” ou “empalhar” a canção, temeroso da fragilidade de sua memória, mas tão somente usa como um recurso complementar à performance de seu discurso poético. Pensa-se erroneamente que Caymmi se apropria de canções populares e as assina como suas; na verdade, o que mais o afiança como excelente compositor é essa sua habilidade de transformar uma peça de domínio público em outra de igual vitalidade e amplitude (CARVALHO, 2009. *Op. cit.*, p. 106).

Exemplo significativo dessa utilização do folclore na sua obra é *A preta do acarajé*, gravada em 1939 com Carmen Miranda, como o próprio Caymmi explica em Cancioneiro da Bahia.

Era eu menino ainda e já me impressionava o pregão da negra vendedora de acarajé. Quanto mais distante, mas me parecia um lamento. O pregão era em nagô na língua geral dos negros, e enchia-me os ouvidos de música e de nostalgia: “Ó acarajé eco olalai ó”, e continuava em português: “Vem benzê-ê-em, tá quentinho”, para logo marcar o abará: “Iê abará”. Não havia noite que eu não ouvisse. A negra era pontual com seu tabuleiro pela minha rua: pelas dez horas da noite ela passava. E além do pregão, ela, ao descansar o tabuleiro para vender o acarajé apimentado e o abará, costumava dizer aquilo que, anos depois, eu tomaria como um motivo para a letra da música que fiz sobre esse motivo. Era quase um resmungo: “Todo mundo gosta de acarajé mas o trabalho que dá pra fazê é que é”. O lamento do pregão eu o deixei tal e qual, palavra e música. Em verdade, esta canção é muito mais daquela preta que vendia acarajé na minha rua do que mesmo minha (CAYMMI, 1947, p. 62).

Podemos citar ainda como inspiradas no folclore as canções *Roda pião*, *Acaçá*, *Afoxé*, *Acalanto*, feito para embalar Nana ainda criança, *Sociedade matadêra*, *História pra sinhozinho* e *Santa Clara clareou*.



Desfilando no sambodrómo em 1986 homenageado pela Escola de Samba Mangueira

Dorival Caymmi foi um dos poucos artistas brasileiros que manteve uma qualidade permanente e duradoura em sua produção, adaptando-se aos novos tempos, as novas gerações e renovando-se. Na década de 1960 realizou shows com Vinícius de Moraes e o Quareteto em Cy, viajou ao exterior apresentando-se sempre com sucesso, compôs trilhas sonoras como *Gabriela*, em 1975 para a novela da TV Globo inspirada no romance de Jorge Amado, *Gabriela cravo e canela*, excursionou com Gal Costa no espetáculo *Gal canta Caymmi*, resultando num LP de grande sucesso lançado em 1976, com Jorge Amado compôs *Retirantes*, tema de abertura, também da Rede Globo, da novela *Escrava Isaura*, exibida em 1977. Em 1979 apresenta-se do Teatro Castro Alves, em Salvador e no ano seguinte viaja para Angola com diversos artistas brasileiros, participou em Roma, na Itália, do show *Bahia de todos os sambas*, em 1983 ao lado de inúmeros outros artistas baianos, incluindo Caetano Veloso, Gilberto Gil, João Gilberto e Gal Costa, fez inúmeras apresentações com seus filhos gravando alguns discos juntos. Em 1985 é lançada a primeira biografia,

escrita por Marília Trindade Barboza e Vera de Alencar, acompanhada de dois discos produzidos por Radamés Gnattali. Em 1986 é homenageado pela Escola de Samba Mangueira, no carnaval do Rio de Janeiro, com o enredo *Caymmi mostra ao mundo o que a Bahia e a Mangueira tem*, sagrando-se campeã do carnaval. Produzido por Almir Chediak, é lançado em 1993 seu Songbook em dois volumes de partituras com 4 CDs e 99 músicas interpretadas por mais de 60 artistas. Em 1994 grava o documentário “Um certo Dorival Caymmi” e no ano seguinte, recebe na Bahia a Medalha Dois de Julho, juntamente com Carybé e Jorge Amado, em seguida no ano de 2001 é lançada uma caixa de CDs com seus discos e em 2004 na comemoração de seus 90 anos os filhos Nana, Dori e Danilo o homenageiam num show no Canecão, resultando um CD e um DVD. Por fim, visita pela última vez a Bahia e em 10 de agosto de 2006, recebe no Teatro Castro Alves o Prêmio Nacional Jorge Amado de Literatura e Arte. Dorival Caymmi faleceu no Rio de Janeiro em 16 de agosto de 2008, deixando um legado de 103 músicas gravadas, praticamente todas consideradas clássicos da música popular brasileira, fato inédito e único, talvez jamais superado, pois, como ele dizia, o que importava era a qualidade e não a quantidade da obra. É um dos pilares mais importantes da história de nossa canção popular e o maior compositor baiano popular do século XX.



Última viagem a Bahia, recebendo no TCA junto à família, o Prêmio Nacional Jorge Amado de Literatura e Arte – 10 de agosto de 2006

## Referências

CAYMMI, Dorival. *Cancioneiro da Bahia*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1947.

CAYMMI, Stella. *Dorival Caymmi, o mar e o tempo*. São Paulo: Editora 34, 2001.

CARVALHO, Marielson. *Acontece que eu sou baiano-identidade e memória cultural no cancioneiro de Dorival Caymmi*. Salvador-Bahia: EDUNEB, 2009.

GONÇALVES, Juliana Ramos. Na beira do mar: uma leitura de Canções praieiras, de Dorival Caymmi. *Revista Cisma*, FFLCH, USP, 2013.

LISBOA JÚNIOR, Luiz Américo. *A presença da Bahia na música popular brasileira*. Brasília: Musimed Editora e Distribuidora Ltda-Linha Gráfica e Editora Ltda, 1990.

LISBOA JÚNIOR, Luiz Américo. *Compositores e intérpretes baianos – de Xisto Bahia a Dorival Caymmi*. Itabuna/Ilheus: Via Litterarum Editora Ltda/ Editus, editora da UESC, 2006.

RISÉRIO, Antônio. *Caymmi: uma utopia de lugar*. São Paulo: Perspectiva, 1993. TATIT, Luiz. *O século da canção*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2008.



# Memória



# Recortes de lembranças

**Consuelo Pondé de Sena**

Presidente do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia

Este é um registro, dentre muitos, que me foi sugerido por um amigo, observador das lembranças antigas que retenho, no sentido de escrevê-las e, se possível, publicá-las, para que não caiam no completo esquecimento.

Resolvi, portanto, acatar a sua inspiração, e decidi fazer um breve relato de representativas personalidades brasileiras que conheci, há muitos anos, em Salvador, e hoje fazem parte da história da Antropologia no Brasil.

Preparando os alunos para o grande acontecimento, antes da sua realização, o professor Thales de Azevedo fez um breve relato sobre os antropólogos que compareceriam ao evento, oferecendo-nos os subsídios necessários sobre alguns deles, de modo a torná-los conhecidos dos seus discípulos, ante a oportunidade de estar diante dos fundadores da Antropologia Nacional, personalidade ilustres do mundo acadêmico brasileiro.

Nesse sentido, decidi recordar alguns expoentes da Cultura nacional, centrando minhas evocações em alguns participantes do II Congresso da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), reunido

em Salvador, sob a presidência do professor Thales de Azevedo, nos idos de 1955. Preliminarmente, cabe-me destacar que a ABA, ainda em franca atividade, é a mais antiga das associações científicas fundadas no país, na área das Ciências Sociais.

Integravam a diretoria da ABA, biênio 1955-1957, os professores Luiz de Castro Farias, Darcy Ribeiro e Roberto Cardoso de Oliveira.

Além desses informes sobre a Reunião de 1955, completarei essas observações com um breve comentário sobre dois antropólogos de grande expressão internacional que conheci na Faculdade de Filosofia, graças ao professor Thales de Azevedo: Charles Wagley e Melville Herskovitz, durante suas estadas em Salvador.

Embora tenha sido planejada desde 1948, por uma comissão composta por Álvaro Fróes da Fonseca, Roquette Pinto, Arthur Ramos e Heloísa Alberto Torres, que planejou o Primeiro Congresso Brasileiro de Antropologia, somente em 1955, Thales de Azevedo é incumbido de organizar a primeira reunião da Antropologia no Brasil, quando, na oportunidade, em Salvador, nasce a Associação Brasileira de Antropologia (ABA).

Para relacionar alguns nomes dos quais me recordo, adotei o sistema insuspeito – o de ordem alfabética, pois, dessa forma, não estarei estabelecendo comparação entre nomes mais destacados do importante conclave.

## **Álvaro Fróes da Fonseca**

A primeira personalidade a ser recordada é a do professor Álvaro Fróes da Fonseca. Médico e antropólogo físico, o professor Fróes da Fonseca era o decano dos antropólogos brasileiros, quando esteve em Salvador em 1955. Já idoso, falava baixinho, quase sussurrando, havendo necessidade de apurar-se o ouvido para escutar-lhe a voz enfraquecida pelo avanço dos anos. Ainda assim, se pouco falou durante o encontro, muito atento esteve durante toda sua realização, escutando as apresentações dos colegas e as intervenções sobre os mais variados temas. Já o conhecia pelas referências de meu pai, Edístio Pondé, que o conhecera

nos dias da mocidade, na Faculdade de Medicina da Bahia e costumava relatar sobre pessoas e acontecimentos da venerável instituição.

Médico, professor de Anatomia, Álvaro Fróes da Fonseca concorreu a concurso público na Faculdade de Medicina da Bahia, em 1920, quando, disputando com Dr. Inácio de Menezes, obteve a primeira classificação. Além de ter vencido o concurso em nosso meio, também foi professor de Anatomia médica-cirúrgica nas Faculdades de Medicina de Porto Alegre e do Rio de Janeiro. Como antropólogo exerceu atividades no Museu Nacional (RJ) entre os anos de 1920-1930, onde realizou pesquisas e orientou trabalhos no campo da Antropologia Física. Apesar de idoso, era um temperamento inquieto, tanto assim que, nos anos 1960, ainda teve disposição para associar-se ao Instituto de Antropologia Tropical da Faculdade de Medicina do Recife, onde passou a atuar.

## **Darcy Ribeiro**

Darcy Ribeiro era frágil na aparência e tinha estatura mediana, quando surgiu como uma estrela de rara grandeza na II Reunião da ABA. Falante e efusivo, atropelava as palavras pronunciadas como torrente incontrolável.

Darcy Ribeiro foi, certamente, no viço dos 33 anos, o mais brilhante expositor da II reunião da ABA. Graças à sua privilegiada inteligência, fluência verbal e agilidade de pensamento impressionaram muito, favoravelmente, à seleta assistência, constituída de especialistas, professores e discípulos. Lembro-me bem que versou sobre a trágica história do índio Uirá, que foi em busca do Maíra, apresentando a comunicação: “As experiências de um índio que saiu à procura de Deus”, evento do qual participou, como antropólogo, durante o tempo em que esteve entre os índios Kaapor, do Maranhão. Posso dizer que jamais me deslumbrei diante de um relato tão comovente como o transmitido pelo conhecido e respeitado intelectual mineiro de Montes Claros, nascido a 26 de outubro de 1922. Ao fim de seu emotivo relato, não só deixou a assistência empolgada diante do episódio pungente, como foi vivamente aplaudido.

De todos os nomes aqui mencionados, destaco a versatilidade de Darcy Ribeiro, não apenas pela contribuição à Antropologia Brasileira, mas pela ação como educador e político. Foi um dos responsáveis pela fundação da Universidade de Brasília, um modelo inovador no Brasil da época. Pensador lúcido e criterioso, escreveu obras significativas a respeito de sua experiência entre alguns grupos indígenas brasileiros e, mais tarde, com a intenção de explicar o Brasil e o povo brasileiro. Começou a estudar medicina, curso que só frequentou durante três anos. Deixou-o para matricular-se na Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Entre 1945 e 1947 trabalhou em companhia do Marechal Rondon no Serviço de Proteção aos Índios (SPI). Convém sublinhar que Darcy Ribeiro viveu dez anos em companhia de determinadas populações indígenas brasileiras.

O antropólogo mineiro nutria o maior afeto pelo Marechal Rondon, ao qual juntava na admiração a personalidade ímpar de Anísio Teixeira, a ponto de considerá-los os “dois grandes santos da sua devoção”.

Ao conhecer Darcy, ao observar-lhe o talento e criatividade incomum, Anísio entregou-lhe a direção da divisão de Estudos Sociais do Ministério de Educação e Cultura. Foi o primeiro Reitor da Universidade de Brasília, Ministro de Educação do Governo João Goulart. Após o golpe de 1964, deixou o Brasil, exilando-se no Uruguai, Venezuela e Chile, a ele regressando depois da Anistia de 1979, quando se associou a Leonel Brizola para reorganizarem o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Em 1982 encontrava-se como vice-governador do Rio de Janeiro, além de coordenador do Programa Especial de Educação, quando criou os Centros Integrados de Educação Pública (CIEPS). Múltiplo em aptidões, Darcy Ribeiro foi educador, sociólogo, romancista, antropólogo, poeta, político, enfim, tudo que reclamava talento e capacidade.

Darcy Ribeiro era um homem múltiplo, inquieto e realizador. Como funcionário do SPI, deve-se-lhe a redação do projeto do Parque Indígena do Xingú, criado em 1961. Também idealizou a Universidade Estadual Fluminense (UNEF). Foi Ministro de Educação do Governo do Presidente Jânio Quadros (1961); Chefe da Casa Civil do Governo João Goulart. Responsável pela ideia e criação do Memorial da América Latina, centro cultural, político e de lazer, projetado por Oscar Nie-

mayer, inaugurado, no bairro da Barra Funda, em São Paulo. Eleito para a Academia Brasileira de Letras, cadeira 11, em 8 de outubro de 1991, tendo como patrono o poeta Fagundes Varela e sido recebido na noite de 15 de abril de 1992, por Cândido Mendes. Darcy Ribeiro foi eleito senador pelo Rio de Janeiro, mandato que exerceu até a morte, em 1997. Sua bibliografia é imensa, comportando livros de etnologia, ficção, ensaios e trabalhos no campo da Educação.

## Egon Schaden

Desconhecido do grande público, por não ser “estrela”, nem jamais ter pontificado na mídia, Egon Schaden foi um dos mais destacados cientistas sociais do país, considerado e respeitado no meio intelectual brasileiro, que o dignificou como poucos.

Discípulo de Emílio Willens, a quem substituiu quando esse mestre alemão transferiu-se para os Estados Unidos, foi ao seu lado um dos responsáveis pela consolidação da Antropologia na USP, cujo ensino sistemático só teve início em 1941. (Cf. BORGES PEREIRA, João Baptista. In: *Revista de Estudos Avançados*, vol. 8, n 22, São Paulo, set-dez., 1994).

Tive o privilégio de conhecê-lo, dele escutar sábias conferências e seguras intervenções, nas reuniões da Associação Brasileira de Antropologia, no seu gabinete de trabalho, na Escola de Comunicação e Artes da USP. Nesse último local, fui visitá-lo, certa vez, quando teve a gentileza de convidar-me para um jantar, em companhia do antropólogo João Baptista Borges. Foi uma noite muito agradável, de conversa erudita e descontraída, bem de acordo com o jeito simples e despretenso do grande mestre, um dos pioneiros da Antropologia Brasileira.

Egon Schaden nasceu em São Bonifácio (Santa Catarina), em 4 de julho de 1913, sendo filho do imigrante alemão Francisco Schaden, que chegou ao Brasil, no início do século XX, procedente de Leipzig, em companhia da mãe. Fixado naquela cidade de colonização alemã, Francisco exerceu múltiplas atividades, chegando a lecionar na escola local. Casou-se com Catarina Roth, que também ali vivia, e tiveram 11 filhos.

Schaden fez o primário na terra natal, dirigindo-se, em seguida, para Florianópolis e para completar os estudos secundários e, em 1933, dirigiu-se para a capital paulista. Em 1941, foi convocado pelo professor Emílio Willems para ser primeiro assistente da recém-criada cadeira de Antropologia da Universidade de São Paulo (USP). Quando, em 1941, Willems foi para os Estados Unidos (Vanderbilt University), Egon Schaden assumiu, em 1950, a cátedra número 49 do mestre, da qual era assistente.

Sobre sua atuação docente, assim escreveu Antônio Cândido, um dos mais respeitáveis intelectuais brasileiros:

Grande professor! Excepcional professor. De uma clareza translúcida, uma expressão muito desataviada, muito simples e muito elegante. Ele dominava a língua de uma maneira precisa, um grande professor. Os alunos tinham fascinação por ele. Schaden já era professor aos 12 anos, datando da mesma época a sua vocação para a Antropologia, prática científica que o tornou catedrático da Universidade de São Paulo e o levou a percorrer os caminhos do mundo como professor visitante e conferencista.<sup>1</sup>

Estudioso de assuntos indígenas, gosto que herdou do pai, dedicou-se, com muito afinco, ao estudo dos povos indígenas, a cujos grupos dedicou especial atenção, destacando-se como um dos seus mais importantes estudiosos, sendo autor de *A mitologia heróica de tribos indígenas do Brasil* e de *Aspectos fundamentais da cultura Guarani*. Em 1953, fundou a *Revista de Antropologia*, que dirigiu, por muito tempo, periódico de larga difusão nos centros de Humanidades.

Aposentou-se prematuramente da cadeira, que honrava pelo saber e acuidade científica, para reger, em caráter efetivo e vitalício, a cátedra de Etnologia da Universidade de Bonn (Alemanha) na qual permaneceu algum tempo. Mais tarde, por motivos particulares, voltou para São Paulo e fixou-se na Escola de Comunicação e Artes da USP.

<sup>1</sup> Cf. MARTINS, Pedro. A expressão translúcida de Egon Schaden. In: Diário Catarinense, 20 de julho de 2013, n. 9969, Caderno de Cultura, p. 2. (Pedro Martins é doutor em Antropologia Social pela USP e professor da UDESC).

Passou, então, a dedicar-se a um novo campo de estudos – a Antropologia da Comunicação, enquanto amargava, silencioso e paciente, a truculência dos representantes do regime militar, instalado no país, em 1964, há exatos 50 anos.

Egon Schaden também publicou, além de outros estudos, o clássico trabalho: *Aculturação indígena. Ensaio sobre fatores e tendências da mudança cultural de tribos índias em contacto com o mundo dos brancos*. Trata-se de um trabalho seminal sobre “os processos de mudança decorrentes dos contactos entre grupos culturalmente diversos”, que se desenvolvem em três planos diversos: o cultural, o social e o psíquico. Segundo o próprio Schaden, “[...] até 1949 a etnologia patricia não contava com uma só obra que encarasse uma cultura tribal em seu conjunto do ponto de vista das reações ao contato com a civilização, ou melhor, com as subculturas rurais do interior do Brasil”, sendo autor de *A mitologia heróica de tribos indígenas do Brasil* e *Aspectos fundamentais da cultura Guarani*, a cujos grupos dedicou especial atenção. Em 1953 fundou a *Revista de Antropologia*, que dirigiu por muito tempo, periódico de larga difusão nos centros de Humanidades.

Todavia, naquele mesmo ano, surgiram três publicações em que essas mudanças são estudadas com a profundidade possível. São as monografias sobre: *Os Tenetehara* (Charles Wagley; Eduardo Galvão), *Mudança Cultural dos Terena*, de Altenfelder Silva; Oberg, (1949) e *Terena e Caduveo do Mato Grosso do Sul*.

Em 2013, em São Bonifácio, e em outros centros universitários do país, foram realizadas várias homenagens ao ilustre professor, pelo centenário do seu nascimento. Mestre de várias gerações, tradutor e poliglota, Egon Schaden dignificou a cultura brasileira, como poucos intelectuais neste país, destacando-se pela competência e seriedade. Ao recordá-lo nessas breves linhas, pretendo homenagear a uma das personalidades mais marcantes da Antropologia Brasileira, da qual foi destacado e conceituado pioneiro.

## Herbert Baldus

Nasceu em Wiesbaden (Alemanha), em 1890, e faleceu, em São Paulo, após longa enfermidade, no dia 24 de outubro de 1970.

Foi durante aquela memorável II Reunião da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), em 1955, que também conheci, pessoalmente, a figura exponencial do etnólogo Herbert Baldus, àquela altura com 65 anos de idade, nome dos mais respeitados dos estudos antropológicos do país.

De referência a Herbert Baldus, percebi que se encontrava em posição destacada em relação aos demais, figura emblemática que já era àquele tempo. Reverenciado por todos que ali se encontravam, graças ao imenso prestígio que adquirira como pioneiro e filantropo da etnologia brasileira, era acatado por todos os cientistas sociais. Nascido na Alemanha a 14 de março de 1899, desde jovem revelou curiosidade pelos povos nativos sul-americanos. Estando em viagem de pesquisa no Brasil, por motivos políticos, aqui decidiu viver, tornando-se professor de etnologia na Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Colaborou com Emílio Willens na elaboração e publicação do *Dicionário de etnologia e sociologia* (São Paulo, Editora Nacional, 1932). O segundo é obra exclusiva de Emílio Willens (*Dicionário de Sociologia*, Porto Alegre, Globo, 1950).

Em 1946, ao lado da atividade docente, Baldus também assumiu a curadoria do Museu Paulista, incumbindo-se do seu departamento etnológico. A partir de 1937 passou a publicar importantes estudos em português. Antes de fixar-se no Brasil esteve no Chaco, tendo inclusive publicado um romance: *Madame Lynch* (Berlim, 1931) sobre a amante do ditador paraguaio Solano Lopez. Sua obra prima é a *Bibliografia Crítica da Etnologia Brasileira*, em dois volumes, na qual relaciona, um por um, todos os estudiosos que militavam nas Ciências Sociais no Brasil, apreciando-lhes criticamente as produções científicas.

Possuía a aparência hierática, pouco aberta às expansões, de alguém que se notabilizara pelo tirocínio de professor e pesquisador, pela soma de conhecimentos acumulados e pela larga experiência do contato com populações indígenas da América do Sul. Todos dele se acercavam

com respeito e admiração dignos de nota. Temperamento reservado, direi mesmo arredio, não possuía a expansão de muitos dos seus companheiros de profissão, mantendo-se sempre em posição esquivada diante dos participantes da reunião, que o cercavam para troca de opinião e, certamente, aconselhamentos. Sua “autoridade” pairava sobre os demais, como se fora um Papa diante dos cardeais.

## Luiz de Castro Farias

Não chamava atenção, tampouco se destacava por qualquer condição especial. Sabíamos que se tratava de conhecido pioneiro no campo da Antropologia e tinha atuação, contínua, no Museu Nacional, no Rio de Janeiro, onde teve incessante participação ao longo de 60 anos de atividades científicas, administrativas e de ensino da Antropologia. Nasceu em São João da Barra a 5 de julho de 1913 e morreu em Niterói, no dia 16 de agosto de 2004, aos 91 anos.

Além de antropólogo, foi professor de biblioteconomia e museólogo brasileiro. Também foi um dos fundadores da ABA, da qual foi presidente e até a morte, aos 91 anos de idade, tendo sido seu único sócio-honorário. Publicou inúmeros estudos: *A Antropologia no Brasil e na Fundação do Museu Nacional* (1942); *A Contribuição de Roquette Pinto para a Antropologia Brasileira* (1950); *Populações meridionais do Brasil – ponto de partida para a leitura de Oliveira Viana* (1978); *Antropologia. Escritos Exumados. Espaços Circunscritos. Tempos soltos* (1º volume, 1987); *Antropologia: espetáculo e excelência* (1993); *Um outro olhar. Diário de expedição à Serra Norte* (2001). Luiz de Castro Farias foi um trabalhador incansável e dedicado ao estudo, à pesquisa e ao ensino da Antropologia.

## Manuel Diégues Júnior

Comunicativo, alegre, afável, descontraído, é a impressão que guardo de Manuel Diegues Junior, uma das presenças mais simpáticas da II Reunião. Mantinha diálogo com todos indistintamente, atendendo

aos estudantes com muita cordialidade. Apesar de seus títulos, de ser antropólogo, sociólogo, jurista e folclorista, era um típico nordestino cordial. Nasceu em Maceió, no dia 21 de setembro de 1912. Ingressou na Faculdade de Direito do Recife, diplomando-se em 1935. Desde cedo, manifestou interesse pela Sociologia e por cuja inclinação decidiu-se estudar com os professores que vieram lecionar no Brasil, para estruturar esses cursos, nos anos 1930 e 1940. Iniciou-se no Serviço Público de Alagoas e, depois, passou a ser funcionário da União. Radicado no Rio de Janeiro, a partir de 1939, trabalhou na Secretaria Geral do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Ocupou o cargo de Diretor Geral do Departamento Estadual de Estatística dos Estados do Espírito Santo e de Alagoas (1942). Fundou e foi primeiro presidente do Centro de Estudos Econômicos e Sociais em Maceió. Em 1945 retornou ao Rio de Janeiro como chefe de Difusão Cultural da Secretaria Geral do IBGE, sendo, três anos depois, encarregado de dirigir o Serviço de Biblioteca e Intercâmbio Geral da mesma Secretaria. Neste mesmo período foi eleito membro da Comissão Nacional do Folclore do Instituto de Educação, Ciência e Cultura (IBECC), órgão da UNESCO. Tornou-se professor de Antropologia Cultural e Antropologia do Brasil, além de Diretor do Departamento de Sociologia e política da PUC (RJ). Sempre esteve voltado para os estudos folclóricos. Ministrou cursos em faculdades estrangeiras e pertenceu à *American Anthropological Association* e ao IHGB (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro), entre outras associações culturais, chegando a presidir a Associação Americana de Sociologia. Escreveu muito, tendo publicado, entre outros, os seguintes livros: *Evolução urbana e social de Maceió no período republicano*, *Variações sobre temas regionais* (1942); *O banguê nas Alagoas – Traços da influência do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultura regional* (1952); *História e Folclore do Nordeste* (1953); *Etnias e culturas do Brasil* (1956); *Folguedos populares de Alagoas e População e propriedade da terra no Brasil* (1959); *Regiões culturais do Brasil* (1960); *O Brasil e os brasileiros – ensaios sobre alguns aspectos das características humanas das populações brasileiras* (1964); e *Literatura de Cordel* (1976). Durante muito tempo, Diegues Júnior dirigiu o DAC (Departamento Cultural do MEC). Faleceu no Rio de Janeiro em 28 de novembro de 1991.

## René Ribeiro

René Ribeiro foi médico, antropólogo e professor pernambucano, nascido a 3 de janeiro de 1914, no Recife. Integrou, inicialmente, o grupo dos primeiros intelectuais articulados em torno de Gilberto Freyre e do Instituto Joaquim Nabuco. Iniciou-se na medicina em 1934, convertendo-se a pesquisador por influência de Ulysses Pernambucano, médico e professor de Neuropsiquiatria, que se preocupava com os condicionamentos sociais dos doentes mentais. A partir de 1936, René passou a ser assistente de Ulysses e atuou no Serviço de Higiene Mental da Assistência a psicopatas do qual foi diretor. Em 1935, participou do I Congresso Afro-brasileiro, organizado por Gilberto Freyre e realizado no Recife e, em 1937, esteve no II Congresso organizado por Édison Carneiro. Teve seus primeiros contatos com os estudos das culturas negras das Américas por intermédio das publicações *Casa Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre, com quem colaborou na implantação do Instituto Joaquim Nabuco, mais tarde, Fundação Joaquim Nabuco, onde foi o primeiro diretor do Departamento de Antropologia. René Ribeiro também foi professor titular de Etnografia no Brasil e Antropologia (1957), na Faculdade de Filosofia da UFPE, tendo participado da organização do Mestrado em Antropologia.

Não ficou por aí o seu interesse por esses estudos, tanto assim que decidiu seguir para os Estados Unidos, onde cursou Mestrado em Antropologia na NorthWestern University, recebendo o título de Mestre em Antropologia, em 1947, com a tese: *The Afrobrasilian Cult-groups of Recife, a study in social adjustment*, sob a orientação de Melville Herskovitz.

Lembro-me muito bem da figura física de René Ribeiro e da sua ativa participação nos debates da II Reunião da ABA e do trabalho que apresentou sobre o fenômeno da “possessão” nos cultos afros.

René Ribeiro faleceu em 1990, no Recife, vitimado por um acidente automobilístico, em companhia de sua esposa Beatriz Cavalcanti Ribeiro.

## Charles Wagley

Foi um antropólogo norte-americano, nascido no Texas em 1913. Discípulo de Franz Boas, chegou ao Brasil, como estudante pós-graduado, durante a Segunda Guerra Mundial (1938-1939). Veio ao Brasil a convite do Museu Nacional do Rio de Janeiro, com o objetivo de realizar pesquisas com as populações tupis. Por conta das suas atividades na Amazônia, pela sua providencial presença no Museu Paraense Emílio Goeldi, teve marcante desempenho como formador e orientador de jovens antropólogos, aos quais sempre esteve muito ligado por laços de afeto e gratidão. Escreveu um valioso trabalho intitulado: *Uma comunidade amazônica: estudo do homem nos trópicos*, publicado pela Companhia Editora Nacional (1967). Casou-se com a brasileira Cecília Roxo, membro da elite brasileira, o que lhe facilitou criar uma extensa rede de relações sociais. Muito próximo de Florestan Fernandes, Darcy Ribeiro e Thales de Azevedo, foi professor de Eduardo Galvão, primeiro PhD do Brasil, conhecido homem de esquerda, seu estagiário na Columbia University. Nesse estabelecimento de ensino superior, Wagley começou a ensinar em 1940, tendo-se doutorado em 1941. Além de ter-se tornado um dos antropólogos mais conceituados do país, ensinou na Columbia de 1946 a 1971. Durante a Segunda Guerra Mundial foi supervisor de panfletos e slides sobre saúde pública, no Brasil, cujas publicações foram financiadas pelos dois países – Estados Unidos e Brasil. Após a guerra, regressou ao seu país definitivamente.

Esteve algum tempo na Bahia, chegando a escrever um pequeno trabalho para a Secretaria de Saúde do Estado, em 1950, intitulado: *Uma pesquisa sobre a vida social no Estado da Bahia*. Tão conhecido se tornou em nosso meio que foi personagem do romance: *Tenda dos Milagres*, de Jorge Amado.

Além de inúmeros títulos, também é autor de *Os Índios Tenehara* (1949) *Os Índios Tapirapé do Brasil Central*. Pelos serviços extraordinários prestados ao Brasil recebeu do Governo da União a Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul e a Medalha da Guerra

Nascido em 1913, faleceu em Gainsville (Flórida) no dia 25 de novembro de 1991, aos 78 anos de idade.

## Melville Herskovitz

O nome consagrado do antropólogo norte-americano, de ascendência judaica, é hoje apenas uma referência para os que se dedicam a esses estudos. Por tê-lo conhecido no tempo de estudante da Faculdade de Filosofia, ter-lhe escutado palavras sábias e inesquecíveis, julgo-me no dever de dar um depoimento sobre o ilustre autor de: ***O Homem e suas obras***, um clássico no gênero, que esteve na Bahia na década de 1950, interessado nos estudos sobre as populações afrodescendentes daquele tempo. Antropólogo norte-americano firmou-se no mundo acadêmico do seu país como importante estudioso dos estudos africanos e afro-americanos. Melville Herskovitz bacharelou-se em Filosofia em Chicago e se tornou PhD em Antropologia da Universidade de Columbia, em Nova York, sob a orientação de Franz Boas. Em seu trabalho inaugural, a dissertação *The Cattle Complex in East African*, analisou as teorias de poder e autoridade naquela região. Chegou à conclusão de que alguns aspectos da cultura e das tradições africanas eram evidentes em populações afro-americanas nos anos 1900. Manteve intensa correspondência com o intelectual brasileiro Arthur Ramos, por conta do interesse comum que os irmanava.

Ciceroniado pelos professores Thales de Azevedo e José Valadares, passou algum tempo em Salvador fazendo pesquisas sobre o tema de sua eleição. Nascido nos Estados Unidos, em 10 de setembro de 1895, faleceu no dia 25 de fevereiro de 1963. Thales de Azevedo não somente o introduziu no seio da Faculdade de Filosofia como o acompanhou durante a sua permanência na terra baiana, servindo-lhe de intérprete.

Lembranças ajudam a recompor situações esquecidas que, se não avivadas, caem nas brumas do mais completo esquecimento. Nesse cofre da memória, ainda experimento alegria por lembrar-me de tantos detalhes que me asseguram a integridade das evocações. Reafirmam também a constância da minha curiosidade e a certeza de que nunca fui indiferente aos fatos e às circunstâncias do meu tempo. Ao revés, sempre mantive o interesse por assuntos particulares e públicos, pelos temas relevantes para a vida nacional, sempre leal aos ensinamentos

recebidos em casa de meus pais, que me imprimiram coragem e capacidade de trabalho.

Se este escrito não pode interessar a todos tem por escopo informar e possibilitar o conhecimento de experiências que não voltam mais, vivências que não se repetirão, situações que merecem recordadas.

# **Anna Amélia Vieira Nascimento: a história social e o sistema estadual de arquivos da Bahia**

**Edivaldo M. Boaventura**

Sócio-benemérito e orador oficial do IGHBA

## **O contexto regional do São Francisco e do Recôncavo**

Era Anna Amélia filha de Anna (Anita) Mariani Bittencourt Cabral e do engenheiro José Manso Cabral, de procedência mineira. Nasceu em Salvador a 4 de maio de 1930 e partiu para bíblica região do silêncio, em 22 de janeiro de 2014. Refletiam-se, na formação de Anna Amélia, duas tradições familiares de relevância social, política e intelectual da Bahia: o São Francisco e o Recôncavo. Pelo lado materno, provinha dos Mariani do São Francisco. Descendente, portanto, daquele lendário italiano de Ajaccio, na Córsega, Antônio Mariani, que, no século XVIII, emigrara para a Villa da Barra do Rio Grande, às margens do Velho Chico. Deixou descendência e não mais retornou ao seu país (NASCIMENTO, 2008, p. 12).

Ainda pelo lado materno, uma parte de sua família era do Recôncavo. Anna Amélia provém de Pedro Ribeiro, herói das guerras da independência da Bahia. O major Pedro Ribeiro, valente e incansável lutador da causa da independência, foi biografado pela sua neta, a romancista Anna Ribeiro de Góes Bittencourt (1992) nas suas memórias, *Longos serões do campo*. O livro demonstrou a relevância das relações privadas. Sobrepondo-se ao setor público, revelou os contrastes das condições físicas, econômicas e morais que separaram o Recôncavo do Sertão há quase dois séculos. Analisa o período pós-independência, a ambiência do Recôncavo, sobretudo da região do vale do Rio Pojuca, seus meios de transporte, locomoções e modo de vida familiar. Compreenda-se, primeiramente, a sua formação em História, em seguida a obra de historiadora e de gestora do Arquivo Público do Estado da Bahia.

## A formação em História

Anna Amélia cresceu em ambiente tradicional das grandes famílias com influência na vida política da Bahia. Na sua formação na área, destaca-se o contributo do historiador José Wanderley de Araújo Pinho. É bem de se notar que tanto o professor Luís Henrique Dias Tavares, que foi aluno de Wanderley Pinho, como Consuelo Pondé de Sena, presidente do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGH-BA) também sua aluna, ambos o enaltecem como marcante conhecedor da História do Brasil.

Anna Amélia licenciou-se em História e Geografia pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia (Ufba), em 1953. Com Wanderley Pinho, aprendeu “o caminho dos arquivos”, na bem encontrada expressão do professor José Calasans. Logo depois de diplomada, Anna Amélia ensinou História do Brasil, de 1955-1958, na Faculdade que a formou. Confessou mais tarde que: “[...] Foi, sem dúvida, o amor a essa cidade e às suas raízes que me levou ao estudo da História, e é, assim, que ingressei nesta academia trilhando os caminhos da História, que é uma ciência social, mas também uma criação elaborada de pesquisa metodológica [...]” (NASCIMENTO, 1994, p. 371). Optou pela história social, preservando como

campo empírico de suas investigações científicas o Convento do Desterro. Buscou também as fontes primárias no arquivo da Santa Casa de Misericórdia da Bahia (NASCIMENTO, 1992, 2002).

Da aprendizagem com os franceses, passou a trabalhar com história social a partir de 1975. Complementou Norma de Góes Monteiro: “[...] As fontes históricas e a metodologia utilizada por Anna Amélia refletem o espírito da moderna escola francesa, fundamentada numa larga base demográfica e econômica” (NASCIMENTO, 1986, Prefácio, p. 18). Coube à professora Adeline Daumard, da *École Pratique des Hautes Études* da então Universidade de Paris e da Universidade da Picardie, em Amiens, orientá-la na sua dissertação de mestrado. Na edição francesa, agradeceu a Kátia Queiróz Mattoso e a Jacqueline Mauro-Dreyfus o apoio para apresentar a dissertação de mestrado. Agradeceu também a Consuelo Pondé de Sena, pela abertura de arquivos necessários (NASCIMENTO, 1976).

Na progressão de sua formação, realizou os estudos pós-graduados na França, onde obteve o mestrado na Universidade da Picardie (Université Jules Vernes) em Amiens, com a dissertação: *Le Couvent de Sainte Claire au Desert de la Baie de Tous les Saints. Histoire d'une fondation religieuse au XVII<sup>e</sup>ème siècle* (NASCIMENTO, 1976). Trata-se de um trabalho sobre a vida de uma comunidade religiosa, durante o período colonial, não somente da origem e fundação, como também, dos aspectos profanos, sumamente importantes para o conhecimento da sociedade colonial.

Prosseguiu na rota do doutorado de terceiro ciclo na *École Pratique des Hautes Études*, seção de Ciências Sociais, em Paris, com registro da tese, na Universidade Paris X, em Nanterre. Estudou com os professores franceses: Frédéric Mauro, doutor *Honoris Causa* pela Ufba, Adeline Daumard, na Universidade da Picardie, Bergueron e com Bartolomé Benasser cursou História das Mentalidades (ACADEMIA DE LETRAS DA BAHIA, 1994, 2014, Cadeira 3).

As pesquisas incrementaram a produção acadêmica. É a vertente da obra escrita. Entrementes, em 1979, Anna Amélia iniciou a gestão do Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB). É a sua obra administrativa.

## A história social no período colonial

No que tange à obra *Convento do Desterro da Bahia* (NASCIMENTO, 1973), José Calasans destacou no prefácio “[...] de um lado, a segurança com que vossos estudos fixaram a vida de uma instituição religiosa intimamente ligada à família patriarcal brasileira e, do outro lado, declara que a investigação histórica manifesta uma forma de vossa realização pessoal” (*apud* VEIGA, 1994, p. 383). À pequena edição da Gráfica Indústria e Comunicação de *O convento do Desterro da Bahia* (NASCIMENTO, 1973), segue-se o alentado tomo *Patriarcado e religião: as enclausuradas clarissas do Convento do Desterro da Bahia 1677-1890*, edição do Conselho Estadual de Cultura de 1994 (NASCIMENTO, 1994). Obra essencial para o conhecimento do relacionamento religioso com a sociedade, a economia e política colonial.

No auge, o Convento de Santa Clara do Desterro de Salvador abrigou 500 mulheres, compondo-se de religiosas professoras, noviças, mulheres (retiradas) confinadas no Convento, jovens levadas para serem educadas, domésticas e escravas. O mundanismo imperava na casa de religiosas. Atenção para esta síntese sobre *Patriarcado e religião*: “[...] são formas de dominação das mulheres em geral e de freiras em particular. A história da primeira casa monacal feminina da Bahia é descrita com abordagem religiosa, social e econômica de 1677 a 1890. Os reflexos da história da cidade do Salvador e da Bahia que atingiram o mosteiro (convento) são analisados e interpretados” (NASCIMENTO, 1994, quarta capa). Acompanharam essa edição os anexos com as fontes primárias, nomes e informações dos pais das religiosas, nomes das freiras professoras, resumo do livro de entrada. Vale ressaltar que os trabalhos de Anna Amélia são fartamente referenciados com notas, constando tanto as fontes primárias como as secundárias, atestando a acuidade da pesquisadora.

Em 1990, o Centro de Estudos Baianos, publicou *A postura escravocrata no convento de religiosas* (NASCIMENTO, 1990, nº 142). É uma contribuição ao debate do tema igreja e escravidão. Este estudo foi apoiado pelo CNPq e integra um outro maior: Projeto de História Social da Mulher na Bahia, focalizando as religiosas enclausuradas. Na mesma coleção do Centro de Estudos Baianos, Anna Amélia deu à estampa

“‘Letras de risco’ e ‘Carregações no comércio colonial da Bahia 1660-1730’” (NASCIMENTO, 1977, n° 78).

Na bibliografia de Anna Amélia (1986), destaca-se: *Dez freguesias da cidade do Salvador: aspectos sociais urbanos do século XIX*. É um estudo da vida social e urbana da Bahia provincial, tendo por base fontes do Arquivo Público. Para Mircea Buescou, que o prefaciou (NASCIMENTO, 1986, prefácio), o livro que trata da história econômica, resalta a importância desse estudo para a história regional. A proliferação desse tipo de trabalho regional possibilitará a integração futura numa grande história do Brasil.

Em conformidade com a história social no período colonial, há os trabalhos sobre a Santa Casa de Misericórdia: libelos de divórcio e nulidades, formação de famílias de baixa renda, estrutura cristã do matrimônio. Contribuiu para a temática baiana da Casa da Torre, governo Seabra, sociedades comanditárias, narrativas de tradições familiares (NASCIMENTO, 1993, 1996b, 1994c).

Em 1997, organizou o arquivo da Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB) e, em seguida, publicou a *Memória* dessa corporação (NASCIMENTO, 1997). Esse órgão de classe empresarial estava completando o cinquentenário (NASCIMENTO, 1996). Do mesmo modo, orientou a classificação do Arquivo Otávio Mangabeira, no Tribunal de Justiça da Bahia, em 1990.

Anna Amélia iniciou interessante monografia *A Quinta do Tanque: um monumento a serviço da cultura da Bahia* (NASCIMENTO, 1980; NASCIMENTO, 1998), mencionando a doação do terreno pelo governador Tomé de Souza aos jesuítas que aí construíram uma casa de repouso distante do centro da cidade. Essa morada albergou o padre Antônio Vieira quando regressou definitivamente à Bahia, onde revisou os seus sermões, todavia a deixou nos anos finais: “[...] Adeus Tanque, não vou buscar saúde, nem vida, senão um gênero de morte mais sossegado e quieto” (*apud* NASCIMENTO, 1980, p. 12-13), indo para o Colégio Geral de Salvador. Pois bem, com a expulsão dos padres da Companhia de Jesus do reino de Portugal, a Quinta foi levada a leilão e lá se instalou o Hospital São Cristóvão para os lázaros. Passou à gestão da Santa Casa de Misericórdia e foi doada ao Estado. Quando os doentes

foram deslocados para Águas Claras, o monumento caiu no abandono total. Anna Amélia “[...] generosamente partilhou seu legado de anotações sobre D. Ana, até por ceder os manuscritos que serviram de base para essa edição”, informa Maria Clara Mariani, organizadora da obra. (BITTENCOURT, 1992, v. 1, p. 8). Passa-se à sua obra administrativa, seguindo o caminho dos arquivos até alcançar os municípios.

## **A criação do sistema estadual de arquivos**

Conhecedora dos acervos de documentos, Anna Amélia foi nomeada para dirigir o Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB). Foi a nona diretora da instituição e a primeira mulher a ocupar a direção. Exerceu o cargo em dois períodos: de 1979 a 1987 e de 1991 a 2002, durante quase vinte anos.

Por necessidade de maior espaço, mudou o Arquivo da rua Carlos Gomes para a Quinta do Tanque. A Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo restaurou esse monumento tombado para sediar a Bahiatursa, no governo Roberto Santos, conforme projeto do arquiteto Paulo Ormino de Azevedo. As novas instalações foram adaptadas com Laboratório de Restauração de Documentos, desumidificadores, outros equipamentos e construção de anexo.

Tivemos a satisfação de trabalhar com Anna Amélia no período de 1983 a 1987. No início da segunda gestão à frente na Secretaria de Educação e Cultura, preparava as leis que criaram a Universidade do Estado da Bahia (Uneb), o Instituto Anísio Teixeira (IAT), estruturaram os organismos da Secretaria e incluiu a lei de proteção aos arquivos públicos e privados, que criou o sistema estadual de arquivos (Lei Delegada nº 52, de 31 de maio de 1985, D. O. de 01 jun. 1983). Para o secretário, foi uma oportunidade de poder contribuir para a organização e o sistema dos arquivos baianos.

À época, Anna Amélia obteve do Arquivo Nacional a assessoria das especialistas Helena Machado, Norma de Góes Monteiro e Célia Cargom, que ajudaram na redação desse definidor diploma legal. Realmente, se tinha conseguido um avanço. Anos depois Anna Amélia confirmou:

“[...] O Arquivo do Estado da Bahia foi dos primeiros, senão o primeiro a se articular em um Sistema, integrando à rede de arquivos correntes, intermediários e permanentes da Bahia ao sistema maior que é o Sistema Nacional de Arquivos” (NASCIMENTO, 2004, p. 885-887). Possibilidades foram abertas para se pôr em ordem o recolhimento de papéis históricos e a criação de arquivos municipais e regionais (NASCIMENTO, 2004, 887, e NASCIMENTO, ofício de 14 mar. 1984).

Tornou-se edificante o trabalho de Anna Amélia de estímulo e criação dos arquivos municipais. O arquiteto Divaldo Alcântara (2014), técnico da Secretaria de Educação e Cultura, coordenou o Projeto dos Arquivos Municipais e informou:

Objetivando minimizar as deficiências existentes no tratamento dado pelas Prefeituras Municipais, o Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), na época dirigido pela acadêmica Anna Amélia Vieira Nascimento, executou um projeto que objetivou orientar e apoiar os gestores municipais para que a produção da documentação observasse as normas técnicas que norteiam as práticas arquivistas, contribuindo para a guarda e preservação da memória documental das comunidades beneficiadas.

## O reconhecimento

Em suma, tanto a sua obra de história social, que enfocou a sociedade colonial, como também o esforço de renovação à frente do Arquivo Público do Estado da Bahia contribuíram para projetar a historiadora Anna Amélia Vieira Nascimento na comunidade acadêmica. Personalidade comunicativa, currículo enriquecido de cursos e cargos, e obra publicada, habilitaram o seu ingresso na Academia de Letras da Bahia. Anna Amélia Vieira Nascimento sucedeu ao professor da Escola Politécnica da Ufba, Eloywaldo Chagas de Oliveira, na cadeira de número 3, patrocinada por Manuel Botelho de Oliveira e ilustrada por Artur de Salles. Não havendo especialidade na Academia, a historiadora colheu a sucessão do matemático.

Contribuiu para aproximá-la da Academia a comunicação sobre o centenário do diretor do Arquivo Público, acadêmico Alfredo Pimentel (NASCIMENTO, 1985, 123-133). Anna Amélia o considerava “[...] O guardião do patrimônio documental baiano”. Para Cláudio Veiga (1994, p. 381), “ela (a eleição de Anna Amélia) é acima de tudo a convocação de alguém que, por seu valor, engradeça a instituição e, por sua dedicação, traga um apoio á sua operosa existência”. Pesquisadora pertinaz devotou-se ao fazer histórico e contribuiu para o conhecimento das mulheres enclausuradas e impulsionou o sistema estadual de arquivos.

## **Bibliografia de Anna Amélia Viera Nascimento**

### **Livros**

ASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. **O convento do Desterro da Bahia**. Salvador: Ed. Gráfica Indústria e Comunicações Ltda. , s/d [1973?] 128 p.

NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. **Le Couvent de Sainte Claire au Desert de la Baie de Tous les Saints**: histoire d' une fondation religieuse au XVIIè. siècle. Salvador, 1976 (mimeo).

NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. **“Letras de Risco” e “Carregações” no comércio colonial da Bahia - 1660-1730**. Salvador: Centro de Estudos Baianos da UFBA. nº 78, 1977. 43 p

NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira **A Quinta do Tanque**: um monumento a serviço da cultura da Bahia. Bahia: Governo do Estado, Secretaria de Educação e Cultura/ Arquivo do Estado da Bahia, 1980. 56 p.

NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. **Dez freguesias da cidade do Salvador**: aspectos sociais e urbanos do século XIX. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1986. 204 p

NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. **A postura escravocrata no convento de religiosas**. Salvador: Centro de Estudos Baianos da UFBA, nº 172, 1990. 449.

NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. **Patriarcado e Religião: as enclausuradas clarissas do convento do Desterro da Bahia 1677-1890**. Salvador: Conselho Estadual de Cultura, 1994. 492 p.

NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. **Memória da Federação das Indústrias do Estado da Bahia**. Salvador: FIEB, 1997. 269 p.

### Artigos de periódicos

NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. Alfredo Pimentel o guardião do patrimônio documental baiano. **Rev. ALB**, Salvador, v. 32, p. 123-133, 1985.

NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. As memórias de D. Anna Ribeiro de Góes Bittencourt. **Rev. ALB**, Salvador, v. 37, p. 181-188, 1991.

Nascimento, Anna Amélia Vieira. A pobreza e a honra recolhidas e dotadas na Santa Casa de Misericórdia da Bahia. 1700-1867. **Rev. ALB**, Salvador, v. 38, p. 123-134, 1992.

NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. Libelos de divórcio e nulidades de matrimônio: a desorganização da família no século XIX. **Rev. ALB**, Salvador, v. 39, p. 59-73, 1993.

NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. Pero Calmon e a história da Casa da Torre. **Rev. ALB**, Salvador, v. 40, p. 87-99, 1994.

NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. Discurso de Posse **Rev. ALB**, Salvador, v. 40, p. 371-388, 1994.

NASCIMENTO, Anna Vieira. Nascimento. Anna Amélia Vieira. **Rev. ALB**, Salvador, v. 41, p. 124, 1995. Índice até o 40º da Rev. ALB.

NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. Alguns aspetos do primeiro governo de Seabra (1912-1916). **Rev. ALB**, Salvador, v. 42, p. 173-187, 1996.

NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. Breviário da Quinta do Tanque. **Rev. ALB**, Salvador, v. 43, p. 83-198, 1998.

NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. Notícias da Conspiração dos Alfaiates. **Rev. ALB**, Salvador, v. 44, p. 93-102, 2000.

NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. À sombra da caridade: formação de famílias de médios extratos sociais pela Santa Casa de Misericórdia da Bahia. **Rev. ALB**, Salvador, v. 45, p. 37-50, 2002.

NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. Sociedades comanditárias na Bahia. **Rev. ALB**, Salvador, v. 46, p. 97-105, 2004.

NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. Os arquivos e o professor. In: MATTÁ et al. , Alfredo (Org. ). **Educação, Cultura e Direito**: coletânea em homenagem a Edivaldo M. Boaventura. Salvador: Edufba, 2004. p. 885-887.

NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. O mundo luso-brasileiro nos séculos XVII e XIX. **Rev. ALB**, Salvador, v. 47, p. 135-142, 2006.

NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. Formação das estruturas cristãs do matrimônio, concessão dos dotes e arras. **Rev. IGHB**, Salvador, v. 101, 9. 55-72, 2006.

NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. Narrativas de tradições familiares. **Rev. ALB**, Salvador, v. 48, p. 11-29, 2008.

## Referências

ACADEMIA DE LETRAS DA BAHIA Cadeira nº 3. In: \_\_\_\_ **Anuário da Academia de Letras da Bahia 2**. Salvador: Quarteto, 2014. p. 18-20.

BAHIA. Lei Delegada nº 52, 31 maio 1983. Dispõe sobre a proteção dos arquivos públicos e privados, e dá outras providências. **Estrutura legal da Educação Baiana**. Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Bahia. Salvador: ASSED, 1984, p. 21-24.

BITTENCOURT, Anna Ribeiro de Goes. **Longos serões no campo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992. 2 v. Organização e notas Maria Clara Mariani Bittencourt.

BOAVENTURA, Edivaldo M. A palavra e a convivência. In: \_\_\_\_ **O território da palavra**. Salvador: Ianamá, 2001, p. 17-24.

CAPUT, Jean-Pol. *L'Academie Française*. Paris: PUF, 1986.

CASTRO, Renato B. **Breviário da Academia de Letras da Bahia 1917-1994**. 2. ed. atual. e aum. Salvador: Conselho Estadual de Cultura, 1994.

NUNES, Antonietta d'Aguiar. Arquivo Público da Bahia: constituição e trajetória. In: SILVA, João Carlos da, ORSO, Paulino José, CASTANHA, André Paulo, MAGALÃES, Maria Diana Rocha (Orgs). **História da Educação**. Campinas: Alínea, 2013, p. 229-262.

VALERY, Paul. **Regards sur le monde actuel**. Paris: Gallimard, 1945.

VEIGA, Cláudio. Discurso de recepção à acadêmica Anna Amélia Vieira Nascimento. **Rev. ALB**, v. 40, p. 381-388, 1994.

## Documentos

ALCÂNTARA, Divaldo. Informações sinópticas sobre a execução do Projeto de Arquivos Municipais pelo Arquivo Público do Estadual no final da década de 90. Salvador, 2014.

NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. Ofício de 24 de maio de 1984 ao Secretário de Educação e Cultura da Bahia;

NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. Ofício de 23 de fevereiro de 1987 ao Secretário de Educação e Cultura da Bahia



# Artigos



# A prática da censura como herança do golpe de 1964

**Sérgio Mattos**

Mestre e Doutor em Comunicação pela Universidade do Texas, em Austin, Estados Unidos, professor do Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB

## **Resumo**

O Golpe Militar de 1964 completou 50 anos em 2014. Este artigo aborda a prática da censura no Brasil, apresentando subsídios para os debates focados nas heranças do Golpe de 1964. Apesar de a Constituição de 1988 garantir a plena Liberdade de Imprensa, a censura aos veículos de comunicação persiste e os velhos métodos de perseguição e intimidação de jornalistas continuam sendo praticados.

**Palavras-chave:** Golpe Militar, Censura, História, jornalismo, Brasil

## **The practice of censorship as a legacy of the coup**

## **Abstract**

The Military Coup of 1964 celebrated its 50th anniversary in 2014. This article discusses the practice of censorship in Brazil, with subsidies for discussions focused on the legacies of the 1964 coup. Despite the 1988 constitution guarantees full freedom of the press, censorship on the mass media persists and the old methods of persecution and intimidation of journalists continue to be practiced.

**Keywords:** Military Coup, Censorship, History, Journalism, Brazil

## Introdução

O objetivo deste artigo é levantar questões que possam subsidiar os debates centrados nas heranças do Golpe Militar de 1964 no sistema midiático brasileiro, no ano que marca os 50 anos da efetivação do golpe. Muito se tem escrito e debatido sobre as relações da mídia e o golpe de 1964. O pesquisador Juremir Machado da Silva, por exemplo, lançou um livro neste ano de 2014, no qual diz que o golpe não foi militar, nem tão pouco civil-militar. Ele afirma já no título do livro que o Golpe de 1964 foi midiático-civil-militar, pois os grandes jornais e muitos jornalistas apoiaram o golpe e a ditadura. Para Juremir, a mídia, de maneira ardilosa, está reescrevendo a história, procurando ressaltar que durante os anos de chumbo os veículos exerceram um papel heróico de resistência.

Quem também mostra que, em vez de resistência, houve colaboracionismo por parte da mídia durante a ditadura é a professora e historiadora Beatriz Kushnir. Em tese de doutoramento publicada como livro (KUSHNIR, 2012), ela destrinchou a ação dos censores nas redações, pondo por terra a possível resistência da grande mídia, afirmando que se houve resistência ela foi exercida pela mídia alternativa. Aliás, sobre o tema, a revista *Carta Capital* publicou reportagem com ela, da qual reproduzo um trecho:

‘uma coisa é resistir ou não, outra coisa é não colaborar. Não colaborar é não entregar um jornal na mão de uma equipe de policiais para esconder as mortes decorrentes de tortura’, contesta Kushnir sobre as versões publicadas dos assassinatos dos militantes. Uma dinâmica, ela ressalta, que de certa forma ainda ressoa nos grandes veículos. ‘Isso ficou muito claro durante os protestos de junho [2013]. As pessoas que queriam saber o que estava acontecendo liam muito mais os jornais online e blogs porque a grande imprensa tecia outras cores’, afirma (GOMBATA, 2014).

Em sua dissertação de mestrado, Eduardo Zayat Chammas (2012) fez um estudo sobre os comprometimentos de dois grandes jor-

nais brasileiros da época, por meio da análise dos editoriais do *Correio da Manhã* e do *Jornal do Brasil*, publicados entre 1964 e 1968 até o Ato Institucional nº 5. A análise de Chammas permitiu-lhe compreender a relação desses veículos com os militares, além de reconstruir suas respectivas trajetórias ambíguas e contraditórias.

Segundo o estudo de Chammas, esses dois jornais eram contra mudanças tanto na estrutura social quanto na estrutura de poder, explicando que “só era legítimo o poder que vinha das instituições formais da democracia liberal, como o poder legislativo ou a própria imprensa, considerada o porta-voz da opinião pública. Os movimentos das ruas não tinham voz para esses jornais”. Observe-se que nenhum dos dois maiores jornais do país na época registrou qualquer crítica mais séria aos quatro primeiros Atos Institucionais que eram contra as liberdades individuais e de expressão (CHAMMAS, 2012; ORTEGA, 2012).

No início, em 1964, a imprensa saudou o golpe como a salvação da democracia, pois, como diz Emir Sader,

A imprensa foi um instrumento ideológico na preparação do golpe e da instalação das ditaduras militares. No Brasil, convocava as Marchas com a família, com Deus, pela Liberdade, distorcia as políticas do governo, pregava abertamente o golpe militar nos seus editoriais, apelava ao fantasma do ‘comunismo’, servindo os ideais da Doutrina de Segurança Nacional na guerra fria. [...] A imprensa foi o porta-voz dos projetos de ruptura da democracia e de apelo aos militares para que intervissem. Ela saudou o golpe como a salvação da democracia, se pronunciou abertamente a favor da instauração da ditadura e apoiou a repressão como se fizesse parte desse esquema de salvação. Sem a imprensa, não teria sido criado o clima de desestabilização que tornou realidade o golpe e a ditadura militar (SADER, 2014).

Partindo da premissa de que a liberdade de expressão e a liberdade de imprensa são imprescindíveis, não só para os jornalistas, como

também para todas as camadas da população, para efeito deste trabalho assumimos que, apesar da garantia da Constituição de 1988, o jornalismo brasileiro não pode ainda comemorar ou declarar que vive num clima de completa liberdade devido às inúmeras iniciativas que visam impor a censura aos veículos e profissionais de comunicação como uma prática herdada principalmente do último período de exceção que nos foi imposto.

Assumimos também o fato de que censura é censura em qualquer parte do mundo. Não há diferenças no conceito do ato de censurar. O que muda de um país para o outro é a aplicação dos instrumentos de controle. O ato de censurar é tão antigo quanto à divulgação de ideias. O controle dos meios de difusão de ideias sempre existiu e a história registra, ao longo dos séculos, sob a tutela de regimes totalitários ou democráticos, como os governantes têm tentado sufocar, por meio da censura, o esforço da comunicação. Até os rascunhos da Constituição norte-americana, escritos por Thomas Jefferson, sofreram cortes. No Brasil, a censura foi um legado da colonização e, desde então, temos vividos períodos de censura e alguns poucos momentos de liberdade plena.

A censura pode mudar de intensidade e o uso de certos instrumentos, mas continua sendo igual em qualquer local. Podemos afirmar que as pressões políticas e econômicas, em conjunto com a censura, exerceram, e continuam exercendo, grande influência no desenvolvimento da mídia, inclusive na Internet. O que não podemos perder é a noção de que a censura também pode ser motivada indiretamente. Ela pode induzir a autocensura, estimulando um sentimento de compromisso político, por exemplo, que gera o medo de contar a verdade.

A censura é um instrumento por meio do qual se pode manipular a realidade. Além de todas as formas de censura conhecidas, estamos testemunhando o surgimento de uma nova forma de censura, de aspecto hipócrita, que, sem contar com a repressão policial do regime de exceção, envolve todos os tipos de pressões e constrangimentos possíveis, além de condenações e prisões de jornalistas em todo o mundo. As formas de censura e pressão são tantas que se torna quase impossível enumerá-las. Assim sendo, entendemos que a censura praticada aqui não é diferente da praticada nos Estados Unidos nem de qualquer outro país do mundo.

Este trabalho, de caráter inconclusivo, está dividido em três partes, além desta introdução. Na primeira apresentamos uma breve história da censura no Brasil. Na segunda, comentamos a censura após a promulgação da Constituição de 1988 e, na terceira, enumeramos alguns dos mecanismos de controle que estão sendo postos em prática.

## A censura no Brasil

Historicamente, no Brasil, a censura foi um legado da colonização. Já em 1547, o cardeal dom Henrique baixava o *index* português que proibia, entre outros, os sete autos de Gil Vicente. Data de 1706 a adoção de uma política sistemática do governo português para restringir a liberdade de imprensa no Brasil, começando pelo confisco de uma tipografia que funcionava em Recife. Alguns anos depois, em 1746, Antonio Isidoro da Fonseca inaugurou no Rio de Janeiro uma tipografia que foi fechada no ano seguinte pela Carta Régia de 10 de maio que proibia a impressão de livros ou de papéis avulsos na colônia. Uma das mais graves consequências dessa censura, que tinha o objetivo de manter incontestado o absolutismo dos reis portugueses, foi a total inexistência de órgãos de imprensa no Brasil-colônia. Só com a chegada de dom João foi iniciada a imprensa, mas, mesmo assim, oficial: a Imprensa Régia, e com ela o primeiro ato oficial sobre a censura no Brasil.

Ao estabelecê-la, em 27 de setembro de 1808, dom João nomeou também os primeiros censores régios com o objetivo de impedir qualquer publicação contra a religião, o governo e os bons costumes. A partir de 14 de outubro de 1808 a alfândega também já não permitia a entrada de livros sem autorização do Desembargo do Paço. A censura era tão violenta que o primeiro número da *Gazeta do Rio de Janeiro*, do dia 10 de setembro de 1808, praticamente só divulgou notícias da Europa. No mesmo ano, o jornalista Hipólito da Costa fundou e dirigiu, de Londres, onde era impresso para fugir da censura, o *Correio Brasiliense* (MATTOS, 1996, 2005, 2007, 2008).

Desde o seu início a imprensa brasileira sempre teve duas opções: fazer o jogo dos poderosos e prosperar sob a proteção dos governos autoritários ou se expor, quando independente, e tentar so-

breviver a todos os perigos e ameaças. Foi assim no período colonial, durante o império e na república. Todos os períodos governamentais da história brasileira têm sido marcados por atentados contra a liberdade de expressão e tentativas de se controlar a distribuição da informação e influenciar na produção dos conteúdos. Durante o Estado Novo (1937-1945) como no regime militar, de 1964 a 1985, o controle da informação foi exercido com força e muitos políticos, intelectuais e jornalistas foram presos e jornais empastelados.

Em síntese, podemos dizer que

[...] desde o golpe militar de 1964, tanto os governos militares como os governos civis que lhe seguiram a partir de 1985, continuam ajudando os veículos que adotam uma posição amigável, com as mesmas estratégias utilizadas anteriormente (MATTOS, 2013, p. 99).

O exercício da censura no período pós-1964 se caracterizou como um dos mais fortes elementos de controle do Estado sobre os veículos de comunicação de massa. Entre dezembro de 1968 e junho de 1978, os meios de comunicação de massa estiveram sob censura. Durante este período vários escritores e artistas foram enquadrados de acordo com os termos da Lei de Segurança Nacional. No período do regime militar foram proibidos no país mais de 500 livros, de autores brasileiros e estrangeiros. Durante o governo Médici (1969-1974) inúmeras pressões foram exercidas sobre as emissoras de televisão mediante punições com multas e até suspensão de alguns programas, como medida corretiva. Isso visava diminuir o que, oficialmente, foi justificado como uma “linha de agressão à sensibilidade e de grosseria”. A censura, nesse período, era efetuada mediante lacônicos e secos bilhetes dirigidos às redações dos veículos de comunicação ou por meio de telefonemas dirigidos aos editores.

## **A censura após a Constituição de 1988**

A Constituição de 1988 assegura em seu artigo 5º, inciso XIV, o acesso à informação, resguardando-se o sigilo da fonte quando neces-

sário ao exercício profissional, entre outros dispositivos que também tratam da atividade da imprensa. Com relação à censura, a Carta de 1988 apresenta texto específico sobre comunicação social (capítulo V), em seu artigo 220, no qual afirma que a manifestação do pensamento não sofrerá nenhuma restrição e, nos parágrafos 1º e 2º, veda totalmente a censura, impedindo até mesmo a existência de dispositivos legal “que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística, em qualquer veículo de comunicação social”.

Apesar dessas garantias, a nossa Constituição é de absoluta obscuridade no que se refere a conflitos entre direitos individuais e direito à informação, o que na interpretação de juristas, torna-se difícil lidar com essa questão no âmbito da lei quando esses direitos estiverem lado a lado em um mesmo processo. Diante disso surgem perguntas tais como: A liberdade de expressão sobrepõe-se aos direitos individuais? É possível compatibilizar os dois? Se não, algum deles sobrepõe-se ao outro?

Essas perguntas ainda estão sem respostas diretas, necessitando de uma ampla discussão nacional para resolver essa incompatibilidade ou uma hierarquização entre esses direitos. Enquanto o debate nacional não esclarecer o conflito, ficaremos a mercê de interpretações. A Constituição diz que “são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente da sua violação”.

O Código Civil, no artigo 20, diz que “salvo se autorizadas, ou se necessárias à administração da justiça ou à manutenção da ordem pública, a divulgação de escritos, a transmissão da palavra, ou a publicação, a exposição ou a utilização de imagem de uma pessoa poderão ser proibidas, a seu requerimento e sem prejuízo da indenização que couber, se lhe atingirem a honra, a boa fama ou a respeitabilidade, ou se destinarem a fins comerciais”.

Além de todas estas particularidades, deve-se destacar uma outra, tão danosa quanto a censura policial ou judicial, que é a concentração da mídia nas mãos de uns poucos grupos. Em prefácio ao livro *Liberdade de Expressão vs. Liberdade de Imprensa – Direito à comunicação e democracia*, de Vinício A. de Lima, Fábio Konder Comparato apresenta alguns dados sobre a concentração da mídia:

É preciso lembrar que a globalização capitalista do final do século passado engendrou uma enorme concentração do controle privado das empresas de comunicação de massa. Nos Estados Unidos havia, em 1983, cinquenta empresas dominantes no mercado de imprensa, rádio e televisão; hoje, há apenas cinco [cf. Bem H. Bagdikian, *op.cit.*, p. 16] Atualmente no Brasil, apenas quatro mega-empresas dominam o setor de televisão: a Globo controla 342 veículos; a SBT, 195; a Bandeirantes, 166; a Record, 142; sendo que cada uma dessas “redes” representa um segmento de um grupo, que explora também o rádio, jornais e revistas (In: LIMA, 2010).

Esta concentração de propriedade tem crescido mais ainda diante da convergência tecnológica, favorecendo aos conglomerados exercerem o poder de seleção, para não dizermos de censura, sobre o que deve ou não ser divulgado. A mídia tem denunciado ameaças à liberdade de expressão, ao mesmo tempo em que defende conceitos de liberdade de expressão e liberdade de imprensa, que, numa análise mais apurada, podemos constatar que o que estão defendendo mesmo é a liberdade de empresa. Como diz Vinício A. de Lima, a liberdade de expressão comercial “apropriou-se, sem mais, da ideia de liberdade de expressão como se a mídia, anunciantes e agências de publicidade fossem os legítimos representantes do direito individual e coletivo contra a ‘censura’ e a ‘sanha regulatória’ exercida pelo Estado” (LIMA, 2010).

Apesar de a censura oficial, formal e regimental, ter acabado com a promulgação da Constituição de 1988, continuam a existir variadas e novas formas de controle que visam ao controle do fluxo da informação e ou do seu conteúdo por meio da manipulação sutil da informação, quando a imprensa perde a capacidade de estabelecer diferenças e passa a trabalhar os fatos baseando-se em generalizações; por meio do constrangimento, da omissão (autocensura) e da indiferença. Atualmente, um dos principais problemas de censura enfrentados pela imprensa brasileira refere-se às decisões e interpretações da Justiça.

## Mecanismos de controle e censura

Apesar de **não** estarmos vivendo em regime de exceção, com atitudes e posições definidas, o Estado tem demonstrado que pode decidir o futuro no que diz respeito aos meios de comunicação e à produção de conteúdos culturais, adaptando-se às novas regras do mercado, articulando politicamente a limitação da participação do capital estrangeiro no setor. Com isso, apesar da atuação das forças do processo de globalização, o Estado ainda exerce papel fundamental na escolha do caminho a seguir.

Entre os principais mecanismos de controle da informação e da cultura destacam-se: legislação, ações judiciais, ameaças oficiais, pressões políticas e econômicas, subsídios e patrocínios direcionados para produção de conteúdos privilegiados, bem como a censura policial e judicial.

A influência e o controle do Estado sobre a indústria cultural brasileira têm sido crescente devido à dependência desse setor nos subsídios e isenções oficiais. A dependência dos veículos de comunicação e dos setores de produção de conteúdos culturais em subsídios oficiais cresce em importância quando se sabe que a concessão de licenças para a importação de materiais e equipamentos e o provisionamento por parte do governo de subsídios para essas importações têm levado muitos veículos de comunicação de massa a adotar uma posição de sustentação às medidas governamentais.

Exemplos sobre como o governo pode controlar, política e economicamente, os meios de comunicação de massa podem ser identificados com facilidade. Os veículos têm recebido ajuda oficial para importação de materiais necessários à impressão de jornais e revistas, subsídios especiais para aquisição de equipamentos, tarifas postais, isenção de impostos e empréstimos obtidos dos bancos oficiais com taxas de juros abaixo dos praticados no mercado, além de prazos especiais. A indústria cultural brasileira também é dependente de importação de software e hardware, de suporte publicitário e de outras formas de subsídios que acabam induzindo a produção de conteúdos que atendam aos pré-requisitos para liberação de verbas para suas respectivas produções.

O controle da informação e da cultura é um instrumento por meio do qual se pode manipular a realidade. Sendo assim, o comprometimento político e econômico pode levar também um veículo, ou profissional, a adotar certas práticas de manipulação da informação para tirar proveitos escusos delas.

O sociólogo e jornalista Perseu Abramo analisou as distorções que a mídia pode promover na realidade (apresentando o irreal como se fosse real) por meio da manipulação das informações. Segundo ele, a manipulação ou distorção da realidade filtrada pelos veículos de comunicação pode ser detectada na cadeia de produção e transmissão da informação em pelo menos quatro itens: 1) ocultação ou omissão da informação; 2) pela fragmentação da realidade, quando os fatos são relatados fora de seu contexto histórico; 3) pela inversão dos valores dos aspectos da realidade selecionados, transmitindo-se opinião em lugar de informação; e 4) pela indução, quando se tenta impingir ao público uma significação diferente do contexto real (MATTOS, 2005).

É preocupante o ressurgimento da censura prévia no Brasil, incluídos aqui as tentativas de aprovação da Lei Mordaza e o uso de outras ferramentas econômicas, jurídicas e policiais para intimidar a imprensa e os jornalistas. Observe-se que cresce a prática de uma nova forma de censura, de aspecto hipócrita, que, sem contar com a repressão policial, envolve todos os tipos de pressões e constrangimentos possíveis, além de condenações e prisões de jornalistas em todo o mundo. No Brasil, as hostilidades contra jornalistas continuam acontecendo, com a demissão de profissionais que tenham tratado ou divulgado assuntos que não agradaram às autoridades ou a grupos econômicos. Jornalistas e veículos continuam sofrendo pressões e atos de censura, mas a grande imprensa mantém um silêncio de cumplicidade com os atos de censura e de truculência praticados contra jornalistas e que ocorrem em todo o território nacional.

Mas as tentativas de neutralizar a imprensa com atos de hostilidade, constrangendo inclusive jornalistas, não é um privilégio do Brasil. Na América do Sul, podemos citar exemplos de como a censura tem sido utilizada para calar as vozes críticas: na Venezuela, Hugo Chaves cassou concessões de emissoras de televisão. Na Argentina, Cristina

Kirchner autorizou uma devassa fiscal no jornal *Clarín*, com o objetivo de intimidar e silenciar sua linha crítica. E, na Bolívia, Evo Morales passou a constranger e hostilizar, publicamente, veículos e jornalistas também com o intuito de neutralizar a imprensa (NUNES, 2010).

Pode-se dizer, portanto, que os velhos e brutais métodos de perseguição, intimidação, multas pecuniárias e prisões, baseadas em leis draconianas e imorais, ainda são praticados em todo o mundo para eliminar aqueles que importunam ou pensam de modo diferente. O fechar as portas de acesso aos financiamentos públicos para órgãos de imprensa, para artistas e escritores que assumem postura crítica e diferenciada da oficial, é um meio de censura muita em voga.

Como alternativa às ameaças de censura, um novo veículo, a Internet, parece resistir a todas as tentativas de controle, pois a cada barreira levantada a WEB (world wide web), com dinamismo diferente, acaba encontrando saídas e as informações continuam circulando. Acredita-se que nenhum outro veículo de comunicação permite um fluxo de informação tão livre, tão amplo, tão barato e tão democrático quanto a Internet. A Internet conta ainda com a vantagem de ser um veículo que permite alto grau de interatividade que nenhum outro já permitiu, ou é capaz de permitir pelo menos até os dias de hoje.

Apesar de a Internet favorecer o fortalecimento do que poderíamos considerar como a era de liberdade de expressão quase absoluta e em escala global, muitos governos (autoritários e democráticos) estão lançando mão de todo tipo de tentativas para censurar e-mails, sítios e blogs na web.

Saliente-se que, desde o início deste século, a Justiça brasileira começou a descobrir a Internet e tem, também, tentado censurá-la, bloqueando o acesso a páginas e exigindo sua retirada da WEB. Para se ter uma ideia da gravidade dessa situação, em abril de 2010, o Brasil já liderava os pedidos de informação e de remoção de conteúdo à Google. De acordo com a página 'Government Requests' do Google, entre 1º de julho e 31 de dezembro de 2009, a empresa recebeu 291 pedidos de remoção de dados feitos pelo Brasil, mais que a Alemanha (188) e a Índia (142). Os Estados Unidos aparecem em 4º lugar. A página informa também que, no que diz respeito à solicitação de informações, o

Brasil também lidera o ranking, com 3.663 pedidos efetuados durante o segundo semestre de 2009, estando à frente dos Estados Unidos e do Reino Unido que apresentaram respectivamente 3.580 e 1.166 solicitações.

Paralelamente, várias empresas privadas brasileiras estão instalando em suas respectivas redes de informática uma ferramenta identificada pelo nome de “Websense”, produzido pela empresa norte-americana Websense Inc., que se constitui em um sistema de monitoramento da Internet com o objetivo de bloquear as atividades de funcionários e usuários no sistema de rede. A ferramenta geralmente é instalada no gateway da empresa, passa a gerenciar e identificar os sítios acessados pelos usuários, podendo assim bloquear o acesso a determinados endereços da web.

Até abril de 2014, a censura à internet no Brasil estava sendo feita de maneira aleatória, baseada em interpretações das Leis (Constituição, Código Civil e Código Penal). A inexistência de um marco regulatório para a Internet estava contribuindo para a geração de decisões contraditórias por parte do Poder Judiciário sobre a responsabilidade de provedores por conteúdos publicados por terceiros, ou seja, os provedores de internet e bloqueiros estavam sendo responsabilizados por conteúdos postados em seus sites por terceiros.

Após quatro anos de muita polêmica e debates, o projeto Marco Civil da Internet finalmente foi aprovado pela Câmara Federal, no dia 25 de março, e pelo Senado, no dia 23 de abril de 2014, quando foi sancionado pela presidente Dilma Rousseff, passando a vigorar como Lei nº 12.965/2014.

O texto da lei brasileira do Marco Civil da Internet, além de estabelecer regras e conceitos básicos de rede, define os direitos e deveres de usuários e provedores de serviços de conexão e aplicativos na Internet, destacando a liberdade de expressão, a proteção da privacidade e o estabelecimento da neutralidade da rede.

No entanto, considerando que Internet tem fragmentado o mercado e contribuído para o aparecimento de novos padrões de consumo de informações e de outros conteúdos, além de ser usada como uma

forma vibrante e alternativa de dar voz aos movimentos sociais, pode-se concluir que o desenvolvimento tecnológico e o fortalecimento das estruturas burocráticas governamentais poderão contribuir para o surgimento de novos métodos de controle dos meios de comunicação de massa. Métodos muito mais eficazes, pois a tendência que se pode observar é que a censura está se tornando cada vez mais sutil e complexa. Também sabemos que tudo o que está acontecendo é fruto da inexistência de várias leis específicas previstas pela Constituição e que ainda não foram elaboradas e aprovadas pelo Congresso, a exemplo da Lei do Marco Civil na Internet.

## Referências

CHAMMAS, Eduardo Zayat. **A ditadura militar e a grande imprensa: os editoriais do Jornal do Brasil e do Correio da Manhã entre 1964 e 1968**. Dissertação (Mestrado em historia Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2012. Disponível em [HTTP://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-13/22012-101040/](http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-13/22012-101040/) Acesso em 2014/03/29.

GOMBATA, Marsílea. ‘Imprensa aceitou a censura’, diz historiadora. In *Carta Capital*, 17/01/2014, disponível em: [HTTP://fndc.org.br/clip-ping/imprensa-aceitou-a-censura-diz-historiadora-934806/](http://fndc.org.br/clip-ping/imprensa-aceitou-a-censura-diz-historiadora-934806/) Acesso em 21/01/2014.

KUSHNIR, Beatriz. **Cães de Guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988**. São Paulo: Boitempo, 2012.

LIMA, Vinício A. **Liberdade de expressão VS. Liberdade de imprensa – Direito à Comunicação e democracia**. São Paulo: Editora Publisher Brasil, 2010.

MARQUES DE MELO, José (Org.). **Síndrome da Mordança: mídia e censura no Brasil**. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2007.

MATTOS, Sérgio. **O controle dos meios de comunicação**. Salvador: EDUFBA, 1996.

MATTOS, Sérgio. **Mídia Controlada**: história da censura no Brasil e no mundo. São Paulo: Paulus, 2005.

MATTOS, Sérgio. A Censura no Brasil Republicano. In: MARQUES DE MELO, José (Org.). **Síndrome da Mordança**: mídia e censura no Brasil. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2007, p. 51-70.

MATTOS, Sérgio. Um balanço sobre os mecanismos de censura no Brasil. In: RAMOS, Murilo César; DEL BIANCO, Nélia R. (Orgs.). **Estado e Comunicação**, Brasília: UNB e Casa das Musas, 2008, p. 215-240.

MATTOS, Sérgio. O crescimento da mídia impressa sob o controle econômico do Estado. In: DOURADO, Jacqueline Lima (Org.). **Economia Política do Jornalismo**: campo, objeto, convergências e regionalismo. Teresina: EDUFPI, 2013, p. 91-107.

NUNES, Walter. Discutir para não calar. **Época**, 7/6/2010, p. 62.

ORTEGA, João. **Grande Imprensa apoiou golpe militar e a ditadura até 1968, revela pesquisa da FFLCH**. Disponível em: <<http://www5.uso.br/17039/grande-imprensa-apoiou-golpe-militar-e-a-ditadura-ate-1968/>> Acesso em 28/03/2014.

PEREIRA, Camila; BETTI, Renata. Os tiranos da Internet. **Veja**, 01/7/2009, p. 90-92.

SADER, Emir. A imprensa Brasileira e o golpe de 1964. Disponível em [HTTP://www.brasil247.com/pt/247/artigos/126589/A-imprensa-brasileira-e-o-golpe-de-1964.htm](http://www.brasil247.com/pt/247/artigos/126589/A-imprensa-brasileira-e-o-golpe-de-1964.htm) Acesso em 28/03/2014.

SILVA, Juremir Machado da. **1964 – Golpe-Midiático-Civil-Militar**. Porto Alegre: Sulina, 2014.

# Bahia British Club – 140 anos do Clube Inglês da Bahia

**Lamartine Lima**

Professor universitário, oficial superior médico da Marinha do Brasil (reformado), perito médico-legista (aposentado), ex-secretário-geral do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, e durante 45 anos sócio do Bahia British Club

## **Resumo:**

Este ensaio tem por objetivo mostrar as circunstâncias do surgimento dos clubes ingleses no mundo, seu desenvolvimento, as condições em que foi constituído o Bahia British Club e como evoluiu na comunidade soteropolitana, desde o ano de 1874 até 2014, durante os últimos 140 anos.

**Palavras-chave :** História, Bahia, Brasil, Clube Inglês

## **Bahia British Club - 140 Years of the Bahia British Club**

## **Abstract**

This essay aims to show the circumstances of the emergence of English clubs in the world, its development, the conditions under which it was formed the British Club Bahia and how it evolved in soteropolitana community, from 1874 until 2014, during the last 140 years.

**Keywords:** History, Bahia, Brazil, British Club

Os “british clubs” ou clubes ingleses são fruto tardio das antigas relações comerciais do Ocidente com o Oriente. Originaram-se no início do século XVII, depois que os holandeses haviam introduzido, em 1610, o uso como bebida da infusão de folhas de uma espécie de camélia, denominada chá, oriundo da China e da Índia, entre as famílias dos Países Baixos; costume que também fora levado para a corte inglesa por uma princesa de Portugal, que recebera de presente, dos nobres seus compatriotas que haviam regressado de viagem à Índia, as folhas e a aparelhagem de porcelana oriental adequada para o preparo do chá, antes dela casar com um rei da Inglaterra e estabelecer a moda do final de tarde que passou em terras britânicas a ser chamado “five o’clock tea”.

Pouco mais tarde, os comerciantes batavos trouxeram, em 1637, das suas colônias de além-mar, o antigo costume árabe, depois turco, do uso da infusão do fruto de uma rubiácea, o café, como droga medicinal tônica, que passou a ser utilizada socialmente entre os europeus.

Naquela época, surgiram na Europa as casas de chá, chamadas de “tea houses”, frequentadas por cavalheiros e damas da sociedade grã-fina, e também apareceram as de café, conhecidas como “coffee houses” pelos ingleses, e, simplesmente, “café”, pelos franceses e italianos, às quais comparecia um público eclético.

As primeiras “coffee houses” de que se tem notícia surgiram em Londres, eram locais de frequência popular, em que os cidadãos reuniam-se para tomar café ou cerveja, rum e vinho, comer alguma coisa, palestrar, saber as novidades, discutir política e a vida na sociedade dos diversos lugares.

Os registros históricos iniciais mostram que elas se desenvolveram em lugares de vida acadêmica, onde ainda hoje existem famosas universidades, como Oxford, onde houve a de nome “Tillard’s”, sendo seguida por outra, em Cambridge, que era frequentada por John Houghton, famoso literato do lugar, que dizia aprender-se muito mais em uma hora naquele estabelecimento do que em um mês fechado numa biblioteca.

No ano de 1675, o rei Charles II, alegando a excessiva liberdade de discussão de qualquer assunto nas “coffee houses”, ordenou o seu fechamento, tendo havido, mais tarde, a sua reabertura, em termos bem

diversos, quando passaram a ser distinguidas conforme a convivência de algumas categorias profissionais e classes sociais, até de pessoas da melhor sociedade.

Desse modo, na capital britânica os advogados frequentavam a famosa “Grecian”, em Temple; os comandantes, capitães de navios, armadores, fornecedores, despachantes de cargas e outros homens do mar reuniam-se na famosa “Lloyds”, em Tower Street, local onde foi criada a primeira grande seguradora no mundo; os militares de baixa patente iam a “Young Man’s”; os comerciantes ficavam na “Child’s”, de Saint Paul Churchyard, e assim por diante...

A partir de núcleos de conviventes assíduos, que se ligavam por afinidades e amizade com os donos da instituição, surgiram os “clubs” como seus pontos de referência, onde não eram admitidas mulheres, e ali os amigos recebiam as correspondências e encomendas, também guardavam garrafas de bebidas especiais e outros objetos particulares.

Com o passar dos anos, especialmente em Londres, onde não eram pequenas as distâncias entre o centro, a “City”, e as mansões nos bairros em redor daquela grande cidade, demandando certo tempo no deslocamento em carruagens ou a cavalo, os frequentadores dos clubes, que ali demoravam muitas horas tratando de política e negócios, associaram-se, privatizando-os, e neles fizeram seus escaninhos e armários, evoluindo até terem saletas e mesmo compartimentos particulares, “garçonnières” inclusive com “valets de chambre”, expressão francesa para os extraordinários mordomos ingleses, traduzindo a sua elevada importância social.

Para fazer parte de um determinado clube inglês, sempre uma associação de exclusividade, o cidadão havia de ser considerado “clubbable”, isto é, com suficiente independência financeira, boa situação social e, sobretudo, de ótima convivência com seus consócios.

O primeiro mais notável clube inglês foi criado no reinado de James I e era chamado “The Royal Blackheath Golf Club”. Seguiu-se o “White’s”, associação de bem nascidos e elegantes, como George Bryan Brummell, conhecido como o “belo” Brummell, introdutor da então moderna moda alinhada, de roupas bem talhadas e gravatas especiais,

que ali se encontrava todos os fins de tarde, e aristocratas políticos, ainda hoje um reduto do “Tory”, partido conservador; tem provocado orgulho em seus sócios saber-se que, durante um incêndio ocorrido em sua sede, acorreram para ajudar a combater o fogo o próprio rei George II e seu filho o Príncipe de Gales; de lá, Pitt e seu estado-maior combatiam Fox e os membros de seu quartel-general, que ficavam em outro clube inglês, o “Brook’s”, dos liberais “Whigs”. E depois vieram o “Carlton”, em Pall Mall, e o “Will’s”, em Covent Garden, todos com associados da alta sociedade.

Os escritores Sir Walter Scott, Sir Thomas Lawrence, Samuel Rogers, Chantrey e Jekyll formaram o “Athenaeum”, que teve como secretário o físico Faraday; era o preferido dos intelectuais, que dele só poderiam participar se houvessem escrito pelo menos um trabalho de reconhecido mérito. Porque fumar nas suas dependências era proibido, Thackeray, que era viciado em tabaco, fez ser criada, pela primeira vez em um clube, determinada sala para fumantes. Já os cientistas Darwin, Watt, Priestley, Josiah Wedgwood e Robert Lovell criaram um clube denominado “Lunar Society”.

Certos sócios importantes imprimiam suas características nos ambientes dos clubes que assiduamente frequentavam, e os costumes citadinos da ilha britânica foram levados para as comunidades de ingleses nas colônias ou países em que, por motivos diplomáticos e comerciais, eram numerosos os súditos da Inglaterra.

Interessante é que, em certas cidades fora do antigo Império Britânico, nas quais, com o passar dos tempos, houve modificações nos costumes das comunidades e no número de cidadãos ingleses e seus descendentes, acontecem, contemporaneamente, determinadas adaptações.

No Brasil, na Bahia, os ingleses já haviam chegado havia bastante tempo, mesmo antes da transmigração da família real de Portugal, em 1808, quando, em 1824 (escreveu-se “há cerca de 50 anos” em 1874), foi adquirido um terreno para o “The British Cemetery”, comprado ao vizinho Convento de Santo Antônio, onde hoje existe a Igreja de Santo Antônio da Barra, sujeito a foro anual de 10\$000, no pé de uma colina em bifurcação da ladeira que leva do Corredor da Vitória

até a praia do Porto da Barra, sobre uma falésia, onde foram feitas obras para a segurança, com divisão de classes para as sepulturas, tendo uma pequena capela e uma casa com dois moradores, sob inspeção do “senhor capelão britânico”, mantido pelos súditos, auxiliados pela rainha, com emolumentos sobre os jazigos. Os mortos ingleses em Salvador, em 1874, foram 19, sendo sete adultos civis e três crianças da cidade, oito marujos e um passageiro de pacote.

Naquele mesmo ano de 1874, quando era presidente da Província Venâncio de Oliveira Lisboa, e vice-presidente João José de Almeida Couto, sendo cônsul britânico John Charles (Chas.) Morgan Esger, e existindo na praça de Salvador as firmas inglesas Ad. Kleinsmidt – agent for The Imperial Fire Insurance Company; Bahia Steam Navigon. Compy. Lt.; Cameron Smith & Co.; Edward Benn – agent of The Liverpool London Globe Insurance Company; Estrada de Ferro de Salvador ao S. Francisco Companhia Limitada; Francis Saunders & Co. – agents for Royal Insurance Company; Hopkin’s & Webster; In Mamon Supt.; John J. Illius Supt.; Robert Richardson Yates & Co.; Simpson & Co. – agents for The Northern Assurance Company; Wilson & Co. – agents for The Commercial Union, entre outras, os súditos da rainha Victoria, soberana da Inglaterra e imperatriz da Índia, decidiram criar um clube ingles na capital baiana.

O Bahia British Club foi fundado no dia 24 de maio de 1874, no Campo Grande, em frente à então área de exercício para as tropas imperiais da Fortaleza de São Pedro, em uma grande casa térrea de alvenaria, com assoalho em tábuas de madeira de lei, e colunas de pedra em torno de uma varanda avançada por um copiar, diante de um relvado, construída em terreno adquirido ao inglês George Duder, duas décadas antes de aquele logradouro ser urbanizado em praça para a inauguração do maior monumento baiano, referente à data histórica da efetiva independência brasileira, 2 de Julho de 1823.

Vizinho, no lado esquerdo de quem olha daquele largo para o clube, havia sido edificada, no ano de 1853, pelo Reverendo Edward George Parker, a Saint George Church, com sua entrada em colunas clássicas, de credo anglicano, que era a religião de quase todos os súditos ingleses.

No outro lado, foi levantado, já no período republicano, o palácio “art nouveau” da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, cujos parlamentares passaram a frequentar e a participar das atividades do clube inglês.

O primeiro livro de registro de sócios do Bahia British Club foi perdido, e nele estariam os nomes dos inscritos nos primeiros 20 anos da instituição. Existe ainda o livro de sócios registrados durante os períodos do Império do Brasil e da República dos Estados Unidos do Brasil, desde 1896 a 1920, onde encontramos, propostos por G. H. Duder, os senhores J. B. Castro Rebelo e Frederico Castro Rebelo, e, por outros proponentes, dezenas de nomes de cidadãos ingleses e de outras nacionalidades, com suas atividades, como o de John P. Oliver, do Engenho Glória, de Santo Amaro (11/1/1896); Leo F. Strand, comerciante (26/9/1911), que depois foi notável presidente do clube (como também o foi seu filho Leo Strand Junior), merecendo uma placa de bronze na varanda de sua antiga sede, no ano de 1939; e Arthur C. White, cônsul britânico (11/6/1916). Também constam os nomes dos portugueses Sr. Salgado, cônsul de Portugal (20/8/1897), e B(ernardo) M(artins) Catharino, célebre negociante e industrial, considerado o homem mais rico do estado, que adotou como sua a terra baiana (14/2/1913). E nele estão registrados os brasileiros: José Côrtes Santos, negociante (12/7/1896); Joaquim Matheus dos Santos, médico (12/7/1896); Affonso de Castro Rebelo, advogado (23/7/1897); Gustavo Kelsch, estudante de Direito (30/9/1897); José Ferreira Campos e Manoel José Machado, negociantes (8/10/1897); Olympio de Carvalho Fonseca, tenente-coronel (9/10/1897); Arthur Rios, médico (12/11/1897); Gustavo Laporte, corretor (12/11/1897); Jayme Lopes Vilas boas, advogado (26/2/1898); Ângelo Pereira da Cunha, negociante (16/4/1898); Alfredo Cogorron, do Iguape (23/7/1898); Antonio Correia da Silva, capitão do Lloyd Brasileiro (3/10/1898); Carlos José de Mattos, comerciante (28/11/1898); Octaviano Suzart, funcionário do Tesouro (25/2/1899); Antonio N. Barbosa, médico (23/3/1899); Thomaz Guerreiro de Castro, advogado (25/3/1899); João Espínola Conde, de Conde Filho e Cia. (9/5/1899); Guilherme Coelho Messeder, de Bodat Bahia (18/5/1899); Bento Berilo de Oliveira (cortado por um traço) e João Costa Santos, negocian-

tes (2/7/1899); Oséias (?) Vianna, advogado (2/7/1899); João de Azevedo Fernandes, negociante (26/7/1899); Salvador de Mattos Souza, advogado (4/9/1899); Joaquim Pires Muniz de Carvalho, advogado (8/9/1899); João Perouse Pontes, médico (15/12/1899); Durval Sá Pereira, negociante (30/5/1900); Manoel Carvalho Pereira, negociante (31/5/1900); Antonio dos Santos Costa, negociante (21/6/1900); Clímério de Oliveira, médico (4/7/1900); José Antonio Saraiva, engenheiro civil (12/8/1902); José Cruz, negociante (9/2/1903); Odilon dos Santos, advogado (21/4/1905); Nathan Vasconcelos, de Pernambuco (14/7/1905); Jayme Rego, da Comp. Eclaige da Bahia (2/4/1906); Júlio Brandão, engenheiro (24/6/1906); Pedro Emídio Cerqueira Lima, médico (17/11/1906); Carlos Martins Vianna, da Usina São Carlos (10/9/1907); Anísio Massorra, comerciante (25/3/1908); M. J. Conde, escriturário (6/4/1908); A. F. Cardoso, negociante (3/9/1908); José Aguiar da Costa Pinto, médico (10/11/1908); Frederico Koch, médico (22/7/1909); Edgard Gordilho, engenheiro civil (15/9/1909); Jayme Vilas Boas, advogado (2/5/1910); Guilherme Guinle, engenheiro (29/4/1910); Arthur Leal de Sá Pereira, escriturário (30/4/1910); J. Fernandes de Araújo, engenheiro civil (16/8/1912); Aloysio Gama Costa Santos, negociante (4/12/1912); Antonio C. de Magalhães, engenheiro civil (26/12/1912); Alberto Moraes Martins Catharino, negociante (26/3/1913); Bento Berilo de Oliveira, negociante (7/10/1913); Pedro Marques Valente, negociante, e Antonio Fernandes Dias, (?) (28/10/1913); Agenor Gordilho (cortado por um traço), (?) (29/10/1913); Joaquim Ruiz Gamboa, engenheiro (11/11/1913); Francisco Marques, negociante (6/11/1915); Hugo Kaufmann, negociante (21/5/1915); Adolpho Ballalai, negociante (30/7/1915); E. P. S. Figueiredo, industrial (21/7/1916); Oscar Moraes, secretário (21/8/1916); Leopoldo de Lima, de Coloric e Cia. (12/4/1916); R. Simões da Fonseca, negociante (2/5/1916); Archimedes Pires, advogado (3/5/1916); Frederico Chenaud, corretor (4/7/1917); Gabriel Botafogo, general (26/7/1917); Mário Gordilho de Souza, advogado (31/12/1917); Fiel Carvalho Fontes, advogado (20/2/1918); Agenor Gordilho, negociante (3/7/1918); F. R. d'Andrade, engenheiro (11/11/1918); Luiz Liberato de Mattos, comerciante (2/5/1917); Eudoro Tude Filho, negociante (14/9/1919); Plínio Moscozo, negociante (2/10/1919); Arlindo Fernandes Dias, negociante (13/10/1919);

Lafayette B. R. Pereira, engenheiro (24/10/1919); Euclydes Machado, guarda-mor (2/11/1919); Olympio Matheus Santos, comerciante (18/12/1919); Agnelo Britto, Francisco Sá e Francisco de Carvalho, negociantes (2/6/1920); Antonio Lima Britto, negociante (19/6/1920).

Havia, na sede do Bahia British Club, no seu jardim gramado, com arbustos e árvores, uma grande mangueira em cujo tronco estavam cravadas argolas de ferro que serviam para ali serem amarrados os cavalos dos sócios, quase todos eles homens de negócio e comércio, industriais, exportadores de produtos naturais da região, advogados, engenheiros e médicos.

No seu interior, nas cadeiras altas junto ao polido balcão castanho do bar, tudo em madeira nobre, ou nas mesas de quatro lugares cercadas de poltronas de palha trançada, os associados bebiam “whisky” e conversavam animados, diariamente, ao pôr do sol – não havia o “five o’clock tea” mas a “happy hour” –, e, nos fins de semana, durante manhãs e tardes ensolaradas, tomavam gim, sentados nas cadeiras colocadas na varanda daquela sede parecida com uma casa de fazenda, olhando a grama, os arbustos e as árvores com suas folhas, flores e frutas tropicais coloridas, e os pássaros também multicores, ali em volta, muito longe das terras e vegetações britânicas.

Certas noites e nos dias de chuva, os sócios ficavam no grande salão de tabuado lustroso, nas poltronas modelo “bergère”, estilo “chesterfield” e tipo “capitoné”, ou nas cadeiras simples, entre estantes de livros da biblioteca, todos em inglês, discutindo os assuntos sociais, políticos e comerciais do momento, tomando suas bebidas preferidas, principalmente cervejas importadas. Ou iam à mesa de bilhar, ali junto, para uma partida de “snooker”. Ou, ainda, para a sala dos fundos, de onde se avistavam hortas, vacarias e estrebarias das muitas que serviam à capital baiana, e ali jogavam “pocker” ou se divertiam com outros passatempos.

Unicamente nas quartas feiras era permitida a presença feminina, quando aumentava o movimento da biblioteca e da vida social, sempre festiva, e as senhoras organizavam “garden party” e jogos de salão, como o “derby” com cavalinhos de madeira pintada numerados que, conforme a pontuação obtida pelos participantes, deslizavam sobre um oleado no assoalho.

Havia o costume de comemorar-se o Dia do Aniversário Real – da rainha Victoria, do rei Eduardo VII, do rei Eduardo VIII, do rei George VI ou da rainha Elisabeth II – e eram recebidos muitos convidados da sociedade soteropolitana, quando, durante algumas horas, “drinks are free”.

Também aconteciam belas festas de “réveillon” e notáveis carnavais, como não há mais...

Existe ainda, contada pelos ventos da tradição, uma história antiga sobre a visita de certo nobre a Salvador, um membro talvez da casa real, quiçá um príncipe – quem sabe? – de Gales, que se empolgou com os encantos da Bahia, inebriou-se até a inconsciência e foi conduzido do clube ao seu navio em cortejo de sócios seus amigos de farra.

Todavia a história do Bahia British Club é marcada, principalmente, pela presença, além de ingleses e seus descendentes, de membros das colônias estrangeiras, os quais comemoravam, juntos com os brasileiros, as efemérides de seus países e recebiam seus patrícios, ilustres visitantes e oficiais de navios de bandeiras europeias ou americanas surtos no porto de Salvador.

Durante o período da Grande Guerra, entre 1914 e 1918, os estrangeiros aliados reuniam-se na sede do clube, para ler os jornais vindos de fora do País e comentar as notícias.

De igual modo aconteceu nos anos da Segunda Guerra Mundial, de 1939 a 1945, quando o movimento social do clube chegou ao máximo, reunidos os membros das colônias dos países aliados em Salvador, em torno de um rádio de ondas curtas, atentos aos noticiários, e grande número de oficiais das forças armadas aliadas na capital baiana, onde havia base naval em que serviam militares norte-americanos e pela qual passavam comboios de navios de bandeiras amigas, que presenteavam ao chamado BBC com os seus brasões, que ainda lá estão nas paredes do bar em sua nova sede.

E, muitas vezes, os desfiles cívicos e militares pelo Campo Grande podiam ser vistos do jardim do clube, quando eram aplaudidos pelos associados e convivas.

Nessa fase, no ano de 1942, o cônsul inglês, Mr. MacRae, empresário da firma F. Stevenson, contratou o súdito britânico natural de Trinidad e Tobago, nas Antilhas, neto de uma portuguesa da Ilha da Madeira e casado com uma baiana, o Sr. Frank Dominic Marquez, que tinha experiência de trabalho no ramo de cacau desde o seu tempo no Caribe, para exercer as funções de assistente administrativo do consulado, passando este a apoiar as atividades do Bahia British Club.

Assim foi que o Sr. Marquez – que dez anos depois seria cônsul efetivo e mais tarde cônsul honorário da Inglaterra na Bahia – integrado plenamente entre os sócios, indicou como gerente do clube um desenhista e pintor que com ele trabalhara na Estação Experimental de Cacau de Água Preta (Uruçuca), o russo branco, antigo cadete imigrado forçado pelo exército vermelho da Revolução Bolchevista de 1917, que já havia atuado como ginete em um grupo de escravos que se apresentavam em espetáculos públicos por diversos países, o Sr. Bóris Adjenoff, que permaneceu no cargo e residente, com a sua família, em um anexo do Bahia British Club, até a década de 1970, quando faleceu.

As reuniões sociais, as festas, os carnavais e os “réveillons” do Clube Inglês da Bahia eram notáveis, como depois também se tornariam os grandes almoços nos dias de sábado e as torcidas organizadas para acompanhar os jogos da Seleção Brasileira de Futebol por ocasião das Copas do Mundo.

Por ocasião das comemorações do coroamento da rainha Elisabeth II, da Inglaterra, a 2 de junho de 1953, o clube recebeu autografado o retrato do casal real, que ainda hoje está ali exposto, junto da fotografia do seu Jubileu de Prata (que eu trouxe de Londres para o clube, em 1977), entre outros quadros, alguns alusivos à Comunidade Britânica das Nações, cópias de cartas geográficas antigas e clássicas, além de mapas das regiões de vinhos, cervejas, queijos e gastronomia da Europa.

Na primeira semana de novembro de 1968, a rainha Elisabeth II e o príncipe consorte Phillip, Duque de Edimburgo, vindos ao Brasil, visitaram Salvador e o Bahia British Club, onde foram recepcionados condignamente pelo governo do estado e os associados do clube, e participaram de um culto religioso na Saint George Church, onde aquele nobre leu em voz alta uma passagem do Evangelho.

Pouco tempo depois, um grupo de uma dúzia de amigos, composto, na maioria, de profissionais liberais, professores universitários e funcionários do Poder Judiciário, que, fazia muitos anos, se reuniam semanalmente, aos sábados, primeiro na Rua Professor França, numa casa da íngreme transversal do então conhecido Coqueiro da Piedade, depois numa casa simples onde eram servidas refeições na enladeirada Rua das Verônicas, próximo da Igreja de São Francisco, e, finalmente, no restaurante do Edifício do Clube dos Arquitetos, na Ladeira da Praça, no Centro Histórico de Salvador, foram admitidos como sócios do que sempre denominaram Clube Inglês, e estabeleceram ali os seus almoços sabatinos; desde então, candidataram-se aos cargos diretivos, assumiram a administração e cuidaram de resolver a séria crise financeira na qual entrara o Bahia British Club.

Curiosamente, cinco anos depois, foi ali, no Clube Inglês, e não no Clube Português da Bahia ou no Clube Baiano de Tênis ou em outra associação recreativa soteropolitana ou do interior do estado, que se realizou, com grande repercussão na sociedade e na imprensa, o primeiro Concurso da Mais Bela Mulata da Bahia, tendo como jurados pessoas do melhor gosto estético, porém nenhuma delas súdita de sua majestade.

Outra vez, durante as comemorações do aniversário de um sócio no Bahia British Club, justamente no dia 2 de julho, em plena celebração da Independência na Bahia, quando no Campo Grande se digladiavam duas filarmônicas rivais e aparentemente irreconciliáveis de cidades da margem do Paraguaçu, os amigos do homenageado, através de convites irrecusáveis, levaram as duas bandas sinfônicas para o jardim do clube e, depois de muitas libações e entendimentos, fizeram com que seus maestros se confraternizassem e cada um regeu a orquestra do outro, obtendo-se um efeito musical caprichado, porque cada uma queria ser melhor que a sua concorrente.

Também aconteceu que, no meio de uma disputa entre os times de futebol do Brasil e da Inglaterra, em jogo da Copa do Mundo, quando o placar estava empatado, o elevado ruído dos torcedores brasileiros nas varandas chamou a atenção de exaltados torcedores nacionais que se encontravam na rua e interpretaram ser aquela uma manifestação de

ingleses; então, tentaram invadir a sede do Bahia British Club, sendo detidos pelo coro emocionado do Hino Nacional Brasileiro cantado pelos sócios, todos nativos de nosso País, e houve, conjuntamente as duas torcidas patrióticas, uma grande confraternização.

Porém a crise de recursos da instituição, agravada na década de 1970, obrigou a que fosse negociada a sede térrea do Bahia British Club, quando, coincidentemente, também o foi o prédio da Saint George Church, e, no seu antigo terreno do Campo Grande, uma empresa construtora ergueu os andares do edifício residencial British Mansion, que durante muitos anos ainda conservou no jardim a grande mangueira com as argolas que pertencera ao clube, hoje não mais existente.

Naquela ocasião, a Assembleia Legislativa já havia mudado de endereço, primeiro para a Praça da Sé e depois para o Centro Administrativo da Bahia, e no lugar do seu antigo palácio foi construído um edifício residencial com o seu nome. A Saint George Church transferira-se para a Rua Ceará, no bairro da Pituba, e abriu outro templo no bairro do Bonfim.

Logo depois do seu centenário, desde 1975, o Bahia British Club encontra-se em sua nova sede, edifício de três andares, atualmente reformado, com dois terraços superpostos, construídos no fim da década de 1980, debruçados sobre a Baía de Todos os Santos, e garagem subterrânea, na Rua Banco dos Ingleses, número 20, ainda no mesmo bairro em que foi fundado, o Campo Grande.

Os seus associados – atualmente cerca de oitenta e não há mais estrangeiros – além dos encontros diários na sede, onde, num ambiente de intelectuais em território de livre e desinibida expressão do pensamento, se fraternizam, tomam “drinks”, jogam dominó, tocam piano e jantam, continuam mantendo a tradição dos almoços semanais, mais as festas de aniversários, um ágape de fim de ano e, hoje moderadamente, as festas do carnaval, embora não mais façam ali o “réveillon” nem comemorem o aniversário da rainha da Inglaterra. Também arriscam, juntos, um jogo lotérico – bolão interno –, geralmente de baixo custo, em cada rodada da Mega Sena, e por duas vezes receberam altos prêmios acumulados, além de outros menores.

Depois disso, faz dez anos, os sócios tiveram de, inocentes, pagar

um desagradável tributo, quando sofreram a agressão de ver as paredes externas do seu clube atingidas por sacos de tinta vermelha, atirados por pessoas que protestavam contra a Inglaterra haver-se aliado aos Estados Unidos da América do Norte para a invasão do Iraque. Responderam com uma nota publicada nos jornais, posicionando-se todos contra a guerra.

Como não poderia deixar de acontecer, muitos associados do Bahia British Club têm falecido, alguns com muitos bons serviços prestados à comunidade baiana e à centenária instituição, onde tiveram meio século de convivência, como rezam as placas memorativas na parede da sede, a perda causando grande pesar aos que ali continuam com suas lembranças e rendendo homenagens às suas saudosas memórias.

Unidas com os antigos sócios, as novas gerações de associados vão dando continuidade ao convívio no histórico Bahia British Club, que, conforme a tradição inglesa, não possui espaço esportivo nem sede de campo ou de praia, todavia é, com seus 140 anos de idade, a mais antiga associação de reuniões sociais e recreativas da cidade do Salvador.



# **Brasão de Armas da Universidade Federal da Bahia: a obra de arte, a imagem e o tema representado<sup>1</sup>**

**Paulo Veiga**

Arquiteto, designer gráfico e mestre em artes visuais

## **Resumo:**

O objetivo deste artigo é descrever como o brasão de armas da Universidade federal da Bahia foi desenvolvido pelo beneditino Irmão Paulo Lachenmayer, no ano de 1956.

**Palavras-Chave:** Bahia, UFBA, Brasão, Mosteiro de São Bento

**Coat of Arms of the Federal University of Bahia: the artwork, the image and the represented subject**

## **Abstract**

The purpose of this article is to describe how the coat of arms of the Federal

---

<sup>1</sup> Este artigo é parte da dissertação intitulada “Irmão Paulo Lachenmayer, OSB: um artista alemão no Mosteiro de São Bento da Bahia (1922-1990), defendida na Escola de Belas/UFBA em 2012.

University of Bahia was developed by Benedictine Brother Paul Lachenmayer, in 1956.

**Keywords:** Ufba, Coat of Arms, Mosteiro de São Bento, Bahia

O brasão de armas da Universidade Federal da Bahia, concebido pelo artista beneditino Irmão Paulo Lachenmayer, no ano de 1956, se notabiliza por ostentar, certamente, a distinção de identidade visual institucional baiana de maior personalidade, detentora de valores de excelência e virtuosismo, e sempre associada ao saber, à cultura, à pesquisa e ao fomento de novas inteligências.

Neste artigo, pretende-se enfrentar a problemática da visualidade do brasão da UFBA, a partir do pressuposto de que, a esta representação bidimensional é dada um valor artístico de *Magnum Opus* do seu criador. Ou seja, a grande referência da heráldica de Irmão Paulo Lachenmayer. Não apenas pelas qualidades embutidas na linha estilizada que percorre toda a extensão do escudo para desenhar um par de ramos de oliveira espelhados diagonalmente, mas, sobretudo, pela importância desta imagem como documento histórico da sociedade baiana a partir da segunda metade do século XX. González explica:

As imagens formam e tem formados sempre uma parte muito importante de nossa cultura, do nosso acervo comum, da nossa imaginação. Sua influência abarca muitas épocas: são produtos do tempo que as criou, mas também tem sido desfrutadas e recriadas pela sua posteridade (GONZÁLEZ, 2008, p. 10-11).

Já incorporada à memória visual e cultural dos baianos, o brasão da UFBA traz em si, aspectos que o tornam uma valiosa fonte iconográfica com conteúdo de uma obra de arte. Essa legitimidade artística é conquistada, de forma justa, pela linguagem gráfica adotada – a heráldica –, pela técnica e estilo do artista, pela escolha do tema e, em última instância, pelo documento cultural que este brasão representa.

As armas da Universidade Federal da Bahia, quando abordada como símbolo gráfico identificador de uma instituição, possui uma das

intrínsecas características das artes gráficas que é a reprodutibilidade das suas imagens. Sob esta ótica, ao se investigar essa representação, nos damos conta da inacessibilidade ao documento primitivo, o original do brasão, que Walter Benjamin (1995) define com *o aqui e agora da obra de arte* e no qual se baseia seu discurso sobre a autenticidade desta obra diante do fenômeno da reprodutibilidade técnica.

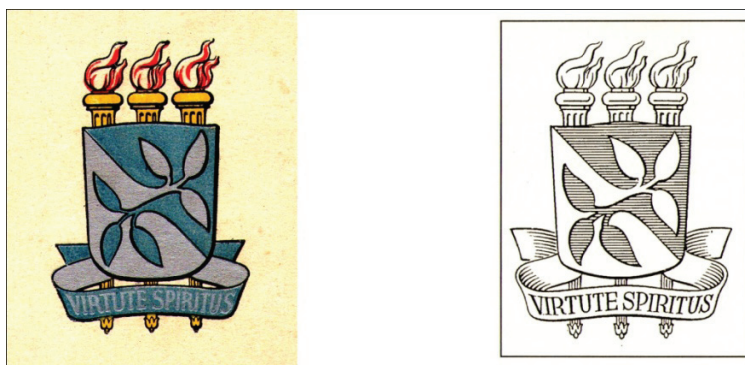
Ilustrando essa peculiaridade das artes gráficas, muitos dos rascunhos deixados por Lachenmayer sinalizam a preocupação do artista com a reprodução das suas criações, que demandava labor e perícia do artífice. Irmão Paulo tinha por hábito, como já foi mencionado, a produção de dois brasões para cada solicitação. Um em cor, que podia variar de técnica, e outro preto e branco. Isto é, em nanquim sobre papel.

A técnica de hachuras, utilizada também em selos, gravuras e moedas, conhecida como *Petra Sancta* em homenagem ao seu criador, o jesuíta Silvester Petra Sancta (Itália – 1590/1647), é uma prática que serviu, principalmente, para permitir, em situações onde o suporte não podia receber pigmento (pedra, madeira e metal, por exemplo), a representação e reprodução da cor. Nesse método as cores eram representadas por diferentes padrões de hachuras. Langhans (1961) complementa:

Esta maneira de representar metais e cores é um mero instrumento auxiliar, destinado sobretudo à imprensa, e como tal deve ser considerado. Da essência do brasão são os metais e as cores apresentados segundo a sua natureza e não segundo o convencional. Mas o convencional é útil para o estudo e divulgação das armas, não devendo considerar-se, todavia, como forçado de embelezar gravuras e pedras de armas (Langhans, 1961, p. 64).

Esta atenção inicial dada à representação simbólica da cor na heráldica é justificada neste estudo pela decisão tomada em relação à escolha do brasão da UFBA adotado na presente análise. Dentre as inúmeras reproduções já realizadas deste emblema, escolhemos para ilustrar este estudo, além de uma versão em cor, uma outra em preto e branco. Entende-se que explorar, sempre que possível, a gramática

heráldica através dos seus códigos e significações é um procedimento que pode aproximar a ciência heróica de um público maior, sobretudo por revelar o comprometimento desta ciência em apresentar iluminuras com elevado senso estético. Ademais, este tipo de representação monocromática facilita, pelo seu aspecto formal, uma aproximação e um diálogo com as ‘ciências das imagens’ surgidas na Europa entre os séculos XVI e XVIII e que tem a *Iconologia*, de Cesare Ripa, como referência maior. Eis as representações escolhidas:



Brasão da UFBA em cor e em P&B.

O primeiro brasão, longe de apresentar as qualidades do original, se esforça para representar corretamente a cor azul e a prata do escudo. Sob esse ponto de vista, o original faz falta e sua existência certamente revelaria valiosas informações como a fatura e as intenções do artista, bem como a técnica e os materiais utilizados.

Santaella (2002), sob um viés semiótico comenta o problema da perda qualitativa da reprodução em relação ao original:

Importantíssimo neste momento é nos darmos conta de que não estamos, de fato, diante de um quadro, mas de uma reprodução de um quadro. Essa realidade existencial do que se apresenta diante de nós. Esse aspecto é muito importante para quem estuda arte, porque um sin-signo quadro apresenta quali-signos que são diferentes dos quali-signos de um sin-signo reprodu-

ção. Quando o suporte se modifica, mesmo em se tratando de uma reprodução, os quali-signos necessariamente também se modificam (SANTAELLA, 2002, p. 89).

O brasão em cor foi retirado da capa do livro *Raízes Históricas da Universidade da Bahia*, da autoria de Alberto Silva, publicado em 1956, mesmo ano da criação do brasão. Essa obra foi o primeiro volume das *Publicações da Universidade da Bahia*. O segundo brasão, monocromático, que leva o código pictórico das hachuras, foi encontrado em artigo intitulado *Pela Força da Mente: o brasão de armas da Universidade Federal da Bahia* do livro *UFBA: Trajetória de uma Universidade – 1946-1956*, do Professor Edivaldo Boaventura.

Uma vez definidas as imagens para o estudo, avançaremos para a análise das questões formais que envolvem os brasões, denominada por Panofsky (1995) como o *mundo dos motivos artísticos*. A linguagem visual adotada na insígnia da UFBA segue os preceitos heráldicos onde o selo distintivo é composto por um escudo acompanhado de elementos figurativos internos e externos que se complementam no objetivo de efetivar mensagens de identidade e/ou posse.

Como raras exceções, como o brasão do Museu de Arte Sacra da UFBA feito em óleo sobre canvas, a maior parte do armorial montado por Irmão Paulo tinha como suporte papel de espessa gramatura. Para o presente estudo, a dimensão do brasão vai adquirir valores intangíveis, em fase do seu caráter reprodutivo.

Dentre os inúmeros formatos de escudos surgidos ao longo da história dos brasões, a forma do escudo que mais se aproxima do adotado nas armas da UFBA é o formato português, também conhecido como peninsular. Se pudéssemos definir esse brasão através de figuras geométricas, seria um quadrado tendo no seu lado inferior, um semicírculo anexado.

Fugindo ao rigor das leis heráldicas, Irmão Paulo apresenta algumas inovações no brasão da UFBA. O lado horizontal superior, por exemplo, possui suave ondulação e seus lados verticais apresentam uma ligeira inclinação, informações inexistente na matriz portuguesa. Observa-se também na curvatura inferior do escudo uma variada dimensão radial.

O brasão é composto, além do escudo, por três tochas acesas por detrás desta arma defensiva e por uma faixa logo abaixo, conhecida tecnicamente como divisa ou listel. Esta composição possui uma acentuada predominância vertical provocada pelas tochas arrumadas paralelamente no sentido longitudinal.

A linha predomina em ambas as representações, definindo o contorno das imagens e todas as informações que compõem a ilustração. Wölfflin (2000) denomina essa expressão formal de *representação linear* e explica:

O estilo linear é um estilo da discriminação visualizada plasticamente. O contorno nítido e firme dos corpos suscita no espectador uma sensação de segurança tão forte, que ele acredita poder trocá-los com os dedos, todas as sombras modeladoras adaptam-se de tal modo à forma, que o sentido do tato é imediatamente estimulado (Wölfflin, 1996, p. 28).

A cor é tratada, por representações distintas, em cada brasão. No primeiro, a cor se apresenta em seu aspecto real tal como a retina humana percebe os *comprimentos de ondas* do espectro cromático. O escudo e a divisa são preenchidos integralmente pela prata e o pelo azul. As três tochas estão representadas pela cor amarela com forte intervenção do preto (ausência de cor) na definição das formas. O vermelho de fogo das tochas aparece parcialmente nas três labaredas, procurando simular os tons e os movimentos das chamas. Não podemos deixar de lembrar também a cor ocre ao fundo da ilustração que realça o aspecto compositivo da obra.

No segundo brasão, em preto e branco, a cor é codificada nas linhas horizontais sinalizando a cor azul, e na ausência de elementos gráficos representando a prata. Revendo este brasão, percebemos que esse código só foi, neste caso, válido para o interior do escudo, pois os elementos externos não são agraciados com sinais pictóricos.

Avançando para uma etapa seguinte, procurando decifrar a linguagem figurativa das armas da Universidade Federal da Bahia, deixare-

mos o *mundo das formas puras* para adentrar no significado dos temas representados. Para tanto, devemos lembrar as palavras de González (1998) quando sinaliza que “[...] toda obra de arte é forma e conteúdo, significado e significante; elementos estes que não podem, de modo algum, ser separados sem desvirtuá-los”. Nesta direção, retornamos às convenções formais da heráldica, de forma particular, às convenções da heráldica universitária com sua simbologia e sua semântica. Vale observar, para melhor entender a estética heráldica, que esta prática foi desenvolvida nos séculos medievais, conforme os padrões artísticos daquele período que produziu uma arte compartimentada e com ênfase na hierarquização.

Segundo Neubecker (1998), a palavra universidade é uma forma abreviada de *Literarum Universitas* e significa a universalidade da ciência. Uma vez institucionalizado esse conceito, a universidade passou a demandar um selo de distinção que devesse traduzir condignamente a grandeza desse empreendimento.

Entre os institutos e corpos coletivos de interesse público com plena autonomia há, como é sabido, o gosto antigo da exibição espetacular da sua importância. Nestas exibições as cores e as figuras representativas e simbólicas desempenham uma larga função publicitária que vai desde a bandeira – seu instrumento por excelência – até à discreta chancela do documento materializada no “selo branco” ou no modesto carimbo (Langhans, 1961, p. 363).

A tradição em adotar brasões para representar universidades remete aos primeiros centros acadêmicos surgidos no mundo ocidental. A heráldica e as primeiras universidades nasceram na Europa medieval e adotaram semelhantes sistemas de valores. Esses centros de referência e de cultura encontraram na ciência heróica uma convenção formal que continha em seu cerne valores que representavam apropriadamente a excelência, a disciplina e a exclusividade.

A origem e o caráter orgânico das Universidades europeias, caráter que transmitiu às Universidades de outros continentes – a sua insti-

tuição eminentemente corporativa – sugerem uma simbologia de estrita índole heráldica do tipo da adoptada pelas Universidades inglesas e norte-americanas: dentro de um escudo clássico (século XV) um ordenamento de rigoroso estilo heráldico (Langhans, 1966, p. 385).

No Estado da Bahia, a UFBA representa o primeiro centro acadêmico baiano com caráter *Literarum Universitas*, e foi inicialmente nominada Universidade da Bahia. Fundada em 1946, sendo seu primeiro reitor o Professor Edgar Santos, a implantação da Universidade Federal da Bahia veio preencher uma lacuna e uma solicitação da sociedade baiana.

Sobre a gênese das armas da UFBA, o professor Cláudio Veiga apresenta, em artigo intitulado *Na Antiga Faculdade de Filosofia*, publicado no jornal A Tarde em 17/12/1996, um depoimento que enriquece a história dessa iluminura heráldica. Segundo Veiga, o brasão com o par de ramos de oliveira não foi desenhada, inicialmente, para a Universidade da Bahia.

O ensino das Letras em nível universitário, surgido no Brasil na década de 1930, se instalou na Bahia na década seguinte. O curso de Letras foi um dos três ramos da instituição criada por Isaías Alves – a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

O heraldista Irmão Paulo Lachenmayer, procurado pelo fundador, ao desenhar o escudo da nova escola, nele dispôs, em duas partes iguais, três folhas para representar a tríplice divisão da faculdade: *Filosofia, Ciências e Letras*. O lema escolhido foi *Virtute spiritus* (Com a força do espírito). Embora o Irmão Paulo julgasse que o desenho era uma de suas mais felizes criações, a pedido do fundador foi levado a traçar outro escudo. Menos heráldico, o novo desenho correspondia a um ideário do mestre Isaías, trazido do Ginásio Ipiranga. No segundo brasão, promissores rebentos

desabrocham num velho tronco. Um dístico interpreta a figura: *Brasilidum sobolem traditione paro* (Formo, com a tradição, a linhagem brasileira). O escudo rejeitado, sofregamente acolhido pelo reitor Edgard Santos, seria promovido a emblema da Universidade Federal da Bahia (Veiga, 1996).



Brasão adotado por Isaías Alves para representar a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

O brasão de armas da Universidade Federal da Bahia leva, ocupando toda a extensão do seu escudo, um par de ramos de oliveiras. Esta composição, aparentemente simples, é sofisticada e está regida por precisas leis heráldicas.

Na primeira descrição do brasão da UFBA, datada do ano da sua criação, Irmão Paulo Lachenmayer definiu:

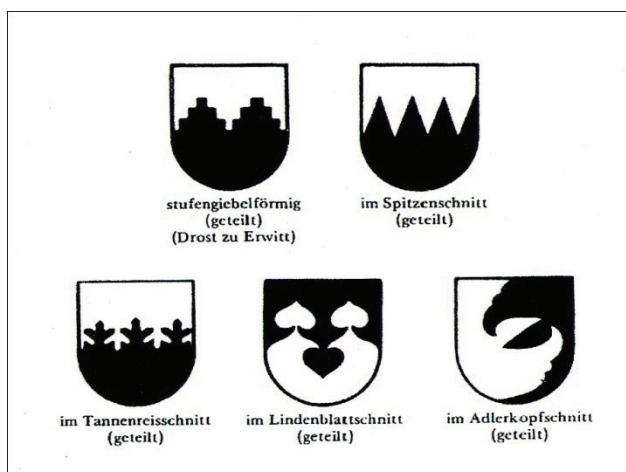
**Escudo:** de azul fendido de prata em corte de dois ramos de oliveira.

**Timbre:** três tochas de ouro em pala, acessas ao natural.

**Comentários:** os antigos gregos e romanos agradeciam à sabedoria de Minerva a descoberta do óleo de oliveira, com o qual

ungiam o corpo preparando-o para luta. O cristianismo assumiu este óleo como símbolo da força do espírito divino, a qual penetra os ungidos e os fortalece para as lutas espirituais. O ramo de oliveira é ainda símbolo da paz que vem da força do espírito. É ainda este ramo símbolo baiano que figura no escudo da Cidade do Salvador, conclui o heraldista.

Deparamo-nos, desta maneira, com a fortuna simbólica existente na imagem em análise, definida a partir da despretenciosa e estilizada linha, que, na heráldica, contrói figuras ‘entrecambadas’. São figuras que se interpenetram mutualmente e que produzem efetivos efeitos estéticos. Em inglês o verbo é *counterchanged* que significa contracambiar ou intercambiar. Seguem, abaixo, alguns exemplos desse tipo representação retirados do livro *Handbuch der Heraldik* de A. M. Hildebrandt (1981, Neustadt an der Aisch).



Exemplos de brasões entrecambados.

Nas composições entrecambadas, manda a regra que uma peça receba um metal e outra uma cor. Essa preocupação não é gratuita. Langhans (1961) comenta:

O escudo brasonado tem sua ‘alma’ e esta revela-se através das cores e dos metais heráldicos que representam e significam altos valores, sugeridos pelo comportamento do nosso espírito ao receber a projecção das várias tonalidades na maior ou menor medida de luz (Langhans, 1961, p. 67).

Por esta razão, o azul e a prata parecem estar bem aplicados no brasão de armas da Universidade Federal da Bahia por defenderem, assertivamente, os valores da nova universidade. Langhans (1961), mais uma vez, oferece ilustrativa explicação:

Ora, nestes largos espaços, respira-se e, com ela, o ar que sorve livremente no ritmo da vida. O ar é o céu, o firmamento, e este é *azul*, com que simboliza. Pela sua pureza, esta cor significa *zelo* que é rectidão afincada num dever, significa *lealdade* que é zelo para com uma pessoa e simboliza a *caridade* porque o azul dá uma sensação de bem-estar espiritual, através da serenidade dos seus tons, que lembra o bem-estar interior nascido da prática de um bom acto (LANGHANS, 1961, p. 66).

A prata (*argent*), metal nobre utilizado no brasão da UFBA está associado à valores de integridade, obediência, firmeza e eloquência, conforme a maioria dos manuais heráldicos.

A despeito da estilização dos ramos de oliveiras definida a partir de uma formação entrecambada, podemos considerar essa decisão como parte inerente ao processo criativo de Lachenmayer, que teve sua obra marcada pela capacidade de simplificação e pelo poder de síntese. Essas características podem ser interpretadas também como consequência da convivência do jovem artista com o ideário funcionalista que dominou parte do pensamento artístico e intelectual alemão no início do século XX. Apesar de vistosos, como devem ser, os brasões desenhados por Irmão Paulo apresentam marcas de austeridade. Em adição, a estilização faz parte das exigências das leis heráldicas. A regra diz:

Nenhum elemento animado ou inanimado, natural ou artificial, pode ser considerado como heráldico sem transformar artisticamente, por meio da estilização, as suas formas naturais (Citação sem referência, Langhans, 1961, p. 31).

Ainda sobre o tipo de composição intercambiada, é possível fazer associações desta representação formal à simbologia dos opostos ou do dualismo, comum em muitas culturas e crenças, e que tem no símbolo tauísta de Yin-Yang, seu representante mais conhecido. Apesar de, no brasão da UFBA, nada apontar diretamente para alguma informação que trate da polarização como *unidade essencial* através da conciliação das forças opostas, essa aproximação da heráldica com a simbologia de culturas não europeias revela, não só o possível intercâmbio entre estes ambientes sociais, mas também uma possível mentalidade simbólica coletiva dos povos.

O ramo de oliveira, tema escolhido por Irmão Paulo para ilustrar o brasão de armas da pioneira universidade baiana, demonstra a perspicácia do artista. Em exercício de síntese inteligente, ele soube reunir dois significativos argumentos para a escolha de sua representação. O primeiro argumento, encontrado na literatura especializada, está relacionado a hábitos antigos de universidades que se inspiravam nos símbolos das suas cidades para compor seus brasões. Neubecker (1988) exemplifica: “[...] Em seu armorial publicado em 1576, Martin Schrot aumentou consideravelmente o número de brasões de universidades. Estes geralmente têm por base as armas do estado ou da cidade”. (Neubecker, 1988, p. 241). Por esse caminho, podemos concluir que o monge artista foi buscar no ramo de oliveira preso no bico da pomba disposta nas armas da Cidade do Salvador, uma inspiração para a concepção do brasão de armas da Universidade Federal da Bahia. O brasão de armas da Cidade do Salvador já foi apresentado na página 80 (figura 60).

A tendência do ser humano, de criar símbolos de identidade, coletiva ou não, fez surgir ao redor do mundo desde os mais remotos períodos, distintas formas de representação que tinham em comum, símbolos gerados a partir das suas crenças e referências, como é o caso,

por exemplo, das formas totêmicas. H. F. Ullmann (2001) explica:

As figuras representadas no tótem refletem as história e as crenças da tribo concentradas sob a forma de um emblema ao nível da simbologia tribal. Os próprios países poderão estar representados por símbolos totêmicos sob a forma de um emblemas nacionais, por exemplo, a folha de bordo do Canadá, a rosa da Inglaterra ou o galo francês (Ullmann, 2001).

Henry Schoolcraft (1793/1864), geógrafo nascido nos Estados Unidos e estudioso das tribos indígenas do seu país complementa:

O totem é na verdade um desenho que corresponde aos emblemas heráldicos das nações civilizadas e que cada pessoa é autorizada a portar como prova da identidade da família à qual pertence. É o que demonstra a etimologia verdadeira da palavra, derivada de 'dodaim', que significa aldeia ou residência de um grupo familiar.

A segunda inspiração de Lachenmayer para a definição do tema do brasão da UFBA remete à mitologia romana que associava os ramos de oliveira à Minerva, deusa da sabedoria. O verbete do Dicionário de Símbolos na Arte de Sarah Carr-Gomm descreve:

Na mitologia, a oliveira era consagrada a Minerva (Atena na Mitologia grega) e, tanto no mundo clássico como no cristão, era um símbolo de paz. Depois do Dilúvio do Antigo Testamento, Noé mandou uma pomba para ver se as águas haviam baixado. O pássaro voltou com um ramo de oliveira no bico para significar que encontrara terra seca e que Deus havia feito as pazes com os homens (Carr-Gomm, 1995, p. 169).

Prevalecendo mais uma vez o espírito criativo de Irmão Paulo Lachenmayer, o fogo tocheiro do brasão da Universidade Federal da

Bahia, alusivo ao saber será alimentado pelo óleo das oliveiras fendidas de azul e prata.

Tal como seus ramos, também a árvore de oliveira é um sinal universal de paz e simboliza o conhecimento, a purificação, a fertilidade, a longevidade, a abundância e a vitória. Uma vez que a partir das oliveiras se pode produzir azeite para acender as lamparinas, nos tempos greco-romanos, esta árvore foi consagrada a Atena (Minerva), deusa da sabedoria (H. F. Ullmann, 2001, p. 118).

Complementando o brasão da UFBA, a divisa com o seu lema, obrigatoriamente em latim, cumpre um papel de intenção, destinado a esse tipo de composição envolvendo imagem e texto, muito recorrente na Europa a partir do final do século XV, época de grande expressividade heráldica.

Essas divisas tinham a função de expressar um conceito moral. O lema das armas da Universidade Federal da Bahia, – *Virtute Spiritus* – (com a força do espírito), revela com muita clareza e apenas com duas palavras, os valores da nossa universidade. Acertadamente, o livro *Raízes Históricas da Universidade da Bahia*, já citado neste trabalho, traz em sua apresentação um pensamento de Klabbund sobre o *espírito universal*:

Puderam as chamas destruir no incêndio de Alexandria a sua magnífica Biblioteca e com ela a mais nobre herança das antigas literaturas egípcia e grega; os imperadores chineses fizeram desaparecer os escritos arcaicos com o fim de cortar toda ponte que conduzia ao passado; os bispos católicos não tiveram o escrúpulo de queimar, nos Autos da Fé, as produções literárias dos aztecas, dos árabes e dos germanos; desapareceram para sempre a literatura de culturas inteiras, a de Micenas, a de Cartago, a de Etrúria, a da Iberia. Mas essas catástrofes da História apenas conseguiram aniquilar o livro e

não o Espírito que o havia inspirado. O espírito é indestrutível como a própria Vida, porque é o Espírito de Deus que voou como uma pomba sobre as águas do Dilúvio.

No ano de 1991, um ano após a morte de Irmão Paulo, no reitorado do Engenheiro José Rogério Vargens, o brasão da Universidade Federal da Bahia foi redesenhado pelo discípulo do monge beneditino. Na ocasião, o Professor Francisco Soares Senna, como pró-reitor de extensão da UFBA, assinava documento de apresentação datado de abril de 1992:

A Universidade Federal da Bahia, ao celebrar 45 anos de fundação, procurou rever os seus símbolos heráldicos, completando-os na medida em que novas unidades foram sendo criadas ao longo das últimas décadas, sem que a estas lhes fossem atribuídos símbolos. [...].

No ano de 1956, por solicitação do Magnífico Reitor Edgar Rêgo Santos, o Irmão Paulo Lachenmayer O. S. B. criou os símbolos heráldicos da Universidade da Bahia e das unidades então existentes. [...].

No ano de 1991, por solicitação do Magnífico Reitor José Rogério da Costa Vargens, o Sr. Victor Hugo Carneiro Lopes redesenhou os símbolos originais, com suas respectivas interpretações e criou novos brasões para as unidades faltantes [...].

Desta forma, completou-se o quadro heráldico da UFBA e inaugurou-se no dia 4 de julho de 1991 o seu brasão de armas, na parede de fundo do Salão Nobre do Palácio da Reitoria, executado em terracota por uma equipe da Escola de Belas Artes, coordenada pela professora Norma Couto Athaide.

A descrição da segunda versão do brasão da UFBA traz:

**Escudo:** de azul fendido de prata em corte de dois ramos de oliveira com três folhas simétricas e entrecambadas.

**Insígnias:** três tochas de ouro, dispostas em pala acessas ao natural.

**Lema:** “Virtute Spiritus” (pela força da Mente), de prata sobre listel azul.

**Comentário:** Alegoria específica, foram assumidos, entrecambados de azul e prata, dois ramos de três folhas de oliveira, atributo de Minerva, emblema abrangente, de paz e de vitória. Árvore da civilização, pelo esclarecimento traduzido na essência antes alimentadora da luz tocheira – alusiva ao saber que, agregada a motivos dos matizes dos campos do escudo, representativos, respectivamente, dentre outros predicados, de firmeza e idoneidade, definem importantes valores da vida universitária, consumada pela força da mente, emanada do símbolo epigrafiado e bem expressa no lema “Virtute Spiritus”.

O brasão de armas da Universidade Federal da Bahia, por todas suas qualidades, representa uma forte referência imagética para a comunidade baiana. Predominou nesta obra, o apurado senso de síntese do artista germano-brasileiro, que soube guardar na linha que dança no escudo da UFBA, valores simbólicos e sintomas históricos envolvidos no ambiente social em que foi concebido.

## Referências

BOAVENTURA, Edivaldo Machado (Org.). **UFBA: Trajetória de uma universidade**. Salvador: EGBA, 1999.

CARR-GOMM, Sarah. **Dicionário de Símbolos na arte**. São Paulo: EDUSC, 2004.

GONZÁLEZ, Manuel Antonio Castiñeiras. **Introducción al método iconográfico**. Barcelona. Editora Ariel, 2008.

HILDEBRANDT, A. M. **Wapenfibel - Handbuch der Heraldik** (Tafel XV, 71). Verlag Degener & Co. Neustadt an der Aisch, 1981.

- LANGHANS, F. P. de Almeida. **Heráldica ciência de temas vivos**. Lisboa: Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho, 1966.
- NEUBECKER, Otto. **Le Grand Livre de L'héraldique**. Bruxelles: Bordas, 1988.
- PANOFSKY, Erwin. **Estudos iconográficos – temas humanísticos na arte do renascimento**. Lisboa. Editora Estampa, 1995.
- VEIGA, Cláudio. Na Antiga Faculdade de Filosofia. In: **A Tarde**. Salvador, 1996.
- SANTAELLA, Lúcia. **Semiótica aplicada**. São Paulo: Cengage Learning, 2002.
- ULLMANN, H. F. **Sinais e símbolos – origem, história e significado**. Escócia. Ullmann, 2001.
- WÖLFFLIN, Heinrich. **Conceitos fundamentais da história da arte**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.



# **A paixão da Bahia pelo bacalhau salgado inglês: dos mares de Terra Nova às lojas portuguesas da Cidade Baixa de Salvador, 1822-1914<sup>1</sup>**

**Marc W. Herold**

College of Business and Economics, Departamento  
de Economia da Universidade de New Hampshire.

## **Resumo**

O comércio de bacalhau entre os Grand Banks de Terra Nova e o Brasil foi um fenômeno notável do século XIX, um caso clássico de comércio colonial de mercadorias (embora a pesca realizada por navios de Lisboa na costa de Terra Nova remonte ao final do século XIV). A região de Cape Cod a Labrador foi o centro de uma das primeiras indústrias agro-alimentares do Novo Mundo: a produção de bacalhau salgado seco. Este (junto com o arenque salgado da região do Báltico) foi um dos primeiros alimentos transformado em “durável” por meio de técnicas de preserva-

---

<sup>1</sup> Tradução de Mariângela de Mattos Nogueira.

ção simples no local de produção (THOMPSON; COWAN, 1995). O bacalhau da região de Terra Nova ligava os pescadores pobres que usavam linhas e isca aos escravos africanos que labutavam nas plantações de açúcar do Recôncavo baiano e aos imigrantes portugueses na Bahia no início do século XIX. A ênfase aqui é na quantidade e não em dados de preços (de todo modo, a procura de bacalhau salgado é inelástica, então proporciona mudanças que levam a oscilações acentuadas nos preços). Ao longo de um século (1819-1919) as exportações de bacalhau salgado seco de Terra Nova para o Brasil subiu de 13.067 para 310.036 quintais. O consumo anual de bacalhau seco, per capita, no Brasil aumentou de 0,4 libras em 1819 para 2,8 libras em 1872, 2,0 libras na década de 1890 e 1,94 libras por ano entre 1911 e 1914. O fornecimento ou cadeia de commodities tiveram elementos significativos de poder de mercado.

**Palavras-chave:** Bahia, Brasil, Bacalhau salgado inglês, comércio de bacalhau

#### **Bahia's Passion for British Salted-Cod: From the Seas of Newfoundland to the Portuguese Shops of Salvador's Cidade Baixa, 1822-1914**

##### **Abstract**

*The Newfoundland Banks-Brazil trade in salted cod was a remarkable nineteenth-century phenomenon, a classic case of colonial staple commodity trade (though fishing carried out by ships from Lisbon off the coast of Newfoundland dates back to the end of the fourteenth century). The region from Cape Cod to Labrador was the center of one of the New World's first agro-food industries: the production of dried salted cod. Salted and dried cod (along with salted herring from the Baltic region) was among the first foods made "durable" by simple preservation techniques at the site of production (THOMPSON; COWAN, 1995). Cod fish from the Newfoundland region linked the poor fisherman using bait-lines with the African slaves toiling on the sugar plantations of the Brazilian Recôncavo and with Portuguese immigrants in Bahia during the early nineteenth century. The emphasis here is upon quantity not price data (any ways, the demand for salted cod is price inelastic, so supply changes lead to sharp price swings). Over a century (1819-1919) dried salted exports from Newfoundland to Brazil rose from 13,067 quintals to 310,036 quintals. Annual per capita dried cod*

*consumption in Brazil rose from 0.4 pounds in 1819, to 2.8 pounds per capita in 1872, 2.0 pounds per capita in the 1890's and 1,94 pounds per capita annually during 1911-1914. The supply or commodity chain had significant elements of market power.*

**Keywords:** Bahia, Brazil, English salted cod, cod trade

Os portugueses trouxeram consigo para o Brasil uma obsessão pelo bacalhau, que seus vigorosos pescadores traziam para Portugal dos Grand Banks de Terra Nova. Desde então, o bacalhau foi sempre a imagem do peixe para a maioria dos brasileiros, e é uma das principais importações do país. O pirarucu gigante da Amazônia é salgado e vendido localmente, mas onde quer que a influência portuguesa sobre as cozinhas do Brasil tenha sobrevivido, bacalhau é o peixe [...] . Na costa do país, trabalhadores agrícolas, antes de sair para o campo, pela manhã, costumam colocar um pedaço de bacalhau em sua algibeira para mastigar ao meio-dia. William Lyle Schurz, *Brazil: The Infinite Country* (Nova York: E. P. Dutton, 1961, p. 123).

## A fonte de abastecimento

Sally Cole resumiu assim a história mais antiga dos portugueses nos Grand Banks:

A abundância de bacalhau nos Grand Banks parece ter sido conhecida dos portugueses por volta de 1472 e mapas do período identificam Terra Nova como “Terra do Bacalhau”. A descoberta portuguesa do bacalhau dos Grandes Bancos ocorreu como parte de sua busca por uma rota marítima para a Ásia, e o conhecimento português de Terra Nova antecedeu, em vários anos, a chamada descoberta de John Cabot do território para o rei Henrique VII da Inglaterra, em 1497. Entre 1510 e 1525 os portugueses tentaram fundar uma colônia na costa atlântica do Canadá, cuja localização exata não foi determinada, mas é cogitado que tenha sido ou na Baía Funda ou

em Cape Breton Island. De qualquer modo, ela teve de curta duração (COLE, 1990, p. 1-29).

O bacalhau seco desempenhou um papel semelhante ao do açúcar na cadeia internacional de comércio. Bacalhau barato alimentava os escravos que cultivavam a cana e produziam o açúcar, que por sua vez energizava os trabalhadores da Revolução Industrial que labutavam nas máquinas que produziam as mercadorias do império. As máquinas nas fábricas e seus produtos forneciam a base material do Império. Açúcar e bacalhau foram importantes nas culturas da Grã-Bretanha, de Terra Nova, das Índias Ocidentais, da África Ocidental e do Brasil. A demanda (gosto) e o preço (baixo) fariam do bacalhau salgado o principal produto nas Antilhas e no Brasil, apesar de haver, localmente, amplo abastecimento de peixe fresco.<sup>2</sup>

A mercadoria tornou-se uma parte importante das dietas urbana e rural de ambos os lados do Atlântico. Já no século XVI, os pescadores que migravam para a pesca de verão na região de Terra Nova vinham de Portugal, da região basca da Espanha, da França e da Inglaterra. Assim, os pesqueiros do Atlântico Norte de Terra Nova, Nova Escócia e Nova Inglaterra tornaram-se uma fonte de fornecimento para as prósperas economias de *plantation* do Atlântico Ocidental ao longo dos séculos XVII e XIX: o sul dos Estados Unidos e as Índias Ocidentais. Por volta de 1790, as aristocracias do bacalhau de Gloucester e Boston enviavam 600 navios por ano para o Caribe (Panama and El Valle de Anton Information). A documentação mostra que em 1653 o Brasil importou 607 toneladas (ou 11.921 quintais de bacalhau salgado), 42% dessas, através do porto de Salvador (ALENCASTRO, 2000, p. 363).

O bacalhau salgado barato tornou-se uma fonte vital de proteína nas dietas dos pobres nessas periferias, bem como ao longo das costas atlântica e mediterrânea da Europa, onde era uma das fontes mais baratas

<sup>2</sup> A importação de bacalhau salgado em Cuba foi explicada pelo preço e pelas preferências alimentares (como no Brasil). Por volta de 1846, a quantidade importada alcançou 6.413 toneladas (ou 125.970 quintais). Escravos cubanos eram alimentados com peixe salgado barato e charque importados. O bacalhau era capturado por pescadores espanhóis nos Grand Banks. Essa preferência por peixes importados, em vez de espécies marinhas locais, persistiu até o século XX (ver BAISRE).

de proteína. O bacalhau de qualidade inferior era enviado para as Índias Ocidentais, enquanto o de qualidade superior ia para o sul da Europa, onde era uma alternativa acessível de proteína para pessoas de posses modestas. Foi também amplamente servido em instituições católicas, como mosteiros. O bacalhau salgado de Nova Escócia, com qualidade inferior, ia principalmente para o Caribe (exceto Arichat) enquanto o de Terra Nova era exportado para a Europa e Brasil.

A necessidade de sal era enorme e, em decorrência, uma história respeitável de preservação do peixe se desenrolou (CORTE, 1995). O sal foi obtido pela primeira vez na França (em sua costa ocidental, por exemplo, em La Rochelle), Inglaterra (Tyne) e Portugal, e, em seguida, no século 17, o sal do Caribe tornou-se a principal carga de navios ao norte do Caribe, juntamente com melão e rum (STEELE, 1986, p. 81).<sup>3</sup> Dois quilos de sal eram necessários para secar um quilo de bacalhau.

O Brasil se tornou um mercado importante no início do século XIX:

Os embarques só começaram em 1808, quando o Brasil ainda era uma colônia portuguesa. Por cerca de dez anos as vendas foram baixas. Mas as exportações aumentaram substancialmente após 1819, amparadas, pela primeira vez, por tarifa preferencial de Portugal, e depois de 1825 por um acordo tarifário semelhante com o recém-independente Brasil. Durante o período de 1824-1833 as remessas variavam entre 32.000 e 85.000 quintais. O acordo tarifário preferencial expirou em 1844, mas o Brasil continuou a ser um mercado vital para as exportações de Terra Nova. Concorrentes como a Noruega e os Estados Unidos foram incapazes ou relutantes em abastecer o mercado brasileiro, e Terra Nova foi capaz de produzir o tipo pequeno e muito seco que os brasileiros preferiam (SOCIETY, ECONOMY AND CULTURE).

<sup>3</sup> O surgimento de duas novas tecnologias — refrigeração e conservação — levaria à quase extinção dos alimentos salgados.



**Figura 1** Vista dos navios no porto de Salvador, por volta de 1912 (Fonte: Cartão de Edição de Miscelânea, n. 8 (1912) da coleção particular de cartão postal Ewald Hackler, Salvador).

Depois de 1808 a exportação de bacalhau foi levada a cabo principalmente pelos comerciantes ingleses de Terra Nova e Jersey e Gaspé, baseados de início em Poole e Jersey Island, mas até o final do século os comerciantes locais de Terra Nova e Nova Escócia ganharam importância (BARRY, 1968, p. 275-283). O transporte do bacalhau salgado era feito em navios à vela, mesmo depois que o vapor se tornou o meio preferido. A pesca do bacalhau na costa do Pacífico também envolvia navios à vela (SHIELDS, 2001, p. 38). Para certas mercadorias – como nitratos, grãos, madeira, carvão (que eram despachadas para Salvador na virada do século XX em barcos a vela), ópio e bacalhau – a navegação à vela persistiu na era do vapor, já que essas mercadorias eram volumosas, não perecíveis e de baixo valor (GEEK, 2002, p. 1257-1274; STEMMER, 1989, p. 23-59; LUBBOCK, 1932). Uma foto do porto de Salvador (Figura 1) mostra navios à vela ao lado de embarcações a vapor. A última escuna que transportava bacalhau desapareceu dos Grand Banks somente na década de 1950. (CHANTRAINE; ROTH, 1993).

Na pesca do bacalhau os portugueses usavam o lúgar, um navio de três mastros e velas quadrangulares (como na **Figura 2**) (SOARES, 1939, p. 21).



**Figura 2.** Pesca do bacalhau nos Grand Banks de Terra Nova (Fonte: F. Whymper, *Fisheries of the World: an Illustrated and Descriptive Record of the International Fisheries Exhibition 1883* (Londres: Cassell and Co. , 1883, p. 276. Disponível em <<http://digitalcollections.lib.washington.edu/cdm/singleitem/collection/fishimages/id/32941/rec/37>>

Logo após o Canadá ser cedido à Grã-Bretanha em 1763, os empresários da Jersey Island e Guernsey estabeleceram-se em Labrador, Cape Breton, Península Gaspé e New Brunswick (Magocsi, 1999). Três irmãos – Philip, John e Charles Robin – criaram a primeira empresa familiar em 1765, logo seguida por uma estação de pesca permanente em Arichat, Cape Breton.<sup>4</sup> Outros comerciantes de Jersey Island – como De Carteret & Le Vesconte, secundando apenas a empresa Robin como exportador de bacalhau seco – o seguiram e passaram a dominar a economia marítima do Golfo de St. Lawrence, durante os primeiros 80 anos do século XIX, operando em Terra Nova, Cape Breton, Golfo de St. Lawrence, a Península Gaspé, New Brunswick e Labrador. Com a eclosão da Revolução Americana, os comerciantes do Sudoeste da Grã-Bretanha (de Poole, Dartmouth e Waterford, por exemplo) já haviam estabelecido uma pesca extremamente produtiva de bacalhau, estendendo-se mais de

<sup>4</sup> O livro de Rosemary E. Ommer é um estudo de caso do comércio de bacalhau na mão do Charles Robin and Company (CRC) de Jersey e Paspebiac, ver Ommer (1991).

1.000 milhas ao longo da costa de Terra Nova e da costa sul de Labrador (HORNSBY, 2005, p. 28).



**Figura 3.** Secagem de lâminas de bacalhau, ca. 1886. Ao longo do século XIX, pescadores de Terra Nova e Labrador passavam os meses de verão pescando e secando bacalhau. No outono, negociavam o bacalhau salgado com os comerciantes locais para pagar pelos suprimentos que haviam recebido previamente a crédito. Foto de Simeon Parsons. Cortesia da Library and Archives Canada (PA-139025), Ottawa, Ontario. Disponível em <[http://www.heritage.nf.ca/society/pa\\_139025.html](http://www.heritage.nf.ca/society/pa_139025.html)>

A pesca, em geral, acontecia tanto no mar nos Grand Banks com pequenos barcos de uma nave-mãe ou perto da costa com um pequeno barco ancorado. Pescadores em pequenos barcos soltavam longas linhas com iscas. Durante o século XIX, a tecnologia da pesca do bacalhau permaneceu tradicional: mais de três quartos dos pescadores usavam pequenas embarcações em águas costeiras; os restantes tripulavam escunas utilizadas na pesca de alto mar e no comércio costeiro (HORNSBY, 1992, p. 89). Estes navios eram propriedades dos comerciantes e tripulados por mão de obra contratada, mas este tipo de pesca no mar desapareceu depois de 1886. A pesca do bacalhau na Terra Nova era principalmente costeira, isto é, entre uma a três milhas ao largo da costa. Os pequenos barcos eram tripulados por dois a quatro homens e garotos. A pesca em alto mar nos Grand Banks era empreendida por norte-americanos e franceses.

Os comerciantes locais, como Robin ou Le Boutillier, forneciam crédito aos pescadores para a compra dos insumos necessários (equipamentos, isca etc. ) e capital para investimento penhorando o resultado da pesca, e então compravam o peixe, muitas vezes explorando os pescadores em ambas as extremidades do negócio (HILLER, 1990, p. 86-101). Assim, os comerciantes controlavam o preço tanto do peixe quanto dos suprimentos:

Como consequência, os comerciantes ficavam em condições de se apropriar de uma proporção muito elevada do excedente de trabalho, até o ponto em que os pescadores e suas famílias eram obrigados a entregar um pouco do que seria sua própria subsistência (NEIS, 1981, p. 130).

Mas não se deve inferir que os comerciantes, com isso, se apropriavam automaticamente da maior parte da receita gerada. Neis descreveu a contenda entre os comerciantes de exportação, os retalhistas e os pescadores em Terra Nova (NEIS, 1981).



**Figura 4.** Bacalhau salgado em barril, ca. 1905. O bacalhau salgado era acondicionado em barris como este para o transporte até o mercado. Bons barris e caixas de embalagem eram importantes para manter os peixes salgados intactos durante o transporte, e os taneiros de Terra Nova faziam barris que tinham frequentemente grande demanda. Fotógrafo desconhecido, ca. 1905. Job Photograph Collection, Maritime History Archive. Reproduzido com a permissão do Maritime History Archive (PF-315. 139), Memorial University, St. John's, NL

(Fonte: <[http://www.heritage.nf.ca/society/pf315\\_139.html](http://www.heritage.nf.ca/society/pf315_139.html)>)

Os pescados eram levados a terra para serem preparados (retiradas as cabeças e aberto em bandas), secados e embalados. Nesse caso, precisava-se de menos de sal (do que no outro método de pesca com linha e salga dos peixes a bordo da escuna), mas, de mais terras. Os peixes abertos em lâminas eram espalhados na praia ou em estrados de madeira. Com muito cuidado, o bacalhau era virado várias vezes, dia após dia, para a secagem. Eram as mulheres que realizavam esta atividade repetitiva, bem como o preparo do peixe para ser colocado nos barris. Os ingleses, que não produziam seu próprio sal e tinham que comprar de países mais quentes, preferiam o método de secagem em terra.

A embalagem em tonéis ou barris era feita por meio de uma prensa de rosca de ferro acionada por três homens, e os peixes pressionados no tonel no menor espaço possível (INNIS de 1940, p. 359). O bacalhau era enviado para Pernambuco em tambores de madeira, para a Bahia em tonéis e para Rio de Janeiro em barris de madeira, de acordo com as preferências do mercado local (um tambor ou tonel continha um quintal de bacalhau).



**Figura 5.** Cuidando das lâminas do bacalhau, pré-1898. O trabalho das mulheres era vital para a pesca costeira de Terra Nova e Labrador durante o século XIX. Embora os homens construíssem os barcos e fizessem a pesca propriamente dita, as mulheres eram, em grande parte, as responsáveis pelo processamento do pescado para venda aos comerciantes. Fotógrafo desconhecido.

Fonte: Archives and Manuscripts Division (Coll. 137 03. 07. 003), Queen Elizabeth II Library, Memorial University, St. John's, NL.  
(Fonte: <[http://www.heritage.nf.ca/society/coll\\_137\\_03\\_07\\_003.html](http://www.heritage.nf.ca/society/coll_137_03_07_003.html)>)

## 2. Mercados de exportação

O bacalhau seco era consumido localmente, o de tipo muito seco exportado para o Brasil e para as Índias Ocidentais, e o tipo curado mais suave era exportado para as áreas ibéricas e mediterrâneas e para os Estados Unidos (THE NORTH AMERICAN FISHERIES AND THE HALIFAX COMMISSION, 1878, p. 296). Durante o século XVIII e início do XIX, as rotas de comércio saíam de Poole, Dartmouth e Waterford para Terra Nova com tripulações e suprimentos, e o bacalhau seco ia de Terra Nova para as Índias Ocidentais inglesas e cidades portuárias de países católicos, como Lisboa, Bilbao, Cádiz e Nápoles. A exportação de bacalhau de Terra Nova para os países ibéricos e mediterrânicos, durante os séculos XVIII e XIX, permitiu à Grã-Bretanha superar os obstáculos à exportação para essas áreas (em decorrência das tarifas rígidas sobre as manufaturas britânicas). Desse modo, “[...] O aumento das exportações de bacalhau salgado permitiu aos comerciantes britânicos ampliar a compra de produtos agrícolas do Mediterrâneo, sem ter que pagar por eles em dinheiro” (DAVIS, 2006, p. 112).

O bacalhau seco tinha entrado na dieta nacional do português durante o século XVII e manteve-se o prato favorito em Portugal e no Brasil (muito tempo depois de os pescadores portugueses deixarem de fornecer aos mercados nacionais e brasileiros). Durante os anos de 1770, Portugal importou da Nova Inglaterra cerca de 15 milhões de quilos de bacalhau por ano (ou 2,6 quilos *per capita*) (DEWITT, 2002, p. 63).

Milhares de quilômetros ao sul de Terra Nova, o monopólio português do comércio com o Brasil (em bacalhau, farinha, azeite e vinho) foi suspenso em 1808, o que permitiu à Inglaterra começar a exportação de peixe salgado de suas colônias norte-americanas. Durante o século XVIII, todo o bacalhau destinado aos mercados brasileiros tinha que ser exportado para Portugal e então reenviado e vendido no Brasil por comerciantes portugueses (OMMER, 1990, p. 80). Em 1812, foi feito o primeiro embarque britânico de bacalhau, e com a independência, em 1822, o comércio de bacalhau com o Brasil foi firmemente estabelecido (INNIS, 1940, p. 301 e 307; ALEXANDER, 1976, p. 56-78; LEAR de 1998, p. 41-73). Como Ommer observa, o comércio Gaspé era de natureza triangular: a metrópole (ou base da administração) era em Jersey

Island; a base de produção no Golfo do St. Lawrence e em Terra Nova; e a comercialização envolvia as Índias Ocidentais, Brasil e a área do Mediterrâneo (por exemplo, Nápoles, na Itália) (Ommer, 1990, p. 5). O comércio de bacalhau de Terra Nova estava em mãos dos comerciantes do Sudoeste britânico. Entre 1818 e 1829, as exportações de bacalhau salgado de Terra Nova para o Brasil cresceram de 664 para 4.303 toneladas (RYAN, 1985, p. 207). Durante a década de 1830, o comércio caribenho de bacalhau diminuiu em consequência da emancipação dos escravos e do colapso da demanda pela *plantation* escravista de bacalhau seco barato e de baixa qualidade. Mas o mercado caribenho foi substituído pelo mercado brasileiro (OMMER, 1990, p. 151).

O peixe de Gaspé era mais apreciado na América do Sul porque era mais seco; fazendo-o resistir ao clima quente e à longa travessia à vela, e era mais branco e menor do que o peixe capturado em outro lugar (SIMMONDS, 1845, p. 158).

A empresa com maior interesse na região de São Lourenço foi a Charles Robin and Company (ou CRC) com sede em Paspebiac. Ela contratou com mais pescadores independentes do que qualquer outra empresa (MAGOSCI, 1999, p. 345). Sua produção de bacalhau seco totalizou 1.400 toneladas em 1828, subindo para 2.900 toneladas em 1865, tornando-se o maior exportador de peixes na costa atlântica do Canadá. A empresa estava completamente integrada, controlando todos os aspectos do comércio de bacalhau seco, do financiamento e construção naval, à pesca e venda. O capital da CRC foi estimado em mais de US\$1 milhão em 1870.<sup>5</sup> Vários outros empresários de Channel Island começaram como o CRC: William Fruing (1832), John Le Boutillier (1833), Le Boutillier Bros (1838), bem como John Fauvel e Elias Collas. Na década de 1870 e nas seguintes, o principal concorrente da Robin era a empresa DeGruchy.

<sup>5</sup> Começando na década de 1870 — em parte como resultado da crise econômica mundial desencadeada em 1873 — a falência de numerosos bancos de Jersey Island prejudicaram as empresas de pesca de Channel Island. Muitos desapareceram e outros formaram parcerias com os produtores canadenses. Em 1904, o CRC mudou-se de Jersey para Halifax, onde dois anos mais tarde se juntou com as empresas AG Jones e AH Whitman. Muitas das empresas de pesca originais de Jersey estavam ligadas através de casamentos (MAGOSCI, 1999, p. 354). Ommer (1991) discute o colapso do comércio triangular de Gaspé em seu capítulo 7.

Os dois gigantes tinham relações acrimoniosas. Ommer observou que o CRC prevalecia sobre todos os exportadores de Terra Nova em 1874, quando sua produção total foi de 46.586 quintais de bacalhau (um quintal inglês nos mercados europeus é igual a 112 libras ou 50,8 kgs, mas no Brasil é empregado o quintal português de 128 pounds) (Ommer, 1990, p. 108-109).<sup>6</sup> As embarcações que navegavam para os mercados de exportação eram em geral ou fretadas pelos grandes comerciantes de Terra Nova ou propriedade absoluta deles.

### 3. O mercado de exportação da Bahia

Durante o século XIX,

Navios mercantes deixariam regularmente o porto de Gaspé com 2.000 a 3.000 quintais de bacalhau e navegariam para os portos de Cádiz, na Espanha; Nápoles, Ancona, e Civitavecchia, na Itália; Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, no Brasil; St. Thomas e Bridgetown, no Caribe; e Jersey, no English Channel, onde o peixe era reenviado para outros mercados. Os comerciantes de Nápoles e Civitavecchia, na Itália, controlavam as operações de compra e a venda de todo o bacalhau seco embarcado para o Mediterrâneo (SAMSON, 1997, p. 111).

Em 1830, a empresa Charles Robin and Co. de St. Heliers, Jersey Island, então dirigida por James Robin, da dinastia Robin do bacalhau, estava embarcando diretamente para o Brasil, e cinco anos mais tarde um comerciante de Jersey Island estava instalado na Bahia, associado ao proeminente político de Jersey, Sir Thomas Le Breton (OMMER, 1990, p. 81). Sir Thomas mandou seu filho para a Bahia no fim da década de 1830 para conduzir a empresa. James Robin & Co. e Nicolle Brothers empregavam quase mil pessoas em Gaspé durante a década de 1840 (SIMMONDS, 1845, p. 158). A firma comercial inglesa de Le Breton,

<sup>6</sup> O número de libras em um quintal está em <<http://www.heritage.nf.ca/dictionary/azindex/pages/3555.html>>

Whately & Co., na Bahia, de propriedade de Francis Le Breton, John Whately (então cônsul britânico na Bahia) e Thomas Forster, estava em atividade no porto da Bahia entre os anos de 1840 e 50 (VERGER, 1981, p. 129; OMMER, 1991, p. 81). Acima de 16 mil barris (ou 931 toneladas) de bacalhau seco foram enviados de Jersey aos “Brasis” em 1835. Por volta de 1840, quase 80 navios (8.000 toneladas) de Jersey estavam envolvidos na pesca de bacalhau em alto-mar, cuja produção era principalmente destinada ao Brasil. Na viagem de volta a Jersey, os veleiros carregavam açúcar e café, que eram então trocados por milho, madeira, cânhamo e sebo no norte da Europa. O importante mercado italiano do CRC foi atendido a partir até 1870 pela empresa comercial britânica Robin and Co., de Charles Maingay, cunhado do sobrinho-neto de Charles Robin. O bacalhau norueguês foi importado pela primeira vez para o Brasil, via Portugal, em 1843, mas a Noruega continuou sendo um fornecedor secundário.

Durante os anos de 1844/1845, nove veleiros pesando entre 150 e 200 toneladas, cada, atracaram na Bahia, provenientes de Gaspé, Halifax, St. Johns e Little Bay (MacGregor, 1850, p. 200). Dezoito navios a vela de colônias norte-americanas na Grã-Bretanha entraram na Bahia descarregando 3.465 toneladas de bacalhau salgado em 1850 e mais de 7.772 toneladas em 1858 (RYAN, 1985, p. 208 e 212). Considerando que, entre 1820 e 1850, embarcações a vela de Nova Escócia também carregaram bacalhau para a Bahia, em 1850 apenas dois dos 20 navios que descarregam esta mercadoria não vieram de Terra Nova, um padrão que se manteve. A média das importações anuais do bacalhau de Terra Nova para a Bahia aumentou 59% entre 1820 e a década de 1840. As importações anuais entre 1825 e 1829 foram de 1.626 toneladas e durante a década de 1840, 2.582 toneladas por ano (RYAN, 1985, p. 208).

A proeminente empresa familiar de De Carteret & Le Vesconte, de Jersey Island, estava sediada em Arichat. Cape Breton vendia para agentes comissionados no Brasil, Barbados e na Europa, por exemplo, para McCulmot & Co., em Pernambuco, para Muller & Co., na Bahia e no Rio de Janeiro etc. (HORNSBY, 1992, p. 88). Isaac Le Vesconte (nascido em 1822 em Jersey) mudou-se para Arichat, onde ele, sua família e seu parceiro, um De Cateret, desenvolveram um grande negócio de transporte de peixe seco para o Brasil em porões de navios protegidos por revestimento de bétulas (TURK, 1979, p. 60).

As empresas comerciais de pesca de J. J. Le Boutillier Brothers e de Charles Robin & Co (CRC) eram as duas maiores exportadoras de bacalhau seco da região de Gaspé para os portos da Bahia e de Pernambuco. Le Boutillier sozinho embarcou 5.000 tonéis, cada tonel com 128 libras ou 290 toneladas de bacalhau seco para o Brasil em 1857. Um expressivo crescimento no embarque de Terra Nova para o Brasil aconteceu entre 1833 e 1857: o montante cresceu de 47.407 para 368.205 quintais. A produção da empresa Robin passou de 27.000 quintais (1,4 milhões kg) para 57 mil quintais (2,9 milhões kg) em 1865. Em 1858, Terra Nova embarcou um pouco mais de 20.000 toneladas de peixe salgado (ou 392.857 quintais) para o Brasil, a maior parte para Pernambuco e Bahia (BELL, 1998, p. 78).

O bacalhau era enviado ao Brasil em veleiros, brigues, patachos, escunas, lugres e bergantins pesando entre 90 e 200 toneladas com equipes de 8 a 12 homens (**Tabela 2**). Em geral, um navio de 120 toneladas carregava entre 2.000 e 2.600 quintais de bacalhau seco de Terra Nova; navios maiores de 250 a 300 toneladas eram usados principalmente no comércio com o Brasil e o Caribe. Uma publicação canadense de 1860 comentou: “[...] O mercado brasileiro de peixe é caro e um dos melhores do mundo. O bacalhau da Península de Gaspé (New Brunswick) era preferido a qualquer outro e sempre comanda o maior preço.” (BRASIL, 1986, p. 29). A menção foi feita especificamente à marca CRC.

Ryan afirma que, no final de 1850, a concorrência do charque tornou-se um aspecto do comércio entre Terra Nova e Brasil. As importações charque da região do Rio da Prata passaram de 3.962 toneladas em 1854 para de cerca de 5.000 toneladas por ano, em média, durante o resto do século (RYAN, 1985, 219). O grau de elasticidade cruzada da demanda entre o bacalhau e o charque permanece inexplorado. Embora as importações de carne-seca tenham sido substanciais, as importações anuais de peixe salgado da Bahia permaneceram grandes, em geral superiores a 5.000 toneladas por ano entre 1905 e 1914 (**Tabela 1**). Na virada do século, o Brasil consumia cerca de 500 mil quintais de peixe por ano, mas os Estados Unidos forneceram menos de 2% (FOREIGN CODFISH MARKETS, 1898, p. 406).<sup>7</sup> A importação de bacalhau para Salvador, em

<sup>7</sup> Os EUA não forneciam bacalhau aos importantes mercados católicos do sul da Eu-

1910, totalizou 6.750 toneladas e em 1911, 6.780 toneladas; as importações de carne-seca somaram 5.628 toneladas em 1910 e 6.191 toneladas em 1911 (SINCLAIR, 1913, p. 7). O comércio de bacalhau no Rio de Janeiro foi estimado em 4.600 toneladas em 1899 e 7.500 toneladas em 1900, vindas do Canadá através de Halifax e da Noruega via Hamburg (COMMERCE IN CODFISH AT RIO DE JANEIRO, 1902, p. 292-293).

O bacalhau no Brasil, não obstante a concorrência do charque, permaneceu parte importante da dieta nacional. A importação do peixe salgado de Terra Nova manteve-se em cerca de 330 mil quintais por ano durante a década de 1890 e cresceu ainda mais no início do século XX. O Brasil importou 335 mil quintais por ano entre 1901 e 1905; subindo para 418 mil quintais entre 1911 e 1914. Em termos de consumo *per capita*, os números atingem 2,06 libras por ano na década de 1890 e 1,94 libras/ano no período entre 1911 e 1914.

O comércio de bacalhau entre a região dos Banks de Terra Nova e a Bahia continuou a ser significativo até o século XX. A Tabela seguinte documenta tal comércio.

**Tabela 1**  
Importação de peixe salgado de Terra Nova para a Bahia  
em veleiros ingleses, 1890-1914

	Número de cargas	Tonelagem total de bacalhau
1890	13	2. 553
1895	23	4. 728
1900	29	5. 094
1905	13	3. 087
1909	29	5. 237
1912	25	4. 596
1914	31	5. 706

Fonte: Ryan, 1985, p. 216. Dados anuais da importação de bacalhau na Bahia, para o período 1890-1914. Os dados para 1912 vêm de British Consul W. H. M, Sinclair (1913, p. 11).

Uma amostra das entradas de navios em três meses no porto de

ropa. As importações para o sul da Europa foram principalmente da Noruega e Terra Nova.

Salvador, em 1899, revela dados peculiares sobre o bacalhau salgado importado de Terra Nova. Os dados foram coletados no *Jornal de Notícias* de 17 de janeiro a 17 de março. Quinze barcos a vela chegaram de St. Johns, Terra Nova, trazendo bacalhau salgado para um punhado de empresas locais de importação e venda por atacado. Um veleiro trazendo bacalhau de Terra Nova atracou, em média, a cada quatro dias (15 navios em dois meses) no porto de Salvador. Estes navios carregavam em média 176 toneladas de bacalhau, cada um, em 1900 (Tabelas 1 e 2). A maioria dos navios carregava entre 114 e 168 toneladas por viagem. Em 1920, houve ainda 18 embarques para o Brasil da região de St. Lawrence Bay, em escunas, que carregavam uma média de 325 toneladas de bacalhau cada (em barris de 142 libras) (U. S. BUREAU OF FISHERIES, 1923, p. 61).

**Tabela 2**  
Chegada de Veleiros (carregadas com bacalhau salgado)  
ao porto de Salvador, 1899

Data da chegada	Nome do navio	Tonagem do navio vazio	Comprador do bacalhau salgado
17 de janeiro	Cônsul Kaestner	116 tons	G H. Duder
17 de janeiro	Grace	198 tons	Manoel J. Carvalho
17 de janeiro	Eletro	157 tons	Conde Filho & C.
20 de janeiro	Congo	196 tons	Julio Matheus dos Santos & C
23 de janeiro	Elsa	113 tons	G. H. Duder
8 de fevereiro	W. W. Lloyd	251 tons	n. c.
8 de fevereiro	E. E. Hutchins	266 tons	Conde Filho & C.
11 de fevereiro	Silver Sea	177 tons	J. Matheus dos Santos & C.
11 de fevereiro	Ellen Lloyd	176 tons	G. H. Duder
17 de fevereiro	Petunia	207 tons	J. Matheus dos Santos & C.
27 de fevereiro	Ida	149 tons	G. H. Duder
28 de fevereiro	Golden Hind	188 tons	n. c.
11 de março	Tanny	187 tons	Manoel J. Carvalho
17 de março	Sidona	196 tons	G. H. Duder
17 de março	Vidonia	196 tons	G. H. Duder

Fonte: Várias edições do *Jornal de Notícias* (17 de janeiro a 17 de março de 1899)

Os comerciantes britânicos dominaram o comércio exterior de

Salvador durante a primeira metade do século XIX, enquanto os comerciantes portugueses focaram no comércio interno bem como em comestíveis (secos e molhados). Os imigrantes portugueses, durante a segunda metade do século XIX, procuravam ocupações comerciais urbanas (SANTOS, 1977, p. 9; MONTEIRO, 1985, p. 189). Os imigrantes espanhóis da Galícia começaram a competir com os portugueses nas últimas décadas do século XIX (BACELAR, 1994; OLIVEIRA, 2006). Os comerciantes espanhóis estabeleciam seus negócios nas áreas mais periféricas de Salvador, distantes do centro da cidade (como, por exemplo, no Rio Vermelho).

Visitantes em Salvador, no final do século XIX, observaram a presença de bacalhau salgado (norte-americano) sendo vendido em pequenas lojas no bairro da Sé, na Rua do Bacalhau e no beco do Tira-Chapéu (HUFFORD, 2005, p. 258). Mas as principais áreas comerciais da cidade estavam nos bairros de Nossa Senhora do Pilar e Nossa Senhora de Conceição da Praia, na Cidade Baixa, ao lado dos armazéns e à beira-mar. O descarregamento e o transporte de barris de bacalhau, bem como outros trabalhos servis na cidade baixa eram realizados por libertos (COSTA, 1991, p. 18-34).

A alimentação diária da maioria dos baianos, durante o século XIX, era carne do sol e bacalhau salgado com farinha de mandioca (respectivamente proteína e carboidrato). Ao chegar ao porto de Salvador, o peixe era descarregado e os comerciantes atacadistas encarregavam-se da carga recém-chegada, que distribuíam para os lojistas portugueses. O bacalhau era vendido nas ruas secundárias da Cidade Baixa de Salvador, em longas filas de lojas menores cheias de produtos coloridos, cachaça e bacalhau (Figura 6). Pequenas lojas amontoadas nos bairros da Conceição da Praia, Sé e Pilar vendiam vinho, óleos, grãos, vinagre e bacalhau (NASCIMENTO, 1986, p. 33, 74-87). Durante a segunda metade do século XIX, os comerciantes varejistas portugueses predominavam na Conceição da Praia, muitas vezes vivendo em cima de suas lojas (SANTOS, 1977, p. 166). O bacalhau também era vendido nos bairros da Cidade Alta, na Sé, na Rua da Ajuda, na Ladeira dos Gatos; e uma rua no bairro da Sé chegou até a ser nomeada Rua do Bacalhau. Um mapa das ruas de Salvador, publicado em 1864 pelo Governo da Bahia (em 24 de junho de 1864), lista a Ladeira do Bacalhau, sem dúvida por causa do comércio

deste produto, no bairro da Sé, perto da Rua dos Gatos.<sup>8</sup> Esta rua da cidade é mencionada nos textos do escritor mais importante da Bahia, Jorge Amado (SALAH, 2008, p. 63).

A distribuição por atacado de bacalhau salgado, querosene, carne-seca ou charque, trigo, açúcar e carne fresca, em Salvador, estava nas mãos de poucos. Em 1891, havia seis importadores de carne-seca na cidade; em 1905 o número caiu para cinco; e em 1913 tinha subido para 8 ou 9. Mas a empresa dominante durante as duas primeiras décadas do século XX era a de Manoel Carvalho (SANTOS, 2001, p. 73-74).



**Figura 6.** Um típico pequeno ponto de venda de varejo português que vendia bacalhau seco (Fonte: <[http://3. bp. blogspot. com/\\_vMZxJeLUiJQ/SAoSr5cjOQI/AAAAAAAAABL4/k3YJe2guFK8/s1600-h/3-B091545\(Rua+do+Arsenal\). jpg](http://3.bp.blogspot.com/_vMZxJeLUiJQ/SAoSr5cjOQI/AAAAAAAAABL4/k3YJe2guFK8/s1600-h/3-B091545(Rua+do+Arsenal).jpg)>)

Os maiores comerciantes atacadistas em Salvador no final do século XIX foram os luso-brasileiros Manoel Joaquim de Carvalho; Conde Filho e Cia; Júlio Matheus dos Santos & C., proprietário da Loja Matheus, localizada no Largo do Plano Inclinado, e também comerciante de rapé (MONTEIRO, 1985, p 149. ); Ferreira Fresco & Cia.; e Loureiro, Viana e Cia. Em 1900, as empresas mercantis de Conde Filho e Manoel

<sup>8</sup> Ver mapa e texto em <[http://uranohistoria. blogspot. com. br/2012/04/pelas-ruas-de-salvador-seculo-xix. html](http://uranohistoria.blogspot.com.br/2012/04/pelas-ruas-de-salvador-seculo-xix.html)>.

Carvalho eram a primeira e terceira em pagamento de impostos na Bahia. Joaquim Matheus dos Santos era reconhecido como um dos principais comerciantes de Salvador no final do século XIX: era dono de seu próprio estabelecimento comercial, bem como de 19 outras propriedades na Bahia e três em Portugal (GANDON, 2010, p. 150).

A firma do comerciante Ferreira Fresco, localizada na Rua das Princesas, 9, foi fundada em 1878 pelos imigrantes portugueses José Maria Ferreira Fresco e José Fernandes da Costa (IMPRESSÕES DO BRASIL NO SÉCULO XX, p. 5). Negociava leite condensado da suíça Nestlé, conservas de peixe e frutos de C. & E. Morton Ltd., de Londres, bacalhau de Terra Nova de A. & M. Smith Ltda., de Aberdeen, manteiga da Dinamarca, bem como artigos nacionais. A empresa também exportava cacau, café, piaçava e madeira tropical para a Alemanha, Lisboa e Porto e Valparaíso.

A firma Conde foi criada em Salvador pelo imigrante açoriano Manoel José de Conde em 1853. Mas ela data de 1838, quando Manoel Conde organizou uma pequena firma comercial em Cachoeira. Ele começou vendendo farinha branca e pão importados para clientes que viviam na área da Rua da Vala (NOVAES, 2006, p. 6). O negócio prosperou e ele começou a importar tabaco do estrangeiro. Foi agraciado com o título de visconde do Rosário. Seu filho, Manoel José do Conde Filho, ingressou na empresa, cujo nome foi mudado para Conde Filho & Cia., e mais tarde para Conde & Cia. A empresa entrou no negócio de agenciamento marítimo em 1900, representando a Royal Holland Lloyd line (1899-1981), cujos navios navegavam para o Brasil, vindos de Coruña e Vigo; a Alliance Assurance Co. Ltda. (Londres) e a Prince Line de navios a vapor. Em 1913, os sócios da empresa eram Manoel Cerqueira Conde (neto do fundador) e Francisco Rosário Conde.

A empresa Carvalho foi criada em 1877 por um imigrante português, Manoel Joaquim de Carvalho (1853-1923), de família de origem modesta, que chegou à Bahia em 1866 com a idade de 13 anos (SANTOS, 2001, p. 177-204). Ele trabalhou como balconista na firma portuguesa Pinto & Rodrigues, no negócio de secos e molhados, em Salvador, antes de fundar a sua própria empresa em 1877, tornando-se importante no negócio de importação e exportação de Salvador há quatro décadas

(três gerações da família). Por muitos anos, a empresa prosperou importando bacalhau de Terra Nova. Manoel Joaquim o fez tão bem que ficou conhecido como o “rei do bacalhau” (SANTOS, 2001, p. 71-204). Documentos da empresa revelam que ele lidou com cerca de um terço de todo o bacalhau importado para Bahia no início de 1900 (SANTOS, 2001, p. 182). Em 1913, a empresa Carvalho controlava um terço das vendas de bacalhau no Nordeste brasileiro (Bahia, Sergipe, Alagoas e Pernambuco) (SANTOS, 2001, p. 74). Mas a firma de Carvalho negociou com uma grande variedade de produtos e investiu em muitas das indústrias e empresas de transporte de Salvador.

Outros grandes importadores, em Salvador, de bacalhau de Terra Nova eram as empresas Soares & Cia (1906), Gonçalves Carrisso & Cia (ligada à firma de Carvalho), e a do português Ferreira Fresco e Cia. (1878) (ver Tabela 2) (*Impressões do Brasil*). A Soares & Cia foi criada em 1906 por José Pereira Soares (nascido na Bahia). A empresa estava envolvida em exportação de tabaco e cacau e importação de grandes quantidades de bacalhau (de Nova Escócia e Terra Nova), trigo e farinha (Argentina), e carne-seca (Rio Grande do Sul) (*Impressões do Brasil*, p. 9). A empresa comercial britânica de George H. Duder, muito proeminente em Salvador, era também grande importadora de bacalhau de Terra Nova, além de estar envolvida em tudo, da caça à baleia ao açúcar, do jacarandá a piaçava etc.

Manoel Carvalho foi diretor da Associação Comercial da Bahia. Na virada do século, ele era proprietário e dirigia dois grandes trapiches, incluindo o Adelaide, contíguo à porta do Cais Barroso em frente à Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Praia. Uma imponente casa comercial para o negócio de café, mamona etc. da Carvalho & Cia. foi construída, em 1877, na Rua Miguel Calmon, n. 12. Em 1890, ele comprou uma casa grande e ornamentada, o Solar dos Carvalho na Graça (na Avenida Princesa Leopoldina).



**Figura7. Residência** do então rei do bacalhau de Salvador, Manoel Joaquim de Carvalho, na Graça, bairro de elite em Salvador, c. 1917 (Fonte: *Bahia Ilustrada* n. 2, ano II (janeiro de 1918), sem paginação)

As razões para a grande quantidade de importações de bacalhau para a Bahia (1850-1914) incluíam as baixas tarifas de importação sobre o produto, a contínua expansão da população portuguesa, galega, italiana e espanhola da Bahia pela via da imigração, e o relativo preço baixo do bacalhau, o que fazia dele um alimento das massas (Lobo, 1959, 31 p.), especialmente em áreas urbanas. O bacalhau salgado barato, e sua proteína, foi também a base da dieta de escravos nas Américas.

Os agricultores do Recôncavo da Baía de Todos-os-Santos, por muito tempo, compraram bacalhau salgado para seus escravos, juntamente com o charque e a mandioca, ricos em calorias (Barickman, 1998, p. 69; SUPER e WRIGHT, 1985, p. 10). O acréscimo de 240.919 escravos importados para a Bahia entre 1801 e 1825, e outros 136.831 no período 1826-1850, sem dúvida, também estimulou a importação de bacalhau (RIBEIRO, 2008, p. 153). Esta dieta típica de escravos (mandioca, charque, carne de baleia, bacalhau seco, com um pouco de conhaque, adicionado principalmente como um estimulante para aumentar a produtividade do trabalho), na Bahia, foi complementada com feijão, milho, arroz, quiabo e outras verduras, óleo de coco e inhame, tanto nas *plantations* ricas como nas abastadas residências urbanas da aristocracia da agricultura e do comércio (FREYRE, 1963, p. 185-86; Barickman, 1994,

p. 649-687). Mas, a dieta nas *plantations* de açúcar do Recôncavo era geralmente desequilibrada e insuficiente (PRICE, 1979, p. 206). A introdução das verduras na culinária brasileira, geralmente indiferente aos vegetais, deve-se agradecer ao africano. A aristocracia rural desprezava as hortaliças e as verduras consumidas pela população africana, optando por uma dieta de alimentos europeus, em grande parte importados, que eram muitas vezes rançosos ou estragados.

Gilberto Freyre notou que

O africano, enquanto escravo, era mais bem nutrido do que o negro ou mulato livre e o branco pobre da choupana ou cabana do interior ou das cidades, cuja dieta era normalmente limitada a bacalhau salgado ou carne-seca com farinha de mandioca. Bem mais nutridos do que o dono da *plantation* ou o fazendeiro ou o proprietário da mina de recursos médios ou modestos [...] cuja dieta, também, era caracterizada pelo uso excessivo de carne-seca e bacalhau salgado comprado nas cidades, e bolacha dura, peixe seco e farinha de mandioca (PRICE, 1979, p. 186).

O bacalhau era consumido principalmente nas áreas costeiras, embora Richard Francis Burton o tenha visto em São Romão, uma vila à beira do Rio São Francisco, em 1860.

[...] Embora o rio que flui diante de suas portas produza o melhor peixe, e o sal deva ser trazido de algumas léguas, se, de fato, não pode ser lavado da terra, os habitantes da cidade comem o duro, seco e mal cheiroso bacalhau, trazido aos pouquinhos de Terra Nova (BURTON, 1869, p. 248).

O bacalhau salgado (juntamente com a carne-seca, ou carne de boi, misturada com farinha de mandioca e feijão) foi, durante o século XIX, um dos pilares na dieta dos pobres, chegando até a ser comido cru (ROSADO; CASTRO DE ARAUJO; TEXEIRA BORGES, 1999, p. 96 e 99). Por outro lado, a elite urbana também comia o bacalhau importado.

Em 1891, o *Jornal do Brasil* mencionou que os intelectuais da época liderados pelo escritor mais importante do Brasil, Machado de Assis, reuniam-se regularmente aos domingos em restaurantes no centro do Rio de Janeiro para comer o autêntico “bacalhau do Porto” enquanto discutiam os problemas do Brasil (<http://www.bacalhau.com.br>).

Em seu livro sobre a oferta de alimentos de Salvador (1890-1930), Silva Santos observou que o bacalhau seco importado era, necessariamente, o “peixe dos pobres” (classe trabalhadora e alguns estratos da classe média baixa). As classes médias portuguesas, geralmente, evitavam ser vistas a comer bacalhau. Por outro lado, lavadeiras – um dos grupos profissionais mais mal pagos da cidade – compravam diariamente o bacalhau, porque era barato, e o comiam em vinagre e óleo. Alguns imigrantes portugueses da classe alta consumiam bacalhau como parte dos costumes da terra-mãe (SANTOS, 2001, p. 68).

Pierre Verger relatou como, em 1850, as empresas comerciais adiantavam verbas para os senhores de engenho comprar todos os alimentos necessários em sua casa grande, de modo a poder comer como o faziam em Portugal – bacalhau salgado, vinho, óleo, vinagre, azeite, queijo e até mesmo o pão feito de farinha de trigo (VERGER, 1999, p. 43). A importância do bacalhau na sociedade baiana foi revelada no apoio financeiro prestado por dois importantes grupos sociais da elite da Bahia de então – os importadores de bacalhau (a “nobreza do bacalhau”) e de castanhas (a “nobreza da castanha”) – ao conde dos Arcos, em seu esforço para construir o Teatro São João, concluído em 1812 (NEVES, 2000, p. 62).

O bacalhau entrou na cultura baiana e brasileira de várias maneiras, e não apenas como um alimento permitido aos católicos na sexta-feira santa – “bacalhau era o prato de sexta-feira” –, era também o preferido no Natal, na Quaresma e na Páscoa. Ele também figurou na dança, na tortura, na medicina e no folclore. O instrumento de punição ou tortura de escravos, que consistia num chicote de couro cru trançado, era chamado de “bacalhau” (CONRAD, 1994, p. 299). O óleo de fígado de bacalhau – a popular Emulsão de Scott (comercializado em 1830, importada para o Brasil na segunda metade do século XIX, com a produção começando em São Paulo, em 1908) – era um remédio patenteado e amplamente

divulgado e utilizado, uma das marcas de maior sucesso no Brasil durante os séculos XIX e XX – “Pela família, pelo Brasil, pela humanidade, fortaleça-se com Emulsão de Scott”. Além disso, uma pessoa muito fina era popularmente descrita como “bacalhau de porta de venda”. Frequentemente os cortes de bacalhau seco eram pendurados na parte de cima das portas de pequenas lojas (Figura 6). A escola de samba Imperatriz Leopoldinense teve como enredo em 2007 a história do bacalhau no Rio de Janeiro.<sup>9</sup>



Fonte: <<http://brunomilagres.tumblr.com/image/71988529087>>

#### 4. Análise da cadeia do bacalhau: de Terra Nova para a Bahia

Durante as décadas de 1910 e 1914, a importação de bacalhau para o Brasil ficou em quinto lugar, sendo responsável por 2,5% das importações totais (superado pelo trigo, que representou 5,3% das importações) (SILVA, 1952, p. 97). Em 1914, mais de 20.000 toneladas de bacalhau de Terra Nova foram vendidas na Bahia e em Pernambuco (RYAN, 1985, p. 225; BRANCO, 1914, p. 113-128). Trinta e um barcos à vela britânicos descarregaram 5.706 toneladas de bacalhau salgado (com uma média de 184 toneladas por navio) naquele ano no porto da Bahia, fazendo com

<sup>9</sup> Ver foto em <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Imperatriz\\_2007\\_-\\_comiss%C3%A3o\\_de\\_frente.JPG](http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Imperatriz_2007_-_comiss%C3%A3o_de_frente.JPG)>

que o consumo anual *per capita* passasse de dois quilos.<sup>10</sup> Mas esse número subestima significativamente o consumo de bacalhau na região de Salvador. Se assumirmos que 80% do bacalhau desembarcado foi consumido em Salvador, então, o consumo anual *per capita* chega a 18,3 quilos ou um quilo e meio por mês.

É possível reconstruir a cadeia de preço do bacalhau seco por volta de 1900. Eu uso o quintal inglês para essa extração (um quintal = 112 libras). O imposto brasileiro de importação era cerca de dois centavos a libra; as tarifas de importação no Brasil depois de 1890 foram, em média, de 37% (Amsden, 2001, p. 175). O preço de exportação do bacalhau, à bordo, na Terra Nova foi relatado como 4 dólares por quintal (NEIS, 1985, p. 131). Ryan (1981, p. 222) estimou o preço do bacalhau seco, à bordo, na Bahia em 1,5 libra por quintal, ou (a uma taxa de câmbio de US\$4,87 por libra) em 6,5 centavos de dólar por libra. Os preços do bacalhau da Terra Nova no varejo (dados de 1866) foram entre 5 e 6 dólares o quintal em Demerara (Guiana Inglesa) e, no Brasil, de 12,50 dólares o quintal, ou 11,2 centavos de dólar por quintal.<sup>11</sup> Este preço inclui a tarifa brasileira de 2,0 centavos a libra cuja intenção era aumentar as receitas do Estado (em lugar de protegê-las) (COATSWORTH; WILLIAMSON, 2004, p. 205-232).<sup>12</sup> Atacadistas e varejistas em Salvador ganharam 2,7 centavos por libra. A relação entre o preço de venda de produtos alimentares (incluindo bacalhau seco) em Salvador, a satisfação das necessidades alimentares elementares e a vulnerabilidade à doenças está fora do escopo deste artigo. Ela é examinada, para o período entre 1918 e 1919, por Christiane de Souza (2005, p. 71-99).

<sup>10</sup> As importações de bacalhau salgado em 1914 foram de 5.706 toneladas de acordo com Ryan (1985, p. 216). A população da Bahia em 1914 era de 2.846.205 de acordo com Pearse (1922, p. 13).

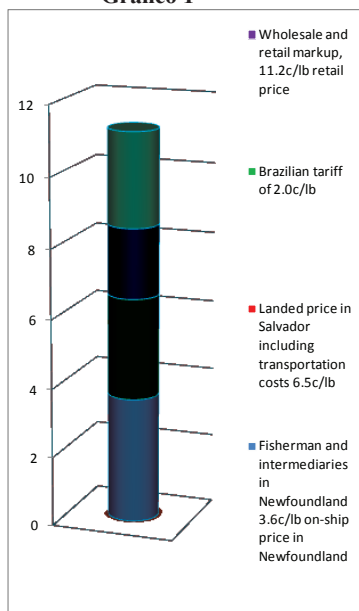
<sup>11</sup> O clássico estudo de preços no varejo durante o século XIX em Salvador é Mattoso (1973, p. 167-182). Mas os dados sobre os preços de bacalhau não é útil para esta análise.

<sup>12</sup> Uma prática comum na América Latina. Em 1911, o imposto brasileiro sobre o bacalhau seco importado era 2.500 réis por barril. O bacalhau era enviado em barris de 142lbs (ou 65 quilos) ou no meio-barris (de 71lbs). O imposto por quilo de bacalhau seco, portanto, era 2,5 mil-réis, ou 475 centavos de dólar por barril, ou seja,  $475/142 = 3,35$  cents / lb, se usarmos a taxa de câmbio de 0,19 mil-réis por dólar. Dados de U.S. Bureau of Fisheries (1923, p. 61). Este valor está próximo ao estimado aqui em 2,0 cents / lb. Data from U. S. Bureau of Fisheries (1923, p. 61).

Podemos, então, reconstruir a cadeia de preço do bacalhau seco a partir da costa de Terra Nova às pequenas lojas de varejo em Salvador da Bahia. Se assumirmos generosamente que um terço do valor à bordo em Terra Nova era auferido pelos pescadores, isso lhes daria 1,2 centavos de dólar por libra, ou apenas 11% do valor de mercado de varejo de 11,2 centavos por quilo em Salvador.

Durante o século XIX, na Bahia e no Rio de Janeiro, havia um ressentimento bastante difundido entre os brasileiros contra comerciantes e varejistas portugueses que deliberadamente cobravam preços exorbitantes (especulação e manipulação de preços) por bens básicos. Começando com o Mata Maroto de 1823-1831, que provocou frequentes motins contra os portugueses, cujas lojas foram atacadas e saqueadas (NUNES, 1999-2000, p. 33). Os gráficos abaixo sugerem que os comerciantes de Salvador, de fato, tiveram significativas margens de lucro sobre o bacalhau seco importado.

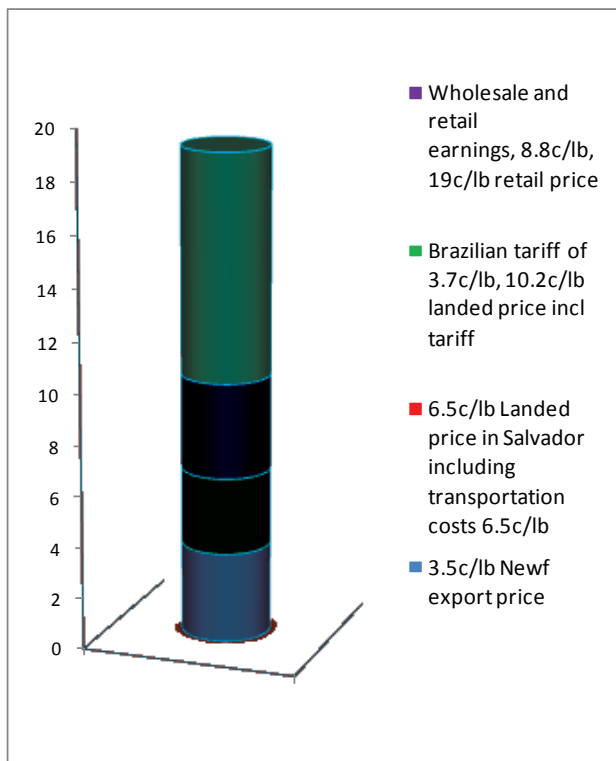
**Gráfico 1**



Uma reconstrução alternativa da cadeia de preço com base em dados diferentes, tanto para o preço de varejo em Salvador quanto para a tarifa brasileira sobre o bacalhau importado revela a seguinte cadeia de valor. O preço de exportação em Terra Nova, na virada do século era de 4,50 dólares o quintal (de 128 libras) (NEIS, 1981, p. 131). A taxa cambial era de um mil réis = 0,19 ou 19 centavos de dólar (GRADEN, 2006, p. xxvi), gerando um preço de exportação de 3,5 centavos a libra. O preço à bordo na chegada navio ao porto de Salvador era de 6,5 centavos a libra (RYAN, 1985, p. 221). Os jornais locais (*Diário de Notícias*, por exemplo), em 1899, reportavam o preço por barril do bacalhau seco importado no varejo em Salvador a 54.000 dólares. Um barril então era de 260 libras, de modo que o preço do barril era 4,940 centavos de dólar (considerando que a taxa de câmbio de 1.000 dólares equivale a US\$0,19, como demonstrei acima). Assim, o preço de varejo em Salvador era de 19 centavos de dólar a libra. A tarifa brasileira na virada do século XIX e na primeira década do XX foi relatada como sendo de 2.500 réis o quintal. Um quintal (português) era de 128 libras, dando uma tarifa por quilo de 19,6 mil-réis ou 3,7 centavos. A tarifa era cerca de 57% ( $= 3,7 / 6,5$ ), que está em conformidade com o que Ridings (1994: 228) havia notado (tarifas *ad valorem* de 50-80%). O valor faturado pelos comerciantes foi de 90% (atacadistas e varejistas de Salvador, 46%, e comerciantes de Terra Nova, 44% [se assumirmos que possuíam ou fretavam os navios à vela e ganhavam, pelo menos, 50% do preço de exportação de Terra Nova, a bordo, de 3,5 centavos por libra]). O governo brasileiro recolhia outros 19% do valor de venda final. Os pescadores de Terra Nova ganhavam no máximo 9% do valor final de venda.

A cadeia de preço, portanto, é:

**Gráfico 2**



## Conclusão

Na medida em que o isolamento espacial da Bahia começou a ser desmantelado pelas ideias (doutrina do livre comércio), pela imigração e pelas tecnologias (inovações nos meios transportes), o consumo de bacalhau tornou-se mais difundido e as importações do bacalhau salgado de Terra Nova começaram a crescer a partir de 1820. Surgiu uma complexa cadeia produtiva: os homens pescam e as mulheres

preparam o bacalhau nas províncias marítimas britânicas, o bacalhau é então comprado por comerciantes, enviado em veleiros britânicos numa uma viagem de dois meses para o porto de Salvador, onde alguns comerciantes atacadistas portugueses o compram acondicionado em tambores, para armazená-lo e vender aos varejistas. O último passo na cadeia é do armazém do atacadista para os pequenos pontos de venda na freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Praia, na Cidade Baixa de Salvador, onde os comerciantes portugueses primeiro se reuniram e onde o bacalhau era comprado como um alimento popular das massas. Sem importar que as fontes locais de peixes frescos fossem próximas e abundantes (MIRANDA, 1936, p. 47-59).

Em ambas as extremidades da cadeia do bacalhau, poderosos elementos de oligopólio mercantis existiram – o império comercial de pesca de Robin, no Golfo de St. Lawrence e a empresa comercial de Manoel Joaquim de Carvalho, em Salvador. Esta situação de mercado, em que ambas as partes exerciam o poder de mercado assemelhava-se a um oligopólio (Robin) vendendo a outro oligopólio (Carvalho).<sup>13</sup> Os intermediários e o Estado brasileiro recolham quase 75% do valor produzido na cadeia de produção do bacalhau seco, deixando apenas 25% para as famílias de pescadores em Terra Nova e para os varejistas portugueses em Salvador; 58% permaneciam em mãos britânicas e canadenses, principalmente com os comerciantes de pesca, e 42% nas mãos de brasileiros, principalmente com os quatro ou cinco importadores / atacadistas de bacalhau (medidos em preços / termos monetários). Estes dados do poder do mercado desafiam a análise, já popular, da dependência de Terra Nova ou Bahia (respectivamente ALEXANDER, 1974, p. 1-29; RIDINGS, 1973, p. 335-353).

<sup>13</sup> Este caso é exemplar especificamente para exportadores noruegueses de bacalhau salgado seco vendidos aos importadores em Portugal, em Trude B. Anderson, Frank Asche e Kristin Helen Roll, “Oligopolist and Oligopsony Power in Concentrated Supply Chains” (Stavanger, Noruega: trabalho não publicado, Universidade de Stavanger, Abril de 2008). Disponível em <<http://www.uri.edu/research/isiac/wp08-1.pdf>>

## Referências

Commerce in Codfish at Rio de Janeiro. **Monthly Bulletin of the Bureau of the American Republics**, p. 292-93, jan. 1902.

Foreign Codfish Markets. **Bulletin of the United States Fish Commission XVIII**. Washington: Government Printing Office, 1898.

The North American Fisheries and the Halifax Commission. **Blackwood's Edinburgh Magazine**. n. 123, p. 296, mar. 1878.

Brazil. **Report of the Commissioners from British North America. The Trade of the West Indies, Mexico & Brazil**. Ottawa: Houses of Parliament by Order of His Excellency the Governor General, G. E. Desbarats, 1866.

Impressões do Brasil. Estado da Bahia, sem data. Disponível em <<http://www.novomilenio.inf.br/santos/h0300g42c.htm>>

Panama and El Valle de Anton Information, History, Tourist Facts and Points of Interest: Salt Cod, Slavery and Yams (sem data). Disponível em <<http://elvalleinformation.wordpress.com/salt-cod-slavery/>>.

Society, Economy and Culture: 19<sup>th</sup> Century Salt Fish Markets, 1850-1914. In: Newfoundland and Labrador Heritage. St. Johns: Memorial University of Newfoundland and C. R. B. Foundation, 1997-2012. Disponível em <[http://www.heritage.nf.ca/society/salt\\_fish\\_markets\\_1793.html](http://www.heritage.nf.ca/society/salt_fish_markets_1793.html)>

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII**. Rio de Janeiro: Companhia da Letras, 2000.

ALEXANDER, David. Development and Dependence in Newfoundland, 1880-1970. **Acadiensis**, v. 4, n. 1, p. 1-29, 1974.

ALEXANDER, David. Newfoundland's Traditional Economy and Development to 1934, **Acadiensis**, v. 5, n. 2, p. 56-78, 1976.

AMSDEN, Alice H. **The Rise of 'The Rest' Challenge to the West from Late-Industrializing Economies**, Nova York e Oxford: Oxford University Press, 2001.

ANDERSON, Trude B.; ASCHE, Frank; ROLL, Kristin Helen. **Oligopolist and Oligopsony Power in Concentrated Supply Chains**. Stavanger, Norway: Unpublished Paper, University of Stavanger, 2008. Disponível em <<http://www.uri.edu/research/isiac/wp08-1.pdf>>

BACELAR, Jeferson Afonso. **Galegos no paraíso racial**. Salvador: CEAO/ Ianame, 1994

BAISRE, Julio A. Historical Development of Cuban Fisheries: Why we need an Integrated Approach to Fisheries Management. **Belize City**: Proceedings of the 59<sup>th</sup> Gulf and Caribbean Fisheries Institute from 2006, 2007. p. 52. Disponível em <[http://procs.gcfi.org/pdf/gcfi\\_59-6.pdf](http://procs.gcfi.org/pdf/gcfi_59-6.pdf)>

BARICKMAN, B. J. 'A Bit of Land, which They Call Roca': Slave Provision Grounds in the Bahian Reconcavo". **Hispanic American Historical Review**, v. 74, n. 4, p. 649-687, nov. 1994.

BARRY, Peter. The Newfoundland Trade: The Decline and Demise of the Port of Poole. **American Neptune**, v. 28, n. 4, p. 275-83, 1968.

BELL, Stephen. **Campanha Gaúcha: A Brazilian Ranching System, 1850-1920**. Stanford: Stanford University Press, 1998.

BURTON, Richard Francis. **The Highlands of the Brazil**, vol. II. Londres: Tinsley Brothers, 1869.

CHANTRAINE, Pol; ROTH, Kathe. **The Last Cod-Fish: Life and Death of the Newfoundland Way of Life**. Montreal: Robert Davies Publishing, 1993.

COATSWORTH, John H.; WILLIAMSON, Jeffrey G. Always Protectionist? Latin American Tariffs from Independence to Great Depression. **Journal of Latin American Studies**, v. 36, n. 2, p. 205-232, mai. 2004.

COLE, Sally C. Cod, God, Country and Family. The Portuguese Newfoundland Cod Fishery. **M. A. S. T.**, v. 3, n. 1, p. 1-29, 1990. Disponível em <<http://www.marecentre.nl/mast/documents/CodGodCountryandFamily.pdf>>

CONRAD, Robert Edgar. **Children of Fire. A Documentary History of Black History Slavery in Brazil**. University Park: University of Pennsylvania Press, 1994.

COSTA, Ana de Lourdes Ribeiro da. Espaços Negros: “cantos” e “lojas” em Salvador no século XIX. **Caderno CRH**, n. 4, p. 18-34, set. 1991. Disponível em <<http://www.cadernocrh.ufba.br/viewarticle.php?id=391&layout=abstract>>

CUTTING, Charles L. **Fish Saving: A History of Fish Processing from Ancient to Modern Times**. Londres: L. Hill, 1955.

DAVIS, John A. The European Economies in the Eighteenth Century. In: DI VITTORIO, Antonio (Org. ). **History of Europe. From Expansion to Development**. Abingdon e Nova York: Routledge, 2006. p. 92-133.

DEWITT, John. **Early Globalization and the Economic Development of the United States and Brazil**. Westport: Praeger Publishers, 2002.

FREYRE, Gilberto. **The Mansions and the Shanties. The Making of Modern Brazil**. Nova York: Alfred A. Knopf, 1963.

GANDON, Tania Riserio d’Almeida. **Portugueses na Bahia na segunda metade do século XIX: emigração e comércio**. Salvador: EDUNEB, 2010.

GEEK, Frank W. Technological Transitions as Evolutionary Proposition and Reconfiguration Processes: A Multi-Level Proposition and Case Study”. **Research Policy**, n. 31, p. 1257-1274, 2002.

GRADEN, Dale Torston. **From Slavery to Freedom in Brazil: Bahia, 1835-1900**. Albuquerque: University of New Mexico Press, 2006.

STEMMER, Juan E. O. “Freight Rates in the Trade between Europe and South America” **Journal of Latin American Studies**, v. 21, n. 2, p. 23-59, jun. 1989.

HILLER, James K. The Newfoundland Credit System: An Interpretation. In: OMMER, Rosemary E. (Org. ). **The Merchant Credit and Labour Struggles in Historical Perspective**. Frederickton, N. B.: Acadiensis Press, 1990. p. 86-101.

HORNSBY, Stephen J. **British Atlantic, American Frontier: Spaces of Power in Early Modern British America**. Lebanon: University Press of New England, 2005.

HORNSBY, Stephen J. **Nineteenth Century Cape Breton. A Historical Geography**. Montreal: McGill University Press, 1992.

HUFFORD, James. **Cruzeiro do Sul: A History of Brazil's Half Millennium**, vol. 1. Bloomington: AuthorHouse, 2005.

INNIS, Harold A. **The Cod Fisheries. The History of an International Economy**. New Haven: Yale University Press, 1940.

LEAR, W. H. History of Fisheries in the Northern Atlantic: The 500-Year Perspective. **Journal of Northwest Atlantic Fisheries**, n. 23, p. 41-73, 1998. Disponível em <<http://journal.nafo.int/J23/LEAR.PDF>>

LOBO, Helena Gama. **Receitas da Bahia**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.

LUBBOCK, Basil. **The Nitrate Clippers**. Glasgow: Brown, Son & Ferguson Ltda, 1932.

MAGOCSI, Paul Robert (Org. ). Channel Islanders. In: **Encyclopedia of Canada's Peoples**. Toronto: University of Toronto Press, 1999. p. 344-45

MALAUURIE, Jean. **Geo-Economie de la Morue** (tr. Geo-Economics of Cod Fisheries). Paris: Mouton and Co. , 1969.

MATTOSO, Katia Q. Os preços na Bahia de 1750 a 1930. In: MATTO-SO, Katia Q. **L'Histoire Quantitative du Bresil de 1800 a 1930**, Paris: C. N. R. S. , 1973. p. 167-182.

MATTOSO, Katia Q. Preços e necessidades alimentares. In: **Bahia século XIX: uma província do Império**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992. p. 556-578.

MIRANDA, Agenor Augusto de. **O Rio Sao Francisco**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936. Cf. capítulo As extraordinárias possibilidades do Rio São Francisco, p. 47-59.

MONTEIRO, Tania Penido. **Portugueses na Bahia na segunda metade do século XIX**. Porto: Secretaria de Estado da Emigração, Centro de Estudos, 1985.

NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. **Dez Freguesias da Cidade do Salvador**: aspectos sociais e urbanos do século XIX. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1986.

NEIS, Barbara. Competitive Merchants and Class Struggle in Newfoundland. **Studies in Political Economy**, n. 5, p. 127-143, primavera de 1981. Disponível em <<https://jps.library.utoronto.ca/index.php/spe/article/viewFile/13594/10471>>

NEVES, Maria Helena Franca. **De la Traviata ao maxixe**: variações estéticas da prática do Teatro São João. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 2000.

NOVAES, Flávio. Honra e glória da Bahia. **Correio da Bahia**, Salvador, 30 de abr. 2006. p. 6.

NUNES, Rosana Barbosa. Portuguese Immigrants in Brazil: An Overview. **Portuguese Studies Review**, v. 8, n. 2, p. 27-44, 1999-2000.

OLIVEIRA, Lucia Lippi, Os galegos em Salvador. In: **Nós e eles. Relações culturais entre brasileiros e Imigrantes**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006. p. 29-40.

OMMER, Rosemary E. **From Outpost to Outport. A Structural Analysis of the Jersey-Gaspe Cod Fishery, 1767-1886**. Montreal & Kingston: McGill-Queen's University Press, 1991.

PARSONS, L. S.; LEAR, William H. **Perspectives on Canadian Marine Fisheries Management**. Ottawa: National Research Council of Canada, 1993. citing a NORDCO (1981) study. "*Panama and El Valle de Anton Information, History, Tourist Facts and Points of Interest: Salt Cod, Slavery and Yams*" (no date). Disponível em <<http://elvalleinformation.wordpress.com/salt-cod-slavery/>>

PEARSE, Arno S. **Brazilian Cotton**: The Report of the Journey of the International Cotton Mission Through the Cotton States of São Paulo, Minas Geraes, Bahia, Alagoas, Sergipe, Pernambuco, Parahyba, Rio Grande do Norte. Manchester, U. K.: Tayloy, Garnett, Evans & Co. , 1922.

RIBEIRO, Alexandre Vieira. The Transatlantic Slave Trade to Bahia, 1582-1851. In: ELTIS, David; RICHARDSON, David (Orgs. ). **Exten-**

**ding the Frontiers. Essays on the New Transatlantic Slave Trade Database.** New Haven: Yale University Press, 2008.

PRICE, Richard. **Maroon Societies: Rural Slave Communities in the Americas.** Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1979.

RIDINGS, Eugene W. The Merchant Elite and the Development of Brazil: The Case of Bahia during the Empire. **Journal of Inter-American Studies and World Affairs**, v. 15, n. 3, p. 335-353, ago. 1973.

ROSADO, Abdon; CASTRO DE ARAÚJO, Ubiratan; TEXEIRA BORGES, Jafe. **Salvador era assim: memórias da cidade**, vol. 1. Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 1999.

RYAN, Shannon. **Fish out of Water: The Newfoundland Salt Fish.** St. John's: Breakwater Books, 1985.

SALAH, Jacques. **A Bahia de Jorge Amado.** Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, 2008.

SAMSON, Roch. Good Debts and Bad Debts: Gaspe Fisheries in the Nineteenth Century. In: CANDOW, James; CORBIN, Carol (Orgs.). **How Deep is the Ocean? Historical Essays on Canada's Atlantic Fishing.** Sydney, N. S.: University College of Cape Breton Press, 1997.

SANTOS, Mário Augusto da Silva. **A república do povo, sobrevivência e tensão: Salvador, 1890-1930.** Salvador: Edufba, 2001. p. 73-74

SANTOS, Mário Augusto da Silva. **Comércio Português na Bahia 1870-1930.** Centenário de Manoel Joaquim de Carvalho & Cia. Ltda. Salvador: S/A Artes Gráficas, 1977.

SHIELDS, Ed. **Salt of the Sea: The Pacific Coast Cod Fishery and the Last Days of Sail.** Lopez Island, WA: Pacific Heritage Press, 2001.

SILVA, Helio Schlittler. Índices de preços no comércio exterior do Brasil. **Revista Brasileira de Economia**, v. 6, n. 2, p. 69-103, 1952.

SIMMONDS, P. L. (Org. ). **Simmond's Colonial Magazine and Foreign Miscellany**, vol. 4. Londres: Simmonds & Ward, Foreign and Colonial Office, 1845.

SINCLAIR, Consul W. H. M. Report for the Year 1912 on the Trade of the Consular District of Bahia. **Diplomatic and Consular Reports**, n. 5076, Annual Series, jun. 1913.

SOARES, Celestino. **California and the Portuguese**: How the Portuguese Helped Build up California. Lisboa: S. P. N Books, 1939.

SOUZA, Christiane Maria Cruz de. A gripe espanhola em Salvador, 1918: Cidade de becos e cortiços. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 12, n. 1, p. 71-99 jan. /abr. 2005. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-59702005000100005&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-59702005000100005&script=sci_arttext)>

SPIX, Johann Baptiste; VON MARTIUS, Carl Friedrich Philippe. **Via-gem para o Brasil**, vol. 2. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.

STEELE, Ian K. **The English Atlantic, 1675-1740**. Oxford: Oxford University Press, 1986.

SUPER, John C.; WRIGHT, Thomas C. **Food, Politics, and Society in Latin America**. Lincoln: University of Nebraska Press, 1985.

THOMPSON, Susan J.; COWAN, J. Tadlock. Durable Food Production and Consumption in the World Economy. In: MCMICHAEL, Philip (Org. ). **Food and Agrarian Orders in the World-economy**. Westport: Greenwood Publishing Group Inc., 1995.

TURK, Marion G. **The Quiet Adventurers in Canada**. Madison: University of Wisconsin Press, 1979.

U. S. Bureau of Fisheries. Report of the Commission of Fisheries to the Secretary of Commerce and Labor. Washington D. C.: U. S. Government Printing Office, 1923.

VERGER, Pierre. **Notícias da Bahia 1850**. Salvador: Corrupio; Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1981.

VISSER, Margaret. Food and Culture: Interconnections. **Social Research**, v. 66, n. 1, p. 117-130, 1999.

WHITE, Arthur Silva. Newfoundland: A Study in Regional Geography. **Scottish Geographical Journal**, v. 30, n. 3, p. 113-128, 1914.



# A cidade de Salvador, no século XIX. Comércio de escravos<sup>1</sup>

**Maria Luíza Marcílio**

Professora Titular do Departamento de História da USP. Prêmio Internacional de História pela 54ª International Conference on Americas (2011-Viena)

## **Resumo**

Este artigo, fruto de um trabalho de pesquisa realizado no Arquivo Público, descreve a evolução urbana da cidade do Salvador, o crescimento da população e o comércio de escravos no século XIX.

## **Abstract**

This article, the result of a research conducted in the Public Archives, describes the urban evolution of the city of Salvador, population growth and the slave trade in the nineteenth century.

---

<sup>1</sup> Foi uma longa pesquisa realizada no Arquivo Público da Cidade de Salvador, auxiliada por três alunos da Faculdade de Filosofia de Assis, SP, onde eu trabalhava então e com o apoio financeiro substantivo da Fundação Ford. Rendo aqui minha homenagem ao Dr. Stanley Nicholson quem me procurou para oferecer o financiamento da Ford.

No século XIX, o município de Salvador, capital da Província da Bahia, esteve subdividido em paróquias, as unidades básicas do povoamento de cada município e por um processo histórico de cissiparidade, à medida que a população crescia, criavam-se novas unidades. No ano do primeiro recenseamento geral do país (1872), Salvador contava com 18 freguesias ou paróquias.

A documentação que colhemos para este estudo foi baseada nessas unidades administrativas-religiosas.

Começamos por uma breve visão do conjunto da população geral da cidade até o final da escravidão.

## **Evolução da População de Salvador até 1888**

Sendo a Capital da Colônia, porto principal desde sua fundação e núcleo central das primeiras e grandes fazendas de cana-de-açúcar, Salvador veria sua população crescer a ritmos acelerados, a partir de sua fundação (1549). Com a falta de mulheres brancas, começava cedo o processo de miscigenação do branco colono com as índias da terra, e logo mais com as escravas africanas. O rei de Portugal, em 1550, e por instâncias de seus povoadores, manda vir mulheres brancas dos Açores; no ano seguinte, chegam mais nove órfãs nobres, que se casaram com funcionários, agricultores e comerciantes, deixando numerosos filhos<sup>2</sup>. O envio de órfãs portuguesas continuou, sendo a forma de garantir aos colonos casamentos legais na Igreja e controlar as uniões livres.

Em 1549, o Rei concede licença de importação de negros do Congo e em 1551, chegam os primeiros escravos para servirem aos grandes senhores. Em 1581, os engenhos do Recôncavo estavam cheios de negros da Guiné. Calcula-se que, no ano de 1583, já havia cerca de 3 mil escravos nas lavouras e engenhos de cana do Recôncavo, ano em que a cidade de Salvador contava com quase 800 vizinhos.

---

<sup>2</sup> PRADO, J. F. de Almeida. *A Bahia e as Capitanias do Brasil(1530-1626)*, I, Rio de Janeiro: editora (?) 1919, p. 87.

“Ao entrar o século XVII, Salvador já se impunha como a maior e mais importante cidade da Colônia, com seus 8 mil habitantes brancos e alguns milhares de índios e pretos”.<sup>3</sup>

O século XVII foi cheio de atribulações para a população da cidade: ataques constantes de epidemias variadas e mortíferas; invasão holandesa, com a guerra para expulsar os invasores; constantes ameaças de índios; formação de quilombos de negros fugitivos da cidade. Na segunda metade do século os engenhos e fazendas de criar aumentaram, e também das plantações de tabaco e de algodão. Estes dois últimos produtos eram os melhores meios de trocas para a aquisição de negros, na África.

Com as primeiras contagens de população que Portugal realizou no século XVIII temos números mais realistas do tamanho da população.

**Tabela 1**  
População da Cidade de Salvador. 1757.<sup>4</sup>

Freguesias Urbanas	Nº de Fogos	Almas de comunhão
1. Sé Catedral	1436	8422
2. Conceição Praia	-	5464
3. Pilar	450	4119
4. S. Antonio Alem Carmo	—	4460
5. Rua do Passo	408	2028
6. Sacramento e Santana	1020	4313
7. S. Pedro Velho	1200	5926
8. Brotas	-	1069
9. Vitória	300	1522
<b>Total</b>		<b>37. 323</b>

<sup>3</sup> Azevedo, Thales. *Povoamento da Cidade de Salvador*: 2. ed. São Paulo: Cia Ed. Nacional, p. 137

<sup>4</sup> Cf. SILVA, Joaquim Norberto de Sousa. *Investigações sobre os recenseamentos da população geral do Império e de cada Província de per si, tentadas desde os tempos coloniais até hoje*. Anexo do Relatório do Ministério dos Negócios do Império(1870) Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1870; MARCILIO, M. L. (Org.). *La population du Brésil*. Paris: CICRED, 1975: 7-24.

Em 1775, o Governador Geral da Capitania, Manuel da Cunha Menezes procedeu a novo levantamento geral da população, cujo manuscrito está conservado no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa<sup>5</sup>. Por esse levantamento a Cidade da Bahia contava com 11.000 fogos e um total de 40.922 pessoas. Outros levantamentos foram encontrados por nos no século XIX. Para simplificar, registramos aqui apenas o censo de 1872 (o primeiro geral do Brasil) que apresentamos na Tabela 2.

**TABELA II<sup>6</sup>**  
**População da Cidade de Salvador – 1872**

Paroquias	Pop. Livre			Pop. Escrava			Total			Fogos
	H	M	T	H	M	T	H	M	T	
1. Sé	5874	7139	13013	1109	993	2098	6979	8132	15111	2048
2. S. Pedro	5989	6498	12397	1121	1225	2346	7110	7633	14743	1887
3. SS. Sacram. StAna	9447	8047	17494	296	164	460	9743	8211	17954	2366
4. Praia	3330	1010	4340	415	735	1150	3745	1745	5490	712
5. Vitoria	5493	3935	9428	989	1249	2238	6482	5184	11666	1174
6. Rua Passo	1602	1596	3198	210	228	438	1812	1824	3636	748
7. Pilar	3868	3569	7437	490	419	909	4358	3988	8346	1274
8. S. Antônio	7257	8246	15503	515	595	1110	7772	8841	16613	2487
9. Brotas	3490	1006	4496	317	277	594	3807	1283	5090	1005
10. Mares	1828	1750	3578	84	60	144	1912	1810	3722	491
11. Itapagipe	2341	2412	4753	543	471	1014	2884	2883	5767	920
12. Itapoan	2015	2266	4281	270	384	654	2285	2650	4935	894
13. Pirajá	1246	1290	2536	172	155	327	1418	1445	2863	574
14. Cotegipe	1052	700	1752	180	120	300	1232	820	2052	401
15. Paripe	1189	1065	2254	488	366	854	1766	1431	3108	427
16. Matoim	837	596	1433	447	566	1013	1284	1162	2446	256
17. Ilha de Maré	496	453	949	95	80	175	591	533	1124	197
18. Passé	2465	1334	3799	464	180	644	2929	1514	4443	1030
<b>TOTAL</b>	<b>59.819</b>	<b>52.822</b>	<b>112.641</b>	<b>8.201</b>	<b>8.267</b>	<b>16.468</b>	<b>68.020</b>	<b>61.089</b>	<b>129.109</b>	<b>18.864</b>

<sup>5</sup> AHU (Arquivo Historico Ultramarino de Lisboa), Capitania da Bahia, código 8745 e anexo, 8747 a 8749, 8759, 8751, 8810 a 8815.

<sup>6</sup> BRAZIL. Directoria Geral de Estatistica. Recenseamento da População do Império do Brazil a que se procedeu no dia 1º de agosto de 1872. Rio de Janeiro: 1873-1876, 23 vols.

A urbanização e o crescimento da população da cidade são notáveis nos cem anos, que antecedem o primeiro censo nacional, considerando-se as condições da época, sem deixar de lembrar as epidemias altamente mortíferas (febre amarela, *Cholera-morbus* – esta chega da Europa em 1855 – a varíola, apesar de já ser conhecida a vacina). Segundo a estatística mortuária, a “sífilis, a tuberculose, a febre tifóide e as pneumonias são as moléstias que fazem mais estragos na população”.<sup>7</sup> Cumpre lembrar ainda a alta mortalidade infantil e geral, particularmente no setor escravo. Outro flagelo com que lutava a população da cidade nessa época foi a seca do sertão, que por sua vez gerava fortes crises de subsistências como a de 1861 e de 1870,<sup>8</sup> por exemplo.

Assim, o fator migração explicaria o crescimento demográfico de Salvador, no século XIX. Esse fator provinha de duas fontes até 1850: da importação de escravos africanos e do êxodo das populações do interior rural.

Nos anos imediatamente anteriores a 1850 entraram pelo porto de Salvador, cerca de 15 navios, com média anual de 3000 a 4000 escravos. Só no ano de 1829, entraram 53 navios negreiros com 17.000 escravos.<sup>9</sup> Nos anos de 1840, apesar da proibição do tráfico negreiro, desde 1830, houve, nas cercanias de Salvador, particularmente nas ilhas do Recôncavo baiano e segundo Bethel, a entrada ilegal de 62.846 africanos.

Com o estancamento do tráfico, em 1850, aumentou o comércio interprovincial de escravos, diminuindo o número da população escrava na cidade. Vendia-se, então, mais escravos masculinos, o que resultou na desproporção crescente entre os sexos nesse segmento populacional. A queda da população escrava provocou então uma crescente demanda de mão-de-obra para os serviços domésticos e determinou o aumento do preço desses escravos.

<sup>7</sup> *Falla que recitou o Presidente da Província da Bahia... em 1º de maio de 1878, o Barão Homem de Mello.* p. 25 e 26

<sup>8</sup> A seca de 1861 durou mais de três anos e provocou, segundo o relatório da época, grande êxodo da população do interior para a capital e forte crise alimentícia nesta. *Falla recitada na Assembleia Legislativa... em 1861. Relatório apresentado ao Presidente da Província... em 1870.*

<sup>9</sup> BETHEL, Leslie. *On democracy in Brazil. Past and Present.* London, Institute of Latin American Studies, 1992, p. 71.

Agentes do sul passaram a atuar no Nordeste e Bahia, visitando famílias de pequenos e grandes produtores para a compra de escravos. Coincidia essa alta demanda por escravos no Sul com a expansão, em escala exponencial, das plantações de café nas Províncias do Rio de Janeiro e de São Paulo. Apenas, entre 1849 e 1852, foram exportados para o Rio de Janeiro, 11.426 escravos.<sup>10</sup> Entre 1850 e 1880, uma média de 3 mil escravos saíram anualmente do Nordeste para o Sul, segundo Galloway. Denunciava o Presidente da Província da Bahia em 1855: “[...] à continuar a imigração de escravos para os portos do sul. Sem que sejam de qualquer forma substituídos, ou impedido esse comércio bárbaro, que reproduz os horrores do antigo tráfico da Costa da África, empobrecendo a província. O imposto de 100\$000rs na exportação não é suficiente para diminuí-la. Durante o ano fim saíram da província 1835 escravos, a saber, 583 tirados da lavoura e 836 da cidade e seu termo, vilas e povoações e 416 sem declaração de procedência. Só para o Rio foram despachados 1692...”<sup>11</sup>

## Fontes e dados deste estudo de preços de escravos vendidos em Salvador, no século XIX

Por um feliz acaso foi conservada no Arquivo Municipal de Salvador, parte importante da coleção de livros notariais de venda e compra de escravos, das várias freguesias da cidade, cobrindo o período de

<sup>10</sup> In The slave trade papers series. Foreign Office 81. vol. 912, consul Morgan et Russel, Bahia, 17/2/1853. *Apud* GALLOWAY, J. H. The last years os slavery on the sugar plantations of Northeastern Brazil. *Hispanic American Historical Review*. LI, 4-nov. 1971, p. 589. Os números da entrada de africanos na Bahia varia. “[...] O tráfico continua a operar-se com a mesma atividade. Perto de 18 mil escravos já entraram, neste ano, na Bahia e está-se à espera de um numero ainda maior”. A Bahia em 1847. *RIHG da Bahia*, 1931, p. 538-540 (Carta de um embaixador francês a seu governo).

<sup>11</sup> *Falla recitada na abertura da Assembléia Legislativa da Bahia...* Relatório de Presidente de Província da Bahia de 1855, p. 38.

1837 a 1887.<sup>12</sup> Esse tipo de documentação é raramente encontrado<sup>13</sup>. Teriam os donos de cartório do país se submetido às ordens do Ministro da Justiça Rui Barbosa para que se queimassem todos os livros e documentos relativos aos escravos, pretendendo com isso, ingenuamente acabar com os traços da “chaga” da escravidão? Ou esses livros teriam sido perdidos pela ação dos homens, do tempo, ou dos bichos? Felizmente, diante da inércia geral, arquivistas, notários, padres, e tantos outros somados à ignorância da lei e à falta de leitura levaram muitos funcionários de bibliotecas e, sobretudo de arquivos a não darem uma caça completa aos documentos que registraram escravos. Um deles, foi a coleção de registros paróquias de batismos de casamentos e óbitos de escravos, mantidos pela Igreja. Seria desejável que pesquisadores buscassem livros notariais do Império nos arquivos dos próprios tabeliães de notas atuais.

Das 14 paróquias que conservaram seus livros encontramos 487, separados por paróquias e que registraram um total de 124.543 escravos. Essa coleção cobre as seguintes paróquias de Salvador:

<sup>12</sup> Um primeiro trabalho que realizamos com essa documentação, apenas para a paróquia de Pilar, foi publicado em Marcílio, M. L. Considerações sobre o preço do escravo no período imperial: uma análise quantitativa. *Anais de Historia* (Faculdade de Filosofia de Assis), 5, 1973: 179-194.

<sup>13</sup> Em nossas andanças pelos arquivos brasileiros (e do exterior) encontramos no Arquivo da Prefeitura de Bragança Paulista(SP) um Livro de Nottas de 1861-62 que em meio a outros registros estava uma escritura de venda de três escravos (1861), na Freguesia de Socorro. Dos escravos um de 40 anos, nação, e sua esposa de 30 anos crioula e uma criança de 12 anos, todos de cor preta por três contos e seiscentos mil reis. Na p. 13 desse livro há a venda de uma escrava de 24 anos, solteira, mulata por 1:500, 00; à p. 16 uma escrava crioula de 8 anos por 1:000) e a última à p. 17, um escravo crioulo, que “houve por herança” por 1:700, 00 (não deu a idade).

**TABELA III**  
**Livros Cartoriais, por Paróquias de registro**  
**da compra e venda de escravos em Salvador**

<b>Paroquias</b>	<b>Categorias</b>	<b>Data a 1ª Escritura</b>	<b>Nº de Livros</b>
1. Sé	Urbana	1838	21
2. Sto. Antonio Alem do Carmos	Urbana	1839	5
3. Vitoria	Urbana	1839	4
4. SS. Sacramento e Santana	Urbana	1838	31
5. Nª. Sª. Conceição da Praia	Urbana	1841	22
6. SS Sacramento da Rua do Passo	Urbana	1867	2
7. SS Sacramento do Pillar	Urbana	1838	15
8. S. Pedro o Velho	Urbana	1838	7
9. N. S. da Ilha da Maré	Urbana	1850	1
10. Nª. Sª dos Mares	Urbana	1874	4
11. Nª. Sª de Brotas	Suburbana	1864	1
12. Nª Sª da Piedade em Matoim	Suburbana	1872	1
13. Nª Sª da Penha de Itapagipe	Suburbana	1839	1
14. Nª Sª do Ó de Paripe	Suburbana	1852	2
<b>Total de Livro</b>			<b>117</b>

Cada escravo registrado trazia as seguintes informações:

Datas da escritura: dia, mês, ano

Nome da Freguesia

Nome do escravo (lembrando que o escravo não tinha sobrenome, ou nome de família)

Sexo

Idade presumível

Estado civil

Origem (apenas duas alternativas: brasileiro (**ladino** ou **crioulo** no

documento) e africano (**boçal** – porque não falava português). Em raros documentos era registrada a tribo de origem do escravo.

O estado físico (sadios – doentes – sem ou com defeitos físicos)

Profissões – informação eventual e sumaria (doméstico – lavoura, etc)

Tipo de transação: compra, venda, hipoteca, doação, locação de serviços, herança, etc.

Preço da transação em mil – réis.

Nem sempre, os escrivães anotaram todas as 11 características acima mencionadas. Houve muitos casos de omissão sobre idade, ou estado civil, ou profissão, etc. Não levantamos os nomes dos compradores e dos vendedores de escravos, nem das testemunhas do comprador e do vendedor. Procuramos apenas copiar integralmente duas escrituras, para que o leitor conheça essa documentação. Elas estão nos anexos.

Levantamos todas as escrituras num total de 14.064 escravos negociados, sendo 12.293 escrituras de venda de um único escravo e 1782 de vendas de conjuntos de dois ou mais escravos; nesse caso, o preço também é dado para o conjunto. Por essa razão estarão analisados aqui os casos de transação de um único escravo. Não podemos saber se foram registradas todas as transações

No meio dos dados gerais analisados para toda a cidade, decidimos tomar a Paróquia de melhor conservação dos dados e os mais ricos em informações, a freguesia urbana do Pilar, na cidade baixa, cujos registros cobrem o período de 1838 a 1882, para algumas análises.<sup>14</sup>

<sup>14</sup> Os primeiros resultados foram publicados em Marcilio, M. L. *et alli*. Considerações sobre o preço do escravo no período Imperial – uma análise quantitativa. *Anais de Historia* (Assis), 5, 1975:177-194. Infelizmente os dados levantados se perderam. O professor Rubens Murilo Marques, então professor titular de Estatística Matemática da UNICAMP, comprometeu-se em analisar estatisticamente os dados múltiplos, no único grande computador então existente no centro de Informática de sua Universidade. Ficou com os dados para serem digitalizados e depois analisados. Logo quando ia começar a tarefa foi nomeado Vice-reitor da UNICAMP. Os dados ficaram no centro e acabaram sendo extraviados por falta de se conhecer o dono dos mesmos. Havíamos previamente feito um ensaio com o computador dessa Universidade, cruzando os dados gerais e analisando os dados particulares de uma única paróquia, a do Pilar, como teste. Os dados de todas as paróquias da cidade seriam então analisados pela variação de seus dados cruzados. Fica aqui a sugestão para os jovens historiadores baianos

## As transações de escravos em Salvador

**Tabela IV**  
**Escrituras de venda e compra de um único escravo em Salvador<sup>15</sup>**

Freguesia	1837-1887 – Total de escravos	Porcentagem (%)
1. Sé	2351	19, 5
2. Santo Antônio	733	6, 0
3. Vitória	328	2, 7
4. Sacramento/Santana	1532	12, 5
5. Praia	3879	31, 5
6. Rua do Passo	307	2, 5
7. Pilar	1773	14, 4
8. São Pedro	782	6, 3
9. Maré	36	0, 3
10. Mares	351	2, 8
11. Brotas	32	0, 3
12. I tapagipe	71	0, 6
13. Matoim	7	0, 0
14. Paripe	69	0, 6
<b>TOTAL</b>	<b>12.293</b>	<b>100%</b>

Foram comercializados em grupos 4765 escravos, com registro em 1771 escrituras de tipo diverso, como mostramos na tabela V.

---

para levantar novamente e analisar essa rica e rara documentação. Hoje os recursos da informática são universalizados.

<sup>15</sup> “Nos primeiros tempos do tráfico, o preço médio de um escravo não excedia 50 mil-réis. Nos séculos seguintes, este preço foi aumentando para 100, 200, 300 mil-réis, até os altos preços de um conto de réis, que era quanto valia uma boa peça, nos últimos tempos da escravidão”. RAMOS, Arthur. *O negro na civilização brasileira*. s/ed. , p 41.

**Tabela V**  
**Tipos de escrituras de um único escravo transacionado por freguesia**  
**(1840-1888)**

Freguesia	Venda	Hipoteca	Doação	Arreto	Penhor	Débito	Acerto	Distrato	Total
1. Sé	2272	26	36	54	—	—	2	1	2391
2. S. Antonio	673	41	10	5	1	3	—	—	733
3. Vitoria	294	12	10	12	—	—	—	—	328
4. Sacramento/ Santana	1461	39	20	8	2	—	1	1	1532
5. Praia	3764	31	22	46	14	2	—	—	3878
6. Rua Passo	290	—	9	—	8	—	—	—	307
7. Pilar	1736	18	19	—	—	—	—	—	1773
8. S. Pedro	736	37	6	3	—	—	—	—	782
9. Maré	33	1	2	—	—	—	—	—	36
10. Mares	341	—	2	—	2	6	—	—	351
11. Brotas	27	—	3	2	—	—	—	—	32
12. Itapagipe	61	3	9	—	—	—	—	—	73
13. Matoim	7	—	—	—	—	—	—	—	7
14. Paripe	52	14	3	—	—	—	—	—	69
TOTAL	11. 747	222	151	130	27	11	3	2	12. 293

As transações de hipoteca, de arreto<sup>16</sup>, de penhor, de acerto, de destrato, foram raramente mencionadas na história da escravidão brasileira. As escrituras de um só escravo transacionado distribuíam-se nos seguintes tipos: Vendas – 11747 (95, 6%); Hipoteca – 22 (1,85%); Doação – 151 (1,2%); Arreto, 130 (1,1%); Penhor – 27 (0,2%); Débito – 11 (0,1%); Acerto – 3; Destrato – 2, num total de 12.293 registros. Como se vê, as vendas de escravos constituíam nos tipos quase totais de transação, o que explica a afirmação da historiografia de se referir apenas a esse caso.

Eram trocados de dono lotes de dois ou mais escravos de uma só vez, e com um único registro que somados deram um total de 4765. Se somados ao total do quadro anterior os escravos transacionados, no período em estudo, foram 17.058.

<sup>16</sup> **Arreto**, segundo o Dicionário da língua portuguesa de Antonio Moraes e Silva, de 1813, significava: “*Vender com pacto de tornar a vender ao vendedor; quando este quiser remir ou resgatar a coisa vendida*”.

**TABELA VI**  
**Distribuição dos escravos por preço, segundo grupos etários**

Preço Mil reis	0-4	5-9	10-14	15-19	20-29	30-39	40-49	50-59	60e+	Total
1-99	29	5	3	1	—	1	—	—	2	41
100-199	38	46	13	4	8	3	12	17	18	159
200-299	31	52	49	9	15	20	30	66	48	320
300-399	32	57	67	24	28	35	60	110	42	455
400-499	12	98	89	40	45	63	115	139	23	624
500-599	4	83	107	66	90	91	167	157	15	780
600-699	—	100	139	75	125	127	206	117	8	897
700-799	1	45	104	67	113	122	185	57	1	695
800-899	—	40	151	135	198	176	203	42	—	945
900-999	2	14	66	69	107	121	84	7	—	470
1000-1199	2	13	153	203	262	216	139	15	1	1004
1200-1399	2	4	58	110	136	103	45	5	1	464
1400-1599	2	—	13	34	48	37	12	—	—	146
1600 e +	1	1	2	3	17	8	8	—	—	40
<b>TOTAL</b>	<b>156</b>	<b>558</b>	<b>1.014</b>	<b>840</b>	<b>1.192</b>	<b>1.123</b>	<b>1.266</b>	<b>735</b>	<b>159</b>	<b>7.043</b>
%	2,2	7,9	14,4	11,9	16,9	15,9	18,0	10,5	2,3	100

A freguesia de Pilar, criada em 1718, estava situada na Cidade baixa. No ano de censo de 1872 tinha 8346 habitantes, distribuídos em 1274 residências. Estava entre as seis mais populosas da cidade, e a maior de todas as da cidade baixa. Sua população escrava era de 909 almas.

Em Pilar foram registrados, entre 1838-1882, 2527 transações de escravos, sendo 1190 homens e 1337 mulheres, o que representou 14, 4% de todos os registros da cidade. Deles 918 eram nascidos no Brasil e 822 na África sendo os restantes de origem não declarada. Raros os casos que declaravam ocupações fora das duas grandes categorias – lavoura e doméstico –; foram apenas 27 os casos de outras ocupações(sapateiros, ferreiros, marítimos, etc) ou “sem ofício”, ou ainda com “todo ofício”.

Desses, 965 tiveram suas ocupações principais declaradas (é importante lembrar que muitos dos transacionados eram crianças muito pequenas), 404 de lavoura, 489 domésticos, 13 para todo serviço, 20 para serviços de rua, ou de ganho, três lavadeiras, um serrador, cinco alfaiates, um de aprendiz de pedreiro, quatro pedreiros, um aprendiz de sapatei-

ro, nove de ofício de sapateiro, duas cozinheiras, seis marinheiros, dois serralheiros. um vaqueiro um ferreiro, um barbeiro, e uma quitandeira. No leque das ocupações dos escravos, os domésticos, somados aos da representaram em Pilar 893, ou seja, 92, 5% das transações dessa localidade (no conjunto das transações da cidade em todo o período, essas duas ocupações subiam a 96% de todas.

Comentando essa tabela lembramos que a idade do escravo é presumível. Registram-na pela aparência física do escravo ou por sua declaração. Ora, esta é dada por escravos em sua quase totalidade analfabetos absolutos e desconhecedores de números e de suas grandezas. Mas, vamos considerá-las. As maiores frequência de transações situam-se nas faixas etárias que vão dos 5 aos 24 anos, sendo que também nela estão os escravos registrados com maiores valores (quase a metade – 46,1%). A seguir vem aqueles entre 30 e 54 anos de idade, presumivelmente os mais experientes nos serviços esperados, ou os já cansados, doentes ou estropiados, que não trabalham mais tão bem.

Pelos anúncios de escravos à venda, em jornais da Bahia que pesquisamos, observamos que a maioria era de escravos jovens e sadios. Alguns exemplos: “[...] Nesta tipografia, se dirá quem compra para fora da Província, dois moleques, ladinos e duas negras, sendo moças”.<sup>17</sup> “Compra-se para fora da terra, escravos contanto que tenham bonita figura e pouca idade...”.<sup>18</sup> O mesmo levantamos no Diário de Pernambuco, onde se lê os anúncios: “Compram-se efetivamente para fora da província, escravos de 13 a 20 anos, sendo de bonitas figuras; pagam-se bem, na rua da Cadeia de S. Antonio, sobrado de um andar, de varanda de pau, n. 20”, ou outro:” Vendem-se 10 escravos sendo 3 moleques, peças de 13 a 15 anos, lindos, com ofícios; duas negrinhas de 12 a 14 anis, com habilidades e de bonitas figuras; 4 pretas de 20 anos, com habilidades; uma preta de 22 anos, bonita figura, na rua de Aguas Verdes n. 22 segundo andar”. Outro anúncio:” vende-se um moleque oficial de pedreiro, de idade de 16 a 18 anos, com condição de ser para fora da província”; “vende-se uma escrava de nação, de bonita figura, com 18 anos, com a condição de ser para fora da província”; vende-se uma escrava de nação de bonita figura,

<sup>17</sup> *Gazeta da Bahia*. 1/8/1842.

<sup>18</sup> *O Commercio*(Bahia). 25/4/1842.

com 18 anos, cozinha o diário de uma casa, lava muitobem, e tem princípios de engomar, no beco do Sarapatel, sobrado n. 12”.<sup>19</sup>

Para os raros documentos de registros de compra e venda de escravos que encontramos para outras localidades, pudemos perceber que a variável idade, sempre foi a característica mais importante na apreciação do valor do preço do escravo. No livro de compra e venda de escravos das paróquias de Santo Antonio da cidade de Recife, as únicas quatro escrituras conservadas, deixam ver que a idade aí também era o que mais importava no preço. O escravo africano de 36 anos valia 800\$000 e a escrava de 31, cabra, foi vendida por 450\$000, enquanto uma escrava crioula de 24 anos foi aferida por 1.250\$000 e outro de 18 anos por 1.150\$000.

Outra variável que pesava na aferição do preço do escravo era sua origem: se brasileiro (ladino, que falava português) ou africano (boçal, que ainda não dominava a língua do Brasil).

**TABELA VII**  
**Preço e Origem do Escravo. Salvador 1837-1887**

Preço em mil reis	Brasileiros	Africanos	Total de escravos transac.
1-99	50	32	82
100-199	194	178	370
200-299	394	558	952
300-399	563	808	1371
400-499	784	815	1599
500-599	751	575	1326
600-699	821	479	1300
700-799	608	305	913
800-899	820	351	1171
900-999	394	198	592
1000-1199	974	445	1419
1200-1399	471	202	673
1400-1599	164	114	278
1600 e mais	50	37	87
<b>Total</b>	<b>7.038</b>	<b>5.095</b>	<b>12.133</b>
%	58%	42%	-

<sup>19</sup> Diário de Pernambuco; 1/4/1845, p. 4

Nota-se que, no conjunto, os escravos africanos eram comercializados a preços menores. Analisando uma paróquia, a do Pilar, verificamos, pela análise de variação do preço que os de profissão doméstica no grupo etário de 35 a 44 anos, os de origem africana eram os mais caros.

**TABELA VIII**  
**Preço de Escravo por Profissão**

Preço em mil reis	Lavoura	Domésticos	Outros	Total
1-99	1	2	-	3
100-199	21	31	2	54
200-299	58	111	8	177
300-399	132	203	16	351
400-499	260	307	35	602
500-599	333	467	30	830
600-699	310	567	30	907
700-799	210	479	15	704
800-899	234	633	22	889
900-999	74	370	8	452
1000-1199	173	741	35	949
1200-1399	66	74	15	155
1400-1599	23	88	16	127
1600 e mais	8	21	6	35
<b>Total</b>	<b>1.903</b>	<b>4.094</b>	<b>238</b>	<b>6.235</b>
<b>%</b>	<b>30,5%</b>	<b>60,7%</b>	<b>3,8%</b>	<b>—</b>

Obs. Profissões não declaradas – 5778

Não esquecendo que os registros foram de escravos de grande cidade da época, é de se esperar que a maioria dos comercializados fossem de profissão doméstica, e não da lavoura.

**TABELA IX**  
**Estado Físico do Escravo por sexo**

<b>Sexo</b>	<b>Sadios</b>	<b>Doentes ou aleijados</b>	<b>Total</b>
Masculino	5380	150	5530
Feminino	6593	132	6525
<b>Total</b>	<b>11.973</b>	<b>282</b>	<b>12.255</b>
<b>%</b>	<b>97,7%</b>	<b>2,3%</b>	<b>—</b>

Raramente escravos doentes ou com deficientes físicos eram comercializados. Os que denominamos sadios vinham declarados “sem vícios e defeito algum”. Aos doentes vinham declarados “rendido”, “doente de cansaço” (o mais frequente), “cansado”, “hérnia”, ou mencionava-se o tipo de defeitos, onde transparece acidentes de trabalho, maus tratos, e efeitos de castigos corporais: “falta de um dedo em cada mão”, “com uma perna”, “sem um pé”, “com uma mão”, sem um olho” e outros.<sup>20</sup> Segundo o viajante Charles Ribeyrolles, a exploração do trabalho escravo era forte: “Nos sítios de lavoura, várzeas de cana ou morros de café, os negros, homens e mulheres, põem-se a mourejar até as nove ou dez horas. Em seguida, almoçam. Vêm as cuias de feijão cozido com gorduras e misturado com farinha. Repouso de meia hora. Em certas fazendas concedem-se alguns minutos para o cachimbo. Dentro de uma hora, recomeça a faina. O feitor vai chamando as turmas à formatura. Ativam-se as capinas e as colheitas, conforme as estações e as culturas. O jantar é servido entre duas e três horas. Feijão e angu... o trabalho continua depois de uma hora e meia, estendendo-se até o anoitecer... na volta à habitação... canjica, arroz e feijão compõem essa refeição vespertina”.<sup>21</sup> Isso se dava nas grandes fazendas e engenhos. Nas pequenas propriedades a alimentação era mais parca e a exploração do trabalho era mais intensa. Não deixamos de assinalar uma

<sup>20</sup> Sobre castigos e maus tratos ver RAMOS, Arthur. *Os negros na civilização brasileira*. Brasileira, p. 46: “[...] as deformações físicas, as mutilações do corpo, as cicatrizes... aparecem como consequência dos maus tratos, do excesso de trabalho, das condições deficitárias de higiene...”

<sup>21</sup> RIBEYROLLES, Charles. *Brasil Pitoresco*. V. 2- T. 3- São Paulo: Cia Editora Nacional, 1941, p. 34.

prática bárbara em toda a História do Brasil e por vezes denunciada, do abandono, sem tratamento, dos escravos muito velhos e dos doentes graves. Registramos uma dessas denúncias do século XVIII, feita o Rei pelo Vice-Rei Conde de Niemeyro, da Bahia (1-9-1719) “Consta-me por pessoas zelosas, tementes a Deus, e que nesta Cidade vivem com ânimo mais pio, e católico, que alguns moradores desta Capitania que costumam ter escravos ou para serviço das suas fazendas, ou das suas casas, se alguns, ou pelos anos, ou pelos achaques se incapacitam para ter-lhes préstimo, os deitam de si, e param a sua sustentação, com ânimo tão malévolo e ferino que escandaliza os de coração mais piedoso, e assim tem sucedido já acharem alguns negros mortos pela rua, e ao desamparo...”<sup>22</sup>

**TABELA X**  
**Estado Físico do Escravo e Preço**

<b>Preço em mil reis</b>	<b>Sadio</b>	<b>Mau</b>	<b>Total</b>
1-99	81	5	86
100-199	351	33	384
200-299	935	32	967
300-399	1346	40	1386
400-499	1573	42	1615
500-599	1304	39	1343
600-699	1273	38	1311
700-799	897	22	919
800-899	1163	18	1181
900-999	592	7	599
1000-1199	1421	6	1427
1200-1399	678	-	678
1400-1599	279	-	279
1600 e mais	87	-	87
<b>Total</b>	<b>11.980</b>	<b>282</b>	<b>12.262</b>

<sup>22</sup> Arquivo Histórico Ultramarino- Bahia-Cx 25.

Nas análises de variância que fizemos com os dados de Pilar para conhecer as possíveis diferenças dos preços entre sexo, profissão e grupo etário, os resultados demonstraram a não significância da interação em ambas as análises, de escravos da lavoura e de escravos domésticos. Para a “doméstica” observamos que o preço médio do escravo do sexo masculino foi 882\$098 suficientemente superior ao feminino de 772\$915. Para a profissão lavoura o preço médio dos homens foi 685\$710 e das mulheres 615\$319 esta diferença não se revelou estatisticamente significativa. Este resultado sugere que uma vez presente a ocupação lavoura, o sexo deixa de ser relevante.

No que tange à variável idade, notamos que o preço médio do escravo cresce dos 5 ao 34 anos de idade, onde atinge o maior valor, decrescendo a seguir, após essa idade e isso para ambos os sexos e para as duas profissões consideradas. As classes etárias mais valorizadas era a de 25-34 anos para ambos os sexos na profissão lavoura e para o sexo masculino na profissão doméstica. Considerando-se as duas profissões os maiores preços eram conferidos aos escravos qualificados para os serviços domésticos, para os dois sexos e em todos os grupos etários.

No conjunto, comercializava-se muito poucos escravos com deficiências físicas, o que não é novidade.

## Considerações gerais

Alguns dos resultados acima foram inesperados, algumas vezes destroem concepções aceitas. Manda a prudência que não tiremos conclusões precipitadas com este estudo preliminar. Nossa esperança é de que outros pesquisadores, estimulados por estes dados possam enfrentar análise mais ampla do fenômeno. De qualquer modo avançaremos algumas indagações sugeridas pelos resultados e apresentamos algumas hipóteses que a análise estatística permitiu.

1. Com a extinção do tráfico negreiro é de conhecimento geral que a entrada de negros africanos no Brasil não foi extinta imediatamente. Através do contrabando chegavam africanos no litoral brasileiro. Apesar disso o número de negros africanos caiu verticalmente e exatamente no momento de crise de mão-de-obra devido à

concomitante expansão da lavoura cafeeira no Sudeste. Ora a mão-de-obra escrava do Nordeste e da Bahia começava a ser desviada em larga escala, no momento em que nos ocupa, para as regiões fluminenses e paulista, em expansão econômica, dado que o Leste e o Nordeste entravam em crise com a decadência da lavoura canavieira.<sup>23</sup> A mentalidade imediatista levaria à valorização maior do escravo em plena idade de trabalho 15-24 e 25-34.

2. Com a cessação do tráfico os riscos de importação passaram a ser enormes e por isso mesmo o capital investido no tráfico ilegal esteve sujeito a maiores perdas. O escravo africano que consegue chegar ao Brasil, após 1850, necessariamente era taxado alto, para cobrir riscos e perdas dos traficantes contrabandistas. Na Bahia houve tradicional preferência pelos escravos africanos, os boçais, não aculturados, com menor propensão a revoltas e fugas.
3. Na cidade de Salvador de grande população, pode-se pensar na procura mais alta de escravos para os serviços domésticos, daí terem preços maiores e neste caso, foram os homens de ocupação domésticos os mais caros.

## ANEXOS

### Documento 1

#### **Registro Integral de uma Escritura de compra e venda de Escravo<sup>24</sup>**

Freguesia da Vitória – Salvador – 1839

Livro 74. 2 (1834-1854)

Arquivo Municipal de Salvador-Bahia

Escritura de venda, compra, paga e quitação que faz Bras Car-

<sup>23</sup> Em 1855, o Presidente da Bahia escrevia: “[...] a continuar a imigração de escravos para os portos do sul, sem que seja por qualquer forma substituídos, ou impedido esse commercio bárbaro, que reproduz os horrores do antigo trafego da Costa d’Africa, empobrecendo a Província.” Falla recitada na abertura da Assembléia Legislativa da Bahia... 1/3/1855, p. 38.

<sup>24</sup> Apenas nestes dois documentos anexos conservamos a ortografia antiga, como consta dos documentos.

dozo Paranhos, a Francisco José de Souza, de huma escrava de nome Hellena, nação Moçambique, pela quantia de 200\$000.

Saibam quantos este publico instrumento de Escriptura de compra, venda, paga e quitação virem, ou como em direito melhor no mesmo lugar tenho que sendo, no anno de nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oito centos e trinta e nove; aos vinte três dias do mês de maio do ditto anno, nesta leal e valorosa cidade da Bahia, Freguesia de N. S. da Victoria, em esse cartório compareceram partes presentes, havidas, e contratadas, a saber como vendedor Bras Cardoso Paranhos, e como comprador Francisco José de Souza, pessoas tais de mim Tabelião de Paz reconhecidas pelas próprias de que faço menção. E pelo vendedor e primeira oltorgante, me foi dito perante as testemunhas no fim designadas, que elle era legitimo senhor e possuidor de huma escrava de nome Hellena, de nação Moçambique, a qual vende, como vendido tem de ato muito próprio ao comprador Francisco José de Souza, pelo preço e quantia de duzentos mil reis, mais as correntes partes recebido neste acto, a quantia acima, do dito comprador, cuja escrava se acha livre e desembaraçada de qualquer onnus, ou hipoteca que possa haver, e quando haja, elle vendedor se obriga a si, prestará a authoria se exigido for pelo comprador, e por esta lh paga, geral e irrevogável quitação para mais nunca lhe ser pedida. E pelo comprador dito Francisco José de Souza, me foi tão bem dito, que lhe aceitava a presente venda que lhe fazia, da referida escrava, por assim estar justo e contratada com vendedor na forma expendida.

E por todos me foram mais dito, que prometerão manter a guardar e cumprir a presente Escriptura com todos as suas cláusulas; tendo pago a meia Sisa respectiva como mostra os documentos segue conhecimento do pagamento da meia Sisa... esta de numero 848. Nesta Recebedoria de Rendas Internas pagou Francisco José de Souza a quantia de dez mil reis de meia Siza correspondente a duzentos mil reis, importância por que comprou a Bras Cardoso Paranhos huma escrava Moçambique de nome Hellena, cuja quantia fica lançada em debito ao actual Administrador Thesoureiro desta Recebedoria a folhas setenta e três verso do livro segundo da Receita.

Bahia 23 de maio de 1839. Pelo Administrador Thesoureiro:

Francisco Germano Cordeiro de Castro, Pelo Escrivão, João José da Silva.

Depois de feita esta, eu Tabelião li perante ellas que reciprocamente authografarão e e aceiteirão, e eu Tabelião como pessoa pública lavrei em meu livro de notas para dar as trasladas necessárias; sendo tudo presente por testemunhas abaixo assignadas que com os outhorgantes e comigo Alvino Ferreira Borges, Tabelião nesta Freguesia a escrivi.

\*\*\*

## Documento 2

### **Registro Integral de uma Escritura de compra e venda de Escrava** Freguesia da Sé – Salvador ano de 1838

Livro n. 82. 1

Arquivo Municipal de Salvador-Bahia

Esriptura de venda, paga e quitação que faz Dona Maria Feliciana da Conceição de huma escrava de nome Luiza, da Nação Gegê, a João Batista Ferreira pela quantia de cento e cinquenta mil reis.

Saibam quantos este público instrumento de Esriptura de venda, paga e quitação, ou como direito melhor, nome e lugar tenham, virem, que sendo no anno de Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos e trinta e oito aos dezessete dias do mês de Agosto, do dit0 anno, nesta leal valorosa cidade de San Salvador, Bahia de Todos os Santos e segundo Distrito da Freguesia da Sé, em meu Cartório, comparecerão presentes as partes contratantes de huma como vendedora Dona Maria Feliciana da Conceição, e comprador João Baptista Ferreira, pessoas reconhecidas pelas testemunhas ao diante assignadas e estes por mim Escrivão que dou fé, em presença dos quais e pela vendedora me foi dito que sendo senhora e possuidora de huma Escrava de nome Joaquina, digo Luiza, Nação Gegê, livre e desembaraçada aqui pelas referidas testemunhas assim foi confirmado ser da própria vendedora, a qual vendia e de facto vendida tem ao referido comprador João Baptista Ferreira, pelo preço e quantia de cento e cincoenta mil reis que

ao fazer desta recebeo a dita compradora, digo a dita vendedora e com todos os achaques novos e velhos e por isso dava juz e irrevogável quitação demitindo de si na pessoa do comprador todo o domínio e posse que até e então tinha na referida escrava por ser esta venda feita de sua bem vontade e sem constrangimento algum e poderá gozar como sua que He fica sendo por virtude do presente instrumento obrigando-se a todo tempo fazer boa venda e sucedendo o contrário, digo esta venda; e assim pelo comprador foi dito que aceitara a prezente Escripura a elle feita com todas as suas cláusulas e condiçoens e de cuja compra na forma da Lei satisfez a competente Ciza como dou conhecimento de todo theor seguinte: Conhecimento do Pagamento de Meia Ciza a vista – Numero cento e trinta e oito – Nesta recebedoria de vendas internas pagou João Baptista Ferreira a quantia de set mil e quinhentos de meia Siza, correspondente aos seus cento e cincoenta mil reis, importância por que comprou a Dona Maria Felician da Conceição huma escrava de bome Luiza, Gegê, cuja quantia fica lançada a débito ao atual administrador Thesoureiro d’ esta recebedoria – as folhas doze do livro segundo da Receita. Bahia, dezesete de agosto de mil oitocentos e trinta e oito, o Administrador Thesoureiro Joaquim Carvalho da Fonseca; o Escrivão Francisco Germano Cordeiro de Castro e na conformidade da mesma lei me pedirão lavrasse este instrumento; nesta nota em que assignarão com as testemunhas, eu Francisco Ernesto Ribeiro, escrevy, declarei que por não saber o comprador João Baptista Ferreiro assignou a seu rogo Antonio Pereira da Silva e eu Escrivam escrevi e assigney.

Francisco Ernesto Ribeiro

Maria Felician da Conceição

A Rogo de João Baptista Ferreira,

Antonio Pereira da Silva

Francisco Joze Correia do Rego e

Joze Antonio Jamilio (ass) 1838

Revista do Instituto  
do Instituto  
stido do Instituto  
Geográfico e  
ráfico e História

Espaço aberto  
Memorial Dois  
de Julho



## No Dois de Julho de 2014

**Consuelo Pondé de Sena**

Presidente do IGHB

Esta é uma celebração atípica, na qual se misturam sentimentos cívicos, com manifestações políticas de momento e um certo desassossego em relação ao programa eleitoral dos partidos em busca da vitória dos seus candidatos ao cargo majoritário do Estado.

Pena que a uma comemoração do valor simbólico do Dois de Julho se superponham interesses pessoais, políticos ou de qualquer outra natureza, quando a festa cívica requer uma revivescência dos fatos honrosos do passado, aqueles mesmos que alimentaram o patriotismo dos que sonharam com a conquista da liberdade.

Foram vidas e mais vidas imoladas no turbilhão da guerra que se alastrou pelos campos da Bahia. Foram famílias desfalcadas dos seus entes queridos entregues ao sonho da vitória contra os dominadores. Foi o sacrifício de Joana Angélica trespassada pelas baionetas assassinas na defesa do Convento da Lapa, mártir da Igreja engajada no espírito de defesa da nossa cidade. Foram os habitantes das vilas confederadas, que primeiro se insurgiram contra a calamidade que se instalara na

Cidade da Bahia, desde os tristíssimos acontecimentos de 1821. Foi a fuga de Maria Quitéria do sítio paterno, em São José das Itapororocas, para engajar-se, travestida no soldado Medeiros, no brioso Batalhão dos Periquitos, no qual deu repetidas mostras de bravura e de patriotismo. Foram os soldados anônimos, os batalhões da Torre e dos Henriques, irmanados no sentimento comum de defesa da nossa terra. Foram famílias inteiras desmobilizadas de suas residências na capital para uma fuga intencional para o Recôncavo, onde se reuniram aos patriotas ali estabelecidos para prepararem a investida e avançarem sobre a capital subjugada. Foram os combativos soldados que pelejaram no Funil, na Ilha de Itaparica, onde a bravura de João das Botas deu mostras da sua combatividade. Também foi nos campos de Itapuã, Pituba, Largo da Conceição, Cabrito e Pirajá que nossa gente sofrida disse um basta à dominação portuguesa.

Recapitulemos, superficialmente, que a luta armada na Bahia se consubstanciou na participação efetiva do Exército e da Marinha do Brasil, da vinda da Expedição Auxiliadora, que partiu do Rio de Janeiro na manhã de 14 de julho de 1822 sob o comando do Chefe de Divisão, português Rodrigo Antônio de Lamare, com um diminuto número de corvetas Maria da Glória e Liberal. Quando se encontravam a sudoeste de Salvador foram avistados pelos membros da Divisão da Marinha de Guerra de Portugal, que haviam ocupado a entrada da baía de Todos os Santos. Rodrigo de Lamare percebeu que deveria recuar e conduzir seus navios para o litoral das Alagoas, a fim de desembarcar em Maceió. Não havia outra saída, como, igualmente Pedro Labatut, procedente do Rio de Janeiro dirigiu-se a Recife dada à impossibilidade de desembarcar na Bahia. Ali foram incorporados 250 soldados e oficiais militares brasileiros, dentre os quais se destacava o coronel José de Barros Falcão de Lacerda, que, por ordem do Príncipe – Imperador do Brasil a partir de 12 de outubro de 1822, passou a convocar mais soldados e dinheiro para custear a guerra da Bahia. De Recife as tropas seguiram para Penedo, continuando em direção a São Cristóvão (Sergipe) para em 25 de outubro alcançar a vila de Inhambuê. Daquela praça escreveu ao Conselho Interino do Governo, comunicando que ordenara ao coronel Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque que juntassem todas as forças na Feira de Capuame. Da data da saída da expedição do Rio de Janeiro para a Bahia em 25

de outubro de 1822 até chegada de Labatut à Bahia, decorreram três meses e alguns dias. Observar que, nesse período, o Brasil proclamara a Independência em 7 de setembro de 1822. E que, ao regressar ao Rio de Janeiro, D. Pedro fora aclamado Imperador.

Coube a Labatut, mercenário francês, contratado por D. Pedro, organizar o exército, encontrando-se com as tropas da Casada Torre em Pirajá ao ali se aquartelar no dia 3 de novembro e instalar a primeira administração central da guerra pela Independência do Brasil. Sobre situação da tropa, informou Labatut a José Bonifácio sobre a sua precariedade. Mesmo assim, com todas essas deficiências, coube ao comandante em chefe francês organizar o exército em duas Brigadas, sendo a primeira, à direita de Pirajá, e a segunda, para atender o trecho de Armação a Itapuã.

Não há clima para discorrer sobre a história dos acontecimentos que culminaram com o Dois de Julho de 1823. Contudo manda a minha consciência cívica e obriga-me a condição de presidente do Instituto Geográfico e Histórico, quando a Casa da Bahia completa 120 anos, que reafirme, alto e bom som, terem os combates ocorridos na Bahia consolidado a independência pátria, legando à nossa gente um lugar de destaque no seio da sociedade brasileira, lugar que jamais poderá ser postergado em benefício de interesses menores dos dias de hoje. Para concluir esta aligeirada alocução, basta fazer a entrega oficial dos carros emblemáticos do Dois de Julho ao DD. Prefeito de Salvador, ACM Neto, e rememorar o conceito do notável historiador Tobias Monteiro: “A resistência baiana decidiu a unidade nacional”.



# Política partidária e festa popular: o “Incidente Frias Villar” e o Dois de Julho de 1875

**Hendrik Kraay<sup>1</sup>**

Professor de História, Universidade de Calgary (Canadá)  
Sócio-correspondente do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia

## **Resumo**

Este artigo analisa o conflito travado entre o 18º Batalhão de Infantaria e o batalhão patriótico do Liceu de Artes e Ofícios no dia 2 de julho de 1875. As reportagens sobre o incidente e o debate político em torno dele revelam a importância da festa do Dois de Julho, como se fazia política na época e como os interesses de classe eram compartilhados pelos partidos liberal e conservador.

**Palavras-chave:** Dois de Julho, Festas, Política Imperial, Exército Brasileiro

---

<sup>1</sup> A pesquisa foi, por diversas vezes, financiada pelo Social Sciences and Humanities Research Council (Canadá). A não ser que seja indicado, ou pelo título do jornal ou pela indicação do local de publicação, todos periódicos citados foram publicados em Salvador. Revisão do português de Heldson Lima Chagas.

## **Party Politics and Popular Festivals: The “Frias Villar Incident” and 1875’s *Dois de Julho***

### **Abstract**

This article analyzes the conflict between the 18th Infantry Battalion and the patriotic battalion of the Liceu de Artes e Ofícios on 2 July 1875. The reports about the incident and the political debate surrounding it reveal the *Dois de Julho* festival’s importance, how politics was conducted at the time, and the shared class interests of the Liberal and Conservative parties.

**Keywords:** *Dois de Julho*, Festivals, Imperial Politics, Brazilian Army

A história da comemoração do *Dois de Julho* está repleta de episódios curiosos e conflitos dramáticos que marcaram a vida e a cultura da sociedade soteropolitana. Guardados pela tradição oral e registrados por cronistas e folcloristas, fazem parte do patrimônio cultural da Bahia. Um desses conflitos ficou conhecido como “O Incidente Frias Villar”, como João da Silva Campos o denominou em 1930, num texto publicado nesta revista (CAMPOS, 1930, p. 458-462). Trata-se de um choque entre praças do 18º Batalhão de Infantaria, comandado pelo Tenente-Coronel Alexandre Augusto de Frias Villar, e integrantes do batalhão patriótico do Liceu de Artes e Ofícios no dia 2 de julho de 1875, que deixou um saldo de dois civis mortos e nove feridos. Depois do conflito, a cidade de Salvador viveu três dias de tensão, até que o batalhão embarcou para a Corte na noite de 4 para 5 de julho.

O episódio em si talvez não merecesse mais um texto, mas uma análise da cobertura jornalística revela detalhes significativos desconhecidos pelos que já escreveram sobre ele, e abrem perspectivas sobre a relação entre a política partidária, a festa popular e a imprensa. Os periódicos baianos de 1875 não estão mais disponíveis à pesquisa por causa do seu estado de conservação precário, mas muitos dos seus artigos sobre o incidente foram transcritos por periódicos da Corte, de Pernambuco, ou por jornais baianos posteriores, o que possibilitou a redação deste artigo.

Como bem apontou Campos, o Dois de Julho de 1875 foi o último “dos velhos tempos” e, neste texto, pretendo enquadrar o incidente na história da festa (CAMPOS, 1930, p. 458). A crise da primeira semana de julho de 1875 demonstra as profundas clivagens entre os partidos conservador (no poder) e liberal (na oposição), mas a colaboração da liderança liberal na província com o presidente conservador no sentido de manter a ordem revela os interesses de classe que os dois partidos compartilhavam. A cobertura dos acontecimentos pela imprensa baiana e o debate sobre o incidente nas páginas da imprensa da Corte, durante as primeiras semanas de julho, são muito reveladores de como se fazia política na época. A história política baiana da segunda metade do século XIX ainda é quase terra incógnita e espera-se que este texto seja uma modesta contribuição ao estudo desta área.

Campos (1880-1940) não foi o primeiro estudioso a escrever sobre o incidente. Antes dele, Rosendo Moniz (1845-1897), Manuel Raimundo Querino (1851-1923) e Francisco Borges de Barros (1882-1935) escreveram algumas linhas sobre o mesmo. Tanto Moniz como Querino culpam a “soldadesca” e seu comandante, que “mandou carregar baioneta sobre a gente inerte”. Querino louvou o papel do chefe do Partido Liberal, Manoel Pinto de Sousa Dantas, que assistiu ao enterro da primeira vítima, o tipógrafo João Albino de Almeida, e que ajudou na manutenção da ordem quando o povo queria vingar-se da tropa. Ambos descreveram o embarque apressado do batalhão, bem como a tentativa de linchar o tenente-coronel quando ia numa cadeira de arruar ao porto. É provável que Querino tenha se baseado, em parte, no trecho sobre o incidente de Rosendo Moniz, pois conhecia a biografia deste de seu pai, o poeta Francisco Moniz Barreto. A biografia tem um pequeno histórico da comemoração do Dois de Julho e Querino chegou a transcrever alguns parágrafos dele no seu artigo (QUERINO, 1923, p. 104-105; MONIZ, 1886, p. 80-81)<sup>2</sup>. Barros é menos contundente em condenar aos soldados e não acrescenta nada aos fatos registrados por Rosendo Moniz, mas Campos relata alguns detalhes que ouviu de seu pai ou que encontrou “na tradição” (BARROS, 1918, p. 159; CAMPOS, 1930, p. 461-462).<sup>3</sup> É possível que o jovem Querino

<sup>2</sup> Querino erra ao dar o ano de 1873 para o incidente.

<sup>3</sup> Barros erra ao dar o ano de 1876 para o incidente. A versão do texto dele publicado

tenha presenciado o incidente, pois estava em Salvador na época; tinha fortes ligações com o Liceu e podemos até imaginar que ele fizesse parte do batalhão patriótico que se chocou com o 18º Batalhão. Como ele não disse nada a respeito de sua participação, todavia, isso não passa de especulação. É pouco provável que Rosendo Moniz tenha presenciado o incidente, pois morava no Rio de Janeiro desde a Guerra do Paraguai, onde completou sua formação em medicina e, posteriormente, se tornou professor do Colégio D. Pedro II (SACRAMENTO BLAKE, 1902, p. 167). Numa nota de rodapé, ele lembra o debate político depois do incidente, que deve ter acompanhado nos jornais da Corte: conservadores culpavam os liberais pelo incidente e os liberais louvaram a atuação do chefe do partido na Bahia, Dantas, a quem atribuíram a manutenção da ordem (MONIZ, 1886, p. 81).

Na época, governava a província o conservador Venâncio José de Oliveira Lisboa (desde junho de 1874).<sup>4</sup> D. Pedro II acabara de indicar o velho Duque de Caxias para a presidência do conselho de ministros, em substituição a José Maria da Silva Paranhos (o Visconde do Rio Branco). O Partido Liberal, afastado do poder desde 1868, estava chefiado na Bahia por Dantas, redator do *Diário da Bahia*, que servia de órgão do partido. O *Jornal da Bahia* e o *Correio da Bahia* eram jornais conservadores (CALMON, 1949, p. 125-126; SILVA, 1979, p. 64, 153; TORRES; CARVALHO, 1911, p. 70-72). Salvador estava ligado ao Rio de Janeiro por telégrafo desde 1874, o que possibilitava o envio rápido de notícias (nem sempre exatas) e de ordens (nem sempre cumpridas) entre a Corte e a província (sobre a inauguração do cabo submarino, ver WILDBERGER, 1949, p. 638). Na Corte, havia dois órgãos partidários, *A Nação* (conservador) e *A Reforma* (liberal); ambos discutiram amplamente o significado do incidente, enquanto o *Jornal do Commercio* mantinha sua neutralidade na política, mas abria suas colunas pagas a textos partidários. Também encontrei artigos sobre o incidente no *Diário do Rio de Janeiro* e no *Diário de Pernambuco*, principalmente transcrições de periódicos baianos.

---

em 1934 contem apenas ligeiras alterações (BARROS, 1934, p. 377-378).

<sup>4</sup> Campos erra ao identificar Henrique Pereira de Lucena como o presidente; Lucena governou a província de 1877 a 1878 (CAMPOS, 1930, p. 460; GALVÃO, 1969, p. 85).

A guarnição de Salvador era composta de dois batalhões de infantaria e uma companhia de cavalaria. O 18º Batalhão de Frias Villar fora estacionada na cidade depois da Guerra do Paraguai; o 16º Batalhão de Infantaria tinha uma longa história na província, e muitos dos seus soldados e oficiais eram baianos (sobre a guarnição, ver KRAAY, 2004). Tudo não corria bem na guarnição, e o comandante das armas, o Brigadeiro João do Rego Barros Falcão, a suprema autoridade militar na província, queria se livrar de Frias Villar. Duas vezes havia recomendado a remoção do tenente-coronel por causa de sua “audaciosa altivez, como pela desenvoltura de língua contra seus superiores”.<sup>5</sup>

Na década de 1870, a festa do Dois de Julho, já uma tradição baiana antiga, passava por mudanças significativas. A grande procissão noturna, denominada a “Noite Primeira”, durante a qual os carros foram levados da cidade para Lapinha na véspera do grande dia, havia sido suprimido no início da década de 1860, quando da inauguração do Pavilhão da Lapinha para guardar os caboclos e os seus carros. Há indícios de que o entusiasmo pela festa diminuiu durante a Guerra do Paraguai (1864-1870). Depois da reforma da Guarda Nacional de 1873, a milícia cidadã, desorganizada pelo serviço pesado durante a Guerra, deixou de participar da grande parada do dia 2. Nela, os carros emblemáticos do caboclo e da cabocla faziam sua entrada à cidade, acompanhados por batalhões patrióticos (corporações civis organizados por ofício, por bairro ou por instituições como o Liceu e outros colégios) e pelo povo. Em 1874, Dantas promoveu a restauração da procissão noturna da Noite Primeira, inovação registrada por Querino.<sup>6</sup> Ao que parece, a iniciativa de Dantas fez parte dos esforços do Partido Liberal de mobilizar o apoio do operariado soteropolitano, o que resultou na organização de uma efêmera Liga Operária em 1876. O fracasso da Liga foi uma grande decepção para Querino, que

<sup>5</sup>

Comandante das Armas para o Presidente, Salvador, 5 jun. 1875 (reservado), Arquivo Público do Estado da Bahia, Seção de Arquivo Colonial e Provincial (doravante APEBa/SACP), m. 3434. Sobre Barros Falcão, ver LAGO, 1942, p. 125-131.

<sup>6</sup> Essas mudanças na festa serão analisadas no livro que estou escrevendo, com o título provisório de “Patriots, Politics, and Parades: The Dois de Julho Festival in Bahia”.

rompeu com o partido pouco depois dele subir ao poder em janeiro de 1878 e passou para uma posição republicana (LEAL, 2010, p. 240-253).

Não achei comentário significativo na imprensa sobre a restauração da procissão da Noite Primeira em 1874, mas foi repetida com entusiasmo em 1875, segundo o *Jornal da Bahia*: Nove batalhões patrióticos, “numerosos [e] luzidamente preparados” acompanharam os carros para Lapinha onde os caboclos foram montados (durante a procissão, os carros carregavam apenas a bandeira nacional). À luz de archotes e de fogos de artifício e, ao som de vivas, os patriotas chegaram à Lapinha às duas horas da madrugada.<sup>7</sup> No dia seguinte, houve a tradicional grande parada. Os batalhões patrióticos e os do Exército, bem como uma grande massa popular, acompanharam os caboclos à Praça Conde d’Eu (o atual Terreiro de Jesus). Os carros alegóricos foram estacionados nos seus lugares aos lados do palanque construído para as solenidades públicas. Como de costume, houve uma pausa durante a qual se cantava o *Te Deum* na catedral, assistido por todas as autoridades. Os batalhões e os populares aguardaram no Terreiro até as autoridades saírem da catedral e subirem ao palanque para fazer o desfile em continência perante os caboclos, a augusta efígie do imperador, o presidente da província e as demais autoridades.<sup>8</sup>

\* \* \*

A essa altura, em 1875, houve o conflito. Passamos a palavra ao tenente-coronel, Frias Villar, que publicou sua versão do incidente alguns dias depois. Explicou que, apesar de estar doente e de estar aguardando sua transferência para o comando de outro batalhão, desejava que o 18º Batalhão participasse da festa. Sustou o pagamento devido no dia 1º, “[...] receando mesmo que o recebimento do soldo proporcionasse aos soldados meios de embriagarem-se e de promoverem desordens”. De manhã, o batalhão marchou a Lapinha e participou da

<sup>7</sup> “Uma reminiscência histórica: o 2 de Julho em 1875” (do *Diário de Notícias*, 1 jul. 1875), *A Manhã*, 2 jul. 1920; “Bahia” (do *Jornal da Bahia*, 4 jul. 1875), *Diário de Pernambuco*, 10 jul. 1875.

<sup>8</sup> “Bahia” (do *Jornal da Bahia*, 4 jul. 1875), *Diário de Pernambuco*, 10 jul. 1875.

grande parada. No Terreiro, recebeu a “ordem de ensarilhar as armas. Nessa ocasião dispersaram-se as praças, e impossível me era fiscalizar o procedimento de todos”. Quando veio a ordem de formar novamente o batalhão, “já algumas praças se achavam embriagados”; todavia, o batalhão fez as descargas de alegria sem incidente. Veio a ordem de formar o batalhão “em coluna cerrada” atrás do 16º Batalhão para o desfile em continência. Quando os soldados faziam a manobra, notou-se “que na frente dos pelotões já havia grande confusão e desordem”; ordenou que o corneta tocasse a ordem para sustar a manobra “para que os soldados não continuassem a marcha sobre a massa do povo que havia em frente” (devido ao barulho na praça, foi impossível se fazer ouvir por outra maneira). Apressou-se ao ponto crítico e “soube então que entre um cadete e um homem do povo se havia travado o conflito”. Conseguiu restaurar a ordem, mas houve “nova confusão e desordem” na retaguarda da coluna onde “o último pelotão e a música [estavam] inteiramente enovelados com o povo em consequência de novo conflito, originado de uma pedrada recebido por um músico na cabeça, a qual prostrava-o por terra, lavado em sangue”. Fez todo o possível para restaurar a ordem, conseguiu pacificar a maioria dos soldados e levou o batalhão a seu quartel, o da Palma, não muito longe do Terreiro. Negou veementemente ter dado a ordem para fixar baionetas, como foi acusado pela imprensa: “Visto uma farda, cinjo uma espada para combater os inimigos da pátria, como os tenho combatido, mas não para esmagar os meus concidadãos, muito principalmente cidadão pacíficos e inermes, que festejavam o dia de tão gratas recordações nacionais”. Lamentou seus ferimentos e, com uma humildade ostentativa, perdoou todos que, num “momento de infeliz loucura, procuram aviltar-me”.<sup>9</sup>

O relato do tenente-coronel é cheio de amor-próprio. Não menciona a morte do tipógrafo e tentou tornar-se a vítima principal. Todavia, há elementos verídicos nele, entre eles a dificuldade de manter a disciplina entre os soldados e de manobrar o batalhão na praça cheia de populares e de batalhões patrióticos. Com este relato, Frias Villar procurava desmentir o que fora publicado na imprensa baiana sobre o incidente. As reportagens publicadas pelo *Diário da Bahia* (liberal)

<sup>9</sup> Alexandre Augusto de Frias Villar, “Ao publico desta capital e desta provincia”, A Nação (Rio de Janeiro), 13 jul. 1875.

e do *Jornal da Bahia* (conservador) bem como o resumo de diversos artigos publicado pelo *Jornal do Commercio* da Corte concordam nos pontos principais: o incidente ocorreu depois do *Te Deum* (durante o qual os soldados, aparentemente pouco devotos, foram às vendas para comprar cachaça), quando os batalhões se formavam para o desfile em continência perante o retrato de D. Pedro II no palco, que estava cheio de autoridades e “muitos cidadãos grados”. Entre o chafariz e a catedral estacionava-se o “batalhão patriótico do Liceu de Artes e Ofícios”. Uma parte do 18º Batalhão – a retaguarda – se chocou com os artistas patrióticos que empurraram os soldados para não ceder sua posição. Num ato de “condenável selvajaria”, os soldados atacaram os patriotas com baionetas, reflex e coronhadas. Os bravos patriotas se defendiam como podiam, enquanto, segundo os jornais, Frias Villar não fazia nada. Segundo o *Diário da Bahia*, dois integrantes da comissão organizadora das festas, corajosamente, tentaram separar os dois batalhões. Segundo o *Jornal da Bahia*, foram o comandante das armas (Barros Falcão), o chefe de polícia (Estevão Vaz Ferreira) e o comandante do corpo de polícia (Joaquim Maurício Ferreira) que separaram os batalhões. Tudo acabou dentro de quinze ou trinta minutos, mas o tipógrafo João Albino de Almeida estava morto (era também músico na Filarmônica Quarenta de Voluntários, uma banda organizada por veteranos da Guerra do Paraguai); a autópsia revelou que a baioneta havia perfurado seu fígado. Havia mais nove feridos, entre eles, um português, Joaquim de Souza Castro, que corria perigo de vida e faleceria mais tarde. Segundo o *Diário da Bahia*, Dantas, que servia de provedor da Santa Casa de Misericórdia, garantiu o melhor atendimento possível para as vítimas.<sup>10</sup> Campos acrescenta que uma pancada de chuva (um “copiosíssimo aguaceiro”) pus fim ao conflito e que João Albino, porta-bandeira do seu batalhão, morreu defendendo o seu estandarte, detalhes não mencionados na imprensa (CAMPOS, 1930, p. 459).

Assim começou uma grave crise política na capital da província. Segundo Campos, houve protestos diante do Quartel da Palma, que

<sup>10</sup> **Jornal do Commercio** (Rio de Janeiro), 11 jul. 1875; “Transcrição: os tumultos da Bahia” (provavelmente do **Diário da Bahia**), **A Reforma** (Rio de Janeiro), 11 jul. 1875; “Bahia” (do **Jornal da Bahia**, 4 de julho), **Diário de Pernambuco**, 10 jul. 1875.

foi apedrejado pela turba; o 18º Batalhão foi protegido por soldados do 16º Batalhão e da companhia de cavalaria, “contra vontade embora, por serem compostos de baianos” (CAMPOS, 1930, p. 459). Ao que parece, Campos exagerou no tamanho do protesto, mas captou bem as tensões na guarnição e na cidade. O presidente, Lisboa, logo tratou de punir os culpados e ordenou o afastamento de Frias Villar do comando do batalhão. Barros Falcão foi ao quartel, falou com os oficiais do 18º Batalhão, e divulgou uma ordem do dia na qual destituiu Frias Villar do comando do batalhão. Pouco depois, recebeu uma ordem do presidente para prender o tenente-coronel, e oficiou ao comandante do 16º Batalhão que efetuasse a prisão. A situação parecia controlada e, à noite, ainda realizava-se o espetáculo de gala; no teatro o presidente e o comandante das armas presenciaram o que o comandante chamou de “uma manifestação (...) contra o comandante do 18º batalhão”. Ainda durante o espetáculo, Barros Falcão soube que, ao receber a voz de prisão, Frias Villar “declarara que só iria amarrado”. O comandante das armas saiu do camarote e foi direto à residência de Frias Villar e, com alguns outros oficiais, tentou convencê-lo a se submeter à autoridade presidencial. Frias Villar protestou “a incompetência da autoridade, para sua prisão” (neste ponto, tinha razão); alegou estar doente “e que a ser recolhido ao encouraçado Cabral apressaria sua morte”. Depois do que deve ter sido uma discussão muito tensa – Barros Falcão escreveu sobre “o orgulho desmedido desse tenente-coronel” e a sua “facilidade de ostentar superioridade àqueles a quem deve respeito” –, Frias Villar aceitou ser levado, sob guarda, ao Forte de São Pedro, no quartel do 16º Batalhão, mas a remoção do comandante não se concretizou.<sup>11</sup>

Houve uma intensa troca de telegramas entre Salvador e a Corte, cujos textos foram publicados no *Diário Oficial* no dia 10 e no *Diário do Rio de Janeiro* no dia seguinte. Embora com a data do dia 3, o primeiro foi provavelmente enviado no final do dia 2, pois relata apenas o incidente e a ordem de prender Frias Villar. No segundo, do início do dia 3, Lisboa relata a desobediência de Frias Villar e a sua declaração de que só se recolheria preso por ordem do presidente do conselho de ministros, o Duque de Caxias. A situação estava tensa. Lisboa temia a perda da sua “força moral” se sua ordem de prisão – ilegal, pois a

<sup>11</sup> “Parte do Commandante das Armas”, 6 jul. 1875, **Diário de Notícias**, 3 jul. 1896.

autoridade civil não tinha competência para prender militares – não fosse apoiada pela Corte. Acrescentou que o “18º batalhão não pode continuar aqui, sem perigo para a ordem, pois o povo está indignado contra ele”. Caxias logo aprovou o procedimento de Lisboa e autorizou o embarque do batalhão para a Corte antes da chegada de outra unidade. Todavia, a situação fugia do controle de Lisboa e o presidente parecia não saber o que fazer. Telegrafou que “o povo já se reúne e pede a prisão do comandante Frias Villar. Devo recolhê-lo, por qualquer meio, ao encouraçado *Cabral*, como ordenei? O povo auxilia a autoridade, contando com a sua prisão”. Caxias logo replicou: “Já foi ordem para a prisão do comandante. Este há de obedecer. Não é preciso, por ora, apoio do povo, para que a autoridade cumpra seu dever. Evite reuniões de que possa resultar perturbação da ordem”. Também assegurou que um batalhão logo embarcaria para Salvador.<sup>12</sup>

Segundo o *Jornal da Bahia*, às 11h30min no dia 3, houve uma reunião do povo e da corporação acadêmica na Faculdade de Medicina; depois de palestras contra o batalhão, foi resolvido mandar uma comissão para pedir providências ao presidente. Lisboa recebeu os acadêmicos a meio-dia e assegurou-lhes que já havia tomado providências “na forma das leis”. Duas mil pessoas acompanharam a comissão e, “com a maior moderação”, deram vivas ao imperador e ao presidente, ao Dois de Julho e ao povo baiano. O presidente “levantou vivas ao povo baiano e a todos os cidadãos que por seus bons sentimentos concorressem para a manutenção da ordem, condição imprescindível para a prosperidade do país”.<sup>13</sup> O *Jornal*, conservador, assim mostrava a unidade entre o presidente e o povo, todos empenhados na manutenção da ordem. Outros jornais relataram “extraordinária comoção popular” e aglomerações do povo em diversos lugares; estas devem ter incluídas as manifestações diante do Quartel da Palma que Campos relata.<sup>14</sup>

Enquanto Lisboa negociava com a comissão de acadêmicos, Barros Falcão estava no Quartel da Palma, munido com a ordem de Caxias para prender Frias Villar. O Brigadeiro Francisco Vieira de Faria

<sup>12</sup> “Acontecimentos da Bahia”, *Diário do Rio de Janeiro*, 11 jul. 1875.

<sup>13</sup> “Bahia” (do *Jornal da Bahia*), *Diário de Pernambuco*, 10 jul. 1875.

<sup>14</sup> *Jornal do Commercio* (Rio de Janeiro), 11 jul. 1875; Campos, “Tradições”, 459.

Rocha falou por Frias Villar e se ofereceu a conduzir o tenente-coronel ao encouraçado.<sup>15</sup> O oficial preso foi numa cadeira de arruar, fechada, acompanhado pelo brigadeiro. A operação malogrou na Ladeira da Conceição, quando Frias Villar foi descoberto e agredido pelo povo. No que um autor conservador qualificou de “um ato de canibalismo” o oficial foi apedrejado. Frias Villar e Faria Rocha se refugiaram numa loja de colchões, mas o povo arrombou a porta e o brigadeiro não conseguiu apaziguar os ânimos. No entanto, Frias Villar se escondeu debaixo de um alçapão numa loja vizinha, mas foi descoberto, espancado e ferido com uma punhalada. Quem salvou o oficial foi objeto de contestação na imprensa. O *Diário da Bahia* contou que um farmacêutico, Vasco Teófilo de Oliveira, e mais alguns cidadãos conseguiram levá-lo ao hospital da marinha. Segundo o órgão conservador, o *Jornal da Bahia*, foi a intervenção do chefe de polícia e de alguns “cidadãos” que assegurou a vida do oficial. Barros contou a Silva Campos a história pitoresca que um pescador, “sujeito alto e espadado, de origem italiana”, carregou o tenente-coronel no ombro e lhe disse, “finja-se de morto”; gritou à turba que o oficial já estava morto e assim conseguiu salvá-lo. No meio de “agitação indescritível”, o comércio fechou as portas às 3h.<sup>16</sup>

Assim que soube da tentativa de linchar Frias Villar e antes de saber do seu estado, Barros Falcão se apressou ao Quartel da Palma. Já corria o boato de que o ex-comandante fora morto, o que o comandante das armas não acreditou. Ordenou que os soldados não saíssem às ruas, mas “por diversas vezes os soldados se amotinaram no quartel; porém a oficialidade do batalhão lhe aplacavam os ânimos. Assim se passou todo o dia e a noite de 3”.<sup>17</sup> Lisboa, melhor informado sobre o estado de Frias Villar, telegrafou a Caxias para relatar o ataque e explicar que “os ferimentos não apresentavam gravidade. O povo está mais calmo, mas

<sup>15</sup> “Parte do Commandante das Armas”, 6 jul. 1875, *Diário de Notícias*, 3 jul. 1896.

<sup>16</sup> *Jornal do Commercio* (Rio de Janeiro), 11 jul. 1875; “Transcrição: os tumultos da Bahia”, *A Reforma* (Rio de Janeiro), 11 jul. 1875; “Bahia” (do *Jornal da Bahia*, 4 de julho), *Diário de Pernambuco*, 10 jul. 1875. Campos relata que havia três versões diferentes da história da tentativa de linchar o oficial. Dois deles tem fundamento na imprensa, mas ele dá o nome de Vasco Teopisto de Oliveira Chaves, então estudante de medicina, a quem salvou Frias Villar (CAMPOS, 1930, p. 460-461).

<sup>17</sup> “Parte do Commandante das Armas”, 6 jul. 1875, *Diário de Notícias*, 3 jul. 1896.

ainda não estou tranquilo. Receio sedição no batalhão”. Acrescentou que Barros Falcão, “incansável”, já havia conseguido “desarmar parte do batalhão”.<sup>18</sup> A essa altura, os liberais, que posteriormente foram acusados de ter passado o dia 3 louvando o “povo [que] tinha-se vingado nobremente”, emitiram um boletim, assinado por Dantas e mais 46 homens, “aconselhando prudência ao povo e respeito à lei”.<sup>19</sup>

O dia 4 ainda foi tenso. De manhã houve o enterro de João Albino no Campo Santo, assistido por três mil pessoas.<sup>20</sup> Quando voltavam para a cidade, corria boatos de que os soldados do 18º Batalhão se recusavam a sair de Salvador. Segundo o *Diário da Bahia*, o povo aglomerado na Praça do Palácio exigia armas para se proteger contra os soldados amotinados.<sup>21</sup> Barros Falcão já estava organizando o embarque do batalhão, previsto para a madrugada do dia 5, quando soube que um dos capitães “tinha sido botado por vaías fora da sua companhia pelas praças da mesma”. Nomeou um oficial do 16º Batalhão para servir de comandante interino do 18º Batalhão e conseguiu manter a disciplina, prendendo os soldados mais insubordinados.<sup>22</sup> Nessa conjuntura tensa, Dantas e outras lideranças liberais se reuniram com Lisboa e se oferecerem a ajudar na manutenção da ordem. O *Diário da Bahia* relatou que, ao lado do presidente, Dantas discursou do palácio e se responsabilizou pessoalmente pelo embarque do batalhão. Convidou o povo ao palacete do *Diário da Bahia*, que ficou aberto durante toda a noite, durante a qual muitos liberais, entre eles um jovem Rui

<sup>18</sup> “Acontecimentos da Bahia”, *Diário do Rio de Janeiro*, 11 jul. 1875.

<sup>19</sup> “Especial para o Jornal do Commercio”, 3 de julho, *Jornal do Commercio* (Rio de Janeiro), 4 jul. 1875. O texto do boletim foi publicado em “Transcrição: os tumultos da Bahia”, *A Reforma* (Rio de Janeiro), 11 jul. 1875. A acusação é de P. R., “Acontecimentos da Bahia” (a pedido), *Jornal do Commercio* (Rio de Janeiro), 15 jul. 1875.

<sup>20</sup> Campos erra ao datar o funeral ao dia 3 (CAMPOS, 1930, p. 460). Um telegrama recebido pelo *Jornal do Commercio* relatou que 30.000 pessoas assistiam ao funeral, erroneamente identificado como o de Frias Villar, “Telegramas”, 5 de julho, *Jornal do Commercio* (Rio de Janeiro), 6 jul. 1875. O erro foi corrigido no dia seguinte, “Bahia”, *Jornal do Commercio* (Rio de Janeiro), 7 jul. 1875.

<sup>21</sup> “Imprensa das províncias: os acontecimentos da Bahia” (do *Diário da Bahia*), *A Reforma* (Rio de Janeiro), 14 jul. 1875.

<sup>22</sup> “Parte do Commandante das Armas”, 6 jul. 1875, *Diário de Noticias*, 3 jul. 1896.

Barbosa, discursavam e assim ajudavam a acalmar o povo.<sup>23</sup> O *Jornal da Bahia* descreveu o funeral do tipógrafo mas ignorou inteiramente a atuação dos liberais.<sup>24</sup>

Das janelas da redação do *Diário da Bahia*, foi possível ver o embarque do 18º Batalhão, realizado à noite, segundo o *Jornal da Bahia*, por causa do maré e das ondas. Barros Falcão relatou que 56 dos soldados do 18º Batalhão estavam presos quando embarcaram, indício do colapso da disciplina no batalhão. Foram acompanhados por 60 praças do 16º Batalhão e marcharam ao porto por Água de Meninos, um caminho mais longo que evitou o centro da cidade. Segundo o pai de Campos, os soldados estavam descalços para não acordar a cidade.<sup>25</sup> Na manhã do dia 5, os 300 homens do batalhão estavam a bordo do navio a vapor, *Bahia*, que estava prestes a levantar âncora às 10h40min.<sup>26</sup>

Assim terminaram três dias tensos em Salvador. A comissão organizadora dos festejos, prudentemente, adiou por tempo indeterminado a volta dos carros à Lapinha.<sup>27</sup> No dia 8, chegou o 7º Batalhão de Infantaria, apressadamente destacado para Bahia.<sup>28</sup> A vítima portuguesa, Castro, faleceu no dia 10 ou 11 e foi enterrada à custa do governo; o funeral “era imponente” e o número de pessoas que assistia “elevadíssimo”, oito mil segundo o *Jornal da Bahia*, bem como três batalhões patrióticos e o chefe de polícia. O comércio fechou as portas em homenagem à vítima.<sup>29</sup> A volta dos carros à Lapinha foi realizada no dia 12,

<sup>23</sup> “Imprensa das províncias: os acontecimentos da Bahia” (do *Diário da Bahia*), *A Reforma* (Rio de Janeiro), 14 jul. 1875.

<sup>24</sup> “Bahia” (do *Jornal da Bahia*, 4 de julho), *Diário de Pernambuco*, 10 jul. 1875.

<sup>25</sup> “Imprensa das províncias: os acontecimentos da Bahia” (do *Diário da Bahia*), *A Reforma* (Rio de Janeiro), 14 jul. 1875; “Bahia” (do *Jornal da Bahia*, 4 de julho), *Diário de Pernambuco*, 10 jul. 1875. “Parte do Commandante das Armas”, 6 jul. 1875, *Diário de Notícias*, 3 jul. 1896.

<sup>26</sup> Telegrama recebido pela Companhia Brasileira de Navegação a Vapor, 10h40min, 5 jul. 1875, *Jornal do Commercio* (Rio de Janeiro), 6 jul. 1875.

<sup>27</sup> *Jornal do Commercio* (Rio de Janeiro), 11 jul. 1875.

<sup>28</sup> “Tropa”, *Jornal do Commercio* (Rio de Janeiro), 5 jul. 1875; “Telegramas”, *Jornal do Commercio* (Rio de Janeiro), 10 jul. 1875.

<sup>29</sup> “Bahia” (do *Jornal da Bahia*, 14 jul. ), *Diário de Pernambuco*, 19 jul. 1875; “Província da Bahia”, *Jornal do Commercio* (Rio de Janeiro), 18 jul. 1875.

às 10h30min de manhã – não se queria arriscar uma procissão noturna. O *Jornal da Bahia* relatou que, “conquanto a hora não convidasse pelo sol abrasador (...), foi concorrência tal como se não houvesse esse embaraço”. A comissão organizadora do festival, bem como seu presidente, participou, e uma “numerosa multidão” acompanhou os caboclos numa demonstração de unidade baiana. O *Jornal* concluiu: “resta-nos a consolação que não foi o povo baiano quem rompeu as tradições do grande dia e que todos, nacionais e estrangeiros, se tem empenhado em mitigar quanto possível as angústias”.<sup>30</sup>

\* \* \*

O confronto entre as reportagens do *Diário da Bahia* (liberal) e do *Jornal da Bahia* (conservador) revela como a política partidária moldou a cobertura do incidente. O *Diário* termina com um longo elogio à atuação de Dantas e da liderança liberal e o *Jornal* finaliza por elogiar a eficaz intervenção das autoridades principais: Lisboa, Barros Falcão e Vaz Ferreira (o chefe de polícia). Julgou que “raras vezes um administrador sair-se-á de maneira tão gloriosa e louvável de situação temerária como a que se desenhava”.<sup>31</sup> As reportagens do *Correio da Bahia* (o outro órgão conservador) não foram reproduzidas pela imprensa da Corte, mas às 11h do dia 5, o *Correio* emitiu um boletim especial, no qual louvou a atuação das autoridades, alegou que o batalhão do Liceu “levantou vivas aclamações ao presidente” depois do funeral, relatou que havia “boatos mais aterradores” sobre a “soldadesca desenfreada” e explicou que havia temores de que o povo atacasse o 18º Batalhão na hora do embarque. Elogiou, por fim, o presidente “pela atividade, zelo e moderação com que se houveram conseguido poupar-nos espetáculos de luto e de sangue”.<sup>32</sup>

<sup>30</sup> “Bahia” (do *Jornal da Bahia*, 14 de julho), *Diário de Pernambuco*, 19 jul. 1875.

<sup>31</sup> “Imprensa das províncias: os acontecimentos da Bahia (do *Diário da Bahia*), *A Reforma* (Rio de Janeiro), 14 jul. 1875; “Bahia” (do *Jornal da Bahia*, 4 de julho), *Diário de Pernambuco*, 10 jul. 1875.

<sup>32</sup> “Imprensa das províncias: acontecimentos da Bahia”, *A Nação* (Rio de Janeiro), 13 jul. 1875.

A publicação do boletim do *Correio* por *A Nação*, órgão do Partido Conservador na Corte, no dia 13 foi uma intervenção no debate sobre a atuação das autoridades durante o incidente. A divulgação dos telegramas, já citados, nos dias 10 e 11, alimentou o debate entre os dois órgãos partidários na Corte, pois, como vimos, revelaram certa fraqueza e indecisão por parte de Lisboa na noite do dia 2 e de manhã do dia 3. *A Reforma* (o órgão liberal) logo condenou Caxias por sua falta de confiança no povo, demonstrada na ordem para evitar reuniões populares.<sup>33</sup> No dia 15, *A Nação* voltou à tona com a transcrição de mais um artigo do *Correio da Bahia* que criticou o *Diário da Bahia* por dizer que, efetivamente, “o partido liberal governou” e por não reconhecer a atuação do presidente e as demais autoridades na manutenção da ordem.<sup>34</sup> O autor de um apêndice no *Jornal do Comércio*, que se dizia testemunha ocular dos eventos dos dias 2 a 5, concluiu que os liberais, que se gabavam da sua intervenção, eram como “a pobre mosca, colocada na frente do carro e pensando que o ia puxando”.<sup>35</sup> No dia seguinte, um liberal respondeu a essa provocação, lembrando ao público que o *Correio da Bahia* havia reconhecido que os liberais haviam adotado uma “posição digna e louvável” durante o incidente e que Lisboa havia publicamente agradecido a assistência de Dantas no sentido de assegurar o embarque do batalhão.<sup>36</sup> Houve outras manifestações políticas. No final de julho, alguns baianos residentes em Pernambuco nomearam uma comissão para felicitar “seus comprouvianos pelo restabelecimento da tranquilidade pública perturbada nos lamentáveis acontecimentos do dia 2 de julho”; que elegeram o secretário do governo da Bahia para integrar a comissão é um claro indício do sentido político desta manifestação.<sup>37</sup>

<sup>33</sup> “O apoio do povo”, *A Reforma* (Rio de Janeiro), 13 jul. 1875.

<sup>34</sup> “Imprensa das províncias: conservadores e liberais” (do *Correio da Bahia*), *A Nação* (Rio de Janeiro), 15 jul. 1875. Este artigo também foi publicado no *Jornal do Comércio* (Rio de Janeiro), 15 jul. 1875.

<sup>35</sup> P. R. “Acontecimentos da Bahia” (a pedido), *Jornal do Comércio* (Rio de Janeiro), 15 jul. 1875.

<sup>36</sup> “Acontecimentos da Bahia” (apêndice), *Jornal do Comércio* (Rio de Janeiro), 16 jul. 1875. Outro apêndice publicado neste dia apoiou a versão dos conservadores, Desembargador L. A. Barbosa de Almeida, “Acontecimentos da Bahia” (apêndice), *Jornal do Comércio* (Rio de Janeiro), 16 jul. 1875.

<sup>37</sup> Domingos Alves Mateus para João Ferreira de Araújo Pinho, Recife, 26 jul. 1875,

O processo militar de Frias Villar, que começou com o Conselho de Investigação no dia 10 de julho, durou até abril de 1876 e certamente manteve vivo o debate político em Salvador. Frias Villar, por diversas vezes, mostrava seu caráter insubordinado e dificultava o andamento da máquina judiciária militar. O processo verbal do Conselho de Guerra, de 317 folhas, foi, em fim, mandado para a Corte em junho de 1876 e, como toda documentação judiciária militar do século XIX, se perdeu pelos arquivos do Ministério de Guerra.<sup>38</sup>

A versão liberal da história do incidente parece ter vingado na batalha pela memória. Foi repetida por periódicos liberais como *O Monitor*, cujo cronista louvou a atuação de Dantas em 1877 e alegou que ele, de fato, “assumiu o governo” durante a crise.<sup>39</sup> Barros, Querino e Campos destacam o papel de Dantas nas suas histórias sobre o incidente; apenas o historiador mais próximo do evento, Rosendo Moniz, reconheceu que houve divergências sobre o episódio (BARROS, 1918, p. 158; QUERINO, 1923, p. 104; CAMPOS, 1930, p. 460; MONIZ, 1886, p. 81). Há outros elementos curiosos na memória sobre o incidente. Os quatro historiadores ou folcloristas não mencionaram a segunda vítima, Joaquim de Souza Castro, talvez por ser ele português e, portanto, não se enquadrar bem numa história de patriotas baianos atacados pela soldadesca. Já em 1876, a *Folhinha Laemmert* para 1877 mencionara apenas uma vítima na sua crônica nacional, embora a morte de Castro fosse amplamente divulgada pela imprensa em julho de 1875 (FOLHINHA, 1876, p. liii). Campos explica que, depois de 1875, os batalhões do Exército não participaram mais da grande parada do dia 2 de julho (CAMPOS, 1930, p. 462).<sup>40</sup> Os patriotas, todavia, não se es-

---

Centro de Memória da Bahia, Arquivo Araújo Pinho, pasta 2, no. 2044. Sobre a carreira política e a filiação partidária de Araújo Pinho, ver ARAGÃO, 1923, p. 255-256.

<sup>38</sup> “Norte do Império”, *Diário do Rio de Janeiro*, 20 jul. 1875. Sobre a tramitação do processo, ver os ofícios do Comandante das Armas em APEBa/SACP, m. 3433 e 3435; o requerimento de Alexandre Augusto de Frias Villar ao Presidente, Salvador, 28 jan. 1876, APEBa/SACP, m. 3360; e Comandante das Armas para o Presidente, Salvador, 14 jun. 1876 (reservado), APEBa/SACP, m. 3435.

<sup>39</sup> “Chronica”, *O Monitor*, 8 jul. 1877.

<sup>40</sup> No seu comentário breve sobre a comemoração do Dois de Julho depois de 1865, Querino não percebeu essa mudança. Transcreveu a ordem de marcha dos batalhões patrióticos na grande parada de 1877, mas talvez pensando nas festas anteriores,

queceram do incidente e, em 1880, no Terreiro, estavam “expostas sobre colunas duas figuras ridículas, representando soldados, trazendo nas barretinas o número 18”. O fato “exacerbou o desgosto que já exist[ia] na oficialidade do Exército”; alguns oficiais “menos prudentes” reclamaram “perante as praças” e o comandante das armas temia “funestas consequências” se as efígies não fossem removidas. No seu ofício, o comandante também demonstrou uma memória seletiva, pois somente lembrou a tentativa de matar Frias Villar, e não a morte dos dois civis às mãos dos soldados.<sup>41</sup> Em outro texto, discuti a tensão entre soldados do Exército e os patriotas civis, característica do Dois de Julho do final do Império. O civismo voluntário dos batalhões patrióticos lembrava a mobilização dos patriotas de 1822-1823, contraste marcante com os soldados recrutados à força para o Exército (KRAAY, 1999, p. 79-83).

\* \* \*

Com muito desdém para com os brasileiros e com muita ignorância da história baiana, o ministro (embaixador) dos Estados Unidos, James R. Partridge, relatou para o secretário do estado que houve um atrito entre “um regimento de linha (...) e uma associação militar voluntária de cidadãos que estavam comemorando o aniversário de algum triunfo político local conseguido por revolução ou durante alguma guerra civil”.<sup>42</sup> Partridge não entendia o significado da comemoração do Dois de Julho que, então como hoje, era e é negócio sério. Os artesãos do Liceu não cederam lugar aos soldados do 18º Batalhão e dois homens pagaram o preço máximo pela sua coragem. O incidente teve repercussão nacional, não só por ser um fato chocante e por ameaçar a ordem na Bahia, mas também por fornecer uma oportunidade para os partidos políticos marcarem pontos (basta assistir a um Dois de Julho em ano de eleição para ver o quão pouco mudou de então para hoje).

---

acrescentou erroneamente a Guarda Nacional e os batalhões do Exército. Confere QUERINO, 1923, p. 100-101; o programa e a reportagem publicados em “Dous de Julho”, **Correio da Bahia**, 26 jun. 1877; e “Dous de Julho”, **Correio da Bahia**, 4 jul. 1877.

<sup>41</sup> Comandante das Armas para o Presidente, Salvador, 3 jul. 1880, APEBa/SACP, m. 3441.

<sup>42</sup> James R. Partridge para o Secretário do Estado, Rio de Janeiro, 16 jul. 1875, National Archives and Records Service (Estados Unidos), M-121, rolo 44.

Entender a orientação política dos periódicos que são a fonte principal para a história da comemoração do Dois de Julho é essencial. Não havia, como vimos, reportagem neutra ou objetiva sobre o incidente, fato característico, aliás, de quase todas as inúmeras matérias publicadas sobre festas cívicas na imprensa oitocentista (KRAAY, 2013).

E o incidente também demonstra os interesses de classe compartilhados pelas lideranças políticas e seus séquitos. Não há sequer menção de escravos nos artigos sobre o incidente, embora ainda fizessem parte significativa da população soteropolitana. É como se a festa do Dois de Julho não tivesse nada a ver com eles. Afinal de contas, nem os liberais, nem os conservadores queriam que a ordem fosse abalada. Quando a situação parecia fugir do controle do presidente, Dantas apressou-se a apoiar os seus rivais. Uma vez passada a crise, os liberais reclamavam o reconhecimento do seu apoio ao governo conservador.

## Referências

ARAGÃO, Antonio Ferrão Moniz de. **A Bahia e seus governadores na Republica**. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1923.

BARROS, F. Borges de. A margem da história da Bahia. **Annaes do Archivo Publico e Museu do Estado da Bahia**, Salvador, v. 3, p. 1-179, 1918.

BARROS, F. Borges de. **A margem da história da Bahia**. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1934.

CALMON, Pedro. **História da literatura baiana**. Salvador: Prefeitura Municipal de Salvador, 1949.

CAMPOS, J. da Silva. Tradições bahianas. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**, Salvador, v. 56, p. 353-557, 1930.

**FOLHINHA MARIANA para o anno de 1877**: contendo a vida da Santissima Virgem Maria Mãe de Deus, offerecida por um Fiel Christão assim como a Chronica Nacional de 1875 a 1876 e noticias curiosas e interessantes, anno XXXXVIII. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, [1876].

GALVÃO, Miguel Arcanjo. **Relação dos cidadãos que tomaram parte no governo do Brasil no período de março de 1808 a 15 de novembro de 1889**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1969.

KRAAY, Hendrik. O cotidiano dos soldados na guarnição de Salvador”. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (Orgs. ). **Nova História Militar Brasileira**. Rio de Janeiro: FGV Editora e Editora Bom Texto, 2004. p. 237-268.

KRAAY, Hendrik. **Days of National Festivity in Rio de Janeiro, Brazil, 1823-1889**. Stanford: Stanford University Press, 2013.

KRAAY, Hendrik. Entre o Brasil e a Bahia: as comemorações do Dois de Julho em Salvador no século XIX. **Áfro-Ásia**, Salvador, v. 23, p. 49-87, 1999.

LAGO, Laurênio. **Os generais do Exército Brasileiro de 1860 a 1889**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942.

LEAL, Maria das Graças de Andrade. **Manuel Querino: entre letras e lutas**. São Paulo: Annablume, 2010.

MONIZ, Rozendo. **Moniz Barretto: o repentista**. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1886.

QUERINO, Manoel. Notícia historica sobre o 2 de Julho de 1823 e sua comemoração na Bahia. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**, Salvador, v. 48, p. 77-105, 1923.

SACRAMENTO BLAKE, Augusto Victorino Alves do. **Diccionario bibliographico brasileiro**. Vol. 7. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1902.

SILVA, Kátia Maria de Carvalho. **O Diário da Bahia e o século XIX**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1979.

TORRES, João N. ; CARVALHO, Alfredo de. **Annaes da imprensa da Bahia**. Salvador: Typ. Bahianna de Cincinnato Melchiades, 1911.

WILDBERGER, Arnold. **Os presidentes da provincia da Bahia: 1824-1889**. Salvador: Tipografia Beneditina, 1949.



# Resenha



# Onde estaria o retrato de Silva Serva?

**Luís Guilherme Pontes Tavares**

Jornalista, produtor editorial, doutor em História Econômica pela FFLCH/  
USP. Sócio do IGHB e diretor da ABI

## *Um tipógrafo na Colônia*

São Paulo: Publifolha, 2014

200 páginas

R\$ 19,90

– O desafio agora é localizar o retrato de Manoel Antonio da Silva Serva, disse o jornalista Leão Serva, colunista da *Folha de S. Paulo*, enquanto autografava seu novo livro *Um tipógrafo na Colônia* (São Paulo: Publifolha, 2014) na Livraria Cultura, em Salvador, na noite de 12 de maio de 2014.

Foi então que o professor da Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB), Pablo Iglesias Magalhães, sentenciou:

– Se existir tal retrato, só seria possível localizá-lo em Portugal. É muito improvável que ele exista na Bahia.

O resultado mais promissor do novo livro de Leão Serva, autor de trabalhos sobre comunicação, comportamento e urbanismo, por enquanto, é a formação da rede de interlocutores qualificados para que, mais adiante, ele também possa agregar novas informações numa nova edição de seu *Um tipógrafo na Colônia*.

O livro é a primeira biografia do empresário português Manoel Antonio da Silva Serva, o pioneiro da indústria gráfico-editorial privada brasileira. Além de fazer a releitura criteriosa da bibliografia construída, nas décadas de 1960 e 1970, pelo bibliófilo Renato Berbert de Castro, pelo casal de pesquisadores e professores Cybelle e Marcello de Ipanema e pela historiadora Maria Beatriz Nizza da Silva, o autor, por causa das novas investigações e entrevistas que fez, lança duas hipóteses que deverão render muitas descobertas.

Refiro-me às possibilidades de que Silva Serva mantivesse profundas e disciplinadas ligações com a maçonaria europeia, de tal modo que sua tipografia tenha imprimido, de modo disfarçado, livros da doutrina; e de que a sua unidade industrial baiana fizesse parte de uma rede maior, sediada em Portugal, daí porque o livro impresso em Salvador seria comercializado também do outro lado do Atlântico.

Há, em Salvador, quatro interlocutores qualificados que prosseguem interagindo com Leão Serva em torno do tema Silva Serva. Um, já citado, é o professor de história Pablo Iglesias Magalhães, a quem desejamos que jamais lhe falem ânimo e sorte, que são elementos fundamentais ao pesquisador. Bibliófilo, o professor Pablo Magalhães tem agregado novos títulos da Silva Serva à relação deixada por Berbert de Castro e até aqui considerada completa. O outro interlocutor é o jornalista Nelson Varón Cadena, pesquisador incansável e conhecedor, como poucos, da iconografia baiana. Cadena levantou informações que sugerem que os descendentes de Silva Serva, sua viúva e os dois filhos, podem ter atuado no ramo gráfico-editorial por mais tempo do que o ano de 1876 fixado pela bibliografia conhecida como o último em que a família atuou. O terceiro interlocutor é o jornalista Biaggio Talento, a quem coube descobrir a ligação de Silva Serva com a multiplicação das fitinhas de Senhor do Bonfim. E o quarto sou eu, que, vez em quando, transforma o tema em paixão e, como em 2012, vai parar em Ribeira de

Pena, no Trás-os-Montes português, em busca de informação sobre o empreendedor que animou, com seus periódicos e livros, a vida cultural da Cidade do Salvador.

A rede de estudiosos que se acerca de Silva Serva cada vez mais e em decorrência do livro de Leão Serva estende-se a outros estados, como o Rio de Janeiro, penúltima capital brasileira e sede da corte até 1889, onde a bibliotecária Ana Virgínia Pinheiro, chefe da seção de obras raras da Biblioteca Nacional, prossegue auspiciosa investigação, no acervo daquela monumental biblioteca, de novos títulos impressos pela família Silva Serva.

O livro de Leão Serva inspira, ademais, a realização de uma meticulosa pesquisa genealógica para identificar os descendentes de Manoel Antonio que, por motivos diversos e, de modo mais incisivo devido à convocação de vários deles para a Guerra do Paraguai (1864 e 1870), estariam espalhados pelo Brasil, talvez no Rio Grande do Sul, no Maranhão, em Alagoas, na Bahia e, conforme o autor de *Um tipógrafo na Colônia*, em São Paulo, no caso representados por sua família. Quem sabe, a localização desses descendentes brasileiros possibilite, enfim, localizar o tão almejado retrato do personagem.



# Relatório



# **Relatório da Biblioteca Ruy Barbosa**

**Período: setembro de 2013 a agosto de 2014.**

## **INTRODUÇÃO**

De setembro 2013 a agosto de 2014 a Biblioteca Ruy Barbosa, do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, desenvolveu como sempre atividades inerentes a uma biblioteca, tais como: aquisição e registro do acervo (processamento técnico), doação de duplicatas, atendimento e registro de consulentes para pesquisas. O desdobramento das atividades apresenta os seguintes dados:

## **AQUISIÇÃO**

### **2.1 POR DOAÇÃO**

Livros e revista: 127

### **2.2 POR COMPRA.**

Livros e revistas: 18

## **PROCESSAMENTO TÉCNICO**

Registro

Livros: 713

### **3.2 INSERÇÕES NO SISTEMA PHL**

Livros: 710

Revista: 22

## **SERVIÇO DE ENCADERNAÇÃO**

### **4.1 JORNAIS**

Encadernados: 84

Reencadernados: 77

### **4.2 LIVROS E REVISTAS**

Reencadernados: 199

## **ATENDIMENTO AO PÚBLICO**

### **5.1 USUÁRIOS: 752**

## **ACERVO CONSULTADO**

Livros: 880

Revista: 375

Jornais: 395

## **7. DIGITALIZAÇÃO DO ACERVO**

Foram digitalizados os exemplares da revista do IGHB do nº. 61 ao 67.

## **8. DESCARTE**

Continuamos com o processo de descarte iniciado em 2008, enviando a bibliotecas da capital e do interior algumas duplicatas do nosso acervo que são de interesse delas.

## **9. ESTANTES**

A Biblioteca adquiriu algumas estantes de aço novas para melhor disponibilizar seus livros, principalmente os raros.

## **10. REQUALIFICAÇÃO DE ESPAÇO DA HEMEROTECA**

A Biblioteca vem requalificando o espaço da sua hemeroteca, no porão do IGHB, com a aplicação de Revestipiso em toda a área, reorganização dos jornais encadernados por título e datas, conserto de aparelhos de ar condicionado, requalificação de dispositivos anti-incêndio. Retirada da área de livros velhos para recuperação e/ou doação. Retirada de jornais antigos, sem possibilidades de consultas pelo seu estado precário, para possível digitalização em convênio com Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA.

## **11. DIÁRIOS OFICIAIS**

A Diretoria do IGHB aprovou a doação da sua coleção de Diários Oficiais do Estado da Bahia (de 1923 a 2007), com cerca de 800 volumes, para instituição que a queira albergar. Após pesquisas e contatos, foi escolhido o Centro de Memória da Bahia da Universidade Federal do Oeste da Bahia, na cidade de Barreiras, em razão da distância da capital e importância de aquela região ser dotada desse importante acervo de pesquisa dos atos legais do governo do estado.

Carlos Eugênio Junqueira Ayres  
Diretor da Biblioteca Ruy Barbosa

Simone Reis Santana de Sales  
Bibliotecária e Documentalista



# Sócios



# Sócios do IGHB

## **Presidente de Honra**

Roberto Figueira Santos

## **Beneméritos**

Antônio de Pádua Carneiro

Antônio José Imbassahy da Silva

Edivaldo Machado Boaventura

Fernando Paes de Andrade

Jaques Wagner

José Nilton Pereira Carvalho

Norberto Odebrecht

Paulo Renato Dantas Gaudenzi

## **Honorários**

Fernando Manuel da Silva Rebelo

Fernando Schmidt

Francisco Waldir Pires de Souza

João Paulo Marques Sabido Costa

Joaquim Veríssimo Serrão

## **Efetivos**

Adélia Maria Marelím  
Adelindo Kfoury Silveira  
Ademar Oliveira Cirne Filho  
Adriano de Lemos Alves Peixoto  
Adriano Eysen Rego  
Adroaldo de Jesus Bélen  
Alberto Nunes Vaz da Silva  
Alberto Pimentel Carletto  
Aldely Rocha Dias  
Alex Schramm de Rocha  
Alfredo Eurico R. Matta  
Alírio Fernando Barbosa de  
Souza  
Aloísio Palmeira Lima  
Álvaro Pinto Dantas de Carvalho  
Jr.  
Ana Cláudia Gomes de Souza  
Ana Elisa Ribeiro Novis  
Ana Lúcia da Silva Teixeira  
Anaci Bispo Paim  
Angélica Maria da A. Reis  
Soares  
Antônio Alberto Machado Pires  
Valença  
Antônio Carlos Leão Martins  
Antônio Ivo de Almeida  
Antônio Lima Farias  
Antônio Luiz Calmon Teixeira  
Antônio Machado Pires Valença  
Antônio Plínio Pires de Moura  
Aramis de Almada Ribeiro Costa  
Archimedes José Stiebler P.  
Franco  
Arilda Maria Cardoso Sousa  
Aristeu Barreto de Almeida  
Arivaldo Gomes da Mota

Aroldo Barreiros Cardoso  
Arthur César Costa Pinto  
Astor de Castro Pessoa  
Ático Frota Villas Boas da Mota  
Benedicto Alves de Castro Silva  
Branca Hortélio Fernandes  
Bruno Lopes do Rosário  
Caio César Tourinho Marques  
Caiuby Alves da Costa  
Carlos Alberto Reis Campos  
Carlos Artur Rubinos Bahia Neto  
Carlos D'Ávila Teixeira  
Carlos Martheo C. Guanaes  
Gomes  
Carlos Roberto de Melo Kertesz  
Carlos Roberto Santos Araújo  
Célia Maria Leal Braga  
César A. Borja Fernandez  
Cardillo  
César de Faria Júnior  
Cícero Vilas Boas Pinto  
Cid José Mascarenhas  
Claudelino Monteiro da S.  
Miranda  
Clomir Gonçalves da Silva  
Coriolano Alberto Oliveira F.  
Dante Augusto Galeffi  
Denascy Phylocreon de Castro  
Lima  
Dilton Domingos Gomes dos  
Santos  
Dinorah Berbert de Castro  
Djalma Navarro Falcão  
Dorine Daisy Pe dreira de  
Cerqueira  
Edilece Souza Couto  
Edivaldo Brito

Edmar Torres  
 Eduardo Guimarães Pereira das  
   Neves  
 Eduardo Meirelles Valente  
 Eduardo Morais de Castro  
 Elizabeth Paulina Gealh  
 Ellen Melo dos Santos Ribeiro  
 Emilton Moreira Rosa  
 Epaminondas Costa Lima  
 Eraldo Dias Moura Costa  
 Erivaldo Fagundes Neves  
 Ernane Nelson Antunes Gusmão  
 Ernani Newton Quadros Cairo  
 Eugênio Walter Pinto Montalvão  
 Fernando Antônio de Souza  
 Fernando Antonio Gonçalves  
   Alcoforado  
 Fernando de Souza Pedrosa  
 Fernando Santana Rocha  
 Florêncio Magalhães Matos  
   Filho  
 Francisco Benjamin de Carvalho  
 Francisco César Lins Santana  
 Francisco Jorge de Oliveira Brito  
 Francisco Neto de Borges Reis  
 Franklin de Carvalho Oliveira  
   Junior  
 Freddie Souza Didier Junior  
 Gabriella Micks  
 Geraldo Dannemann  
 Geraldo Magalhães Machado  
 Gerana Costa Damulakis  
 Gerson Penna Neto  
 Gilberto Caetano de Jesus  
 Gilberto Sampaio Python  
 Gildásio Vieira de Freitas  
 Gláucia Lemos

Guarani Valença de Araripe  
 Guilherme Cortizo Bellintani  
 Guilherme Requião Radel  
 Gustavo Lanat Pedreira de  
   Cerqueira  
 Helen Sabrina Gledhill  
 Helio de Oliveira Cardoso  
 Hélio José Bastos Carneiro de  
   Campos  
 Hylo Bezerra Gurgel  
 Ildo Fucs  
 Irton Villas Leão  
 Isadora Perez Alves  
 Isaías de Carvalho Santos Neto  
 Israel de Oliveira Pinheiro  
 Itamar José de Aguiar Batista  
 Ivan Guanais de Oliveira  
 Ivanilton Santos da Silva  
 Jaime Oliveira do Nascimento  
 Jaíra Capistrano da Cruz Soares  
 Jan Maurício Oliveira Van  
   Holthe  
 Jayme Newton Vasconcelos de  
   Lemos  
 Jayme Ramos de Queiroz  
 Joaci Fonseca de Góes  
 João Alberto de Oliveira Matta  
 João Augusto de Lima Rocha  
 João Bosco Soares dos Santos  
 João da Costa Falcão  
 João Eurico Matta  
 João Justiniano da Fonseca  
 João Paulo Marques Sabido  
   Costa  
 Joaquim Rodrigo de Souza  
   Dourado

Johildo Salomão Figueiredo  
 Barbosa  
 Jorge Falcão Paredes  
 Jorge Santana Bispo Júnior  
 Jorge Vaz Lordelo  
 José Antônio de Jesus  
 José Antônio de Mello Vicentini  
 José Antônio Saja  
 José Augusto da Silva  
 José Bernardo Cordeiro Filho  
 José Carlos Augusto da Silva  
 José da Silva Gazar  
 José Dionísio Nóbrega  
 José do Patrocínio Coelho de  
 Araújo  
 José dos Santos Pereira Filho  
 José Eugênio Tramontano  
 José Jorge Randam  
 José Jorge Sousa Carvalho  
 José Luiz Ganem  
 José Marcos Pondé Fraga Lima  
 José Nilton Alves Pereira  
 Joselito Barreto Abreu  
 Josué da Silva Mello  
 Juracy Magalhães Neto  
 Kátia Maria Coelho de C.  
 Custódio  
 Leda Lazara Pimentel Lopes  
 Lídia Boaventura Pimenta  
 Lidivaldo Reaiche Raimundo  
 Britto  
 Lívía da Silva Modesto  
 Rodrigues  
 Lizir Arcanjo Alves  
 Lourisvaldo Valentim da Silva  
 Lucas de Faria Junqueira -  
 Correspondente

Lúcia Maria da Franca Rocha  
 Luís Fernando Galvão de  
 Almeida  
 Luis Guilherme Pontes Tavares  
 Luiz Antônio Cajazeira Ramos  
 Luiz de Pinho Pedreira da Silva  
 Luiz Gonzaga da Silveira  
 Luiz Ovídio Fischer  
 Luiz Vianna Neto  
 Luiza Maria Vasconcelos Vianna  
 Manoel Antonio dos Santos Neto  
 Manoel Bomfim Ribeiro  
 Manoel Figueiredo Castro  
 Manoel J. F. de Barros Sobrinho  
 Marcel Lavallée  
 Marcio Cesar de Mello Brandão  
 Marcos Roberto de Santana  
 Maria Ângela Barreiros Cardoso  
 Maria Angélica Barreiros  
 Cardoso  
 Maria Betty Coelho Silva  
 Maria de Fátima Silva Carvalho  
 Maria de Vasconcelos Tavares  
 Maria Dulce Cardoso Cardoso  
 Maria Eleonora Cahyhyba  
 Maria Helena Lanat P. de  
 Cerqueira  
 Maria Inês Corrêa Marques  
 Maria Luiza Pinto Leite  
 Gonçalves  
 Maria Nadja Nunes Bittencourt  
 Maria Tereza Salles N. de Brito  
 Matos  
 Mário de Mello Kertész  
 Mário Lindenor Bastos Brito  
 Mário Mendonça de Oliveira  
 Maurício da Silva Ferreira

Maurício Tourinho Dantas  
Mazinete Vasconcelos de Lemos  
Miguel Angelo Almeida Teles  
Miguel Calmon Teixeira de  
Carvalho Dantas  
Milton Carlos da Motta Cedraz  
Moacyr Pinheiro da Silva  
Nanci Elizabeth Oddone  
Nelson Almeida Taboada  
Newton Cleyde Alves Peixoto  
Newton Oliveira  
Nilton José Costa Ferreira  
Nilzo Augusto Mendes Ribeiro  
Orlins Santana de Oliveira  
Oswaldo de Almeida Bomfim  
Oswaldo de Oliveira Bastos Neto  
Oswaldo Francisco Martins  
Pablo Antonio Iglesias  
Magalhães  
Pablo Sotuyo Blanco  
Paulo Coelho Veiga  
Paulo Costa Lima  
Paulo Emílio Parente de Barros  
Paulo Faria  
Paulo Motta Alves Peixoto  
Paulo Segundo da Costa  
Pedro de Almeida Vasconcelos  
Pedro Faustino de Souza Pondé  
Pedro José Galvão Nonato Alves  
Penildon Silva Filho  
Raimundo Luiz de Andrade  
Ramiro Senna Berbert de Castro  
Raul Affonso Nogueira Chaves  
Filho  
Regina Stella Calmon Teixeira  
Dias Lima

Renato de Mello Guimarães  
Lôbo  
Renato Luís Sapucaia Bandeira  
Renato Simões Filho  
Rita de Cássia Carvalho Rosado  
Rita Maria Cruz Pimentel  
Rizovaldo da Silva Menezes  
Roberto José de Souza  
Roberto Nunes Dantas  
Romário Costa Gomes  
Rommel Robatto  
Rosa Maria Cardoso de Santana  
Valente  
Sérgio Augusto Soares Mattos  
Sérgio Emílio Schlang Alves  
Sérgio Fraga Santos Faria  
Sílvia Athaide  
Sônia Maria de Couto Jonas  
Suzane Calmon Teixeira Dias  
Lima  
Swarts Alves Torres Sobral  
Bentes  
Sylvio Bandeira de Mello e Silva  
Sylvio de Carvalho Marback  
Tasso Paes Franco  
Tatiana Brito de Araújo  
Ubaldo Marques Porto Filho  
Ubirajara Dantas Lemos  
Vanessa Ribeiro Simon  
Cavalcanti  
Vera Lúcia Príncipe Costa  
Vera Madalena P. Barreto de  
Araújo  
Vicente Favella Filho  
Victor Gradin  
Vivaldo do Amaral Adães  
Waldette Maria dos Santos

Walter Luiz Brito dos Santos  
Wellington Carlos Leão Sampaio  
William Vieira do Nascimento  
Wilson Roberto de Mattos  
Wilson Thomé Sardinha Martins  
Yara Dulce D. Ataíde  
Zilma Parente de Barros  
Zita Magalhães Alves

### **Remidos**

Adhemar Martins Bento Gomes  
Adinoel Motta Maia  
Afonso Maciel Neto  
Aidre da Cunha Guedes  
Alberto Sales Paraíso Borges  
Almerindo César de Quadros  
Almir de Oliveira Santos  
Aloildo Gomes Pires  
Álvaro Pinto Dantas de Carvalho  
Antonietta D'Aguiar Nunes  
Augusto Manoel de Souza Braga  
Cid José Teixeira Cavalcante  
Clóvis Álvares Lima  
Consuelo Pondé de Sena  
Cydelmo Clydes Teixeira  
Cavalcante  
Edivaldo Machado Boaventura  
Edla Alcântara Angelim  
Eduardo Jorge Mendes  
Magalhães  
Eduardo Saback Dias de Moraes  
Esmeralda Maria de Aragão  
Everaldo Pedreira Rocha  
Fernando da Rocha Peres  
Francisco Pinheiro Lima  
Gaspar Sadock da Natividade

George Alakija  
Geraldo Dannemann  
Germano Dias Machado  
Germano Tabacoff  
Gerson Pereira dos Santos  
Guarani Valença de Araripe  
Helena Margarida M. Abreu  
Hermano Augusto Machado  
Hildete Maria da Encarnação  
Isaura Prisco Paraíso  
Jairo Cunha  
João Carlos Tourinho Dantas  
João da Costa Pinto Victória  
Jonas de Souza Carvalho  
José Augusto Guimarães  
José Francisco de Sá Teles  
José Góes de Araújo  
José Maria Magnavita  
José Newton Alves de Souza  
Joviniano de Carvalho Neto  
Lamartine de Andrade Lima  
Lúcia Maria Ruas Gaspar  
Luis Henrique Dias Tavares  
Manoel José Pereira da Silva  
Maria do Carmo Sardinha  
Martins  
Maria do Socorro Targino  
Martinez  
Maria Helena Ochi Flexor  
Maria Hilda Baqueiro Paraíso  
Maria Inês Cortes de Oliveira  
Maria Mercedes de Oliveira  
Rosa  
Nelson Figueiredo Pondé  
Nilton José de Souza Ferreira  
Olga Magnavita Batista Neves

Remy Pompilho F. de Souza  
Sílvio de Almeida Passos  
Vitor Hugo Carneiro Lopes  
Waldir Freitas Oliveira  
Walter Carneiro da Silva

### **Correspondentes**

Aaron Salles Fernandes Silva  
Torres  
Abilarde Duarte  
Ademir Pereira dos Santos  
Adilson César  
Adolfo Morales de Los Rios  
Filho  
Aidenor Aires Pereira  
Alberto Almada Rodrigues  
Alberto Frederico Lins Caldas  
Alberto Martins da Silva  
Alberto Venâncio Filho  
Alceu Maynard de Araújo  
Antonella Rita Roscilli  
Antônio Augusto de Menezes  
Drumond  
Antônio da Rocha Almeida  
Antônio Dias Farinha  
Antônio Ezequiel da Silva  
Antônio Ferreira Paim  
Antônio Pedro de Bacelar  
Carrilhas  
Antônio Possidônio Sampaio  
Armando Alexandre dos Santos  
Arnaldo Arantes  
Arno Wehling  
Arraes de Vilhena Falcão  
Artur Martins Franco  
Augusto César Zeferino  
Aureliano Leite

Berthold Zilly  
Cândido Vargas de Freire  
Carlos Magno Estevanovic  
Carlos Tasso de Saxe-Coburgo E  
Bragança  
Carlos Vianey Oliveira  
Celso Jaloto Ávila Júnior  
Cristóvão Dias de Ávila Pires  
Júnior  
Cybelle Moreira de Ipanema  
Cyro de Mattos  
Daniel Antunes Júnior  
Dario Teixeira Cotrim  
Davis Ribeiro de Sena  
Dick Edgar Ibana Grasso  
Dino Willy Cozza  
Douglas Apratto Tenório  
Edmundo Anibal Herédia  
Edmundo Fernão Moniz de  
Aragão  
Eduardo da Silva  
Eliana Calmon Alves  
Enélio Lima Petrovich  
Epitácio Pedreira de Cerqueira  
Esther Caldas Guimarães  
Bertoletti  
Esther Regina Largman  
Fernando Abott Galvão  
Fernando da Costa Tourinho  
Neto  
Fernando Hipólito da Costa  
Francisco de Vasconcelos  
Francisco Peçanha Martins  
Getúlio Marcos Pereira Neves  
Gilfrancisco Santos  
Gloria Kaiser

Guilherme Gomes da Silveira  
D'Ávila Lins  
Gutemberg Medeiros Costa  
Helena Parente Cunha  
Hendrik Kraay  
Henrique Pinto Rema  
Hilton José Gomes de Queiroz  
Hugo Ramírez  
Ionam Galo Toscano Brito  
Isidoro Vásquez de Acunã  
Garcia Delpostigo  
Ivo Gastaldoni  
Jair Fernandes de Moura  
Janete Ruiz de Macedo  
João Alfredo de Souza  
Montenegro  
João Antônio da Silva Cezimbra  
João Maurício de Araújo Pinho  
Johannes Augel  
Jorge Couto  
Jorge de Souza Duarte  
Jorge Forjaz  
Jorge Raul da Silva Preto  
José Andrade Mendonça  
José Antônio Nunes Beja da  
Costa  
José Arthur Rios  
José Augusto Ventín Pereira  
José Ibarê Dantas  
José Mendonça Teles  
José Pedro Nicodemos  
Justino Mendes de Almeida  
Kabengele Munanga  
Léa Brígida Rocha de Alvarenga  
Rosa  
Luís Alberto Cibils

Luitgarde Oliveira Cavalcanti  
Barros  
Luiz Alberto de Viana Moniz  
Bandeira  
Luiz da Mota Menezes  
Luiz de Barros Guimarães  
Luiz Paulo Macedo Carvalho  
Luiz Philippe Pereira Leite  
Lydia Pinheiro de Araújo Sá  
Marcos Antônio Rodrigues  
Vasconcelos Filho  
Marcus Joaquim Maciel de  
Carvalho  
Marcus Soares de Albergaria da  
Costa  
Marcus Vinícius Vilaça  
Maria Beltrão  
Maria Cecília Ribas Carneiro  
Mário Portugal Fernandes  
Pinheiro  
Max Justo Guedes  
Melquíades Pinto Paiva  
Miguel Beirão de Almeida  
Metelo de Seixas  
Miguel Maria Santos Corrêa  
Monteiro  
Moema Parente Augel  
Napoleão Tavares Neves  
Olindo Herculano de Menezes  
Paulo Coêlho de Araújo  
Paulo Fernando de Moraes Farias  
Paulo Roberto Pereira  
Pedro Augusto de Freitas  
Gordilho  
Plauto Afonso da Silva Ribeiro  
Raimundo de Oliveira Borges  
Raimundo Felipe Sobrinho

Raul Giovanni de Mota Lody  
Raymundo Laranjeira  
Ricardo de Carvalho  
Roberto Casali  
Rui Manuel Cordeiro de Vieira  
Rasquillo  
Ruy N. Miranda  
Sálvio de Figueiredo Teixeira  
Sérgio Martínez Baeza  
Túlio Vargas  
Vamireh Chacon A. Nascimento

Veríssimo de Melo  
Vicente Sebastião de Oliveira  
Victorino Coutinho Chermont De  
Miranda  
Wagner Eustáquio de Araújo  
Walter Carvalho Merling Júnior  
Washington Luís Andrade Araújo  
Wellington Estevanovic  
Wilson Estevanovic Neto  
Wilson Gealh



# Normas de publicação



# **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**

## **Instruções aos Colaboradores**

Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia – IGHB é uma publicação quadrimestral do Instituto Geográfico e Histórico que se constitui de um canal de disseminação das Ciências Histórica e Geográfica e da Cultura e Artes. Pretende divulgar textos de autoria diversa com rigor científico e metodológico. Aceita trabalhos que sejam classificados com os seguintes pré-requisitos:

- preencham o nível exigido de qualidade científica;
- atendam às normas de publicação;
- apresentem afinidades com a natureza da publicação.

## Instruções Gerais

### Processo de Seleção

As colaborações serão submetidas a pelo menos dois membros do Conselho Editorial da Revista ou Pareceristas ad hoc por eles indicados, sem identificação do autor.

Se o texto for aceito para publicação, a revista permite-se introduzir ajustes de formatação. Modificações de estrutura ou de conteúdo, sugeridas pelos Pareceristas, só serão incorporadas mediante concordância dos autores.

Artigos aprovados com restrições serão encaminhados para a reformulação por parte dos autores. Nestes casos, o Conselho Editorial se reserva o direito de recusar o artigo, caso as alterações neles introduzidas não atendam às solicitações feitas pelos Pareceristas.

O autor deve ser comunicado do recebimento da sua colaboração no prazo de até dez dias e do resultado da avaliação do seu trabalho em até 120 dias após a data da primeira comunicação.

A publicação de artigos não é remunerada, sendo permitida a sua reprodução total ou parcial, desde que citada a fonte.

Os artigos assinados serão de responsabilidade exclusiva de seus autores, não refletindo, necessariamente, a opinião do periódico.

Os originais não serão devolvidos.

A aceitação do texto para publicação implica na transferência de direitos autorais para o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.

Serão remetidos a cada autor dois exemplares da edição em que for publicada sua colaboração.

Não serão aceitas colaborações que não atendam às Normas e à formatação fixada nas Seções.

- Artigos – textos produzidos de experiências desenvolvidas nas áreas de interesse da Revista. A sua estrutura formal incorpora a introdução, o desenvolvimento e a conclusão.

Devem conter no mínimo 12 páginas e no máximo 25 páginas, resumo (conforme a norma NBR 6028/2003, Informação e documentação – Resumo – Apresentação, da Associação Brasileira de Normas Técnicas), palavras-chave e referências (NBR 6023/2002, Informação e documentação – Referências – Elaboração, da ABNT). O título, o resumo e as palavras-chave (title, abstract and keywords) devem ser traduzidos para a língua inglesa.

- Palestras – Texto de até 4 páginas resultado de palestras dentro ou fora do Instituto. Oriundos de convidados ou da Diretoria e/ou Conselheiros.
- Discursos – Texto resultado de pronunciamentos da Diretoria do IGHB ou de Conselheiros.
- Biografia – Textos de até 5 páginas, antecedendo uma fotografia, de figuras ilustres e históricos local, nacional e internacional que tenham relação direta com a história e a cultura baiana.
- Acervo – Relacionar por natureza de prioridade 10 títulos que constem no acervo da biblioteca.
- Documentos – Apresentação de documentos de valor histórico e geográfico de interesse da comunidade científica brasileira.
- Relatório – Texto de natureza institucional relacionado com as atividades do IGHB.
- Resenhas – Texto de até uma página de publicações lançadas recentemente (até dois anos anteriores à publicação da revista) sob a forma de resenhas, comentários.
- Galeria de Fotografias – Seção de 2 páginas contendo 4 fotos com os respectivos créditos.
- Mapa – (1)
- Espaço Aberto – Memorial 2 de Julho

## Normas

**Ilustrações** – As tabelas, quadros e figuras (gráficos, desenhos, fotografias etc.) podem ser apresentados em páginas separadas indicando-se no corpo do texto os locais em que devem ser inseridos, ou inseridos diretamente no texto, nas extensões.tif ou.jpg. As ilustrações devem necessariamente ser numeradas, tituladas e apresentar indicação das fontes.

**Citações** – Devem ser apresentadas de acordo com a NBR 10520/2002, Informação e documentação – Citações em documentos – Apresentação, da ABNT. As citações bibliográficas ou de website, inseridas no próprio texto, devem vir entre aspas ou em parágrafo com recuo e sem aspas, remetendo ao autor. Diferentes títulos do mesmo autor, publicados no mesmo ano, devem ser diferenciados adicionando-se uma letra depois da data (a, b). Quando o autor faz parte do texto, este deve aparecer em letra cursiva. Exemplo: De acordo com Freire (1982, p. 35) etc. Quando o autor não faz parte do texto, este deve aparecer ao final do parágrafo, entre parênteses e em letra maiúscula. Exemplo: A pedagogia das minorias está à disposição de todos (FREIRE, 1982, p. 35). Para qualquer referência a um autor deve ser adotado igual procedimento. Deste modo, no rodapé das páginas do texto, devem constar apenas as notas explicativas estritamente necessárias, que devem obedecer à NBR 10520.

**Notas de Rodapé** – Devem ser exclusivamente explicativas contendo no máximo 3 linhas. Todas as notas deverão ser numeradas e aparecer no rodapé da página.

**Referências** – Deverão vir após a parte final do artigo, em ordem alfabética, a listas dos autores e das publicações, conforme a NBR 6023/2002, Informação e documentação – Referências – Elaboração, da ABNT. As referências bibliográficas devem conter exclusivamente os autores e textos citados no trabalho.

Alguns exemplos:

### **Livro com um só autor**

JECUPÉ, Kaka. Será a terra dos mil povos: história indígena brasileira contada por um índio. São Paulo: Peirópolis, 1998.

### **Livro com três autores**

NORTON, Peter; AITKEN, Peter; WILTON, Richard. Peter Norton: a bíblia do programador. Tradução de Geraldo Costa Filho. Rio de Janeiro: Campos, 1994.

### **Livro com mais de três autores**

CASTELS, Manuel et al. Novas perspectivas críticas em educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

### **Capítulo de livro**

BARBIER, René. A escuta sensível na abordagem transversal. In: BARBOSA, Joaquim (Org.). Multirreferencialidade nas ciências e na educação. São Carlos: EdUFSCar, 1998. p. 168-198.

### **Artigo de periódico**

BITTENCOURT, Maria Nadjá Nunes. A prática da escrita e da leitura na elaboração do Projeto Político Pedagógico da escola. Caderno Temático Projeto Político Pedagógico da Escola Comunitária, Salvador, v. 1, n. 1, p. 22-27, jul. 2004.

### **Artigo de jornais**

SOUZA, Marcus. Falta de qualidade no magistério é a falha mais séria no ensino privado e público. O Globo, Rio de Janeiro, 6 dez. 2001. Caderno 2, p. 4.

### **Artigo de periódico (formato eletrônico)**

TRINDADE, Judite Maria Barbosa. O abandono de crianças ou a negação do óbvio. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 19, n. 37, 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 14 ago. 2000.

### **Livro em formato eletrônico**

SÃO PAULO (Estado). Entendendo o meio ambiente. São Paulo, 1999. v. 3. Disponível em: <<http://www.bdt.org.br/sma/entendendo/atual/htm>>. Acesso em: 19 out. 2003.

### **Legislação**

SÃO PAULO (Estado). Decreto no 42.822, de 20 de janeiro de 1998. Lex: coletânea de legislação e jurisprudência, São Paulo, v. 62, n. 3, p. 217-220, 1998.

### **Dissertações e teses**

BITTENCOURT, Maria Nadja Nunes. O espaço para o imaginário no currículo de formação do professor de Letras da UFBA. 1997. 152 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1997.

### **Trabalho publicado em congresso**

LIMA, Maria José Rocha. Professor, objeto da trama da ignorância: análise de discursos de autoridades brasileiras, no império e na república. In: ENCONTRO DE PESQUISA EDUCACIONAL DO NORDESTE: HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 13., 1997, Natal. Anais... Natal: EDURFRN, 1997. p. 95-107.

## **Orientação para a formatação dos textos**

1. Devem ser digitados em extensão.doc,.txt ou.rtf, com letra Times New Roman, corpo 12, página em tamanho A-4, entrelinhas simples, sem fontes ou atributos diferentes para títulos e seções, tamanho da folha A4, margens 2,5 cm, parágrafo justificado.
2. Todas as páginas devem ser numeradas.
3. Deve-se evitar no texto o uso indiscriminado de siglas, excetuando as já conhecidas.
4. Os manuscritos devem ser enviados por e-mail ou via postal, indicando a seção a ser publicado, e obedecer às normas da revista.

## **Instruções para envio de originais**

Os textos digitalizados devem ser enviados aos cuidados do editor científico da Revista do IGHB, respeitadas as orientações de apresentação e formatação fixadas, contendo obrigatoriamente, os dados pessoais e acadêmicos do autor ou autores na ordem a figurar na publicação (nome, endereço, telefone, e-mail, instituição de vinculação, mais alta titulação acadêmica e breve currículo para o primeiro autor; para os demais autores, nome e breve currículo).

## **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia – IGHB**

Av. Sete de Setembro, 94 A – Piedade  
40060-001 – Salvador – Bahia  
Tel. (71) 3329-4463 – Telefax (71) 3329-6336  
[www.ighb.org.br](http://www.ighb.org.br)  
[revista@ighb.org.br](mailto:revista@ighb.org.br)



# **Aquisição de exemplares e endereço para correspondência**

## **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia – IGHB**

Av. Sete de Setembro, 94 A – Piedade  
40060-001 – Salvador – Bahia  
Tel. (71) 3329-4463 – Telefax (71) 3329-6336  
[www.ighb.org.br](http://www.ighb.org.br)  
[revista@ighb.org.br](mailto:revista@ighb.org.br)

Rev. IGHB, Salvador, v. 109, jan./dez. 2014

Fonte: Times New Roman, 10  
Capa: Papel Supremo 250 g/m<sup>2</sup>  
Miolo: Papel Chamois Bulk 90 g/m<sup>2</sup>  
Impresso em 2014